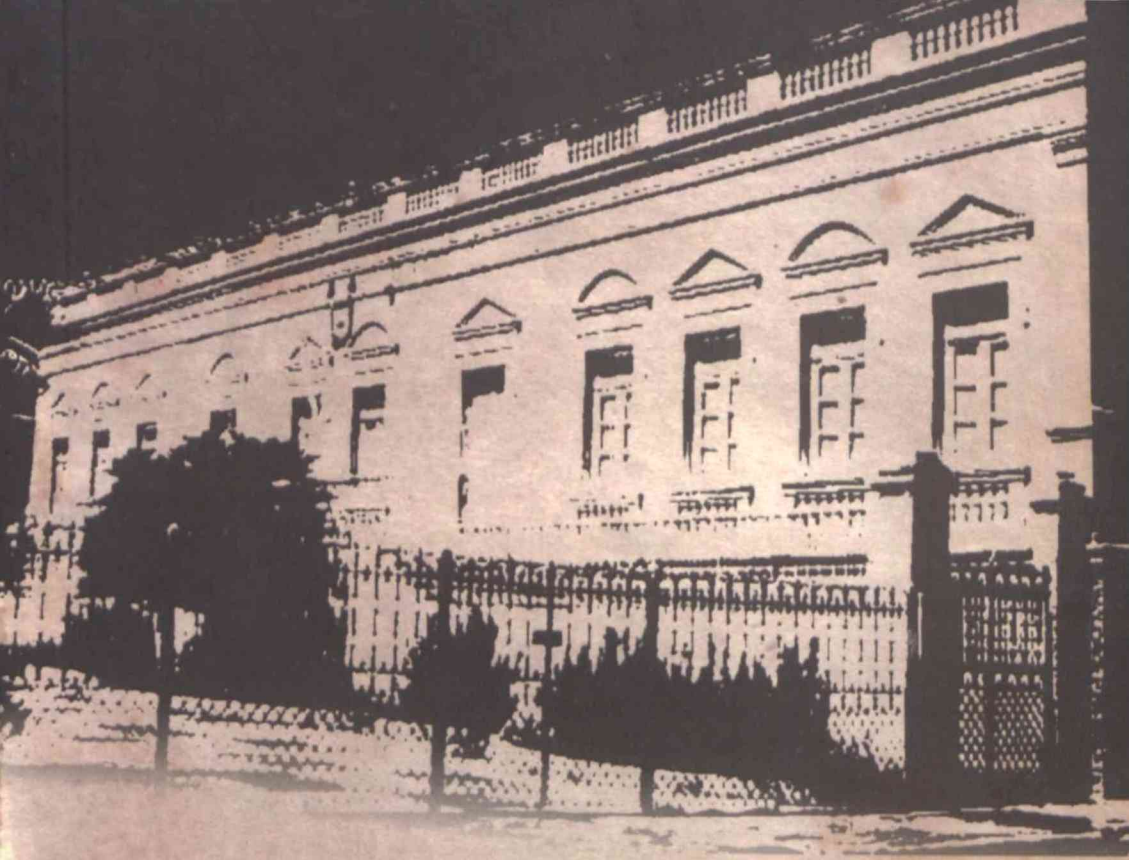

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Volumes XXXV a XXXVII - 1940

Incubiu-me o presidente do IHGRN, Valério Mesquita, de escrever a orelha, desta reedição fac-similar da Revista daquele Instituto, volume XXXV a XXXVII, correspondentes aos anos de 1938 a 1940. Cumpro, com muito prazer, esta missão, por por conta do rico conteúdo histórico que ela contém. Entre os diversos assuntos tratados aqui, destaco: De Câmara Cascudo: Fanáticos da Serra de João do Vale; de José Augusto: Famílias Seridoenses e A Cadeira de Gramática Latina da Vila do Princípe; de Felipe Guerra: Manoel Antônio de Oliveira Coriolano; de Nestor Lima: Os Quatro Munícipios: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró; entre as necrôlogias as de Aurélio Pinheiro, Barão de Studart e Engenheiro Júlio Rezende.

Infelizmente, as notícias históricas do nosso Estado não são levadas aos norte-rio-grandenses em sua maioria.
As edições de revistas e livros, são em números limitadíssimos. Assim, qualquer esforço no sentido de levar ao público deste Estado e do Brasil, o que aconteceu nesta Capitania, deve ser recebido com muito louvor, já que a esfera pública cuida pouco disso.

Fico mais feliz, ainda, por encontrar coincidentemente nesta edição, a presença de meu tetravô, capitão João Martins Ferreira, que administrou, da Ilha de Manoel Gonçalves, vasta extensão de terras do Assú, além de ser um dos fundadores de Macau.

Natal, 02 de maio de 2014

João Felipe da Trindade
Sócio do IHGRN

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

DO

Rio Grande do Norte

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

DO

Rio Grande do Norte

REDATORES:
Dr. Nestor Lima
Desembargador Antonio Soares
Dr. Luis da Câmara Cascudo

Natal, 2013

SEBO VERMELHO
edições

EDITOR
Abimael Silva

CAPA
Alexandre Oliveira

REPRODUÇÃO
Diôgo Galhardo

IMPRESSÃO
Miro Neto

Edição Fac-similar

Natal/RN novembro de 2013

SEBO VERMELHO EDIÇÕES
Av. Rio Branco, 705 Cidade Alta
Natal RN - 59025-002
Celular: (84) 9401-9008
Email: sebovermelho@yahoo.com.br

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

DO

Rio Grande do Norte

Fundado a 29 de março de 1902

Vols. XXXV a XXXVII

1938 — 1940

REDATORES:
Dr. Nestor Lima
Desembargador Antonio Soares
Dr. Luis da Camara Cascudo

NATAL
Tip. "Santo Antonio"
1941

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

DO

Rio Grande do Norte

Fundado a 29 de março de 1902

Vols. XXXV a XXXVII

1938 — 1940

REDATORES:
Dr. Nestor Lima
Desembargador Antonio Soares
Dr. Luis da Câmara Cascudo

NATAL
Tip. "Santo Antonio"
1941

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

Diretoría e comissões permanentes para o biênio de 1939 a 1941:

Presidente: Dr. Nestor dos Santos Lima (reeleito)

1.º e 2.º Vice-Presidentes: Desembargadores João Dionisio Filgueira e Luis Tavares de Lira (reeleitos.)

1.º e 2.º Secretarios: Desembargador Antonio Soares de Araujo (reeleito) e dr. Matías Maciel Filho.

Orador: Dr. Luis da Camara Cascudo.

Tesoureiro: Dr. Vicente de Lemos Filho.

Diretor da Biblioteca, Musêu e Arquivo: Desembargador Felipe Neri de Brito Guerra (reeleito).

Suplentes de 2.º secretario: vagos.

Adjunto de Orador: Desembargador Manoel Benicio de Mélo Filho.

Adjunto de Tesoureiro: Desembargador Silvino Bezerra Neto.

Adjunto do diretor da Bibliotéca: vago.

Comissão de Fazenda e Orçamento: Drs. Varela Santiago e Dioclécio Dantas Duarte e Joaquim Manoel T. de Moura (coronel.)

Comissão de Estatutos e Red. da "A Revista": Drs. Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo (reeleitos).

O Instituto Historico
E A Sua Séde Propria e Definitiva

A maior aspiração material do Instituto Historico e Geografico, desde a sua fundação, era a aquisição de uma séde propria, condigna e suficiente ás suas necessidades.

Os seus venerandos presidentes desaparecidos, dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital (1902-1910), desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos (1910-1916), coronel Pedro Soares de Araujo (1916-1925) e desembargador Hemeterio Fernandes Raposo de Melo (1926-1927) cogitaram muitas vezes do importante assunto, sem que, entretanto, tivessem logrado exito nas suas iniciativas.

Acha-se, porém, resolvido felizmente o momentoso problema, desde o dia 7 de junho de 1938, em virtude do decreto estadual n. 503, que doou ao Instituto Historico o proprio estadual n. 622 á rua da Conceição, do bairro alto da cidade de Natal, capital deste Estado, onde ele se instalou definitivamente, no dia 21 de outubro de 1938, em comemoração do 1.º Centenario do Instituto Historico e Geografico Brasileiro.

A "Revista" tem o grato praser de publicar, para eterna memoria deste fato, a escritura publica, os oficios, os decretos, a noticia da inauguração e o discurso então proferido, bem como a demonstração do seu reconhecimento aos seus benemeritos consocios, drs. Rafael Fernandes Gurjão, interventor federal e Aldo Fernandes Raposo de Melo, secretario geral, que realizaram a grande aspiração.

Escritura Publica de doação incondicional e irrevogavel de um predio n. 622 á rua da Conceição, desta capital, no bairro da Cidade Alta, construido de alvenaria e telha.

"Primeiro Cartorio Judiciario. Manoel Procopio de Moura, Escrivão e Tabelião Publico. 606, Rua Vigario Bartolomeu, 606, Fone 364.

"Primeiro Traslado. Livro 142, folhas 62 verso a 65. ESCRITURA PUBLICA DE DOAÇÃO INCONDICIONAL E IRREVOGAVEL, conforme abaixo se declara: — SAIBAM quantos esta virem, que, ao primeiro dia do mez de setembro do ano de mil novecentos e trinta e oito, da Era Cristã, nesta cidade de Natal, comarca do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Norte, em meu cartorio, perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante doador o Estado do Rio Grande do Norte, representado pelo primeiro procurador fiscal, doutor Belarmino Lemos, devidamente autorizado, e, do outro, como outorgado donatario, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, representado neste ato pelo respetivo presidente, doutor Nes-

tor dos Santos Lima, na forma dos Estatutos, devidamente registrados, ambos de mim conhecidos e residentes nesta capital: dou fé. E, na presença das testemunhas, adeante nomeadas e assinadas, pelo Estado do Rio Grande do Norte, por seu referido representante legal, me foi dito que, como legitimo senhor e possuidor de dominio pleno, por acquisição e construção propria, do predio numero seiscentos e vinte e dois (622), sito á rua da Conceição, desta capital, do bairro da Cidade Alta, construido de alvenaria e telha, com duas (2) portas e nove (9) janelas de frente, lado norte, alèm de dois (2) portões e gradil de ferro, limitado ao Norte, pela travessa Doutor Vital, ao Sul, com a travessa da Sé, a Leste, com a rua da Conceição, e a Oeste, com a Praça André de Albuquerque, no valor de CENTO E TRINTA CONTOS DE REIS (130.000$000), em virtude do decreto numero quinhentos e trez (503) de sete (7) de junho do corrente ano de mil novecentos trinta e oito (1938), nos seguintes termos: — "Decreto n. 503 de 7 de junho de 1938. Faz doação de um predio para Séde do Instituto Historico. O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições, e atendendo á representação do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, constante do oficio n. 5, de 2 do corrente mês, do seu Presidente, DECRETA: — Art. 1.º — E' doado ao Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para sua séde definitiva, o predio n.. 622, á rua da Conceição, desta capital, de propriedade do Estado, ficando autorizado o 1.º Procurador Fiscal a outorgar a competente escritura. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 7 de junho de 1938 — 50.º da Republica. (a) *Rafael*

Fernandes Gurjão. Aldo Fernandes R. de Melo,". em vista da circular da Secretaria Geral do Estado, sob n. 1, de 3 de janeiro de 1938, assim concebida: — "Secretaria Geral do Estado. Circular n. 1. Natal, 3 de janeiro de 1938. Sr. Diretor Geral do Departamento da Fazenda. Para o vosso conhecimento e devidos fins, transcrevo abaixo o oficio de 31 do mez proximo findo, recebido do sr. Secretario Geral, no exercicio do cargo de Interventor Federal: — Recomendo-vos providencias junto a todos os departamentos e instituições do Estado para que tomem conhecimento e executem atos, leis, decretos e regulamentos expedidos, desde que sejam publicados no orgão oficial e independentemente da remessa da copia por essa Secretaria. Saudações. *Aldo Fernandes R. de Melo.*" Releva, porém, observar que a posse de funcionario e respetivos pagamentos só poderão ser efetuados mediante apresentação do titulo ou apostilas devidamente formalizados. Saudações. (a) *Mucio Cezar da Silva.* Pelo Secretario Geral. Está conforme com o original. Em Natal, 25—7 — 38. *Etelvina Silva de Andrade.* Enc. do Serv. Visto. *J. X. Miranda.*" e, ainda, na conformidade do despacho do Diretor Geral do Departamento da Fazenda, exarado no exemplar n. 2.181, do jornal "A Republica", orgão oficial do Estado, de 8 de junho do corrente ano de 1938, do seguinte teor: "Despacho. Departamento da Fazenda, 26 — 7 — 1938. Ao Sr. Dr. Procurador Fiscal, para cumprir o decreto n. 503, de 7—6—1938. (a) *Boanerges Leitão de Almeida.* Diretor Geral.", vinha outorgar a presente escritura publica de doação incondicional e irrevogavel, sem dependencia de remuneração, que, ao outorgado, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para a sua séde definitiva, na forma do decreto acima trans-

crito, fez do mencionado predio numero seiscentos e vinte e dois (622) á rua da Conceição, com todas as suas servidões, direitos de dominio pleno e posse mansa, pacifica e incontestada por mais de trinta anos, e transferir, como efetivamente, de fato e de direito, transferido tem por doação pura e simples, não remuneratoria, para que o outorgado donatario o houvesse, gosasse e desfrutasse, como seu, de hoje para sempre, livre de onus, taxas, impostos, laudemio e emolumentos estaduaes e municipaes, atuaes e futuros, isenção esta a que fez jús em virtude do decreto do seguinte teor: "Decreto n. 548, de 22 de agosto de 1938. Isenta de impostos o predio doado ao Instituto Historico para sua séde definitiva. O Secretario Geral, no exercicio do cargo de Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições, DECRETA: Art. Unico: Fica isento de impostos, taxas, laudemio e emolumentos estaduaes e municipaes, atuaes e futuros, o predio doado ao Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para sua séde definitiva, pelo decreto n. 503 de 7 de junho do corrente ano; revogadas as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 22 de agosto de 1938, 50.º da Republica. (a) *Aldo Fernandes R. de Melo. Lelio Augusto Soares da Camara.*" publicado no jornal "A Republica", orgão oficial do Estado, de 23 de agosto ultimo, em cujo exemplar, n. 2.240, se continha o despacho seguinte: "Despacho. Departamento da Fazenda, 30—8—1938. Ao Sr. Dr. Procurador Fiscal, para cumprir o decreto n. 548 de 22 de agosto de 1938. B. L. A., Diretor Geral.", por bem desta escritura e da *clausula constituti*, transferindo, ainda, ele outorgante doador ao outorgado donatario, todo o direito, dominio,

ação e posse, incondicionalmente, que exercia sobre o referido predio, ora doado, obrigando-se, outrosim, a responder pela evição, quando chamado á autoria, responsabilisando-se por quaesquer duvidas futuras, para manter o outorgado em paz e a salvo de qualquer contestação, nos termos do direito. Pelo Outorgado, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, por seu representante, foi dito, por sua vez, que estava de pleno acordo com as estipulações do outorgante, aceitava a doação não remuneratoria, incondicional e irrevogavel, na fórma acima estipulada, e bem assim, a presente escritura, para prova atual e futura dos seus direitos. — Assim convencionados, me pediram lhes lavrasse esta escritura, a qual lida por mim, tabelião, perante as partes e testemunhas, foi aceita em tudo por aquelas que, reciprocamente, aceitaram, outorgaram e assinam com as duas testemunhas Otacilio Cavalcanti e Marcilio Teixeira de Carvalho, meus conhecidos, domiciliados e residentes nesta capital. Eu, Manoel Procopio de Moura, tabelião publico, a escrevi e assino em publico e raso. (AA) *Belarmino Lemos. Nestor dos Santos Lima.* Otacilio Cavalcanti. Marcilio Teixeira de Carvalho." — Está conforme com o original ao qual me reporto e dou fé. Trasladei, datilografei, subscrevo e assino em publico e raso; dou fé. Natal, 6 de setembro de 1938. Em testemunho de verdade. Sinal publico. O tabelião, *Manoel Procopio de Moura.* Selado com o selo federal de educação e saúde, 200 reis, e o selo estadual de dois mil reis, em duas estampilhas de um mil reis cada uma, inutilizadas com o carimbo: "1.º Cartorio Judiciario, Tabelião *Manoel Procopio de Moura.* 6 Set. 1938. Natal, Rio Grande do Norte.

Transcrição do titulo de propriedade no oficio de imoveis de Natal:

«Terceiro Cartorio Judiciario, Bartolomeu Fagundes. Tabelião, Escrivão e Oficial do Registro geral de Imoveis e Hipotécas. Praça Séte de Setembro, 42, Fone 311, Natal—Rio Grande do Norte.

Bartolomeu Fagundes, Tabelião de Notas do Publico e Judicial. Escrivão do Civel, Comercio e do Orfanologico em geral, Oficial do Registro de Imoveis e Hipotécas. REGISTRO:— Numero 3.220. Pagina 70 do Protocolo. Apresentada ao Registro, hoje, ás 10 horas, registrada no livro 3—E, sob numero 2.930, ás folhas 137 verso a 138 de Transcrição das Transmissões com as respectivas indicações e referencias nos demais livros. Natal, 8 de setembro de 1938. (a) *Bartolomeu Fagundes*. Oficial do Registro. (Carimbo do 3°. Cartorio).

Os decretos de doação do predio e de isenção de impostos, taxas, etc.

«A REPUBLICA», n. 2181 de 8 de junho de 1930:

DIARIO OFICIAL: Administração do exmo.

sr. dr. Rafael Fernandes Gurjão, Interventor Federal. Expediente do Interventor:

DECRETO N.º 503 DE 7 DE JUNHO DE 1938

Faz doação de um predio para séde do Instituto Historico.

O Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições e atendendo á representação do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, constante do oficio n. 5, de 2 do corrente mês, do seu Presidente,

DECRETA:

Art. 1.º — E' doado ao Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para sua séde definitiva, o predio n. 622, á rua da Conceição, desta Capital, de propriedade do Estado, ficando autorisado o 1º Procurador Fiscal a outorgar-a competente escritura.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 7 de junho de 1938. — 50º da Republica.

(a) RAFAEL FERNANDES GURJÃO.
(a) *Aldo Fernandes R. de Melo.*

«A REPUBLICA», n. 2.240, de 23 de agosto de 1938:

DIARIO OFICIAL. Administração do exmo.

sr. dr. Aldo Fernandes, Secretario Geral do Estado, respondendo pelo expediente da Interventoria.

Expediente do Interventor. AGOSTO—Dia 22.

DECRETO N. 548, de 22 de agosto de 1938

Isenta de impostos o predio doado ao Instituto Historico para sua séde definitiva.

O SECRETARIO GERAL, no exercicio do cargo de Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições,

DECRETA:

Art. Unico: — Fica isento de todos os impostos, taxas, laudemio e emolumentos estaduais e municipais, atuais e futuros, o predio doado ao Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para sua séde definitiva, pelo decreto n. 503, de 7 de junho do corrente ano; revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 22 de agosto de 1938, 50.° — da Republica.

(a) ALDO FERNANDES R. DE MELO.

(a) *Lelio Augusto Soares da Camara.*

Oficios

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

OFICIO N.º 5

Natal, 2 de Junho de 1938.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rafael Fernandes Gurjão. M. D. Interventor Federal neste Estado.

Tenho a honra de trazer ao conhecimento de V. Exc. o seguinte, em nome do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte:

Quando da fundação do Instituto Historico e Geografico, nesta cidade, a 29 de março de 1902, não possuia ele séde propria nem adaptada aos seus fins. Funcionava em uma das salas do Juizo Federal á rua 13 de maio, desta cidade, por assentimento do respectivo Juiz.

Em 1906, o dr. Augusto Tavares de Lira, governador do Estado, construiu o predio, hoje n. 622, á rua Conceição, destinando-o ao Instituto Historico, segundo declarou em sua «Mensagem», daquelle ano, ao Congresso Legislativo.

Porque o Superior Tribunal de Justiça não tinha tambem, áquele tempo, séde condigna, o Governo do Estado deu provisoriamente á Colenda Instituição Judiciaria uma parte do predio do Instituto Historico. Com o tempo e o desenvolvimento que foram tendo as duas corporações, o mencionado predio não mais as comportava satisfatoriamente, razão por que o Instituto Historico, por minha proposta, ofereceu ao Governo do Estado, em 1926, sob a administração do Dr. José Augusto, ceder, provisoriamente

tambem, o restante daquele edificio, transferindo-se para a casa n. 577, á rua da Conceição, onde se acha, desde então.

Mas, verificando-se que já não mais comporta este predio as secções do Instituto Historico e pela necessidade de ampliar os serviços da sua Biblioteca, Museu e Arquivo, venho representar a V. Exc. no sentido de ser desfeita a permuta dos predios em questão, voltando o Instituto Historico á sua séde definitiva no predio n. 622, á rua da Conceição, que se acha desocupadc e sem serventia publica, e restituindo ao Governo de V. Exc. a casa n. 577 á referida rua.

Para que, no caso de V. Exc. resolver consentir na permuta, se torne estavel a cessão definitiva do predio que o Estado construiu em 1906 para o Instituto Historico, tomo a liberdade de alvitar a V. Exc. a expedição de um decreto-lei, pelo qual sejam outorgados ao mesmo Instituto Historico o dominio e a posse do mencionado predio, passando-se para isso o titulo competente.

Na esperança do assentimento de V. Exc. á representação que ora lhe dirijo, em nome da veneranda instituição, que presido, renovo-lhe os meus elevados protestos de consideração e apreço.

Atenciosas saudações.

(a) *Nestor dos Santos Lima*,
Presidente.

Officio do Procurador Fiscal ao Departamento da Fazenda :

« Rio Grande do Norte. Departamento da

Fazenda. Gabinete do Advogado da Fazenda. Natal, 13 de agosto de 1938. Ilmo. Sr. Diretor Geral da Fazenda LEVO ao vosso conhecimento que, tendo convidado o dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Historico, afim de comparecermos em cartorio e mandar lavrar a escritura de doação a ser feita pelo Estado do Rio Grande do Norte ao referido Instituto, do predio n. 622 á rua da Conceição, quiz ele que fizesse constar da mesma que ficaria dito predio livre de onus, taxas, impostos, laudemio e emolumentos estaduais e municipais, pelo que fiz sustar a lavratura da escritura, visto o Decreto n. 503 de 7 de junho nenhuma referencia haver feito a esse respeito. Junto vos devolvo a Circular n. 1, de 3 de janeiro do corrente e a «A Republica» contendo o decreto, pedindo-vos instruções a respeito. Saudações. (a) *Belarmino Lemos.* Procurador Fiscal do Estado.—1.o Despacho: Departamento da Fazenda, 13/8/38. Submeta-se á consideração do Sr. Secretario Geral do Estado, (a) *Boanerges Leitão de Almeida*, Diretor Geral. SECRETARIA GERAL DO ESTADO: 23/8/38: EM FACE do decreto n. 548, de hontem, volte ao Departamento da Fazenda, para os devidos fins. (a) *Lelio Camara*, Dir exerc. Secr. Geral—2.º Despacho:—Departamento da Fazenda, 29/8/38. Ao Dr. 1.o Procurador Fiscal para os devidos fins. (a) *Boanerges Leitão de Almeida.* Diretor Geral.

Oficio n. 6 do Presidente do Instituto

Natal, 8 de Setembro de 1938.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rafael Fernandes Gurjão, M. D. Interventor Federal neste Estado.

NESTA

TENHO a honra e o prazer de trazer ao conhecimento de V. Exc. que, por parte do Estado, representado pelo Sr. Dr. 1.o Procurador Fiscal da Fazenda, foi, em data de 1 do corrente mez, outorgada a escritura pública de DOAÇÃO e transferencia gratuita, a titulo definitivo, ao Instituto Historico e Geografico do Rio G. do Norte, do predio n. 622 á rua da Conceição, do bairro da Cidade Alta, desta capital, para sua séde e instalação permanente, nos termos dos decretos ns. 503 de 7 de junho e 548 de 22 de agosto ultimo.

EGUALMENTE comunico a V. Exc. que, em virtude do titulo outorgado, que já se acha transcrito no competente Registro de Imoveis, sob n. de ordem 2.930, desde 8 do andante, tomei posse do predio doado ao Instituto, em nome deste.

APROVEITO o ensejo para, desde logo, expressar a V. Exc. os agradecimentos sinceros e profundos do Instituto Historico, pelo seu nobre e elevado gesto civico, dando sède condigna em plena propriedade, livre de onus de qualquer na-

tureza, á instituição que me honro de presidir, o que, a par do prestigio e estabilidade que lhe advêm do ato generoso de V. Exc., saberá sempre ser grata e corresponder ao beneficio recebido do seu fecundo Governo.

Atenciosas saudações.

(*a*) *Nestor dos Santos Lima*,
Presidente.

As cinco sédes do Instituto

Discurso na installação solene da séde definitiva, á rua Conceição, 622, em Natal, a 21 de Outubro de 1938.

I—A sugestão do tema escolhido para minha dissertação, na noite de vivo encantamento, que estamos realizando, póde parecer a muitos dos amaveis ouvintes um assunto assás desinteressante. Não o contesto.

A mim, porém, que tenho as responsabilidades da instituição, vivia preocupado com a questão da Casa do Instituto Historico, e, muita vez, pensei em resolvêl-o, até por força de sucessão testamentaria, ela importa mais que a outro qualquer, porque vejo contretizada uma aspiração, sinto realizar-se um desejo longamente afagado e tenho a certeza de que o problema vital da nossa agremiação se acha, afinal, resolvido, de modo altamente honroso e satisfatorio.

A' munificente serenidade do nosso ilustre consocio, sr. dr. Rafael Fernandes Gurjão, no exercicio do cargo de Chefe do Estado, devemos a satisfação desse grande e absorvente anhélo.

A' minha descolorida representação, em oficio de 2 de junho do corrente ano, historiando os pródromos da séde do Instituto, desde a declaração formal do Governador Augusto Lira, que, na sua mensagem de 1906, dava a grata noticia de estar em construção um predio destinado á séde do Instituto Historico, até á situação atual de premencia e angustia de espaço, respondeu S. Exc., a esse apêlo sincero, com o decreto n. 503 de 7 de junho ultimo, pelo qual foi doado, a titulo definitivo, o predio n. 622 á rua da Conceição, ora inaugurado, para séde propria e permanente do Instituto Historico.

E, como complemento de tão preciosa dadiva, foi expedido, logo depois, o decreto n. 548 de 22 de agosto ultimo, pelo sr. Dr. Aldo Fernandes, Secretario Geral, no exercicio de Interventor, concedendo isenção de impostos, taxas, laudemio e emolumentos presentes e futuros ao predio doado, de modo a ser havido em plena propriedade, apenas devido «*o dizimo a Deus*», como diriam as velhas cartas de «data e sesmaria», nos tempos de El-Rei.

Eis porque, meus caros confrades, na data refulgente do Centenario do venerando Instituto Historico e Geografico Brasileiro, para esta casa, que será a «Casa da Historia Potiguar», transferimos os nossos trabalhos e queremos assinalar o fato com o alto relevo que ele merece, destacando igualmente os nomes, para nós benemeritos, daquêles que tiveram a intenção e realiza-

ram a ação dadivosa em pról do nosso Instituto Historico.

II—Postas estas idéas preliminares, passarei a desenvolver, em largos traços, o raconto historico da nossa Companhia, desde a sua instalação até os dias correntes.

Foi a 29 de março de 1902, no salão da Bibliotéca Estadual, que então funcionava no edificio do velho Ateneu Norte-Rio-Grandense, (sala fronteira á atual Praça Tomaz de Araujo), que um pugilo de homens de bôa vontade, secundados pelo espirito esclarecido do governante de então, que era o dr. Alberto Maranhão, fundou a instituição destinada ao «encargo altamente «patriotico de firmar com dados autenticos, co«lhidos em pacientes e constantes investigações «a verdade historica da vida potiguar, em qual«quer sentido, promovendo todos os meios con«dicentes a esse *desideratum*», como acentuou o saudoso coordenador das forças sociais para a cruzada, hoje benemerita, desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, o verdadeiro e lidimo creador do Instituto.

A essa reunião compareceram *pessoalmente* os consocios Alberto Maranhão, Olimpio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, Manuel Dantas, Tomaz Landim, Pedro Soares de Araujo, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, (unico aqui presente,) e Verissimo de Toledo (12). Fizeram-se representar e aderiram á salutar intenção os consocios Pedro Velho, Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lira, Eloi de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Si-

queira Cavalcanti, José Teotonio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemeterio Raposo de Mélo, Sergio Paes Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino, (14).

Dos 26 socios fundadores já não existem: 9 dos que formaram na primeira reunião e 8 dos que a ela aderiram.

Subsistem apenas 9 deles, aos quais rendemos hoje as nossas tocantes homenagens, emquanto que aos que tombaram no Além-tumulo prestamos os tributos sincéros da nossa imorredoira gratidão, no dia da constituição definitiva do Instituto, que eles sonháram e alicerçáram.

Mesmo assim, naquele salão exíguo da Bibliloteca, funcionou o Instituto durante um ano e dois mezes, porque aí esteve até 3 de maio de 1903, data em que se empossou a sua segunda diretoria.

Passou, então, a funcionar na Intendencia Municipal, a velha casa que fazia esquina da Rua da Conceição com a rua Ulisses Caldas, e em cujo terreno agora se ergue o elegante palacête da Prefeitura Municipal. Aí, esteve o Instituto, por varios anos, até que se transferiu para o predio da Justiça Federal, que é hoje a casa n 640, á rua 13 de maio, de onde saíu em principios de 1908, para ocupar este mesmo edifício, juntamente com o Superior Tribunal de Justiça do Estado. Presidia-o, nesse periodo, o venerando presidente fundador, dr. Olimpio Vital.

Aqui, o Instituto viveu, por espaço de dezoito anos, talvez os mais preciosos da sua existencia. Daqui, saíram as grandes comemorações da Revolução de 6 de março de 1917 e as solenidades excelsas do Centenario da Independencia, a 7 de Setembro de 1922, consubstanciadas naquela memoravel «Semana da Patria», o

que é, hoje em dia, uma instituição oficial. Brilharam neste recinto as inesqueciveis presidencias Vicente de Lemos e Pedro Soares. (2.° e 3.°). Aumentando desmesuradamente as suas instalações e crescendo a sua Bibliotéca, não foi possivel conciliar a permanencia das duas instituições, dentro de um mesmo predio, e o Instituto Historico, em virtude de proposta minha, cedeu o passo á toga, como si neste Olimpo simbolico a deusa Clio cedêsse o passo á Divina Temis, que, transformada em Poder do Estado, possuía melhor direito aos sagrados assentos, visando sempre seu maior realce e a justêsa de suas decisões.

Desde então, transferiu-se para a casa n. 577 nesta mesma rua, aonde se instalou, na sessão solene de posse da diretoria e comissões permanentes para o ano de 1926 a 1927, no dia 3 de maio daquele ano, sob a presidencia do inolvidavel consocio desembargador Hemeterio Fernandes. (4.°)

Ali, deslisou a sua placida existencia durante os onze ultimos' ânos, sendo que, a 29 de março de 1927, após a reforma dos Estatutos, que dilatou para dois anos o periodo administrativo, assumi a presidencia dos trabalhos, numa linda e festiva sessão, que se realizou no salão nobre do Palacio do Governo.

Nesse posto de sacrificio, e já um tanto desalentado, hei me conservado, como sentinela indormida que aguarda o suspirado momento em que lhe venham render na vigilia aos sagrados despojos, de que o Instituto tem sido a árca sacrosanta.

III—Não me compete dizer-vos, meus presados consocios, o que tem sido a vida do Instituto, neste obscuro trecho da jornada, em pról dos grandes anceios que o caraterizam.

Só lhes posso assegurar é que, hoje como no primeiro dia, a minha confiança é a mesma nos altos designios da nossa instituição.

Vejo que os companheiros queridos desertam do posto, e na distancia em que se colocam, acompanham, porém, com cativante simpatia e interesse, a marcha ascencional do nosso Instituto. Mas, isso não nos basta. Sinto que é necessario o seu concurso diuturno e eficaz, para que o companheiro investido das responsabilidades sociaes encontre alento e amparo, no exercitar as suas pesadas atribuições.

Temos contado, mercê de Deus, com a solidariedade dos governantes da nossa terra; desde aquele que ajudou a fundar a instituição, até os que passaram efemeradamente pela administração do Estado, no periodo revolucionario de 1930 a 1935, nunca lhe negaram o apoio imediato e o justo beneficio de que necessitasse o Instituto, para todos os fins a que se propuzesse.

Por isso, hoje, podemos proclamar, alto e bom som, que o Instituto Historico está definitivamente constituido, assim como pessoa juridica do direito privado, mas, tambem como senhor e possuidor de um patrimonio, que se eleva a centenas de contos de réis, tendo-se em vista o valor das suas instalações, a preciosidade de seus arquivos e reliquias historicas e o elevado preço e a raridade de suas coleções de bibliotéca, no par do mobiliario mais ou menos satisfatorio, para os seus destinos.

Aquela pobre e incipiente associação de 1902, que nada possuia e funcionava, de emprestimo, ora em uma sala de Ateneu, ora, na Intendencia Municipal, ora, no salão dos auditórios da Justiça Federal, vindo mais tarde para esta casa e para o predio, de que agora retórna, a titulo precario, é hoje titular de uma pro-

priedade, que lhe preenche as necessidades mais imperiosas, graças á munificencia dos dois ilustres consocios: um que o construiu e deu-lhe o destino, oficialmente declarado ao Congresso Legislativo em 1906, e o outro que ordenou a entrega definitiva do predio, a titulo perpetuo e em plena propriedade, ao Instituto Historico.

Só agora, ele atingiu a maioridade, embora tardiamente, por isso, que já se acha na casa dos 37 annos, contados da sua fundação.

Mas, a ser verdade o que diz o velho rifão popular, *quem aos quarenta não tém...* um patrimonio, ou renda que baste ás suas necessidades, é porque nunca mais o terá, tal como, nas precedentes idades da vida, os seres humanos não terão barba aos 20, nem aos 30 hão de casar...

Graças a Deus, o Instituto tem... casa e, tem muito mais que isto, antes mesmo de chegar á éra dos quarenta anos, que, sò em 1942, haverá de atingir, querendo Deus!

Nestor Lima,
Presidente.

O que disse a imprensa local:

Na «A Republica», edição de 6 de novembro de 1938, lia-se o seguinte:

O INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO NOSSO ESTADO TEM NOVA SÉDE

Como foi comemorado o centenario do «Instituto Historico Brasileiro»

« O Instituto Historico e Geografico do Rio

Grande do Norte realizou, na noite de 21 de outubro findo, uma sessão solene para comemorar o 1.º centenario da fundação do Instituto Historico Brasileiro. A mesma teve lugar na nova séde do Instituto, á rua da Conceição, presidindo-a o dr. Nestor Lima, que falou sobre o interessante tema «As cinco sédes do Instituto». O conhecido historiador conterraneo extendeu-se tambem em comentários acêrca da existência proveitosa daquela agremiação modelar, padrão das suas congeneres dos Estados e honra da cultura brasileira.

O dr. Luis da Camara Cascudo falaria sobre «O Instituto Brasileiro e seus fundadores», deixando, porém, de fazé-lo, por motivo de doença grave em pessôa da sua familia.

Após a sessão, foi distribuida a «Revista» contendo os volumes de ns. XXIX a XXXI.

Aquela solenidade destinada a comemorar a grande data centenária da tradicional sociedade cientifica do país, compareceu avultado número de pessôas da nossa sociedade.

A NOVA SÉDE DO INSTITUTO

O Instituto Historico do nosso Estado ocupava um predio pequeno e inadequado. As salas estreitas não se prestavam bem para sessões, gabinete da leitura e acomodação das inumeras estantes. O sr. Interventor Rafael Fernandes veio remediar essa situação, doando-lhe o edificio em que funcionou o antigo Tribunal Eleitoral, á rua da Conceição n. 622.

Agora, o Instituto está instalado numa casa condigna. A sala de sessões e conferências é ampla, confortavel e dá ao visitante a impressão da solenidade própria e do prestigio da associação, que ali funciona.

Aliás, de certo tempo a essa parte, o Instituto tem merecido as atenções dos podêres públicos. Tendo-lhe sido cassada a subvenção estadual, em 1930, viu-se o mesmo em sérias dificuldades, a ponto de dispensar os seus funcionários. O dr. Nestor Lima, que o vem presidindo ha mais de 10 anos, custeou muitas despesas do seu proprio bolso, para que tão util instituição não deixasse de cumprir a sua elevada finalidade cultural. A Revista deixou de circular desde aquela época, só reaparecendo este ano, quando foram publicados os volumes correspondentes a 1930 e 31, 32, 33 e 34, já se achando no prélo os de 1935 a 37.

A bibliotéca tem sido enriquecida com valiosas doações, destacando-se entre os doadores os drs. Tobias Monteiro, Juvenal Lamartine e Henrique Castriciano. O primeiro destes ofereceu ao Instituto centenas de obras, algumas das quais de subido valor. E todos os meses esse eminente conterraneo faz novas remessas, quer se encontre no país, ou no estrangeiro. Em sua honra, a diretoria denominou «Tobias Monteiro» uma das salas da nova séde, estando em duas altas estantes que ele doou os livros ofertados pelo notavel historiador norte riograndense...

Tambem foram adquiridas por compra obras valiósas como sejam: a «Enciclopedia Britanica», a «Historia Geral do Brasil», do Visconde de Porto Seguro, e outras mais que não nos ocorrem no momento.

Os objetos históricos relacionados com a gloria da nossa terra e dos nossos homens acham-se em permanente exposição, podendo ser vistos a qualquer hora do dia.

Todos os livros estão sendo catalogados «sistema decimal», cujas fichas facilitam o serviço de consulta. Não só os salões principais,

como as demais dependências do vasto edificio, receberam mobiliário novo, ou tiveram os existentes reformados.

E' de justiça salientar o muito que tem feito em prol do Instituto Histórico o dr. Rafael Fernandes, Interventor Federal em nosso Estado, que, ao lado do dr. Aldo Fernandes, Secretario Geral, vem auxiliando com a melhor bôa vontade a ampliação e completa organização da sociedade, que, além de reunir as nossas reliquias históricas, presta com a sua bibliotéca um inestimavel serviço aos estudiosos.

O dr. Nestor Lima, com trabalho e dedicação, imprime dia a dia ao Instituto uma orientação digna dos melhores aplausos, encontrando na colaboração do sr. Otacilio Cavalcanti o auxiliar zeloso e metodico, que sabe cuidar com carinho do maior patrimonio cultural do Rio Grande do Norte.»

Proposta

A Diretoria do Instituto Histórico e Geografico, abaixo assinada,

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 15, combinado com o artigo 14, letra A, dos Novos Estatutos:

Tendo em vista que o Instituto Histórico e Geografico, em virtude dos decretos ns. 503 de 7 de junho e 548 de 22 de agosto, tudo do ano proximo passado, adquiriu séde propria definitiva, que lhe foi doada, livre de impostos, emolumentos, taxas e contribuições pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, atendendo á representação da Presidencia do Instituto, em oficio datado de 2 de junho do mesmo ano;

Atendendo que o dr. Rafael Fernandes Gur-

jão, atual Interventor Federal, foi quem baixou o decreto n. 503 de 7 de junho de 1938, realizando assim a grande aspiração do nosso Instituto, e já pertencia, desde 27 de março de 1927, ao nosso quadro social, como correspondente, a principio, e em razão da sua residencia nesta capital, como Efetivo, na forma dos Novos Estatutos; e

Atendendo que, com esse ato, o referido ilustre consocio provou por fato positivo o seu devotamento e dedicação pela prosperidade e renome do Instituto, e, assim, grangeou direito ao diploma de Socio Benemerito, nos termos do art. 14, letra A, dos ditos Estatutos,

PROPÕE:

Que sejam eleitos SOCIOS BENEMERITOS do Instituto Historico o eminente consocio, dr. Rafael Fernandes Gurjão, e o ilustre Secretario Geral, dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, pelos grandes beneficios que fizeram, como responsaveis pela alta administração do Estado, á vida e ao patrimonio do Instituto Historico, e que, em sessão especial, lhes seja entregue o novo Diploma, como tributo de gratidão a S. S. Excias. —S. R.

Sala das sessões do Instituto, em Natal, 29 de março de 1939.

(a) *Dionisio Filgueira*— Pres. interino.
(a) *Antonio Soares*—1.o Secretario.
(a) *Camara Cascudo*—2.o Secretario.

Aprovada por unanimidade.
29—3—38.

(a) *Dionisio Filgueira.*

A solene entrega dos diplomas

Disse «A Republica», de 22 de setembro de 1939:

«O Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte reuniu-se, no dia 21 de outubro de 1939, em sessão solene para fazer entrega dos diplomas de socios beneméritos aos drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes Raposo de Mélo e prestar, ao mesmo tempo, uma homenagem ao Visconde Mauá na data do seu cento cincoentenario natalicio.

A reunião foi presidida pelo dr. Nestor Lima, que pronunciou um discurso, adeante inserto, no qual relembrou as datas mestras da vida do Instituto, detendo-se na apreciação do gesto dos drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes relativamente á doação do predio, no qual aquele sodalicio encontrou séde definitiva. As ponderadas e eloquentes palavras do Presidente do Instituto, que concluiu fazendo a entrega dos diplomas de socios beneméritos aos dois ilustres homenageados, foram muito aplaudidas.

Os drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes agradeceram a homenagem que lhes era prestada em palavras felizes e de afetuoso e nobre agradecimento, que mereceram da assistencia calorosos aplausos.

Em seguida, o dr. Luis da Camara Cascudo iniciou a sua palestra sobre a vida do Visconde de Mauá, cujo perfil traçou com eloquencia e brilho. Embora não muito longo, o conferencista emerito focalizou todos os lances da vida verdadeiramente dramatica desse homem de genio, a quem o Brasil deveu, em todos os aspectos da sua atividade, grandes e inolvidaveis serviços. Tão arrojadas foram as iniciativas desse

nosso compatriota que ultrapassaram os limites do Brasil e do Continente, para alcançarem industrias e empreendimentos na Europa e no Egito.

O discurso do dr. Luis da Camara Cascudo foi uma sintese admiravel e comovente dessa grande vida».

O discurso de recepção aos novos socios beneméritos

Disse o dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Historico :

« Exmo. Sr. Interventor Federal.
Presados confrades do Instituto.
Meus senhores :

I—Esta casa, que é um recanto tranquilo de estudos e o santuario inviolavel das nossas tradições, abre hoje festivamente as suas portas, para celebrar os fastos magnificos que a solenidade recorda e perpetúa.

E' que o venerando Templo das Musas Potiguares, á semelhança das idades famosas da Helenia imortal, realiza a consagração simbolica, o sacrificio incruento, no altar das divindades protetoras da Historia e da Recordação, onde em vez do vinho e das vituálhas, vêem-se rosas e ramos de oliveira, e o incenso, de mistura com os grãos do trigo amassados no mel, é queimado, a par das libações da agua pura ou do hidro-mél parnaseano.

Aqui, onde todos «aprendem e recordam», como diria Plutarco, sob a égide da Musa sonhadora de «dedo aos labios», em sinal do silencio eloquente, que significa, segundo Cassió-

doro, que «os homens podem expressar suas vontades sem auxilio da palavra», (1) somos, vez por outra, forçados a romper o silencio augusto que é «a melhor das eloquencias», para proclamar, de publico, os sentimentos que nos enchem o peito e as emoções que nos fazem dobrar ao pêso da gratidão.

Homenageamos o Passado, reverenciamos o Presente e auguramos um Futuro sereno, prospero e brilhante.

O Instituto Historico e Geografico, fundado a 29 de março de 1902, fiel ao seu destino e desejoso de manter o culto das tradições, recorda hoje o acontecimento mais empolgante da sua existencia associativa: ha um ano, nesta data inolvidavel, ele se instalava definitivamente em casa propria, com patrimonio constituido pela munificencia de dois dos nossos egregios consocios.

Exaltávamos, nesse dia, a visão generosa do Ministro Tavares de Lira, que, governador do Estado, em 1906, mandára construir este edificio, para nele ter sède o Instituto Historico, a que tanto se devotára e continua a honrar e enaltecer, através dos luminosos estudos da Historia do nosso torrão. Por outro lado, acentuávamos a liberalidade do Interventor Rafael Fernandes, que, atendendo ao apelo da instituição, decretára, tão pronto, a doação do prédio para solar das tradições potiguares.

Foi um dia de intensas alegrias e de infinitas congratulações, porque marcava o inicio de uma Nova Era de trabalho e de frutos excelentes, em pról da nossa terra e das letras historicas.

Daí, já se nos terem proporcionado momentos de justo prazer, que a dadiva generosa

nos permitiu ampliar a instituições culturais do nosso «meio».

Aqui, a Academia de Letras tem celebrado as suas brilhantes tertúlias, com tanto proveito para as nossas letras. Tambem a Sociedade de Medicina e Cirurgia, por um grupo de seus associados, realiza, aqui, as suas pugnas tecnicas, em bem dos seus designios.

O orgulho não nos tolheu a ação e nós nos sentimos felizes com o nosso triunfo, que repartimos com os outros artifices da inteligencia, ora abrigados sob a caricia do Templo, onde se reverencía a Musa, cujos atributos a Trombêta, a Clepsidra e o Papiro, (volumen) que se desenrola, são a propria expressão das nossas finalidades.

Recordamos, portanto, em meio do intimo jubilo, a instalação definitiva do Instituto, na sua séde atual e propria, onde ele poderá, mais seguramente, prosseguir na grandiosa tarefa que lhe impuzeram os seus creadores, ha trinta e sete anos, naquela gloriosa jornada em que os nomes imortaes de Vicente de Lemos, Olimpio Vital, Meira e Sá, Luiz Fernandes, Pedro Soares, e outros, que dórmem o eterno sono, constituem a aurifulgente constelação protetora das nossas atividades, formam a «via latea» resplandecente dos deuses lares do Instituto.

A esse fasto, sobre todos notavel, particularmente, para a perenidade dos destinos sociais, vem aliar-se a comemoração do 101.º aniversario da fundação do venerando Instituto Historico Brasileiro, que ilumina e honra as letras historicas pátrias e continentais, com a projeção dos seus trabalhos e as suas iniciativas grandiosas, no alevantado e claro designio de consagrar a memoria dos que se foram para o eterno

descanço e dos que se vão galhardamente pela vida fazendo o Bem.

II—Meus senhores:

E' do programa desta solenidade evocar a figura inconfundivel e gigantesca de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, na passagem do cento cincoentenario do seu nascimento.

O grande financista e economista, o homem providencial, o intrepido fator do progresso industrial do Brasil, bem merece as ruidosas homenagens que, a esta hora, lhe rendem todas as sociedades historicas do país, em virtude de amistoso convite do Egregio Instituto Brasileiro, atualmente sob os auspicios do embaixador Macêdo Soares.

Sobre o palpitante acontecimento, dirá o Instituto, pela vós erudita do consocio Camara Cascudo, a sua contribuição de aplauso e admiração, como tereis de escutar, dentro em pouco, com viva e sempre grata emoção.

III—Meus senhores:

Associando ao culto dos antepassados a sagração respeitosa dos vivos, o Instituto Historico vem dar uma demonstração singela dos seus sentimentos de gratidão.

E' que recebemos, na Classe dos SOCIOS BENEMERITOS, a dois conterraneos ilustres, dois cidadãos eméritos, que, por seus assinalados préstimos, foram eleitos para essa destacada categoria social.

A assembléa geral de 29 de março ultimo, tendo na devida consideração os incomparaveis beneficios que ao patrimonio do Instituto Histo-

rico prestaram SS. Exas., os drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes Raposo de Melo, atuais detentores do Poder Publico, em nossa terra, conferiu-lhes, por unanimidade de votos, os diplomas, cuja entrega eu tenho a honra de efetuar, nesta solenidade.

Dr. Rafael Fernandes:

Não é de agora, mas, de ha muito tempo, quando ainda representaveis, com brilho, nosso Estado, na Camara Federal, que o Instituto antevia e proclamava os vossos meritos, elegendo-vos expontaneamente para o seu quadro social.

Foi precisamente, a 27 de março de 1927, que, na recomposição do seu ativo social, por ocasião da reforma dos Estatutos, fostes, juntamente com outros notaveis valores mentais da nossa gente, eleito Socio Correspondente, e passastes, automaticamente, com a fixação da vossa residencia em nossa capital, desde 29 de outubro de 1935, quando assumistes as redeas da publica administração, para a Classe dos Socios Efetivos.

O vosso gesto magnanimo e carinhoso, baixando, á simples representação desta Presidencia, o decreto-lei n. 503 de 7 de junho de 1938, que doou, gratuitamente e sem condições, o amplo e vistoso predio, em que nos encontrâmos reunidos, para séde definitiva do Instituto, foi a demonstração indisfarçavel do grande apreço em que tendes a instituição, que, ha mais de sete lustros, conserva acêso o lume da fé e defende o patrimonio historico e tradicional da nossa querida Potiguarania.

Si outros meritos, que sei vos sóbram e a outros cabe proclamar e enaltecer, não reunisseis para justificar esta consagração, suficiente seria o gesto de munificencia contido naquele de-

creto-lei, para que fizesseis jús ao galardão de Benemerito do Instituto.

Recebei, portanto, egregio confrade, com as primicias das felicitações pelo implemento do quadrienio pacifico e construtor da vossa gestão, em nossa terra, e com as seguranças da estima sincera dos vossos co-associados, o vosso novo diploma de SOCIO BENEMERITO, com que a gratidão do Instituto Historico entendeu de assinalar a constituição do seu patrimonio existencial, por virtude do vosso gesto altamente generoso, como estimulo eficaz aos nossos empreendimentos e ás nossas atividades.

IV—Quanto a vós, dr. Aldo Fernandes, que, como secretario geral do Estado, referendastes o decreto-lei n. 503 de 7 de junho de 1938, que doou ao Instituto o seu definitivo solar, e, como interventor interino, baixastes o outro decreto-lei n. 548 de 22 de agosto de 1938, isentando de impostos, taxas, emolumentos, fóros e laudemio, que deveriam onera-lo, como propriedade privada, que, dentão por deante, passaria a ser, tambem soube a nossa Companhia apreciar devidamente a vossa liberalidade, por chamar-vos ao gremio dos nossos trabalhos.

Tendes, nesta casa, uma nobre tradição que prosseguir e zelar; aqui, colaborou conosco, por varios anos, e presidiu durante um exercicio administrativo os destinos sociais o vosso saudoso e preclaro progenitor, cuja efigie veneranda enriquece a galeria dos nossos presidentes, tal como fulge e irradía entre as glorias da nossa jurisprudencia.

Cabe-vos a tarefa de continuar-lhe os passos e a atividade bemfazeja; disso já déstes mostra evidente na contribuição que prestastes á consecução do grande objetivo.

E' tambem vossa esta casa: tomae logar entre os veteranos servidores da historia em nossa terra, eis que já vos devemos marcados beneficios.

Confraternizae conosco em pról do patrimonio tradicional dos antepassados, onde se destacaram próceres da vossa linhagem ancestral; dái-nos o concurso intelectual, de que sois apto, para que possamos continuar a trajetoria, em que nos empenhamos de corpo e alma.

Sêde, assim, bemvindo ao gremio dos vossos novos consocios, que seguindo as praxes antigas nas recepções academicas, transmitem-vos o *osculum pacis*, bem representado neste Diploma de SOCIO BENEMERITO, em reconhecimento dos vossos prestimos e em sinal dos vossos merecimentos.

V—Assim cumprida a tarefa, que os precalços da presidencia me cométem, embora sem brilho nem vivacidade, eu me congratulo com os presados consocios e ilustres cavalheiros, aqui presentes, e que vieram realçar os meritos dos distinguidos recipiendários e a gloria perene do Grande Mauá, ao mesmo tempo que lhes agradeço, sumamente penhorado, em nome do Instituto, o conforto, o estimulo e a consideração com que nos desvaneceram e cativaram.

A cadeira de Gramatica Latina da Villa do Principe

JOSÉ AUGUSTO
(Socio benemerito)

Um dos fatores ponderáveis no desenvolvimento intelectual da sociedade seridoense foi a cadeira de gramática latina que a iniciativa privada criou ainda no período colonial e que os poderes públicos nacionais, a começar de 1836, e por muitos anos, mantiveram ministrando á mocidade sertaneja, alí localizada, rudimentos de cultura clássica, naquela época, e (por que não dize-lo?) ainda agora, imprescindível ás camadas da elite nas coletividades humanas progressistas.

O padre Brito Guerra, deputado pelo Rio Grande do Norte, justificando, no Parlamento Nacional, na sessão de 30 de junho de 1832, o projeto de resolução de sua autoria, afirmava que na Villa Nova do Principe, «até certo tempo houve um mestre que pelo espaço de 30 anos ensinou a matéria gratuitamente e cuja idade não lhe permitiu continuar neste exercício».

E acrescentava ser incontestável a utilidade da cadeira «não só porque o numero de estudantes de latim montava a mais de 30, como

porque muitos deles teem ido aplicar-se nos estudos maiores, nos cursos jurídicos».

Poderia parecer estranho que, em uma sociedade composta de rudes fazendeiros, homens dedicados aos afazeres rurais, preocupados preponderante senão exclusivamente, com o trato de suas fazendas e o apascentar dos seus rebanhos bovinos, houvesse logar para estudos clássicos, embora elementares, a ponto de se criar e manter, por longos annos, e pela iniciativa particular, um curso de aprendizagem do latim.

Mas, é preciso considerar (e aí se encontrará a explicação satisfatória do fato) que os povoadores iniciais do Seridó, as primeiras famílias que alí se instalaram e fixaram, tinham origem mais ou menos ilustre, descendiam de elementos distinguidos da elite social de Pernambuco.

Natural era assim que, dedicados embora, por necessidades de ordem econômica, ao áspero trabalho do pastoreio, tivessem o cuidado de dar aos seus filhos instrução e cultura compativeis com a sua condição e a linhagem a que pertenciam.

Aquí cabe relatar como o Parlamento Nacional recebeu o projeto de lei do deputado norte-riograndense, determinando que se criasse oficialmente a Cadeira de gramática latina em pleno sertão potiguar, na Vila do Principe.

A matéria teve ingresso nos debates parlamentares, como acima ficou dito, em julho de 1832, e teve logo a sua discussão iniciada, em virtude da urgência pedida pelo deputado Costa Ferreira.

Pelo projeto do deputado Guerra o professor a ser nomeado teria um vencimento anual de 300$000.

A primeira intervenção no debate veio do deputado Soares da Rocha, que considerava mesquinho o ordenado, e propunha que se désse ao Conselho a faculdade de marcar a propina, em harmonia com as condições locais.

Rebouças apoiou a emenda, considerando que o Conselho da Província estaria em melhores circunstâncias para aquilatar das necessidades de um funcionário que devia ter ordenado correspondente á sua capacidade e méritos.

Brito Guerra opôs-se á emenda, dizendo que «se contentava com os 300$000 que propuzera, porque tinha muitos dados para supor que o Presidente do Conselho ainda marcaria menor ordenado».

Acrescentou que o Rio Grande do Norte era uma Província pobre, não dispondo de muitos meios para atender ao funcionalismo convenientemente. Preferia desse modo que, si se fizesse alguma alteração no seu projeto, fosse para fixar mais alto o vencimento do professor, elevando-o, por exemplo, para 400$000.

A nova sugestão do deputado Guerra foi apoiada por Jacobina, que a propoz como emenda.

Ferreira França tomou parte nos debates para discordar da fixação da propina pela Câmara, proferindo deixar o assunto ao arbítrio do Presidente do Conselho, que poderia dispor sôbre a matéria a título provisório, submetendo-a depois á aprovação da Câmara, na forma da Constituição.

O deputado Rezende usou da palavra para dizer que, não devendo a Câmara deixar de aplicar as quantias necessárias para a instrução pública, tambem não devia dar de mais, e que tendo o deputado da Província do Rio Grande do Norte, o qual está mais no corrente das necessidades locais, informado á Câmara que os

300$000 seriam suficientes para se estabelecer alí uma cadeira de gramática latina, «que aliás não é de primeira necessidade», votava contra todas as emendas e a favor da resolução, sendo assim, o primeiro impugnador, embora tímido, da iniciativa Guerra: *não reputava a matéria de primeira necessidade.*

O assunto interessou a um grande número de representantes da Nação e continuou a ser debatido com vivacidade. Soares da Rocha retomou a tribuna para sustentação da sua emenda, a que transferia para o Conselho Provincial a faculdade de marcar o ordenado, Conselho que estaria em outras condições para deliberar «com mais conhecimento de causa».

Acrescentava que «o ordenado de 300$000 em uma Província pobre como o Rio Grande do Norte, não seria suficiente para ter alí um professor hábil».

E a sua opinião era que «com charlatães não se devia gastar nem 10 réis».

Resende voltou á carga para lembrar que o padre Guerra, temendo que o Conselho marcasse menor ordenado, estabelecia o de 300$000 que era o suficiente na Vila do Príncipe, «cujos habitantes não viviam na necessidade que se supunha, contentando-se com as pequenas coisas com que vivem muito bem».

Holanda Cavalcanti vem, então á tribuna para impugnar fortemente o projeto.

No seu entender, o que cumpria á Câmara era examinar e atender as necessidades vitais do país, votando as reformas reclamadas pela Nação.

Acentuava que não eram boas as notícias vindas da Europa e que havia outros assuntos a reclamar com urgência maior a atenção dos re-

presentantes do povo, como o projeto de reforma da administração provincial.

Brito Guerra responde que muito respeitava a opinião do seu colega Holanda Cavalcanti, mas ao que lhe parecia «a Província do Rio Grande do Norte não merecia menos consideração do que as outras Províncias», a favor das quais haviam sido aprovadas disposições semelhantes.

Lembra ainda que o Conselho da Provincia já propuzera em tempo a criação dessa cadeira e que «os habitantes do sertão tinham tanto direito quanto os mais cidadãos brasileiros para verem os seus filhos instruidos».

Os deputados Cassiano e Pires Ferreira responderam por sua vez a Holanda Cavalcanti, mas na parte da crítica deste á ausencia de outras matérias para ele mais importantes na ordem do dia da Câmara.

Quanto ao projeto própriamente, Pires Ferreira limitou-se a concordar com a fixação do ordenado do mestre de latim em 300$000, á vista da declaração do deputado da Província do Rio Grande do Norte de que tal quantia não era insuficiente.

Tambem Carneiro da Cunha dá pelo ordenado de 300$000, que julga suficiente, tendo-se em atenção a «barateza dos alimentos no Rio Grande do Norte».

Acrescia que o professor de Natal vencia 350$000, sendo injusto dar maior ordenado ao que ia servir no interior.

Costa Ferreira declara votar pelo projeto, e Brito Guerra propõe, afinal, que se fixasse em 400$000 o ordenado de todos os professores de gramática latina da Província do Rio Grande do Norte, emendando assim o seu próprio projeto.

Mas, a Câmara entendeu de melhor alvitre

recusar todas as emendas, e, dando por encerrado o debate, aprovou a criação da cadeira de latim da Vila Nova do Principe nos termos da iniciativa Brito Guerra, isto é, com o vencimento de 300$000 para o professor.

Eis o ato do Poder Executivo que dá sanção á deliberação legislativa:

«DECRETO—7 de Agosto de 1832

Crêa uma cadeira de gramática latina na Villa do Principe, da Provincia do Rio Grande do Norte.

A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo Unico. Fica creada uma cadeira de gramática latina com o ordenado de 300$000 na Villa do Principe, da Provincia do Rio Grande do Norte.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Fazenda e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Agosto de mil oitocentos e trinta e dois, undecimo da Independencia e do Imperio.

Francisco de Lima e Silva.

José da Costa Carvalho.

João Braulio Muniz.

Antonio Francisco de Paula.

Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Conforme se verifica da resenha dos debates que acima fica feita, e que recolhi dos próprios Anais Parlamentares, o assunto mereceu larga discussão, na qual tomaram parte figuras de maior projeção na Câmara e no País.

O aspecto que mais interessou aos deputados foi o da importância dos vencimentos a serem deferidos ao professor, o que evidencia como naquela época era meticulosa a atenção dispensada a tudo quanto implicava aumento de despesa pública.

Com a criação oficial da cadeira de gramática latina da Villa Nova do Principe, tinha o deputado Brito Guerra uma das suas vitórias parlamentares, e o Seridó conquistava do mesmo passo uma instituição que lhe foi sumamente útil do ponto de vista do seu progresso inteletual, durante vários decênios.

Em 1.º de agosto de 1836, era empossado no exercício da cadeira, oficialmente criada, após concurso a que se submetera, o professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito, «contando, então, como ele mesmo escreveu, 20 anos e 9 dias de idade».

Exerceu o magistério por muitos anos, e de sua escola, e com as suas lições, sairam para o clero, para a política, para a judicatura, e outros ramos da atividade humana, muitos seridoenses que honraram a terra e que só puderam chegar a altas situações, porque tiveram o despertar da inteligencia para vôos sempre mais largos na aula que o prestígio do Padre Guerra teve fôrça para facilitar no modesto e longínquo trecho seridoense do território potiguar.

Sucessores do professor Apolinar foram no ensino da língua latina da Villa Nova do Principe, hoje Caicó, os professores Manoel Pinheiro Brasil e Manoel Augusto Bezerra de Araujo,

qual deles mais dedicado á causa da evolução inteletual da mocidade seridoense.

Quando se quizer apreciar com segurança e verdade o acervo de serviços que a cadeira de latim, criada legislativamente pelo padre Guerra, prestou á vida mental dos seridoenses, chegar-se-á, sem exagero, á conclusão de que foi ela um dos fatores apreciáveis na determinação da evidente, real, e muitas vezes decisiva influência que os homens do Seridó tiveram sempre na direção da vida potiguar.

Dando aos moços que a procuravam um esboço de cultura geral, indispensável a toda e qualquer camada dirigente, preparou por varias décadas uma elite digna da terra norte riograndense, que por ela foi sempre servida nos postos de direção, em vários períodos de sua historia.

Graças ao germem de cultura que foram haurir na aula de latim da Villa Nova do Principe, e ao gôsto pelo estudo e pelas letras, que ela lhes despertou, dois seridoenses paupérrimos, e de família modesta, embora dignissima, puderam chegar ás culminancias da incondicional admiração e respeito dos seus conterrâneos; os irmãos padre João Maria, o mais puro e santo dos riograndenses, e Amaro Cavalcanti, insigne jurisconsulto, o maior dos inteletuais potiguares.

A cadeira de gramática latina da Villa do Principe, a que por fim, e por ato legislativo, se anexou tambem o estudo do francês, foi extinta com a proclamação da Republica.

Fanaticos da Serra de João do Valle

LUIS DA CAMARA CASCUDO
(Socio Efetivo)

Peço licença para contar uma historia que nunca foi contada. Não mereceu registo nem allusão. Passou despercebida. Perceberiam apenas quando ella se tornasse tragedia, com sangue, brutalidade e morte. Arrancaram a raiz ainda viva e cheia de seiva. Uma fiscalização local impossibilitou a replanta. A morte passou. levando personagens miúdos e graudos, assistentes e actores. Ninguem, nas cidades, recorda o episodio. Lembro-o, com nomes e datas. *E' vicio de memoria velha,* como dizia Machado de Assis.

Essas reuniões *fanaticas* não suggeriram um estudo de conjunto, seus meios de organização e subsistencia, origem da catechese, processo liturgico, as figuras impressionantes e barbaras dos chefes, sinceros ou interesseiros, sensuaes como o *beato José Lourenço* ou castos como Antonio Conselheiro ou o padre Cicero Romão Baptista. Como findaram ou continuam, fervendo imperceptivelmente, como o dominio do Santa Dica no Matto Grosso e extintos, em definitivo, como os Muckers de S. Leopoldo, no

Rio Grande do Sul. Canudos teve a honra de encontrar Euclydes da Cunha e este transfigurar o thema, envolvendo-nos na irresistivel magia duma evocação inesquecivel. Mas o assumpto, a mystica determinadora dessa força convulsa, as formulas da suggestão collectiva, o curiosissimo methodo para manter a multidão em disciplina, relativa como nos Muckers, ou absoluta como na fazenda *Caldeirão*, os meios economicos, a distribuição de viveres, a caixa-central, esmolas ou trabalho voluntario, num communismo agrario, rigido, seguido, inflexivel, como fazia, com proveito o *beato* José Lourenço, no Crato cearense, são *motivos* reaes que precisariam um exame e nunca a simples reportagem sensacional.

Com os documentos, relativamente ao alcance de uma curiosidade, ninguem tentou analysar as concentrações *fanaticas* no Brasil.

Durante o seculo XIX os principaes nucleos foram Pedra Bonita, perto de Villa Bella, em Pernambuco, os Muckers, em S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Canudos, no sertão da Bahia.

O *reinado* da Pedra Bonita, duas pedras altas, parallelas e brancas que se erguem num plaino, é apenas sadismo, bestialidade e morte. El-Rei Dom Sebastião voltaria, poderoso e vivo, quebrado o encanto, para tornar immortaes e ricos os fieis vassallos. João Antonio dos Santos, destronado por João Ferreira e este por Pedro Antonio dos Santos, foram os *soberanos*, sacrificadores diarios de vidas, estupradores, violentos, loucos. Ensoparam de sangue humano a base de Pedra Bonita. A repressão durou dois annos, 1836-38. O ultimo *rei* morreu lutando, cercado de companheiros, berrando de enthusiasmo. Custara um cemiterio. E' o unico

exemplo indiscutivel da sobrevivencia *sebastianista* no Brasil. Um sebastianismo sem fidalgos nem casas ricas. Os *reis* e a sua *côrte* eram mamelucos. Como se daria essa infiltração espiritual, tão poderosa e decisiva que os atirou ao crime e á loucura assassina? Quando, em em Maio de 1830, acabou o *reino da Pedra Bonita*, o sertão ganhava mais uma lenda de pavor e persistencia na memoria popular.

Os Muckers, em S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, têm sua guerra de 1873 a 1874. O chefe é João Jorge Maurer, cantando orações, curando pelo toque, influenciado por forças invisiveis e divinas. E' preciso tropa, armas seguras, commando de um coronel, Genuino Olimpio de Sampaio, e tres mezes de embate e descargas, para que os Muckers se apaguem diluidos, depois das refregas doidas junto as tendas de couro, derradeiro abrigo dos chefes, que morrem combatendo. João Jorge Maurer desaparece sem vestigios. Mas o coronel morre, furado de balas.

Canudos é a pagina constante. De 1896 a 1897, quatro expedições militares, dirigidas por officiais superiores, atravessam o sertão bahiano para silenciar a ladainha de Antonio Conselheiro, na colmeia dos cinco mil e duzentos cochicholos de taípa, semeados ás margens do Vasa-Barris. No seculo XX, ha o *Contestado*, em Paraná e Santa Catarina, onde passa a sombra mistoriosa do *monge* João Maria e do seu substituto, João Maria Agostinho, atirando ás baionêtas do Exercito milheiros de *fanaticos*, que se batem resando e morrem impassiveis.

E' Joazeiro do Padre Cicero, com uma bibliografia de dez volumes. O ciclo não se fechou. Um familiar do Padre Cicero, o *beato* José Lourenço, começa inventando o *boi santo*,

venerado pelos devotos e morto a mandado do dr. Floro Bartholomeu. José Lourenço, morrendo o Padre Cicero, funda uma espantosa Irmandade da Penitencia, centenas e centenas de homens, mulheres, crianças usando luto perpetuo pelo Padre Cicero. Disciplina seu grupo. Cria uma hierarchia, um rythmo social. Nova mystica. Treis mil pessoas se agrupam no Caldeirão, municipio do Crato. Todos trabalham voluntariamente. Terras, esforços, ganhos, pertencem a Irmandade na pessoa do seu chefe supremo, vitalicio, irrevogavel, o beato José Lourenço. Um arraial nasce no cimo de pedras fuscas e ardentes. Igrejinha. Plantios enormes. Ordem. José Lourenço, alto, athletico, negro sexagenario, enverga casulas, manto talar, aspira incenso, repetindo o cerimonial catholico. Não ha discussão, negativa, desculpa. José Lourenço manda porque sabe. E mantem um *haren*, com dezesete mocinhas matutas, passiveis e devotadas. Em Setembro de 1936, o Governo do Ceará mandou dispersar a horda. Oficiaes, Chefes de Policia, soldados, metralhadoras, seguem. Nenhuma reacção. Todos prezos. José Lourenço, avisado pela sua policia secreta, não foi encontrado. Milhares de vozes defendem o *beato* que é puro, desinteressado, piedoso e amigo. O Governo espalha os *fanaticos*. Setenta e cinco por cento pertencem ao Rio Grande do Norte. As procedencias são os Estados do nordeste, o ambiente repercutor.

Santa Dica, que ficava cataleptica, annunciando o futuro, prophetizando e curando, no jeito classico de todos os prophetas de outrora, amainou a popularidade, mas, dizem-me, é de estado latente seu prestigio junto aos fieis admiradores de suas virtudes surprehendentes.

No Rio Grande do Norte, o centro *fanatico*

durou pouco mais de dois annos, ao morrer do seculo XX. Com dois annos a fama se espalhara como uma luz de esperança, nos confins de quatro Estados. Não custou vidas, porque o golpe decepou, promptamente, a força radicular que se formava, terebrante e profunda, no plató duma serra, no sertão de pedra nordestino. Faltou apenas a quarta dimensão para que fossem impotentes os esforços repressores no ambito estadual. E diga-se que o melhor elemento foi a escolha dos chefes militares e civis, encarregados da extinção. Eram todos da região, alguns pertencendo á propria familia do mentor fanatico. Havia conhecimento de tudo, terra, almas, habitos, superstições, mentalidade. O tempo é que não permitiu a divulgação do novo *santo*. Mesmo assim, incipiente e sem maiores famas, a crença attrahira adeptos de Ceará, Parahyba e Pernambuco. Estava no periodo da corrida para o vôo.

No actual municipio de Augusto Severo (Campo Grande e depois Triumpho) existe a Serra de João do Valle, um contraforte da Borborema. Era morada dos Pégas cariris, reduzidos e aldeiados em São José de Mipibú. A serra foi a leilão e um sesmeiro rico, João do Vallo Bezerra, arrematou-a, por 420$000, pagos em prestação, a 19-XI-1761. A Serra herdou-lhe o nome.

E' uma zona de agricultura. Clima frio, saudavel, com aguas finas e saborosas. Toda região é densamente povoada, pululando os casebros de barro, quasi todos pintados de branco, com barras de roxo e vermelho, retirados de jazidas proximas.

Nas «eras» de 40, ahi se estabeleceu Manuel Ramalho do Nascimento, casado com Izabel Maria da Conceição, mamelucos. Situaram «Cajuei-

ro», na serra de João do Vale, cuja denominação anterior era «Cipilhada», pela extranha horizontalidade do platô, igual e amplo, na linha do horizonte.

Um caçador de papeis velhos nos archivos sertanejos, especie rara de observador e annotador, sr. Hugolino de Oliveira, reuniu documentos sobre esse episodio, registos e notas familiares.

Manuel Ramalho do Nascimento veio a fallecer a 10-6-1922 e Biluca, sua mulher, morrera em Janeiro de 1919. O casal tivera filhos. O segundo genito, Joaquim Ramalho do Nascimento, nascido em «Cajueiro» no anno de 1862, é o criador dos «fanaticos». Outro irmão é João Ramalho, tambem conhecido por João Theodorico de Oliveira, casado na familia Pereira Jacome, é o pae do informante Hugolino de Oliveira, escrivão na cidade de Caraúbas. E seguem outros manos.

Joaquim Ramalho, gordo, lento, apathico, amarello, foi menino sujeito ás scismas, meditações longas, olhar parado, acompanhando um pensamento mysterioso. Com poucos annos, affirma-se a tendencia mystica, nas orações sem fim, passos rythmados, braços para o firmamento, resando missas, impondo penitencias. Até dezoito annos nunca vira um padre nem entrára numa igreja. Apesar desses pendores sacerdotaes, é um chefe decisivo, amando dispor das vontades alheias e dirigil-as sem protesto. Seus irmãos, primos e amigos obedeciam-lhe as ordens ou não brincavam com elle. Onde estivesse «celebrando» ou «pregando as santas missões», queria respeito e disciplina.

Cresceu, casou, trabalhando na roça, indo a Villa do Triumpho, tendo amigos. Sempre meio alheiado, scismatico, distrahido, rezador e silen-

cioso. O physico não o ajudava. Nedio, pallido, de fala secca, pouca impressão daria aos ouvintes.

Em fins de 1894, falleceu o Vigario Velho do Triumpho, Padre Manuel Bezerra Cavalcante, com oitenta annos, e cincoenta e quatro de Vigario-Colado. Era padrinho da metade da população e compadre do restante. Toda a gente choroú no enterro do Vigario Velho e sepultaram seu cadaver no cemiterio da Villa.

Numa tarde, na Serra, Joaquim Ramalho passeava no pateo da casa. Bruscamente parou, nauseante, gorgulhando vomitos, com carêtas, e cahiu, de bruços pezadamente. A familia accudiu. Veio apanhal-o quando, ainda no solo, com os olhos abertos, face contrahida, crispado numa agonia, o homem começou a cantar. Em volta, inconscientemente, os presentes se detiveram, descobertos, reverentes, atonitos, ouvindo no silencio da tarde aquelle canto mysterioso do doente. Era como uma ladainha monotona, fraca, pausada pelos resfolêgos anciados, uma voz distante, incolor, assombrosa. Voltando a si, espantado, Joaquim Ramalho affirmava nada recordar da vertigem. Negou que tivesse cantado. No outro dia, ás mesmas horas, cahiu e tornou a cantar.

Era 1898. A noticia se alastrou como um fogo de pasto. Fulgiu como um relampago, alumiando todos os recantos da serra, os arredores, vivendas e sitios nas margens do rio Paraú, roteiro de Triumpho e da cidade do Assú. Homens e mulheres correram para ver o prodigio. Todas as tardes Joaquim Ramalho perdia os sentidos e cantava. Agora deitado, commodamente, numa esteira de peri-peri, dentro de casa, com vellas acesas e cercado de olhos espavoridos e credulos. Vieram mais assistentes. Os

primeiros presentes. Para as vellas. Para o «doente». Pouco a pouco ninguem acreditava que fosse molestia. Era um *signal*. Signal do Além, do Desconhecido, do Divino. Joaquim Ramalho, gordo, lento, pezado, apathico, de olhos baixos, passou a sacerdote espontaneo, hierophante natural, pontificando na esteira de peri-peri como um vehiculo dos Deuses. Em Abril, o canto era dogma em trinta leguas de raio. A casa não cabia o auditorio. Nem o chiqueiro comportava as offertas. Barraquinhas surgiram, derredor do templo domestico, para que as vozes não fossem perdidas. Dos brejos parahybanos, das ribeiras do Ceará, do agreste norte rio grandense, subiram os primeiros devotos, caminho da obcessão.

Tudo se aclarára. Joaquim Ramalho estava certo de sua missão. Lêra Allan Kardec. Lêra a «Missão Abreviada». Possuia uma explicação para a assistencia que dispensava todas, acceitando uma que era a somma das vagas justificações pessoaes.

Quem, contava não era elle, pobre peccador, e sim o Vigario Velho. Esse sim, tinha *os poderes* de communicar a vontade, aconselhar e dirigir. Quem quizesse a salvação ouvisse o Vigario Velho na bocca de Joaquim Ramalho. Ao redor da residencia surgia, num milagre, o arraial, o mesmo de Canudos e do Caldeirão. As mesmas forças. E gente chegando, mais e mais, credula que ficava, ou desencantada que se ía embora, caladinha, para não irritar os devotos.

Tambem o Vigario Velho não era o unico. O Padre Manuel Fernandes, Vigario de Macáu, *se encarnava* tambem, cantando. Cantando como nos *nomói* gregos e nos *rags* indianos. Como

nas *linhas dos mestres* nas salas fumarentas do Catimbó.

Dia e noite a serra era sonora pelas litanias, responsos, novenas, terços, uma infinidade de exercicios religiosos, cantados, rezados, em voz alta, com foguetão e alvoroço. Semanalmente um devoto ía a uma parochia visinha encommendar missas. O Vigario Velho dera ordens.

O arraial crescendo, crescendo. A vida sendo desorganizada derredor. Trabalhadores e vaqueiros largavam o serviço para andar cantando, com uma vela na mão, atraz de Joaquim Ramalho, vestido num *chambre* branco de chita.

O ajuntamente não primava pela moralidade. Pouco respeito e nenhum cuidado pelas moças beatas. Não que Joaqnim Ramalho fosse um devoto iniciador das vassalas nos ritos amorosos. Era occupação de alguns companheiros. Os mais fieis ás orações. Os mais ciumentos da prestigiosa companhia.

Appareceu, então o *outro*. Esse outro apparece sempre e desmancha os rythmos tranquillos em que o beaterio processa o desenvolvimento. Sabino José de Oliveira, mestiço, secco. esgalgado, espirituoso, falador, bailarino, cégo do olho esquerdo, atrevido, sacudido, fascinador, appareceu e foi dominando.

Começou sendo um acolyto de Joaquim Ramalho. Ia tendo seus admiradores. Os *fans* da sua maneira espectacular de agir e prometter. Depois, passou a collega. Recebeu a visita astral de um espirito. Muito mais importante que o Vigario Velho ou o Padre Fernandes de Macau. O espirito que acostava em Sabino José de Oliveira era estranjeiro, filho de terras longes, um santo missionario, de nome difficil e facil ao mesmo tempo. Sabino sacudiu-se ao chão estrebuchando, babando, uivando de furor religio-

so. Depois socegou, serenou e cantou. E disse quem cantava. Era um *missionario italiano, Brito He Brito de Maria da Conceição!* E o povo batia nos peitos, contricto. *Missionario Italiano, Brito de Maria da Conceição* avantajou-se depressa sobre o pobre Vigario Velho, coitado, tão simples e bom. *Omne ignotum pro magnifico.*

E a moral desceu á quota zero.

Todas as noites. Sabino ou Ramalho, officiava, perante multidão. Descia o renome para os valles, inundando taboleiros, ganhando zonas inteiras. Em certos dias, com velas brilhando, vagarosamente, desciam centenas de pessoas cantando ladainhas, visitando lugarejos visinhos, recebidos com bemditos e presentes. Fazendeiros ricos, cangaceiros malucos de coragem, vaqueiros veteranos, ajoelhavam quando Joaquim Ramalho passava, estatico, absorto em contemplações superiores. Vendiam a roupa do corpo para levar uma lembrança. Assim passou 1898 e entrou 1899, na serra do João do Valle, municipio do Triumpho, no Estado do Rio Grande do Norte.

Na boca-da-noite era a hora suprema. O mesmo rito para os dois chefes cujos grupos já se destacavam, permutando desaforos e desalojando os idolos alheios. Na sala, repleta de fieis, Ramalho ou Sabino, vagaroso, quasi branco de pallidez, apparecia, offegante. Deitava-se na esteira, coberta de panno branco. Orava e todos respondiam. Ia resvalando numa somnolencia mansa. De repente pulava, estorcendo-se, espumando. Rezas mais altas, afflictas, pedindo a compaixão de Deus. Immobilisava-se o sacerdote leigo. Podiam fural-o e não sentiria dores. Duro, esticado, olhos abertos. As velas accesas davam uma côr livida de camara mortuaria. No silencio, a um sígnal, lentamente, emergindo da

sombra, pausado e grave, o canto coral subia de impressionante belleza selvagem:—

Senhor Deus, nós pedimos a gloria
Santa Maria, rogae a Deus por nós!

E o côro respondia, num esto delirante de fé convulsiva:—

—Santa Maria, rogae a Deus por nós!

Immovel, hirto, sinistro, Ramalho entreabria os labios para ciciar, numa melopéa acalentadora:

—Os passos de Christo eu não perco mais
—Misericordia dos céos, soccorrei a nós!

E todos cantavam, a plenos pulmões, chorando e percutindo o peito num desespero de contricção e de arrependimento:—

—Santa Maria, rogae a Deus por nós!

Depois dessa parte orpheonica, seguia-se o consultorio medico, a parte thaumaturgica, as orientações, conselhos, prophecias. Sabino ganhou dianteira facil, com sua faiscante imaginação mestiça.

Vez por outra, tardinha, Sabino prégava, empoleirado num pulpito que quatro forquilhas faziam, cobertas de folhas. Lá de cima argumentava e discutia religião, clareando escuros theologicos e dando razões praticas de assumptos transcedentes. E dispensou, soberbamente, a lida dos devotos para as missas em Triumpho, Caraúbas ou Assú. Elle mesmo celebrava. E celebrou muitas, diante do povo, com sermão,

reviravoltas e berros. Depois, em nome do *Missionario Italiano Brito He Brito de Maria da Conceição*, estirava a mão, *urbi et orbi*, e abençoava homens e coisas naturaes, seus devotos.

Os chefes politicos do municipio reclamaram para Natal. Contavam historias horrorosas de devassidão, de roubo, de vadiagem. Dois annos antes Canudos dera o que fazer ao Governo Federal em dinheiro e sangue. A serra do João do Valle, com menos de trinta mezes, annunciava um successo muito maior. Os devotos informavam que, no fim do anno, milhares de peregrinos appareceriam. E Sabino ajudava, multiplicando promessas. Declarou, no alto da cathedra, que era elle e eram todos invulneraveis. Bala derretia como cebo na braza e facão, espada e báioneta virariam agua pura. Podiam confiar. Certeza. Era a palavra do Missionario, Brito de Maria da Conceição. Quem não acreditaria?...

O Governador do Estado, Desembargador Joaquim Ferreira Chaves ouviu a queixa do coronel Luiz Pereira Tito Jacome, chefe amigo. E dos outros sub-chefes. Acertou mandar dissolver o agrupamento. E vigiar o brazêdo para não dar chammas novamente. Pediu um tenente do Batalhão de Segurança, sertanejo do municipio de Triumpho, conhecedor da terra e seus usos, deu carta-branca, e mandou-o agir. O tenente se chamava Francisco Justino de Oliveira Cascudo, meu Pae.

Entram aqui as reminiscencias, ouvidas tantas vezes. E' uma forma de recordar a voz paterna, emmudecida na morte.

Em Agosto de 1899, o tenente Cascudo attingiu Triumpho, reunindo soldados dos varios destacamentos espalhados nas redondezas. Na villa houve conversa longa com os chefes lo-

caes, Luiz Pereira Tito Jacome, Luiz Florencio Tito Jacome, Joaquim Appolinario de Medeiros, Manoel Martins Veras e o irmão de Joaquim Ramalho, João Theodorico de Oliveira, inimigo declarado da technica fraternal no tocante religioso. Discutiu-se longamente. Nessa mesma noite, Joaquim Ramalho foi avisado. Sabino, sem perder a calma, lembrou a invulnerabilidade beata e a transformação das armas militares nagua da fonte. Combinaram, não uma reação, tendo centenas de homens esperando um gesto, mas a ida a uma fazenda proxima, «Pitombeira», fazer uma «sessão». E foram dormir.

O tenente Cascudo, com a tropa, accrescida de «paisanos», armados e seguida por um grupo de amigos, seguiu para «Cachoeira», propriedade de Luiz Florencio. Pela manhã cercaram «Pitombeira», a casa cheia de devotos, orgulhosos pela presença inestimavel dos dois chefes. Renderam-se sem uma frase.

Meu Pae dizia ter Joaquim Ramalho pronunciado, devagar :—*Deus foi preso quanto mais eu...* Sabino, mais decidido, affrontou, impassivel, os olhares do tenente, soldados e curiosos. E, inopinadamente, com um berro cavernoso, deixou-se tombar, roncando, possuido pelo *espirito*. Sem sentidos, em extase, ahi ficou Sabino, hospedando o missionario Brito. Rapido, o tenente desceu sobre o «cabra» a espada, numa serie de golpes promptos. Na mesma velocidade com que se prostrara. Sabino voltou á verticalidade, informando, com voz apressada e normal :—*Prompto seu Tenente, o espirito já sahiu. Voou na ponta da espada.*

Voltaram para Triumpho, corneta tocando, armas ao hombro, tenente, amigos e soldados, trazendo Ramalho e Sabino. Uma «batida» nos

socavões da serra desacuou muita gente, levada para a Villa que se encheu de «fanaticos».

Auto de perguntas aos dois chefes. Os beatos, depois de admoestações e ameaças, foram mandados andar. Sabino e Ramalho, com a cabeça rapada á navalha, suprema afronta para o sertanejo daquelle tempo, seguiram para a cadeia de Mossoró, solida e rija. Sabino era prestimoso, serviçal, amigo como raros. Ramalho, superior na desgraça, inda teve veleidades de impressionar os soldados que o custodiavam, sertanejos como os beatos. Deu para cantar, com voz cava e sinistra, as misteriosas melopéas suggestionadoras. Alguns *pannos* de facão afastaram-no da reincidencia, Sabino readquirira a normalidade perfeita desde que se encontrara em Mossoró,

Qual seria o crime? Os estupros, defloramentos e pequenos furtos seriam apurados difficilmente. A desmoralização enrolara os dois *meneurs*. As cercanias da serra do João do Valle foram devassadas longamente, com o exagero pretencioso de quem cumpre a lei ante quem não a conhece. Os desmandos foram reprimidos pelo tenente Cascudo. Os protectores de Joaquim Ramalho iniciaram o serviço de attenuamento, junto aos «poderes». Ainda em 1899 ou principio de 1900, estavam todos livres. Livres os dois, porque os beatos não foram presos, intelligentemente. Serviram para a divulgação da derrota.

O baixo espiritismo conseguiu esse como segue semeando outros successos terminados policialmente. Mas, na espera de compasso, emquanto não vem a policia, curandeiros medicam, enriquecem, exploram e matam, sob egides de espiritos superiores e luminosos.

Uma photographia espiritual dos dois che-

fes beatos é o depoimento, prestado ante a autoridade policial. Creio que o processo não passou desse inquerito, morrendo antes da formação da culpa. Transcrever essas duas peças é offerecel-as ao exame futuro. Fatalmente interessarão. Não posso prever o nome do estudioso e a época do estudo.

Resta informar o paradeiro dos dois conductores de homens. Joaquim Ramalho, logo que se encontrou livre, retomou o trabalho agricola, esquecido dos cantos e encarnações ecclesiasticas. Falleceu na sua pequena propriedade «Malhada Redonda», municipio de Augusto Severo (o mesmo Campo Grande e Triumpho), a 26 de Março de 1925, picado por uma cobra cascavel quando, velho, doente e cégo, caminhava, a pé, os vinte kilometros que o separavam da missa dominical na Matriz de Santa Anna, em Augusto Severo.

Sabino José de Oliveira não deixou noticias actuaes. Em 1919 vivia o mesmo cabra destorcido, desempenado e conversador. Narrou ao sr. Hugolino de Oliveira, que as sabia pelo tio Joaquim Ramalho, as peripecias da Serra de João do Valle, inclusive a sova que lhe dera o tenente, furioso pela simulação, *Tenente de espada pesada !...* commentava elle, rindo, vinte annos depois.

AUTO DE PERGUNTAS AO CHEFE JOAQUIM RAMALHO

Aos vinte e dois dias do mez de Agosto de 1899, nesta Villa do Triumpho, Estado do Rio Grande do Norte, Comarca do Apody, na casa de residencia do cidadão Horacio Bezerra de Góes, delegado de polícia em exercicio, commigo escrivão *ad hoc*, compareceu *Joaquim Ra-*

malho do Nascimento. Perguntado de quem era filho, respomdeu de Manoel Ramalho do Nascimento. Perguntado que idade tinha? Respondeu trinta e sete annos. Perguntado qual seu estado? Respondeu casado. Sua nacionalidade? Que era brasileiro. E que sabia ler e escrever? Respondeu que sim, e lhe sendo perguntado se sabia porque se achava preso? Respondeu porque cantava. Perguntado qual o motivo porque cantava? Respondeu porque achava bonito. Perguntado porque dizia estava com o Vigario Manoel Bezerra dentro de si e qne este lhe pedia missas? Respondera que nunca tivera o Vigario Manoel Bezerra, e nem elle lhe pedira missas, e as que mandou dizer foi porque queria. Perguntado se de fato tinha tambem dentro de si o Padre Manoel Fernandes, então Vigario de Macau? Respondeu que não. Declarou ainda que no começo quando lhe dava ataque de sonambulismo por uma e outra vez, então seus visinhos disto sabendo tornaram-se fanaticos e propalaram dentro e fóra que eram ataques produzidos pela Divindade e que elle para satisfazel-os continuava em suas cantorias, confirmando o que se dizia, mas que hoje sendo interrogado pelo delegado de policia e tenente do Batalhão de Policia de Segurança e da força publica aqui estacionada e mais testemunhas abaixo assignadas, que elle assim praticava para satisfazer aquelles que o cercavam e isto declarava sem constrangimento algum. Perguntado qual o conceito por elle feito acerca das cantorias e predicas, feitas por um tal Sabino? Respondeu que aquillo era uma pura cavilação. Perguntado, finalmente, porque não fez desapparecer taes predicas, baptizados, botar espiritos e missas celebradas pelo mesmo Sabino? Respondeu que poude retirar elle de dizer mis-

sas, não concordando nas transmissões de espiritos, não podendo privál-o das mais predicas, visto achar-se em terreno falso. Nada mais acrescentando, mandou o delegado lavrar o presente auto, que vae assignado pelo mesmo depois de lhe ser lido e achado conforme, com o delegado de policia Tenente Francisco de Oliveira Cascudo e as testemunhas Theophilo Régis, José Xavier da Cruz e Joaquim Manoel Ferreira Lustoza. Eu, Hortencio Bezerra da Costa, escrivão *ad hoc* o escrevi e assigno. (aa)—Horacio Bezerra de Góes, Joaquim Ramalho do Nascimento. Presentes:—Francisco Justino de Oliveira Cascudo, Joaquim Manoel Ferreira Lustoza, José Xavier da Cruz, Theophilo Régis, Hortencio Bezerra da Costa.

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E PERGUNTAS AO CHEFE SABINO JOSE' DE OLIVEIRA

Aos vinte e dois dias do mez de Agosto de 1899, na casa de residencia do cidadão Horacio Bezerra de Góes, delegado de policia em exercicio nesta villa do Triumpho, districto judiciario da 10.ª Circumnscripção com séde na cidade do Apody, Estado do Rio Grande do Norte, presentes *Sabino José de Oliveira*, livre de ferros e sem constrangimento algum, pelo dito delegado lhe foi feito perante mim escrivão *ad hoc* no fim declarado e mais testemunhas tambem abaixo declaradas e assignadas, o interrogatorio do modo seguinte: — Perguntado qual seu nome? Respondeu chamar-se Sabino José de Oliveira. Donde era natural? Deste Estado. Onde reside ou mora? Na serra do João do Valle. Qual a sua profissão? Agricultor. Qual o seu estado e se sabe ler e escrever? Respondeu que é casado e não sabe lêr nem escrever. Perguntado

se sabia porque se achava preso? Respondeu porque cantava e prégava missões, baptizava e transferia espiritos em outras pessoas. Perguntado qual o motivo de assim proceder? Respondeu que tendo o fanatico e chefe Joaquim Ramalho inventado desde o anno passado que tinha dentro de si Padres, bem como o fallecido vigario Manoel Bezerra collocando-se dentro delle e pedia-lhe missas, e outras rogativas, elle interrogado comprehendendo que não passava aquillo de uma especulação lucrativa, entendeu de si tambem inventar e para isso procurou um grupo e então declarou que estava tambem com um Missionario Italiano de nome Brito He Brito de Maria da Conceição, que por elle falava, e então os demais fanaticos assim incorporados trataram de fazer coisas sem sua licença, de causar horrores. Declarou que com esta especulação pouco lucrara porque tivera um mez e pouco mais nesta obra. Declarou ainda ao constar ter chegado a força publica nesta villa, commandada pelo tenente Cascudo, que não tivesse medo que as armas dos soldados e a espada do tenente se transformavam em agua, mas tendo elle interrogado, Joaquim Ramalho e muitos outros, inclusive mulheres no sitio «Pitombeira» ahi foram cercados pela força publica, presos e conduzidos para esta Villa onde estão recolhidos na casa que serve de quartel. E como nada mais disse nem foi perguntado, mandou o delegado lavrar este auto que vae assignado por José Alves Bezerra a rogo do interrogado por não saber escrever, assignando o mesmo delegado tenente Francisco Justino de Oliveira Cascudo e as testemunhas Joaquim Manoel Ferreira Lustoza, Theophilo Régis e José Xavier da Cruz. E eu, Hortencio Bezerra da Costa, escrivão *ad hoc* o escrevi e assigno. (aa) Horacio Bezerra

de Góes, José Alves Bezerra, Francisco Justino de Oliveira Cascudo, José Xavier da Cruz, Theophilo Régis, Joaquim Manoel Ferreira Lustoza, Hortencio Bezerra da Costa,

(Trasladado do *Jornal do Commercio*, do Rio, edição de 9 de Fevereiro de 1941).

Manoel Antonio de Oliveira Coriolano

PHILIPE GUERRA
(Socio Efetivo)

Sobre a personalidade desse velho cronista do Apody, a «Acta Diurna», publicada na «A Republica», de 21 de Março do corrente anno, contém dados veridicos e completos.

Camara Cascudo, em suas «atas», faz como o narrador que conta, com singelêsa e despreocupação, empolgante episodio.

O auditorio, atento, palpita. O narrador, sem alteração, passa adeante.

Alto, magro, angulôso, Coriolano era um retraído, de poucas palavras. Em sua sala, havia um banco de carpinteiro, onde alguma vez, trabalhava, nunca tendo exercido a profissão. Muito pobre, casado, com filhos. Durante longos annos, fumava cachimbo, mascáva fumo, amante de café. E assim viveu oitenta e sete annos! Era uma especie de consultor juridico e eleitoral para seus amigos e correligionarios. Advogado, em seu meio, tinha especial predileção por livros de direito, de pratica forense, possuindo algumas revistas. Nesses tempos, rabulas ou advogados sertanejos morriam de fome.

Camara Cascudo, mais de uma vez, tem fei-

to referencias a manuscriptos de Coriolano, em meu poder, relativos a factos, acontecimentos e tradições do Apody.

Realmente, em 1933, por morte de meu irmão Dr. J. C. Brito Guerra, entre papeis de seu archivo, encontrei os escritos de Coriolano. Fiz ligeira leitura de dois cadernos, relativamente volumosos, e passei-os a bôas e mais competentes mãos. Restituidos depois, por Camara Cascudo, foram remetidos para o Rio, donde Dr. José Augusto me escrevêra pedindo-os emprestados. E, por lá, ainda estão.

Coriolano e Nonato Motta eram dois colhedores de factos e tradições da região. Ambos foram socios correspondentes do nosso Instituto Historico. Conheciam bem a linhagem de familias sertanejas. Algumas vezes, divergiam, e discutiam a respeito. O «Commercio de Mossoró» publicava aquilo que um e outro enviavam. Com o Nonato Motta tivemos relações mais estreitas.

Coriolano era um apaixonado por estudos de Direito e trabalhos forenses. O meio, a pobreza, sua fraca cultura, impediram desejado desenvolvimento. Conhecia de cór os artigos dos codigos, então em vigor, leis, avisos, etc.

Interessava-se pelo *problema das sêcas*, principalmente por sua cronologia.

Em um caderno, em tiras de papel almaço, tomava notas, dia a dia, de todas as chuvas caidas em Apody. A esse tempo, não havia pluviometros no Estado. Os primeiros foram instalados em 1910, pela Inspectoria de Obras Contra as Sêcas.

Nesse anno foram instaladas 35 estações. Depois vieram mais algumas. São informações colhidas na publicação n. 47, da Inspectoria.— «Dados pluviometricos relativos ao Nordeste do

Brasil». Sabemos apenas de um pluviometro particular, funcionando na cidade de Mossoró, do pharmaceutico Jeronymo Rosado, desde o anno de 1898, ao qual, por mais de uma vez, temos recorrido á procura de dados, sempre generosamente obtidos.

Entretanto, os dados fornecidos por Coriolano são muito valiosos e interessantes, para estudo e conhecimento das sêccas. Abrangem o longo periodo de 1854 a 1908, isto é, 55 annos de observações diarias. São registadas sob a classificação de «chuvas grandes», «chuvas pequenas». E, ás vezes, mais de uma em um dia. Depois faz um apanhado do numero de chuvas *grandes* e de *pequenas*, em cada anno. Enchentes, inundações, entrada dagua na lagôa do Apody, com as pingues pescarías que então se fazem, etc., tudo isso se lê no caderno.

No periodo observado, houve seis annos em que o numero de chuvas não excedeu de duas dezenas.

O de menor numero foi o de 1898, com 12 chuvas, apenas, todas *peqûenas*. Seguem-se 1877, com 16 chuvas, entre as quaes 3 *grandes*. Em 1900, vieram 18 chuvas. Igual numero em 1908. Em 1891, vinte chuvas. Igual numero em 1903.

Em três annos consecutivos, 1877 a 79, o numero de chuvas, em cada anno não chegou a trinta. O mesmo acontecendo, consecutivamente, em 1891-92, em 1903-904, em 1907-1908.

E' interessante ligeiro reparo sobre a irregularidade das chuvas, caracteristica do anno de sêcca. Em 1877, a primeira chuva foi a 23 de janeiro. Diz o caderno em relação a esse dia: «Deu uma chuva muito grande. Correram os rios Apody e Umary com pouca agua. Aquelle botou na lagôa Itahú. Houve porção de peixe, curimatã, da pescaria que se fez».

Depois, nesse mês, ainda vieram tres dias de chuvas. Houve, logo, prolongado verão, pois, em Fevereiro veio apenas uma chuva *pequena*, a 24. Tres dias de chuvas em Março. Um, só, em Abril. Três em Maio. Nada em Junho. Duas em Julho. No anno seguinte, a mesma irregularidade. Em 3 de Janeiro, uma grande chuva. Seguiu logo prolongado verão, reaparecendo chuva a 8 de Fevereiro, havendo mais quatro dias de chuvas, nesse mês. Em Março, cinco dias de chuvas, sendo a ultima a 12. Veio prolongado verão, pelo resto do mês, e por todo mês de Abril, que não teve uma chuva, siquer.

Voltaram as chuvas a 1.o de Maio, com sete dias de chuvas, informando as notas do dia 6: « Deram duas pequenas. Correram os rios Apody e Humary, com pouca agua. Aquelle botou na lagôa de Itahù, que está quasi sêcca». Em Junho, quatro pequenas chuvas, em Julho duas. No terceiro anno, da conhecida secca, ainda a mesma irregularidade.

Iniciou-se o inverno a 5 de Janeiro, logo com prolongado verão, voltando a chuver a 24 de Fevereiro, com grande chuva, a unica no mês. Voltaram ás chuvas a 1.o de Março, segundo a nota do dia, que informa: «Deu uma chuva *pequena*. Correu o rio Apody, com pouca agua. Botou na lagôa Itahú, que está toda secca, desde 23 de Setembro de 1878, o que já tinha acontecido sécar a dita lagôa no anno de 1825, enchendo no de 1828, conforme afirmam antigas tradições daquelle tempo». Continuaram chuvas em Março, seis, sendo a ultima do mez, a 23. Segui-se prolongado verão com uma chuva em Abril, a 17, voltando a chover a 10 de Maio, havendo mais tres chuvas em Maio, uma em Junho, uma em Julho, duas em Agosto, uma em Outubro, uma em Dezembro, todas es-

sas pequenas. O anno de 1880 ainda principiou com inverno irregular, dando a primeira chuva a 10, a segunda a 27, com desesete dias de verão, a ultima do mez a 30. Novo verão, reaparecendo chuva a 17 de Fevereiro, correndo o rio Umary, com pouca agua. A segunda e ultima chuva do mez foi a 20, conforme a nota informativa desse dia: «Deu uma chuva grande. Correram os rios Apody e Umary, com pouca agua, aquelle botando na lagoa de Itahú, que está secca». Seguiu-se verão de mais de vinte dias, causando pânico, pelo temor de mais um anno de secca. Entretanto, a 14 de Março reapareceram as chuvas, continuando a chuver com alguma regularidade nesse mez, mais nove chuvas, sete em Abril, tres em Maio, sete em Junho, tres em Julho, ainda uma em Agosto e duas em Dezembro.

No apontamento do dia 31 de Março está: «Correu o rio Apody a nado, enchendo a lagôa Itahú, que repontou nas ribas de suas margens. Vieram nas aguas do rio as curimatães e outros peixes, de que estava vedada desde 1878, quando secou a dita lagôa. As curimatães eram miudas, porem gordas e saborosas. Vieram do «Poço da Boiada», no municipio de Páo dos Ferros, que não secou durante os tres annos da terrivel seca. Esse poço é dentro de uma covoada de pedras, no leito do rio, perto da fazenda «Aroeira».

E assim escoaram-se os três annos da tragica seca de 77.

Aquilo que foi observado em Apody exprime mais ou menos o que se deu em toda região seca do Estado, de um modo geral, com algumas passiveis variações, não muito sensiveis.

Não é desinteressante um cotejo entre o anno

de 1877 e o anno de 1915, que, como não é ignorado, foi anno de seca.

Em 77, como vimos, houve em Apody 16 dias de chuvas.

Em 1915, segundo a publicação n. 47, já referida, da Inspectoria das Secas, houve, em Apody, 17 dias de chuvas, com 172,8 m. m. Em Mossoró, 15 dias de chuvas, com 204 mm. Caicó 12 dias, 142,5 mm. Martins 13 dias, 93,4 m.m. S. Sebastião 12 dias, 97,7 m. m. Serra Negra, 4 dias. 53 m.m. Curraes Novos, 23 dias, 60 m.m. Foi, nesse anno, Serra Negra a região, em todo o Estado, que teve o menor numero de dias de chuvas, e a menor indicação pluviometrica, observadas nas 54 instalações então existentes.

Em toda a região das secas, somente duas estações pluviometricas registraram esse indice baixo de quatro dias de chuvas em 915: Serra Negra, no Rio Grande do Norte, e Cabaceiras, Estado da Parahyba, sendo que, nessa ultima, a indicação pluviometrica — 29 m.m. foi ainda mais baixa do que naquela. Nas 162 estações pluviometricas do Ceará, a precipitação de chuvas mais baixa observada foi em Jaguaribe-Mirim com 77 m.m. em 14 dias de chuvas.

Nesse anno as mais elevadas precipitações aquaras, observadas no Agreste foram em Natal com 1.147,7 m.m. em 119 dias de chuvas, e em S. Gonçalo com 1,052 m.m. em 161 dias.

Voltemos ás notas de Coriolano, que entre os seus intimos, era conhecida por «Paisinho».

No periodo dos cincoenta e cinco annos observados, houve apenas quatro que tiveram mais de cem dias de chuvas: 1872 com 106 dias de chuvas, 1873 com 107, 1894 com 121 dias, 1895 com 122 dias de chuvas. Em nota do dia 9 de Março de 1859, diz: «Derão 2, 1 *grande*, 1 *pequena*. Correu o rio Apody, a nado, botou bas-

tante agua na lagôa Itahú. Na pescaria, houve abundancia de peixes e curimatães, vindas das aguas do Rio do Peixe, para aguas do sitio «S. Braz», cabeceiras do rio Apody, no inverno de 1858, onde se disseminavam por toda esta Ribeira».

Em 1861, o inverno principiou a 2 de Janeiro. No dia 28, ha uma nota: «Derão duas *pequenas*. Durante todo este mez, não se viu o sól um só dia siquer, por via de contínuo e frio neblineiro, dia e noite.

Houve grande mortandade nos gados de toda especie, pelos muitos atoleiros e fome; que as terras estavam brejadas por toda parte, e nada tinha de pastagem, porque não poude desenvolver-se». Nesse anno, foram registradas 89 chuvas.

No fim de Dezembro de 1862, ha uma nota: «De 8 de Maio a 9 de Julho deste anno, desenvolveu-se o *chôléra-morbus*, e fês 43 vitimas, dentro desta cidade e no municipio». Nesse anno 94 chuvas.

No anno de 1868, chuvas 45, houve grande inundação. Em nota ao dia 20 de Janeiro diz que no sitio «Fouveiro», «cahiu uma chuva de gêlo, que, no dia seguinte, ainda existiam as bolas de gêlo, perfeitamente, sem serem desfeitas».

Em 1870, no anno, 50 chuvas; a nota de 24 de Março diz que houve diluvio nos rios Apody e Umary. Em nota, no fim do anno, diz: «Foi um inverno frio e bastante pezado, que se tornou paludoso. Grassou febres de máo caracter, que vitimou diversas pessoas neste valle, daqui até Mossoró».

Em fins de 1885, chuvas no anno 28, diz a nota: «Foi considerado anno sêcco, porque houve pouca pastagem, e os rios não correram».

Em 1887, com 42 chuvas, diz a nota de 19 de Abril: «Correram as aguas dos rios Apody e Umary, a ponto de inundar grande parte do sólo existente entre ambas, de modo que foi uma enchente igual a de Abril de 1882, independente de estar este municipio enchuto, e a lavoura murchando, sendo pezadas as chuvas para as nascenças do dito rio». A 24 do mesmo mez, nova enchente no rio. Estando o municipio seco. E em nota diz: «Não tivemos colheitas, porque a lavoura perdeu-se, attentos os prolongados verões. Mal tivemos pastagens para as criações».

Em nota ao dia 10 de Fevereiro de 1888, diz: «Deu uma grande chuva, e tempestuosa a ponto do rijo vento quebrar o Santo Cruzeiro, colocado em frente da Igreja Matriz desta cidade, a qual estava pôdre de cupim, na parte em que estava enterrado no Calvario. Esse Cruzeiro foi benzido e ali pôsto pelo capuchinho Frei Serafim de Catania, na tarde de 21 de Janeiro de 1854, quando então se achava aqui, missionando, desde o dia 11 do dito mez, e em substituição do anterior que ali tambem foi benzido e pôsto pelo legendario capuchinho Frei Vital de Frescaroli, em Julho de 1798, quando aqui missionou».

O anno foi sem produção, com 27 chuvas e verões.

Em nota ao anno de 1889, diz: «Ainda continúa a fome no povo, a ponto do Governo mandar distribuir socorros de víveres, por nada se ter tido do inverno, por suas chuvas, 35, terem sido irregulares, durante seu curso». Diz a nota do anno de 1890: «Terminaram os tres annos da calamitosa sêca, que tanto flagelou este alto sertão. Chegou a fartura por toda parte, e os generos baixaram de seus preços exhorbitantes». Cincoenta e seis chuvas. Nota ao anno de 1891:

«20 chuvas: seca declarada. Tudo muito caro. Fome no povo do alto sertão». Em nota ao dia 13 de Março de 1892, diz: «Deram duas chuvas, uma *grande*, uma *pequena*. Correram a nado os rios Apody e Umary, aquelle botou agua na lagôa de Itahú, que estava quasi seca, porque a ultima vez que recebeu agua foi a 21 de Fevereiro de 1890, ha mais de dois annos». 29 chuvas, no anno. Em nota do anno: «Continúa a seca com a mesma intensidade»...

Em nota do fim do anno de 1893, diz: «Acabou-se a seca. Melhoraram os tempos» 54 chuvas.

Nota do dia 8 de março de 1894, informa: «Deram duas, uma *grande* uma *pequena*. Diluvio nos rios Apody e Umary, igual ao de 1819, de que fala a tradição de pessoas contemporaneas daquelle tempo e que ainda existem de presente, pois que, neste municipio, arrombaram seis açudes e caíram 25 casas, e no de Caraúbas arrombaram 18 açudes». A 21 de Abril e a 4 de Maio, enchentes iguaes a essa de 8 de Março, e ainda enchente grande a 23 de Maio.

Chuvas no anno - 121.ª A nota do fim diz: «Nunca vi um inverno tão grande como este». A nota final sobre o anno de 1895 diz: «Este inverno foi igual ao do anno anterior». 122 chuvas.

Em nota final ao anno de 98: «Foi o inverno mais pequeno que tenho registrado; nem deu para pastagem. Foi considerado seco», 12 chuvas.

Em nota ao anno de 1900, 18 chuvas, informa: «Este anno foi seco, e de penúria, pela irregularidade das chuvas».

Nota final do anno de 1902: «Foi considerado seco este anno, porque as lavouras perderam-se, mal teve pastagem em algumas partes deste municipio», 31 chuvas. Em nota ao dia 13

de Otubro de 1903: «Hoje secou totalmente a lagôa Itahú. Está servindo o seu leito para o plantio de milho, trigo, capim, e lavoura de rama. Isso devido á grande seca que está grassando neste alto sertão, desde 1902. 20 chuvas.

Nota ao dia 9 de Março de 1904: «Deu uma *grande*. Correram a nado os rios Apody e Umary, e fez porção dagua na lagoa Itahú, que está seca, desde 15 de outubro de 1903».

A 17 de Junho: «Deu uma *pequena*. Sendo esta chuva muito *grande* neste municipio, para o lado da nascente do rio Apody, fez que esse corresse, entrando agua na lagôa Itahú, para amolecer os seus torrões». 28 chuvas.

Em nota de 28 de Janeiro de 1905: «Secou totalmente a lagôa Itahú. Está perdida a plantação do arroz».

A 9 de Março do mesmo anno: «Deu uma *grande*, tendo crescido as aguas do rio Apody, a tal ponto que se acha hoje bastante cheia a grande lagoa Itahú». Nota final: Tivemos sofrivel inverno». 44 chuvas.

Sobre 1906 dizem as notas: «22 Março chuvas *grandes*, correu o rio Apody, acabando de encher a lagôa de Itahú». «Foi um bom inverno, regular». 69 chuvas.

Quanto a 1907, dizem as notas: «26 Fevereiro. Deram duas, uma *grande*, uma *pequena*. Correu o rio Apody, com pouca agua, botou na lagôa Itahú».

O mesmo a 11 de Abril. «Grande seca», diz a nota final. 29 chuvas. Em Maio. não choveu.

De 1908. dizem as notas: «2 de Outubro, deu uma chuva *pequena*. Encheram alguns açudes no municipio. «Pequena enxurrada no rio Apody».

Nota final: «Grande seca com muito pre-

juiso na criação, por falta dagua e pastagem». 18 chuvas.

Depois das notas que temos examinado, seguem-se ligeiras tabellas dando o numero de chuvas de cada anno, a primeira chuva caída no anno, a ultima chuva dada.

Principía o caderno com os seguintes dizeres, á guisa de epigraphe: Chronica das chuvas que dão na cidade do Apody, em cada inverno, e das enchentes do rio, e entrada dagua na lagoa Itahú», que banha a mesma cidade». A lagôa que o autor denomina «Itahú» é a conhecida «lagôa do Apody». Comunica-se com o rio por um canal. Quando o rio corre reflue e agua para a lagêa, que, logo que enche, sangra, pelo mesmo canal, para o rio. Em publicação que tizemos em 1907, tratamos com alguma minucia do regime das aguas do rio em relação á lagoa, ao canal, etc.

O interessante caderno termina com quatro paginas, ou sejam duas tiras escritas em ambos os lados, pelo cronista, e que textualmente reproduzimos: «Nota final. Vou dar um ligeiro esbôço sobre as secas, invernos regulares e grandes enchentes, ou diluvios que tem havido neste municipio de Apody, desde 1800 até 1853. constando, em parte, de chronicas de provectos escriptores, e tradições de nossos maiores e, em parte, visto por mim, depois que me veio o uso da razão das cousas que via e ouvia para ligar a minha chronica que acabo de elaborar, com trabalho e paciencia, de 1854 a 1908, abrangendo um periodo de 108 annos. Os annos de 1800 a 1802 foram abundantes; o de 1803 foi seco, assim como os de 1808 a 1809, 1816 a 1817, O do 1819 foi de um grande diluvio, o maior daquele século, que ainda hoje é conservado na memoria da presente geração, vindo a sua noticia

tradicional. De 1824 a 1828 tambem foram de grande seca, quando secou a lagôa de Itahú. O de 1830, o de 1832, com inverno pezadissimo; os de 1833 e de 1837 foram secos; o de 1839 grandes enchentes nos rios Apody e Umary, que com muitos sulcos, seus afluentes, que dispedem das eminencias que marginam a Ribeira do Apody, fórmam a sua bacia hydraulica. Em 1842, á tarde de 9 de Março, para a manhã do dia 10 deu uma chuva torrencial, tão grande que produziu diluvio nos dois rios, inundando todo o extenso valle que elles banham, o que foi comentado pelos jornaes daquelle tempo, fallando do curso dessa chuva, em todo o Norte do Brasil, por ter sido geral. Eu muito me lembro della, pois, já tinha atingido meus 8 annos, porque nasci a 5 de Janeiro de 1835, e sempre fui um menino de bôa comprehensão de tudo quanto me diziam, e mesmo ouví a leitura dos jornaes que fallaram a respeito, e daquelle tempo até hoje, lembrei-me do que tem acontecido de notavel, no meu torrão natal, tomando algumas ligeiras notas, para minha orientação; portanto, terminou o que tenho lido dos escriptores de bôa nota, e ouvido de nossos maiores, normas que tenho presenciado, de então para cá.

O anno de 1844 a 1845 foi uma terrivel seca, morreu muita gente de fome, grande parte do povo deste alto sertão retirou-se para a nova e sempre hospitaleira villa, hoje cidade de Mossoró, e praias do litoral, em procura de algum socorro, não achava abrigo em parte alguma, e perecia á miseria. Em 1846, foi um inverno escasso, porem, melhorou alguma cousa. 1847, muito bom inverno, muito abundante de cereaes, como nunca ví, o inverno principiou no mez de Janeiro, e terminou em Setembro do

mesmo anno, houve muita peste de cobras, ratos e pnéas.

Em Setembro de 1848, fui aprender a lêr, e os annos correram regularmente até 1854, quando dei começo a tomar notas das chuvas, para compôr a minha chronica das que dão nesta cidade, as enchentes dos rios do municipio, e da grande lagôa de Itahú, que abanha, como tudo consta do meu tôsco e alinhavado trabalho paciente de 55 annos, mais de meio século, que se chamam 11 lustros, onde firmei minha constante perseverança, a que tanto me dedico, e a patenteio aos meus amigos sertanejos, que têm sido meus contemporaneos nas terriveis agruras das continuadas secas, nesta zona torrida, e irmãos no pungente lategó desse medonho cataclisma, que, uma vez por outra, nos ataca de frente, com o seu funesto cortejo, sem termos um abrigo ou lenitivo em nossa latente dôr! Não devo declinar do firme proposito de continuar nesta materia, que talvez, algum dia, disperte a sabia attenção dos poderes publicos, mandando estudar a natureza deste clima adusto por pessoas competentes, e que, por esse meio, nos tragam o remedio efficaz de tantos males, para delle gozarmos, ou os nossos pósteras.

Si algum profissional lançar mão deste meu tôsco trabalho, e em vista delle, fizer um estudo da aridez do clima do nosso sertão, e da inconstancia de suas épocas, para qualquer fim util, e dele tirar alguma bôa consequencia, ou um bom resultado, ficarei coberto de uma ingente gloria immorredoira, porque trabalhei com afinco para minha estremecida e adorada Patria, por quem tanto me sacrifico, com profundo prazer.

E si este meu escripto para nada servir, na ordem das cousas, e causar tédio ou irrisão

para alguem, por não ter sido vasado nos moldes da devida perfeição de uma penna bem aparada, com isso não ganha alviçaras, porque eu sou o primeiro a conhecer o qne sou, e o quanto sinto da minha vasta insuficiencia e profunda rudeza, visto que, durante a minha prolongada vida de 75 annos, gastados nestes adustos sertões, tragando o ágro fel da pobresa e da desventura, jamais tive meios para receber uma educação esmerada, por morar longe dos mestres, ficando desta forma fòra do alcance de meus ardentes desejos.

Para o leitor intelligente ficar sabendo de todos os verões que se deram nos mezes de todos os invernos, durante os 55 annos, de que fala a minha chronica, basta reparar o dia em que deu a ultima chuva de cada mez e em que dia do mez seguinte chuveu, medindo esse espaço, por ahi chega-se á evidencia si o anno foi de bom inverno, regular, si os verões foram curtos, embora tenham dado poucas chuvas, e si foram prolongados os verões entre es dias de um mez para outro, está manifesto que foi seco, porque as suas chuvas não deram agua para sustentar a lavoura, nem para criar a pastagem. Com esta simples oxplicação, fica tirada a prova de todas as secas, que se deram naquelle periodo.

Por ora, termina a minha obscura narração, e como sou sertanejo, fuí criado com secas e sei muito bem contar a sua sinistra historia.

Cidade de Apody, 31 de Março de 1909.

O velho sertanejo
Manoel Antonio de Oliveira Coriolano.

Ahi fica o apanhado que fizemos do caderno de Oliveira Coriolano, que principiou sua

«chronica», aos dezenove annos de idade, terminando depois dos setenta e quatro. Viveu alguns annos ainda, falecendo a 28 de Dezembro de 1922. Não sabemos si os apontamentos foram continuados, depois de 1909.

Reputamos de muito valor esse trabalho de Coriolano. Pode-se dizer que são dados fornecidos pela primeira estação pluviometrica instalada no Estado, com antecipação de cincoenta e cinco annos sobre as estações oficiaes. E durante muitos annos, a unica. Os dados mais antigos de observações pluviometricas sobre o Nordeste datam ne 1849, relativos á Capital Cearense, fornecidos pelo Senador Pompêo. Apenas cinco annos mais antigos do que as observações de Coriolano.

Dando publicidade aos dados colhidos por Coriolano, o Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte presta um serviço de caracter historico, e rende justa homenagem a um obscuro obreiro, que, em vida, foi seu socio correspondente,

Phelippe Guerra.

Natal, Dezembro, 1940.

O brasão holandês do Rio Grande do Norte

LUIS DA CAMARA CASCUDO

Em 1639 o conde João Mauricio de Nassau distribuiu brasões ás Capitanias sob seu dominio. Pernambuco, uma moça que se mirava num espelho e segurava uma cana de açucar, Itamaracá, cachos de uvas, Paraíba, pães de açucar. Rio Grande, uma ema.

Não somente as capitanias tiveram brasão. Certas vilas pernambucanas orgulharam-se tambem na heraldica. Iguarassú, tres carangueijos, Sorinhãem, um cavalo branco. Porto Calvo, tres morros. Alagoas, três tainhas (Mugil platanus). Tudo se explica muito bem. Menos a ema do Rio Grande do Norte.

A PALAVRA SIZUDA

Barléu vem abrindo a fileira e depõe:—*Provincia Fluminis Grandis cognomine fluvio gaudebat cujos, ripam in imagine premebat strutius, quarum avium maxima hic frequentia.*

Varnhagen:—... *as campinas do Rio Grande do Norte eram simbolisadas por uma ema.*

Milliet de Saint-Adolphe: ... *lhe deu por armas uma ema, especie de abestruz a que os In-*

dios chamavam nhandú-guassú, por isso que eram mui abundantes naqueles despovoados.

Southey—*uma ema ao Rio Grande, onde abundavam estas aves.*

A EMA CARACTERISTICA

Ficou certo que a ema (rhéa americana), de tal maneira abundava nessas terras que o olho holandês a escolheu para exemplificar a fáuna tipica da região. Verdade é que a ema existiu e existe. Outróra vagava em bandos velozes pelas ribeiras do Assú, Seridó e Panema. Lugares onde o holandês não foi. O brabantino Verdonck vem desde Cunhaú até Natal em 1630. Não vê emas. Vinte anos depois elas continuavam invisiveis para Pieter Persijn que cascavilhou a Capitania catando minas de ouro.

SE FOSSE O GADO AINDA VA' ...

Se fosse o gado ainda vá. O Rio Grande do Norte era a «fazenda» da Paraíba e Pernambuco. No dominio batavo serviu de dispensa. Na campanha libertadora alimentava um e outro lado. Basta ler qualquer cronista. Vinha o flamengo? Batia-se e arrebanhava gado. Vinha o brasileiro? Batia-se e levava uma boiáda.

Toda vida fôra assim. Em 1625 o capitão Uzeel veio com uma patrulha da baía da Traição onde Baldwin Hendrickzoon ancorara. E Uzeel se extasiava avistando a manada gorda e vasta pastando. Em 1630 vem, Adriano Verdonck. Na descrição que apresenta ao Conselho Politico, em maio, lá está a nota reveladora:

... ha ali tambem muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açucar.

Ainda andava o enjenho de Cunhaú que Joanes de Laet chamára de «*lindo*», com sua safra de sete mil arrôbas que Pernambuco absorvia. No «Breve discurso sobre o estado das Capitanias conquistadas», não fala o relator minuncioso em emas de qualquer parte. Mas ...

«O Rio Grande do Norte está dando muito gado que é conduzido para Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, onde serve quer para o córte, quer para trabalharem nos carros e nos enjenhos».

Um documento sintese é a mensagem que o muito grave Senado da Camara do Natal enviou, com data de 5 de Outubro de 1799, a Dona Maria, rainha nossa senhora:—

«... Que fome, que cruel fome, Soberana Senhora, não sofrerão os moradores de Pernambuco, se não fossem constantemente fornecidos de peixe que lhes vai das praias desta Capitania, da mesma forma, que extrema necessidade de carne não chegarão os mesmos moradores, se os sertões do Assú, Seridó, Espinháras e Trairi, pertencentes a esta Capitania, não exportassem todos os anos seis mil bois, e antes da sêca de 1790 a 1793 certamente iam de quinze a deseseis mil bois por anno ...»

O rebanho calculado em 20.000 cabeças, garantia resistencias patrioticas. As informações de origem holandesa abundam em detalhes sobre a gadaria existente. Mais sobre emas, nada, além das referencias de Marcgrav.

SE FOSSE O SAL...

Não sendo o gado a expressão que pudesse figurar no armorial da pequena Capitania, o sal ficaria em segundo lugar. Verdonck conta maravilhas:—

«Quando ali ha falta de sal, o capitão-mór

do dito forte do Rio Grande manda uma ou duas barcas, de 45 a 50 toneladas, a um lugar 60 milhas mais para o norte onde ha grandes e extensas salinas que a natureza creou por si; ali podem carregar, segundo muitas vezes ouvi de barqueiros que dali vinham com carregamento de sal, mais de mil navios com sal, que é mais forte que o espanhol e alvo como a neve».

Gedeão Morris de Jonge, que tanto tempo andou espalhando ter descoberto essas salinas, levou a toda parte sua fama opima. Em Janeiro de 1607 as náus vinham de Recife carregar sal em Mossoró. Pois, se não figura o sal no brazão do Rio Grande, porque será a presença da ema?

A EMA DO BRASÃO E' UM SIMBOLO

Sempre votei contra a ema como significação literal. Não aceito que ela fosse, como o cavalo de Serinhaem ou os peixes de Alagôas, um sinal de fecundidade, uma amostra de producção natural. Haveria, forçosamente, um sentido misterioso detraz do esguio vulto da ema. E finalmente atinei que era uma gratidão do Conde de Nassau a uma tribo guerreira. Um traço elegante de bom gosto fidalgo. Barléu não farejára certo.

HOMENAGEM AOS JANDUÍS

Os Janduis eram indios Cariris, inimigos dos Potiguaras litoraneos e aliados aos portugueses. Viviam na ribeira do Jaguaribe, Assú, até o centro de Pernambuco. Pero Carrilho de Andrade escreveu, com inspiração vária e estilo tatú-canastra, uma «Memoria sobre os Indios do Brasil». O Brasil de Pero Carrilho, naquelle

recuado fim do seculo XVII, era o Norte. O inverso ainda prolifera. Mas, ouçamos Carrilho dizer alguma cousa sobre a vida do Janduí:—

«Exercitam-se desde meninos em destreza e forças, com o lutar, correr, saltar; levantando grandes pezos nos ombros correm tres e quatro leguas sem descansar. Desta sorte ganham premios que entre eles, os maiores, vem a ser moças formosas por mulheres. Finalmente correm um dia todo sem cansarem. Não tém outro exercicio nem ocupação de lavoura, nem planta, trato nem distrato algum, nem oficio nem beneficio.

São homens bem dispostos, sadios, sem acharques e de largas vidas que bem se podiam comparar com as cobras de quem dizem os poetas que não morrem nunca de velhas sinão quando as matam.

São mais ferozes do que as mesmas féras dos montes, agrestes, que a muitas levam vantagens nas forças, na ligereza do correr...

Adonde quer que lhes anoiteça dormem deitados pelo chão, sobre a terra ou areia pura, sem mais palha nem esteira ou cobertura alguma nem por baixo nem por cima. Nem buscam sombra de arvore nem abrigo. Mas antes, no logar mais descoberto e patente ao ar e céu, ali se deitam acendendo fogos que parece lhes servem de alimento e assim passam as noites cantando mui contentes. E meia hora antes de amanhecer se levantam e vão á fonte ou ao rio a banhar».

Tribo de guerra eterna e sempre pronta para o saque e para á morte, apta ás arrancadas sangrentas, os Janduís não tiveram amigos nem aliados. Todas as tribos do litoral chocavam-se com eles num embate de odio velho que gerações incontaveis cimentavam.

JANDUÍS E HOLANDÊSES

A tribu tomaria o nome do tuixáua. Era Janduí. Janduí aproxima-se do holandês porque ele é o inimigo do aliado branco dos potiguares, adversarios de tradição inapagavel.

A 2 de outubro de 1631 um indio «tapuia» apresenta ao Conselho Politico em Recife uma mensagem verbal. Esse indio Marcial, ou Marciliano, é transfuga do acampamento português onde talvez estivesse prisioneiro. O Conselho de Recife ouve que o «tapuia» diz ser do Rio Grande, vassalo do rei Janduí, «rei dos Tapuias» e leva mensagem dele e de seu irmão Oquenossú. O Conselho Politico reune-se e aceita a mensagem. O hiate Nieuw Nederlandt fez-se ao mar. Vem a bordo o embaixador Marcial *et sa suite*. O piloto-da-costa é um português de nome Samuel Cochin. E' judeu, e os judeus foram os seguros delatores da terra aos inimigos dela.

Essa tentativa fálha. O rei Janduí, no fundo do sertão, é liame poderoso. Em dezembro de 1633 uma esquadra vistosa vem fazer a derribada. Vem almirantes, delegados, capitães famosos, companhias heroicas, munições infinitas. A frente, desaçaimado, afoito, sagaz, invencido, o mulato Calabar orienta. Os «tapuias» cariris cumprem o trato. Logo que o chefe holandês, coronel Baltazar Bijma, põe o pé em terra, encontra a delegação guerreira. Daí em diante é a tropa fiel, agil, incansavel, expedita.

Cái a fortaleza dos Santos Reis Magos a 12 de dezembro de 1633. Batisam-na com o nome de «Castelo de Keulen». Natal passa a ser Amsterdam.

O soldado holandês é pezado e desconhece a região. Está sujeito a febre, emboscada e á maranha do amerába. Ou aparece o aliado sel-

vagem ou a posse se circunscreverá ao Forte. E nem possivelmente terão a pequenina cidade que nascia no platô da colina.

Os soldados portuguêses foragidos, os colonos catolicos, os indios fieis, todos aguardam o minuto da desafronta. Sabia-se dos enjenhos onde as familias se abrigavam. Ou o indio ou a permanencia no forte. Somente.

JANDUÍ APARECE...

O indio levantaria a caça humana e fugitiva e a traria no dente, palpitante. E' o pensamento de Domingos Calabar. Varnhagen escreve :—

«Calabar mandou chamar o chefe Janduí que morava nos sertões, a umas oitenta leguas, para auxilial-o. Janduí com seus indios cahiu sobre o enjenho de Francisco Coelho (1) (onde se agasalharam muitas familias depois da tomada do forte) e matou o proprietario, sua mulher, cinco filhos e uns sessenta moradores».

Estreára magnificamente. Teve a confiança flamenga. Deram-lhe tudo quanto pediu. Vivia mimado como mulher bonita em terra de gente feia. *Era hospedado no forte e otimamente tratado pelos holandêses.* E' um reparo de Varnhagen..

O REI DOS JANDUÍS

E' Janduí o prefeito daquela guarda pretoriana. Mantem a capitania sob o jugo detestado. Temem-no todos. A sua coragem furiosa

---

(1)—E' o engenho «Ferreiro Torto» no municipio de Macaíba. De *fogo-morto*, abatida a moenda, a grande propriedade conserva a denominação secular.

igualha a ferocidade instintiva do bruto. A rapidez com que acode ao chamado, levanta o acampamento e vem abalando as varzeas com o surdear de sua tribo, cria lendas. Só o nome apavóra.

Espelha-se seu renome como de um guerreiro insubstituivel. Janduí é o Antonio Felipe Camarão numa area mais restrita. Todos os historiadores holandêses citam suas façanhas. Ele é o *Jean Dovy* de Roulox Baro, o *João Dui* do Marquez de Basto, o ilustre *Jandovius* de Barléu. O conde de Nassau escreve seu nome com surpresa, fazendo valer o auxilio que lhe dava o braço invencivel. E o principe, letrado e fino, flamenga-lhe o nome barbaro. Chama-o *Jan de Wy.*

As correspondencias para o Conselho dos XIX, os mentores da Geoctroyerd Westíndische Companie, vão levando para longe a gloria terrivel do amerába.

Na hora da matança Janduí está sempre perto e pronto. A tribo apruma-se, imovel. São tres mil guerreiros de arco e tacape. Para possuir toda a confiança de Nassau, Janduí envia-lhe, como um rei barbaro a Julio Cesar, um refem. Mandou um filho. E o principesinho era guardado preciosamente no Recife. Seculos depois, Netscher declara que os sucessos obtidos devem uma bôa parte ao corpo de Cariris que o rei Janduí comandava. *E' étaient dus en partie au secours qui nous avait prêtè*, diz ele.

Quando João Mauricio de Nassau resolve voltar para a Europa ha, em todo Brasil holandês, uma onda de protestos. O Principe deixa Mauritsstadt a 11 de maio de 1644. Vem a cavalo até Olinda. Embarca para Itamaracá. Daí para Paraíba donde segue a 22 para Holanda. Janduí manda saudal-o e pedir-lhe que não em-

barque. Tres filhos representam o formidavel morubixada. Janduí poderia mandar mais ainda. Tinham sessenta herdeiros legitimos...

A VISITA DE NASSAU AO RIO GRANDE

Em 1638 Nassau veio a Natal. Adoecera de febres. Convalescia. Para distrair-se viajou examinando as Capitanias. No Rio Grande apenas reergue fortificações. Recebeu a visita de chefes selvagens que lhe deram como presentes armas tipicas e vestimentas de pénas ornamentaes. Janduí naturalmente, esteve perto, em lugar de realce. Nassau demorou pouco. Regressou ao Recife. No outro ano distribuiu os brasões d'armas. De Natal, alem das oferendas indigenas, levara um quadro do forte dos Tres Reis Magos. Franz Post, que acompanhára o Capitão-general e Governador, fixou, pela primeira vez, as linhas senhoriaes do Castelo de Keulen. (2)

JANDUÍ, CREDOR DE MIL DIVIDAS

Sem Janduí a Companhia não sustinha o Rio Grande duas semanas. Janduí é o guia das bandeiras de sangue que despovoam a Capitania.

---

(2)—O original do quadro de Franz Post está no Museu de Marinha, em Paris. Barléu reproduzi-o na gravura n. 30 do «*Rerum per octennium in Brazilia*, etc., na *princips* de 1647. A «Revista do Instituto Historico Brasileiro, LXXV, p. 454, e o album, editado pelo Estado de Pernambuco em 1937, dedicado a Nassau, trazem a mesma gravura, sob n. X.

(3) Quando não ia pessoalmente, mandava um corpo de elite sob o comando de oficiaes holandêses. Assim em Cunhaú, em Ferreiro Torto, em Uruassú, em Natal. Era credor de mil dividas.

Sua arrogancia crescia sempre. Joris Garstman, comandante do Castelo de Keulen, senhor de Cunhaú, casára com mulher portuguesa. Devído esse estado é que o Marquês de Montalvão o permutou por prisioneiros lusitanos. Garstman atravessara-se no caminho de Luiz Barbalho Bezerra quando este, desembarcado nos baixos do cabo de São Roque, iniciava a marcha maravilhosa atravez de matas e de guerras até Baia. Vencido e levado para a cidade do Salvador, foi trocado por soldados portugueses. A razão do vice-rei deixar sair da mão um oficial superior do exercito inimigo, foi justamente Garstman ser casado com mulher portuguesa.

---

(3)—Uma prova é a nota referente a 23 de outubro de 1645 no « BREVE DISCURSO » :—«Nesta data chegou do Rio Grande o sr. Adriano van Bullestraten com tres barcas; deu alí as suas providencias, bem como na Parahyba. Os indios braziilensis e os Tapuyos (*eram os Janduís)* mataram a todos os Portuguêses que poderam haver ás mãos em uma redondeza de vinte leguas, de modo que aqueles logares estão mui assolados (desolat); os selvagens Tapuyos querem agora fazel-o duramente a sua vontade como donos». A culpa dos massacres de Cunhaú e Uruassú pertencia aos Janduís. Esqueciam que a presença de Jacob Rabbi oficialisava o morticinio...

O AMIGO DE JACOB RABBI

O judeu Jacob Rabbi (4) é uma figura hedionda que passa na crónica batava do Rio Grande. E' um judeu de lenda, classico, sem escrupulos, malvado, ladrão, saqueador, intrigante, covarde. E' o mentor dos Janduís, o amigo inseparavel dos cariris, conselheiro e consultor politico de Janduí.

Jacob Rabbi tem milhares de indios sob sua influencia e o Conselho Politico fêcha, obrigado, os olhos ás suas tratantadas quotidianas. Rabbi foi o cerebro das matanças de Cunhaú a 16 de julho e de Uruassú a 3 de outubro de 1645. Dirigiu-as pessoalmente. De um lado espalha o pavor, impossibilitando uma coligação dos colonos em ajuda ao levante que estalára em Pernambuco. Doutro lado o comerciante judeu auferiria lucros, seguros e vastos, comprando a baixo preço ou arrematando de graça os bens confiscados aos portugueses. As matanças inuteis traziam lucro. Rabbi nunca perdeu ocasião de negociar bem.

Por uma casualidade, entre os mortos de Cunhaú, estava o sogro de Garstman. Outros parentes sucumbíram alí. Na furia do saque o enjenho fôra incendiado. Juntaram-se as lagrimas da mulher de Garstman com a colera justissima do proprietario espolinhado. Na noite de 5 de abril de 1646 Jacob Rabbi era morto a tiros e golpes de espada nos arredores de Na-

---

(4)—Todos os historiadores holandêses são unanimes no julgamento sobre esse truculento e bestial Jacob Rabbi. Nalgumas paginas aparece seu nome como sendo «Rabe», corvo em allemão. O judeu bem significava o apelido. Nieuhof, contemporaneo ás suas façanhas, apezar de ligeira defesa chama-o *roover* (salteador) e *schurk* (bargante).

tal. Nunca se apurou a verdade. Nieuhof e Moreau acusam Garstman de ter sido mandante (5).

Janduí ficou sapateando de raiva. Garstman, como se sabe, saiu incolume do processo. Chamaram-no para Recife no mesmo abril. Mandaram-no para a Holanda depois. Em 1654 governava o Ceará. Viajou para Martinica onde morreu de molestia contraída nos tropicos. Talvez febre paludica. (6)

Janduí não esperou o fim do inquerito. Pediu furiosamente que lhe entregassem Garstman para que ele fizesse justiça com suas mãos. Só assim vingar-se-ia de ter o holandês mandado matar um seu amigo dileto. A Companhia não ia entregar Garstman a um cariri, como se elle fosse um colono. Garstman, oficial de patente alta, tenente-coronel, não podia ficar á mercê dum selvagem bestial.

---

(5)—Sobre o inquerito procedido em Natal quando da morte de Jacob Rabi, com detalhes de seu assassinato, depoimentos, inventario de bens, etc.. vêr Alfredo de Carvalho que transcreve integralmente o processado á pag. —177 do seu «Aventuras e Aventureiros no Brasil. io de Janeiro. 1930.

Sobre o papel de Rabbi ver Robert Southey, «Historia do Brasil», 2.° volume. Waetjen diz que a morte de Jacob Rabbi determinou a deserção dos melhores aliados indigenas para os halandêses e foi em vão que Baro procurou recuperar sua estima. Ver Waetjen, «Das Hollaendische Kolonialreich in Brasilien» –paginas 257-258. Pag. 263 a 406 na versão brasileira de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, vol. 123 da «Braziliana». S. Paulo, 1938.

(6)—Parece ter Joris Garstman deixado a familia no Brasil. Durante o seculo XVIII encontramos sempre os Graciman, grandes sesmeiros, requerendo terras no Ceará e Rio Grande do Norte. Inda hoje vive neste Estado uma familia Gracisman-Galvão em Canguaretama. Descenderá do governador do castello de Keulen ?

Janduí, com a obstinação infinita do indio, berrava cada vez mais. Foi preciso Rovlox Baro, successor de Rabbi, ir procural-o e enchel-o de presentes, de promessas e de honrarias. O padre Rafael Galanti nota que a valia do Janduí se podia medir pela vastidão das ofertas dadas. Num tempo de carestia, onde a gente andava a meia ração. Janduí ficou repleto de objectos que custavam ouro.

Recebera 200 florins em dinheiro, mil varas de pano de linho de Osnaburgo, 100 galões de vinho espanhol, duas pipas de aguardente, 40 galões de azeite e uma barrica de carne salgada.

Janduí, então, aquietou-se, comendo e bebendo.

A TRIBU INDOMAVEL

Expulso o holandês, os janduís não pagam duramente a barbaria praticada. Voltaram para suas ribeiras. Lá ficaram, agressivos, rapidos, fulminantemente assaltadores, indomaveis e crueis. Na Guerra dos Indios, a chamada CONFEDERAÇÃO DOS CARIRÍS, os Janduís tomaram a iniciativa dos massacres. De 1684 a 1697 estão em toda parte. São os ultimos que se aldeiam. O Padre, que domára e se fizéra amigo de Cunhanbebe, é o aldeador daquela tribo rancorosa e terrivel. Apezar da tolerancia dos padres, o Janduí arrastou vida miseravel pelo seculo XVIII, atacando, sempre que podia, as pequenas povoações incipientes. Incapaz dos trabalhos da paz, de ter existencia sedentaria, gragearia o celeiro, eliminou-se combatendo e prêando, sem uma assimilação que para eles representava a renuncia ao seu passado, truculento e saboroso de razzias e de saques seguidos. Vie-

ram quasi meiados do seculo XVIII, com a mesma ferocidade tradicional. Certas preguiças coletivas lembram o ancestral bravio que a tranquilidade asfixiou.

JANDUÍ É A EMA DO BRASÃO

Janduí quer dizer ema-pequena. Alfredo de Carvalho assim escreveu:

«Este nome tupi do chefe tapuio, significando avestruzinho (*nhandú*, avestruz, e *i* diminutivo) foi estranhamente mutilado pelos autores contemporaneos, portuguêses e holandêses, escrevendo *Janduí, Jan Dovi* e até *Jean Douy*».

A lição de Teudoro Sampaio é a mesma:— «NHANDUÍ, corr. *nhãdú-í*, a ema pequena. Nome de um principal dos Petiguaras, no seculo XVI, que, nos livros holandêses da epoca da conquista, aparece traduzido para o latim sob a forma—*Jandovius*». («*TUPI na geografia Nacional*», terceira ed. p. 322, Baía, 1928).

Jandovius é a grafia latina de Barléu. O seculo da «gesta» de Nhanduí é o seculo XVII e não XVI. Verdade é que o selvagem era centenario, *qui a plus de cent dix ans*, informa Morisot, anotando Rovlox Baro (7).

Janduí não era petiguara ou potiguára, mas cariri. *Janduís, que eram Cariris, tendo estes ul-*

---

(7)—Rovlox Baro ou Rodolfo Baron, substituiu Jacó Rabí, por algum tempo apenas, junto aos Janduís. De uma visita aos seus jurisdicionados, em 1647, escreveu a «*Relation dv voyage de Rovlox Baro, interprete et ambassadevr ordinaire de la Compagnie des Indes d'Occident de la part des Illustrissimes Seigneurs des Prouinces Vnies au pays des Tapuies dans la terre ferme du Bresil. Commense le troisiesme Avril 1647, & finy le qvatorziesme Iullet de la mesme annee.*» O original em holandês foi traduzido por Pier-

timos tomado o nome do famoso chefe tapuia aliado dos holandêses, informa Rodolfo Garcia na «Ethnographia Indigena», Dicionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, vol. 1... p. 264.

As mais antigas descrições dos Cariris devemos ao flamengo Elias Herckmans, governador da Paraíba holandêsa, «*Descrição Geral da Çapitania da Parahiba*», que o dr. José Higino Duarte Pereira traduziu e publicou na revista do Instituto Arqueologico Pernambucano, n. 31, p. 239, Recife, 1886, »*Memorias sobre os Indios do Brasil*», cronica seiscentista de Pero Carrilho de Andrade, na revista do Instituto Historico do Rio Grande do Norte, vol. VII, p. 131, Natal, 1909, alem das obras dos missionarios, jesuita Luiz Vincenzio Mamiani, « *Catecismo da Doutrina christã na lingua brasilica da naçam Kiriri*» impressa em Lisbôa no ano de 1698, a «*Arte de Grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*», de Lisbôa, 1699, segunda edição em 1877, no Rio de Janeiro pelo barão de Ramiz Galvão; os capuchinhos francêses frei Bernardo de Nantes e frei Martim de Nantes, do primeiro o «*Catecismo da lingua Kiriri*» (Lisbôa, 1709), nova edição facsimilada por Julius Platzmann, 1886, e do segundo, citada pelo dr. Rodolfo Garcia, a «*Relation succinte et sincére de la Mission*, etc.», em Quimper, sem data (1707) com uma reimpressão que não conheço. Alem de Rodolfo Garcia, *opus cit*, ha o prefacio de Capistrano de Abreu

---

re Moreau, e incluido no seu interessante «*Relations Veritables et Curieuses de l'Isle de Madagascar et du Brésil*», impressa em Paris, por Augustin Couarbe, em 1651. As notas de Morisot acompanham a narração de Roulov Baro em sua jornada politica juuto aos Janduís, nos arredores de Natal, no Rio Grande do Norte.

no livro de Irineu Jofili, «*Nótas sobre a Parahiba*», assim como nesse mesmo trabalho. Karl von den Steinen positivou a autonomia idiomatica do Kiriris ou Cariris (que vale dizer silenciosos, taciturnos, em lingua tupí), separando-o dos primitivos Cocos na classificação de von Martius.

O amerindio, falando nhengatú, chamava *nhandui, nhanduassú* ou *nhanduguassù,* para a Ema, pequena ou de maior porte, mesmo para a Sariema, *Dicholophus cristatus, Ill,* que inda alcancei, abundantes e encontradiças, nos sertões do Nordeste.

A escolha da ave queria materializar a rapidez da marcha indigena, justa coincidencia com o nome do chefe supremo. Possivelmente ocorrem reminiscencias totemicas. Barléu, onde ha extensa noticia (pp. 278/287, na versão portuguêsa pelo prof. Claudio Brandão) escreve: «*Na velocidade da carreira dificilmente cedem ás feras*». Pero Carrilho de Andrade dá um depoimento semelhante: —«*correm tres e quatro leguas sem descansar... correm um dia todo sem cansarem*». Jacó Rabí, o primeiro diretor dos Janduis, recolheu abundantes observações, vivendo, como vivia, *more ferarum.* Esse material foi aproveitado por Marcgrav, no livro XII da «*Historia Naturalis*» e mais detalhadamente no «*Tractatus Topographicus*», no capitulo «*De Tapuyarum moribus & consuetudinibus, é Relatione Iacobi, Rabbí qui aliquot annis inter illos vixit*».

Não è preciso força de racíocinio para demonstrar a simbologia que o conde de Nassau fixou, na fatura do brazão holandês do Rio Grande do Norte. Era a homenagem cultural a um elemento que sustentava, brutal e lealmente, a base de sua organização administrativa nas lindes norte riograndenses.

Numa descrição do armorial holandês no Brasil, publicado no «Jornal do Comercio», do Rio de Janeiro, em junho de 1890 e transcrita na revista do Instituto Historico Brasileiro (tomo LIV, p. 287) lê-se o brazão do Rio Grande do Norte desta forma:—«*De azul, com uma avestruz ao natural, á margem de um rio de prata, em faxa, tendo por cima, a estrela de prata— Mote: VELOCITER*».

O moto *velociter* evidencía inteiramente a significação justa da representação heraldica. Janduí era bem o chefe da tribo vencía as feras na *ligereza do correr* . . .

Nassau, no tuixáua cariri, pôz sua confiança plena. E Janduî manteve, intacta, a confiança depositada. Depois da retirada holandêsa, mesmo desgostoso, não se aproximou dos portuguêses. Voltou para o mato, com seus guerreiros, e lá ficou, inacessivel, arredío, depredador e saudoso do passado dominio.

Não ha outra tradução para o simbolo. O brazão holandês do Rio Grande do Norte foi a primeira e ultima homenagem que mão cristã e fidalga prestou a homem indigena na placa consagradoura dos escudos.

Natal (rua da Conceição-565)—Maio de 1941.

Familias nordestinas

JOSÉ AUGUSTO
(Socio benemerito)

1) A FAMILIA LOPES GALVÃO NO NORDESTE

Grande parte da familia Galvão procede de Manoel Lopes Galvão, que foi secretario das mercês no reinado de João IV, em Portugal, e progenitor de outro Manoel Lopes Galvão que se transportou para o Brasil, onde conseguiu destacada situação, sobretudo de ordem militar, tomando parte ativa e saliente nas varias lutas travadas no periodo colonial, de modo particular na guerra contra os hollandezes e nas guerrilhas dos Palmares.

Este segundo Manoel Lopes casou-se no Brasil com D. Margarida Lins Acioli, filha de Christovão Lins, alcaide-mor de Porto Calvo, e de D. Adriana de Holanda. (1).

Para se avaliar o valor e os serviços prestados ao Brasil por Manoel Lopes Galvão, (o segundo), basta consultar os documentos oficiaes da sua época.

---

(1)—Nota de Pedro Paulino da Fonseca, Revista do Inst. Arq. e Geog. Alagoano. Vol. II, pgs. 49 e 50.

Este, por exemplo, que vem publicado no livro de Antonio Joaquim de Mello, tão cheio de dados interessantes:

« Dom Pedro por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta Patente virem, que tendo respeito a Manoel Lopes me haver servido no Estado do Brasil por espaço de cincoenta e tres annos efetivos, desde o de seiscentos e trinta e cinco até o de seiscentos e oitenta e oito, em praça de soldado, cabo de esquadra, e sargento, alferes, capitão de infantaria, tenente general da guerra dos Palmares, e sargento mor de um dos terços da guarnição da praça de Pernambuco, que atualmente está exercitando, achando-se no curso deste tempo nas ocasiões que se oferecerão contra os holandezes, particularmente nas da Mata redonda da Barra Grande, no recontro do Passo de Una, e Porto Calvo, no sitio que o Conde de Nassau poz á cidade da Bahia, e nos assaltos que lhe deo; nas quatro batalhas que o Conde da Torre teve com a armada holandesa á vista de Pernambuco; e saltando em terra com o Mestre de Campo Luiz Barbalho marchando pela campanha do inimigo para a Bahia mais de quatrocentas leguas, e nas quatro ocasiões da peleja que houve com os holandezes se haver com satisfação, e com igual procedimento nas tomadas das fortalezas de Nazareth, e Serinhaem, e no forte do engayana, na expugnação de duas casas fortes; nas ocasiões da varzea do Capibaribe, Topissou, e Salinas; no recontro da Paraiba, nas duas batalhas dos Guararapes, em que se lhe deram dous escudos de vantagem; na recuperação de todas as fortalezas do Reci-

fe, em que procedeo com tanto valor que se lhe deram outros dous escudos de vantagem; e nas guerras dos Palmares se haver com bom procedimento, formando tropas, levantando gente, e conduzindo mantimentos com muito cuidado, e hindo por varias vezes fazer áqueles negros consideravel damno, suportando o trabalho dos caminhos, e fomes da Campanha, e sendo encarregado do apresto das frotas dar-lhe grande expediente por se haver na carga dellas com muito zello; e da mesma maneira se haver na vila da Alagoa do Sul na guerra que se fez aos negros dos Palmares, em que se lhe matou o seo governador Zumbi, o muita gente por cuja causa ficarão livres aqueles moradores; havendo-se na disposição da guerra, e dos socorros com grande cuidado; e em todo o tempo que governou Pernambuco Aires de Souza se achar em repetidos perigos, e encontros que teve com os ditos negros hindo por cabo de duzentos e tantos homens com que lhes fez guerra em varias partes do reconcavo, gastando nella muitos mezes e matando-lhes mais de oitocentas pessoas; e sucedendo naquele governo D. João de Souza, continuar na dita guerra com a mesma disposição, zelo, e valor, gastando anno e meio nesta reparação; e hindo em pessoa com cento e quarenta homens a buscar os ditos negros rebeldes, e pelejar com elles desalojando-os do mucambo onde estavam fortificados, e entrando nele lhe por o fogo queimando mais de seiscentas casas que nele tinham, arrancando, talando, e destruindo todos os seus mantimentos, em que lhes causou grande damno; e no discurso do tempo referido passar grande trabalho, e descommodo de sua pessoa, dando á execução tudo quanto lhe foi ordenado do meo serviço; e no reparo da fortaleza de Tamandaré na ocasião

em que um corsario andou por aquela costa o fazer com disposição e brevidade: E por esperar elle Manoel Lopes, que da mesma maneira me servirá daqui em diante em tudo o de que for encarregado de meo serviço, conforme á confiança que faço de sua pessoa: Hei por bem fazer-lhe mercê do posto de Mestre de Campo em um dos terços da guarnição de praça de Pernambuco, que vagou por fallecimento de D. João de Souza, com o qual posto haverá o soldo que lhe tocar, e gosará de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades, e franquezas, que em razão dele lhe pertencerem. Pelo que mando ao Governador da dita capitania de Pernambuco conheça ao dito Manoel Lopes por Mestre de Campo do dito terço, e como tal, honre, estime, e deixe servir, e exercitar, o dito posto, e haver o dito soldo, que lhe será pago na forma da minhas ordens; e ao sargento mór, capitães, oficiais, e soldados do dito terço ordeno tambem que em tudo lhe obedeção, e cumpram suas ordens de palavra, e por escrito, como devem, e são obrigados, e ele jurará na forma costumada que cumprirá assento nas costas desta Carta Patente, que por firmeza de tudo lhe mandei passar por duas vias, por mim assinada, e selada com o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisbôa aos 6 dias do mez de março. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e oitenta e nove. O secretario Andre Lopes de Laura a fez escrever.—El-Rei.—Conde de Val de Reis». (2).

E ainda estes outros:

(a) «Consulta de Conso. Ultro. de 18 de

---

(2) —Antonio J. de Mello, «Biographias de alguns poetas e homens illustres da Provincia de Pernambuco». Vol. II, pags. 170 e 172.

novembro de 1699, sobre a nomeação de pessoas para a Companhia de Infantaria, que vagou em Pernambuco no Terço do Mestre de Campo Jorge Lopez Alonço, por falecimento de Manoel Bernardes Cardoso.

. . . . . .

Pareceo ao Conselho votar em primeiro logar para a companhia qne vagou em Pernambuco por falecimento de Manoel Bernardes Cardoso, no 3.o do Mestre de Campo Jorge Lopez Alonço, em Francisco Lopez, assy por seus serviços como de estar presentemente servindo de alferes do Mestre de Campo do mesmo Terço, e ser filho de Manoel Lopez, soldado muy benemerito no serviço de Vmgde. e que serve de mestre de campo no outro Terço da mesma capitania de Pernambuco» (3).

(b) «Consulta do Conso. Ultro. de 12 de fevereiro 1701 sobre a nomeação de pessoas para a companhia de infanteria que vagou na capitania de Pernambuco no 3.o do mestre de campo Jorge Lopez Alonço, por falecimento de Antonio Barbosa.

. . . . . .

Pareceo ao Conso. votar em primeiro lugar para a Companhia que vagou em Pernambuco por falecimento de Antonio Barbosa no Terço de que é mestre de campo Jorge Lopez Alonço, em Francisco Lopez Galvão; assim na consideração de estar actualmente servindo de alferes do Mestre de Campo do mesmo Terço; e ser filho do Mestre de Campo Manoel Lopez que serviu a Vmgde com muy honrada satisfação, fazendosse muy benemerito no serviço de Vmgde. Ha na margem a seguin-e nota: Nomeo fr. lo-

---

(3)—Ernesto Ennes—«As guerras nos Palmares» pag. 403.

pez galvão, e o conselho terá por lembrança na ocasião que houver tratar de Ant. Garro da Camara, conforme os seus serviços e merecimentos. Salvaterra 28 de fevereiro de 1701. Rubrica de Pedro II» (4).

Pondo em relevo a ação de Manoel Lopez Galvão na chefia da campanha contra os negros dos Palmares, Ernesto Ennes, a quem devemos documentado estudo sobre a referida campanha, (cujo primeiro volume consta da coleção de estudos nacionaes—«Brasiliana»)—afirma o seguinte:

«Compreendeu-se finalmente a impossibilidade de continuarem expostas á audacia dos negros as populações, colonos e portuguezes, e até a propria soberania. Nessa conformidade, resolveu o governador, D. Pedro de Almeida, em 1674, organizar uma expedição, para a qual pediu a todas as camaras socorros de gente e de munições, confiando o comando dellas a Manoel Lopes, em fins de novembro de 1675.

« 25 dias de jornada, um vasto arraial, um grande numero de defensores, duas horas de luta porfiada, o incendio, a fuga desordenada dos defensores para o interior, e a constituição ou a junção a outro Quilombo visinho, mais para o interior da floresta, foi o resultado immediato. Ahi esteve Manoel Lopes perto de cinco mezes, conseguindo apenas umas tregas aos moradores das vilas visinhas e alguns cativos (mais de 100) que affirma procuravam os antigos senhores, medrosos dos horrores da guerra. Não esmoreceu o governador com o relativo successo desta expedição, pelo contrario". (5).

(4)—Ernesto Ennes--«As goerras nos Palmares», pag. 415.

(5)—Ernesto Ennes--«As guerras nos Palmares, pag. 29 e 30.

A descendencia de Manoel Lopes Galvão, ainda muitos anos após haverem cessado as suas atividades, continuou a invocar o seu nome como justo galardão e como recomendação para acessos e honrarias.

Foi assim que Ignacio de Souza Magalhães, nos meiados do seculo dezoito, fez inscrever na sua fé de officio militar, entre os seus melhores titulos, o de ser bisneto de Manoel Lopes Galvão, "mestre de campo que foi do mesmo Terço de Olinda, a quem se deve em muita parte a restauração de Pernambuco". (6) Nessa occasião Magalhães pleiteava o lugar de capitão de Infantaria do Rio Grande do Norte, e efetivamente foi nomeado a 24 de julho de 1748.

Do casamento de Manoel Lopes Galvão com d. Margarida Lins Acioli houve filhos, a respeito de dois dos quaes, Francisco Lopes Galvão e d. María do Carmo de Proença, existem muitas referencias em documentos irrecusaveis.

D. Maria do Carmo de Proença (Pedro Paulino da Fonseca escreve Maria de Proença Lins Acioli) casou-se com Manoel da Fonseca Jayme, figura de grande projeção na vida militar e politica do nordeste, tendo comandado a Fortaleza de Tamandaré como partídario dos Mascastes na famosa luta que houve em Pernambuco entre a aristocracia olindense e o commercio recifense, e tendo governado o Ceará no periodo que vai de agosto de 1715 a novembro de 1718. (7)

Do casal Manoel da Fonseca Jayme-Maria do Carmo de Proença houve os seguintes filhos, dos quaes tenho noticias: a) Bernardino de Oliveira Pinto, que casou com Jeronima de Albu-

---

(6)—Colleção Studart, vol. 4, pag. 506.

(7)—João Brigido--«Ceará—Homens e Fatos», pag. 52.

querque, irmã de Pedro de Albuquerque Mello, capitão-mór e governador do Rio Grande; (8) b) Felix da Fonseca Jayme; (9) c) Cypriano Lopes da Fonseca Galvão; (10) d) Luiza Hilaria da Fonseca, casada com João de Souza Magalhães e mãe de Luiz de Souza Magalhães, a quem se refere longa e elogiosamente Loretó Couto; (11) e), Margarida Ribeiro da Fonseca, casada com Manoel Soares de Souza. (12).

Francisco Lopes Galvão, filho de Manoel Lopes, a respeito de quem os relatorios officiaes fazem longas citações, chegou a relevante situação militar, conforme se evidencia das referencias que acima reproduzi, constantes do livro de Ernesto Ennes, e ainda em 1706, ia de presidio para a fortaleza do Ceará, com a patente de capitão, conforme relata Studart, nas "Datas e Factos da Historia do Ceará", pag. 135

---

(8)—Barão de Studart «Datas e Fatos» pag. 145.

[9]—Nota de Pedro Paulino, Rev. Cit. pags. 49 e 50.

(10)—Nota de Pedro Paulino, Rev. Cit. pags. 49 e 50 e nota no livro do Barão de Studart, no qual se encontram essas palavras: «10-12-1725. Neste anno foi mandado servir no presidio de Fortaleza no Ceará Cypriano Lopes da Fonseca e ahi demorou-se um anno», e ainda em outro ponto: «2746. Nomeação de Luiz de Souza Correia para o Posto de Capitão de Infanteria do Terço de Olinda, vago pela reforma do capitão Cypriano Lopes da Fonseca Galvão».

(11)—Loreto Couto, «Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco», escripto em Recife em 1757, pag. 399.

(12)—Borges da Fonseca, «Nobiliarchia Pernambucana», Vol. I, pag. 267.

2) A FAMILIA LOPES GALVÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

O tronco da familia Galvão no Rio Grande do Norte foi o sargento-mór Francisco Lopes.

Acreditei de principio que este sargento mór era o mesmo Francisco Lopes Galvão, filho do Mestre de Campo Manoel Lopes Galvão, o *soldado muy benemerito no serviço* de S. Magde., que combateu os negros dos Palmares e acompanhou Luiz Barbalho Bezerra na famosa travessia de Touros, no Rio Grande do Norte, á Bahia, na lucta contra os holandeses.

A identidade de nomes determinou a confusão.

Hoje, em face de vasta documentação, vejo que houve dois Francisco Lopes: o filho de Manoel Lopes que, em 1701, era nomeado para a companhia de infantaria do terço do Mestre de Campo Jorge Lopes Alonço na vaga de Antonio Barbosa, e um outro que, em 1664, isto è, 37 annos antes, era feito Sargento-mór, este sim o tronco da arvore familiar que se estendeu pelo Rio Grande do Norte.

Ha varios documentos que isso demonstram.

O primeiro é a propria patente do Sargento-mór, constante do Vol XI, pags. 390—91, dos "Documentos Historicos" da Bibliotheca Nacional, concebida nos seguintes termos:

«PATENTE DE SARGENTO Maior da Ordenança, da Capitania do Rio Grande, na pessoa de Francisco Lopes.

DOM VASCO MASCARENHAS CONDE DE Obidos, etc. Porquanto com a minha successão no Governo deste Estado, ficou vago o posto de

Sargento Maior de Infantaria da Ordenança da Capitania do Rio Grande, e convem provel-o em pessoa de valor, pratica da disciplina militar, e experiencia da guerra: tendo Eu consideração ao bem que todas estas qualidades concorrem na de Francisco Lopes, e a satisfação com que tem servido a El-Rei meu Senhor nas occasiões que se offereceram exercendo o dito posto, e procedendo como devia ás suas obrigações: esperando delle que em tudo o que tocar a seu exercicio, se haverá muito conforme a confiança que faço de seu procedimento, Hei por bem de eleger, e nomear (como em virtude da presente elejo, e nomeio) Sargento Maior da referida Capitania, para que como tal, o seja, use, e exerça, com todas as honras, graças, franquezas, privilegios, preeminencias, isenções, e liberdade que lhe tocam, podem, e devem tocar por razão do dito posto. Pelo que mando que debaixo da mesma posse, e juramento que delle se lhe deu o sirva, e ao Capitão-mór daquella Capitania o tenha assim enteudido. E aos officiaes de guerra deste Estado, o hajam, honrem, estimem, e reputem por tal Sargento Maior da Infantaria daquella Capitania, e aos Capitães, e mais soldados della, mando obedeçam, cumpram, e guardem suas ordens de palavra, ou por escripto, tão pontual, e inteiramente como devem, e são obrigados.

Para firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu signal e sello de minhas armas, a qual se registrará nos livros a que tocar.

Bento Pereira de Andrade, a fez nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos, em os nove dias do mez de Maio. Anno de mil seiscentos e sessenta e quatro. Bernardo Vieira Ravasco a fiz escrever. *Conde de Obidos.* Carta Patente do posto de Sargento Maior da In-

fantaria da Ordenança da Capitania do Rio Grande, de que Vossa Excellencia teve por bem prover a pessoa de Francisco Lopes, que actualmente exercía, pelos respeitos acima declarados. Para Vossa Excellencia ver».

Este Francisco Lopes, já Sargento-mór com *pratica de disciplina militar e serviços de guerra* em 1664, não podia ser filho de quem, como Manuel Lopes, somente 25 annos depois, isto é, em 1689, deixava de ser tambem Sargento-mór, e era promovido a Mestre de Campo, posto em que ainda se conservava em 1699.

Eram sim contemporaneos, de idade provavemente muito aproximada.

Acontece ainda que o Sargento-mór Francisco Lopes, já em 1672, afastado de qualquer atividade militar, residia em Guarairas, Rio Grande do Norte, e era encarregado pelo Senado da Camara de Natal de arrecadar esportulas para a construção da Matriz, hoje Cathedral da Capital do pequeno Estado nordestino, e em 1689 era membro de proprio Senado da Camara e um dos signatarios do Memorial que, com outros collegas, endereçava á Metropole, solicitando medidas e providencias que acautelassem vidas e propriedades dos colonos ameaçados continuamente pelos gentios (Ver a respeito o livro de Vicente de Lemos—Capitães-móres e Governadores do Rio Grande do Norte, pags. 27 e 55, e a excellente monografia de Nestor Lima sobre a «Matriz de Natal»).

O filho de Manoel Lopes, muito mais moço, só em 1701, quando o Sargento-mór Francisco Lopes talvez nem mais existisse, deixava de ser alferes e galgava situação apreciavel no terço que obedecia a Jorge Lopes Alonço. Mas, assentado embora que o Sargento-mór Francisco Lopes não era filho do Manoel Lopes Galvão,

parece-me de aceitar, entretanto, que entre os dois havia laços de proximo parentesco, talvez irmãos.

Bôas razões levam a essa conjectura.

Um descedente de Manoel Lopes, o tenente Pastorinha, (depois brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão), pae do Visconde de Maracajú e do Barão do Rio Apa, ao fracassar uma sedição militar que chefiára na Parahyba, homisiava-se no Rio Grande do Norte, na casa de um seu parente, dizem os historiadores da epocha, e esse seu parente era justamente Francisco Januario de Vasconcellos Galvão, genro do Capitão-mór Cipriano L. Galvão, fundador de Curraes Novos, no Seridó.

Por outro lado, cabe considerar a persistencia de certos nomes communs entre os descendentes dos dois ramos.

E' assim que ha, através das idades, numerosos Manoel Lopes, Francisco Lopes, Cipriano Lopes, quer entre os descendentes do Mestre de Campo, quer entre os do Sargento-mór, tudo isso indicando que se trata originariamente de uma sò e mesma familia.

O Sargento-mór Francisco Lopes casou-se na Capitania do Rio Grande do Norte com D. Joanna Dornelles, filha de Manoel Rodrigues Pimentel e neta de João de Alustão Navarro, ambos proprietarios e pessoas de elevada condição social, e tratou de radicar-se á terra, requerendo datas de sesmarias, revalidando outras que haviam pertencido ao seu sogro Pimentel, e a Navarro, avó de sua esposa, e comprando ainda algumas, como fazem certo os documentos a seguir:

1·o — « Fls 321 — Sarg.-mór Franc. Lopes, Capm. Bernardo Vieira Ravasco, João Peixoto Viegas.—Carta de 20 de Fevereiro de 1670.

—20 legoas de comprido, e 12 legoas de largo.— Na Capital do Rio Grande todas as sobras de terra q'. ouver nas varges de Mopubú Goyana aliás Guayana e Guayrairão, começando donde acabão os hereos, q'. ali houverem, com a larg. de 12 legs. e 20 para o sertão, pr', nellas ha muitas terras inuteis (E m.s a terra que ha do Rio Pirogi até o corotão ao Norte do Rio que serão 5 ou 6 legoas, e ms. 6 legs, para o sertão, começando d'onde acaba a terra de Antonio Gz. Ferreira) com todas as agoas, campos, pastos, testadas, e mais logradouros úteis, tomando dellas posse, não obstante embo. algum, podendo as haver nos logares devolutos, que houver, caso nos mencionados encontrem embaraço, sem prejuizo de 3.o—*Conds*: As do Foral. - *Obs.* Na pet.m pede q.to se vê p.m o Provedor da Fazenda diz que só sejãolhes concedidas as 2 primeiras datas pedidas, e não as ultimas. o que foi assim concedido pelo Governador» («Publicações do Archivo Nacional», Vol. XXVII, pag. 26).

2.o — «F.as 335 v. — SARGE.-MOR FRANCO. LOPES. — Carta de 19 de Julho de 1670. — 1 leg. de comprido, e 1/2 de largo, e m. 1 leg. em quadro, além do sitio de pescaria da Barra.—Na Capita. do Ro. Gre. as terras do seu sógro Manoel Roiz. Pimtel, sendo 1 legoa de terra de comprido, e 1/2 de largo, junto na estrada que vem de Goyana para o Rio Grande na Varge de Mopubú, a qual comprou á Conrado Luiz, sendo heréos Anto. de Sza., Jeronimo de Athaide, e Henrique Frz., e 1/2 leg. em quadro na m.ma Varzea m.s ao mar no sitio de Guarambú, que comprou á Gonçalo Affo., sendo heréos Tomé Teixeira Ribeiro e Simão Ferreira Lagarto, e Belchior Pires, o qual está occupando Po. Affo. Manço, e João da Rosa, e

1/2 leg. em quadra, q.o d.o sogro Pimentel comprára á Franco. Athaide, sendo heréos Tomé Teixeira, assim m.s o sitio das pescarias da Barra das Gurairas, com as terras pertentes. á elle pr. costa, e Sertão, sendo heréos Grig.o Pinhro. e Belchior de Espinosa, e os Fra-des do Carmo da Parahyba, com todas as agoas, e logradouros, obr.os os heréos dentro de 6 mezes a demarcarem suas terras, aliás passará ao concessionario qualquer porção que.....*Conds*: as do Foral.—*Obs.*: Forão confirmadas as 1.as, e as sobras concedidas agora, não marcando destas a dimenção» (Publicações do Archivo Nacional». Vol. XXVII, pag. 27).

No 1.° destes dois documentos Francisco Lopes surge em companhia de João Peixoto Viegas e Bernardo Vieira Revasco, este ultimo por muito tempo figura de relevo na administração colonial, secretario de Estado na Bahia e irmão do Padre Antonio Vieira, famoso na historia sacra e politica do Brasil.

Um outro documento refere-se á revalidação de papeis e datas de terras que foram do seu sogro Rodrigues Pimentel e do avô de sua esposa João Alustão Navarro, (no documento fala-se de *Estao*, mas o nome de familia ainda hoje mantido é *Alustáo*) que foi *preso* pelos *flamengos e morto pelos Tapuyos*, em 3 de Outubro de 1645, na hecatombe de Uruassú, episodio relatado por todos os historiadores da nossa vida colonial, havendo a respeito delle uma memoria (*Breve noticia*, como chama o autor) de Lopo Curado Garro, escrita vinte dias depois da tragedia, e inserta na integra no «Valeroso Lucideno», de Frei Manoel Calado, editado em 1668.

Eis o requerimento de Francisco Lopes:

« *Alvará de confirmação de umas datas*

(de) terras do sargento-mór Francisco Lopes na Capitania do Rio Grande e por que se lhe dão de novo as sobras de outras que houver na vargem do Mopubú).

Alexandre de Souza Freire etc. Faço saber aos que este Alvará de confirmação e dilação virem que o Sargento-mór Francisco Lopes morador na Capitania do Rio Grande que elle é casado com uma filha legitima de Manoel Rodrigues Pimentel neta de João Estau Navarro o qual deixou a dita sua mulher por sua unica herdeira de todos de (sic) seus bens, e como o dito João de Estau foi preso pelos Flamengos, e morto pelos Tapuias com a mais gente da dita Capitania pelos ditos Flamengos lhos entregaram para os matar a sangue frio por cuja causa se perderam todos seus papeis de datas de sesmarias e de compras de terras que ocupou o dito avô e pae na vargem do Mopubú, e mais partes donde constar justificando por pessoas que bem e verdadeiramente o saibam que elles tinham poupado (povoado?) com seus gados, e lavouras. Pede a Vossa Senhoria lhe faça mercê em nome de Sua Magestade mandar ratificar por sua petição os titulos das ditas terras, e outrosim todas as sobras que houver na dita vargem de Mopubú e Goyana. E que todos os heréos que houver na dita vargem se demarquem para o que serão notificados para que em termo de certos dias se demarquem com pena de que o que o não fizer se haver toda a terra por sobra. E.R.M. E vista a petição que justificou por um instrumento de testemunhas feita do Juiz Ordinario, e o Provedor da Fazenda Real de Natal Capitania do Rio Grande cujo teor é o seguinte. O sargento-maior Francisco Lopes que para bem de sua justiça lhe é necessario justificar em como é casado em saude de Igreja João (sic)

Dornelles filha legitima de Manoel Rodrigues Pimentel e neta de João Estau Navarro que os Tapuias mataram nesta Capitania depois de o terem preso muito tempo os Flamengos, e lhe roubaram seus bens em que perdeu muitos papeis de importancia como cartas de sesmaria, e escripturas de compras de terras que estava possuindo com seus gados, e lavouras como são uma legoa de terra de comprido, e meia de largo junto da estrada que vem de Goyana para o Rio Grande na vargem de Mopubú a qual comprou a Conrado Luiz sendo heréo Antonio de Souza e Hieronymo de Atayde e Henrique Fernandes, e outra meia legoa na mesma vargem mais acima no sitio de Quarambú que comprou a Gonçalo Affonso sendo heréo Thomè Teixeira Ribeiro e Simão Ferreira Lagarto e Belchior Pires o qual está occupando Pedro Affonso Manço, e João da Rosa, e outra meia legoa de terra que o dito seu sogro Manoel Rodrigues Pimentel a houve de comprar aliás de compra de Francisco de Atayde, e sendo heréo Thomé Teixeira e estas taes meias leguas de terras são em quadras; e assim mais o sitio das pescarias da Barra das Guarairas com as mais terras pertencentes a elle por costa e sertão sendo heréo Gregorio Pinheiro, e Melchior de Espinosa, e os frades do Carmo da Parahyba, e assim se conheceu João de Estau Navarro ser pessoa bemquista, e nobre e ter servido a Sua Magestade, e occupar os postos da republica como sempre foi notorio. Pede a Vossa mercé lhe mande perguntar as testemunhas que offerecer para lhe mande perguntar as testemunhas que offerecer para lhe mandar passar seu instrumento de justificação. E.R.M. E assente na de habilitação que offereceu para ser herdeira de João de Estau Navarro e Luiz da Motta e ser

casado com uma neta do mesmo João de Estau Navarro, e constar de todos os documentos que apresentou ser seu universal herdeiro, e se lhe haverem perdido os papeis de data de sesmarias e compras, as quaes se declara na sobredita petição feita ao Juiz Provedor da Fazenda do Rio Grande: tendo eu consideração á informação que me fez o Provedor-mór na Fazenda Real desse Estado cujo teor é o seguinte. Senhor. O Suplicante tem justificado com os papeis juntos o conteudo na sua petição a que sendo Vossa Senhoria servido lhe pode deferir não prejudicando a terceiro. Bahia 18 de Julho de 1670. Lourenço de Brito de Figueiredo., e a todas as mais diligencias que precederam neste requerimento do Supplicante Hei por bem e lhe faço mercê em nome de Sua Alteza de ratificar, confirmar, e validar em virtude desta provisão as titulos das ditas terras ainda que não appareçam, e outrosim lhe dou todas as sobras que houver na vargem de Mopubú e Goyana, e mando que todos os hereos que houver nas ditas vargens se demarquem dentro em 6 mezes com comminação de que aquelle que o não fizer se lhe haverá a terra por sobra para o impetrante o que tudo lhe confirmo, e concedo assim como pede não prejudicando a terceiro com todas suas aguas, campos, mattos, testadas, logradouros, e mais uteis que nellas se acharem tudo forro, livre, e isento de pensão, ou tributo algum salvo dizimo a Deus que pagarão dos frutos que nellas houver, e por ellas serão obrigados a dar caminhos llvres ao Conselho para fontes, pontes, e pedreiras, pelo que ordeno e mando a todos os Ministros, justiças a que o conhecimento desta com direito deva, ou possa pertencer lhes mandem dar a posse Real effectiva e actual na forma costumada dentro das clau-

sulas acima referidas, e as mais da Ordenação e titulo das sesmarias. Para firmeza do que lhe mandei passar a presente sub meu signal e sello de minhas armas, a qual se registrará nos livros da Secretaria deste Estado, e nos mais a que tocar, e se guardará, cumprirá tão pontual, e inteiramente como nella se contém sem duvida embargo, nem contradição alguma. Antonio Garcia a fez nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos aos 19 dias do mez de Julho de 1670. Bernardo Vieira Ravasco o fiz escrever. Alexandre de Souza Freire. Registada no 1.º livros dos registos da Secretaria do Estado do Brasil a que toca a fls. 128. Bahia 19 de Julho de 1670. Ravasco. Registe-se. Bahia 18 de Novembro de 1670. Ravasco. Registou-se no mesmo dia, *Miguel Pinto de Freitas*».

(Documentos Historicos, da Biblioteca Nacional, vol. XXIV, pgs. 50—54).

Ha no cartorio de Goyaninha, Rio Grande do Norte, o inventario e testamento de um dos filhos do sargento-mór Francisco Lopes, o capitão Cypriano Lopes Pimentel.

O inventario é de 1721 e o testamento é de 19 de Dezembro de 1720.

Figura como 1.º testamenteiro o filho, Cypriano Lopes Galvão, o 1.º membro da familia que se fixou no Seridó. (13)

Nas suas disposições testamentarias, Cypriano Lopes Pimentel se diz filho do sargento-mór Francisco Lopes e D. Joanna Dornelles, casado com D. Thereza da Silva, filha do alferes

---

[13]—Inventario e Testamento de Cypriano Lopos Pimentet existente no Cartorio de Goyaninha, Rio Grande do Norte.

Philipe da Silva e D. Joanna, e fala incidentemente de dois dos seus irmãos—Joana Lopes e Francisco Dornelles.

Enumera os seguintes filhos do casal:

a) Lazaro Lopes Galvão, que era casado com D. Isabel de Bezerril;

b) Cipriano Lopes Galvão, depois casado com D. Adriana de Holanda de Vasconcellos;

c) Jorge Lopes da Silva, posteriormente casado com D. Francisca Xavier de Siqueira;

d) Archangelo Lopes Galvão;

e) Estevam Lopes Galvão;

f) Manoel Lopes Galvão;

g) D. Luiza da Silva que era casada com o sargento-mór Manoel Alvares Maciel.

O casal Cypriano Lopes Pimentel—Thereza da Silva residia em Goyaninha, mas seu filho Cypriano Lopes Galvão, tendo casado em Iguarassú, Pernambuco, com D. Adriana de Holanda de Vasconcellos, de familia abastada e importante, adquiriu muitas terras na região do Seridó, para onde se mudou em 1755, fundando grandes fazendas de creação de gados. (14)

3) A FAMILIA LOPES GALVÃO NO SERIDÓ

Cypriano Lopes Galvão foi o iniciador da familia no Seridó, mas, ali não viveu muito tempo, pois, já em 1764, D. Adriana requeria novas terras ao Governo do Rio Grande do Norte, e confessava-se na petição—*viuva do coronel Cypriano Lopes Galvão.*

D. Adriana casou-se depois com o rico fafazendeiro seridoense, Felix Gomes, e, enviuvando segunda vez, desposou o coronel Antonio

---

(14)—Ulisses Telemaco «A Voz Potyguar», de 24-12-1908.

da Silva e Souza, que foi o 1.º Presidente da Camara da Villa Nova do Principe, (Caicó), quando da criação do Municipio, ocorrida a 31 de julho de 1788.

O fallecimento de D. Adriana deu-se a 19 de Março de 1793, tendo assim sobrevivido no seu primeiro marido cerca de 30 annos. (15)

Tinha ella então 70 annos de idade. Cypriano Lopes Galvão era bem mais velho que a sua esposa, pois em 1721, quando se fez o inventario dos bens deixados por seu pae, já era de maioridade, tendo sido até, conforme ficou dito linhas atrás, o primeiro testamenteiro.

O casal Cypriano Lopes Galvão—Adriana de Holanda de Vasconcellos teve os seguintes filhos:

a) Capitão-mór Cypriano Lopes Galvão, que se casou com D. Vicencia Lins de Vasconcellos; (16) b) João Manoel, que morreu solteiro; c) Manoel Lopes, que morreu solteiro; d) Thereza, que morreu solteira; e) Francisca Xavier de Moura, casada com José de Freitas Leitão; e f) Anna Lins de Vasconcellos, casada com Miguel Pinheiro Teixeira.

---

(15)—D. Adriana era filha de João da Rocha Moura e Maria Magdalena de Vasconcellos; esta de Antonio Pinto de Mendonça e Adriana de Holanda; esta de Maria Barbosa da Fonseca e João Leitão de Vasconcellos; este de Francisca dos Santos França e Bartholomeu Leitão de Holanda; este de Maria de Paiva e Agustinho de Holanda Vasconcellos; este de Brites Mendes de Vasconcellos e Arnal de Holanda; este de Margarida Florencia (irmã do Papa Adriano VI) e Henrique de enobourg.

[16]—D. Vicencia era filha de Francisco Cardoso dos Santos e Thereza Lins de Vasconcellos, e esta de Alexandre Rodrigues da Cruz e Vicenca Lins de Vasconcellos. Reproduzia Vicencia o nome da avó materna.

O capitão-mór Galvão, o filho mais velho do casal, ocupou relevante situação na vida publica seridoense, e em 1808 concebeu a idéa de erigir uma Capella a N. S. Sant'Anna, na sua fazenda Curraes Novos, criando o patrimonio e custeando o trabalho de construção. Para isto requereu ao Bispo de Olinda, D. José Maria de Araujo, a competente provisão que foi despachada em 24 de Fevereiro de 1808, sendo dada permissão ao vigario do Caicó para benzer a primeira pedra, conforme relata Manoel Dantas, no seu excellente trabalho — «Denominação dos Municipios—Rio Grande do Norte». [17]

O municipio de Curraes Novos foi, assim, fundado pelo Capitão-mòr Galvão, figura das mais representativas do Seridó, aonde chegou, segundo relata Ulysses Telemaco, no anno de 1755, contando apenas 5 annos de idade, vindo com seus paes de Iguarassú, [Pernambnco], onde nascera. [18]

Casando-se com D. Vicencia Lins de Vasconcellos, veio a falecer, aos 63 annos de idade, a 13 de Dezembro de 1813.

Foram 14 os filhos do casal, Cypriano Lopes Galvão—Vicencia Lins de Vasconcellos: [19]

---

[17] —Manoel Dantas, «Dominação dos Municipios» — "Rio Grande do Norte», pag 16.

(18) —Ulysses Telemaco "A voz Potyguar" de 27-12-1908.

(19)—Notas que me foram fornecidas pelo coronel Antonio Raphael de Vasconcellos Galvão, descendente do capitão-mòr Galvão, e residente em Curraes Novos (R. G. do Norte).

1—João Lopes Galvão, que se casou com D. Joanna Francisca de Jesus, filha de José de Freitas Leitão,

2—Sebastião Lopes Galvão, que se casou com D. Maria, filha de José de Freitas Leitão;

3—Manoel Lopes Galvão, que se casou com D. Anna de Araujo Pereira;

4—Francisco Lopes Galvão, que se casou com D. Anna Joaquina de Holanda, filha de Miguel Pinheiro Teixeira;

5—Joaquim de Moraes Galvão, que se casou com D. Maria Josepha da Conceição;

6—Antonio Pio Galvão, que se casou com D. Adriana Lins de Vasconcellos;

7—Gonçalo Lopes Galvão, que se casou com D. Anna Maria do Rosario;

8—Cypriano Lopes Galvão, que se casou com D. Thereza Maria José; (20)

9—Vicencia de Vasconcellos, que se casou com Francisco Januario de Vasconcellos Galvão;

10—Anna Lins de Vasconcellos, que se casou com Felix Gomes Pequeno;

11—Adriana, que se casou com Alexandre de Melo;

12—Maria Manoela de Vasconcellos, que se casou com Gonçalo de Freitas Galvão, filho de José de Freitas Leitão;

13—José Lopes Galvão, que se casou com D. Josepha Maria da Conceição;

14—Thereza, que morreu solteira.

O terceiro Cypriano Lopes Galvão, filho do Capitão-mór, foi o pae de dois outros Cyprianos, o mais velho, tambem Cypriano Lopes Galvão, e

---

(20)—Thereza Maria José era filha do cearense José Bezerra de Menezes e Maria Borges do Sacramento; Maria Borges era filha de Jeronimo da Fonseca e Brigida Maria; e José Bezerra era filho de Antonio Bezerra de Souza e Thereza Maria José.

o mais moço, nascido em 1809, na hora em que o progenitor falecia, Cypriano das Dores Galvão, posteriormente Cypriano Bezerra Galvão, tendo substituido o *das Dores* por *Bezerra*, homenagem á familia de seu avô materno José Bezerra de Menezes, pae de sua mãe Tereza Maria José. [02]

Os coroneis Silvino Bezerra de Araujo Galvão e José Bezerra de Araujo Galvão, patriarcas seridoenses e homens de prestigio assinalado na terra em que nasceram, viveram e morreram, eram filhos de Cypriano Bezerra Galvão.

Contam-se, hoje, por muitas centenas, talvês milhares, os descendentes de Cypriano Lopes, o criador de gado que se estabeleceu no Seridó, nos meiados do seulo XVIII.

Os seus troncos de familia, os seus ancestrais no Brasil, foram sempre elementos de grande relevo nas armas, na politica, na sociedade,

Sua mulher, D. Adriana de Holanda de Vascencellos, descendia, por sua vez, de Arnal de Holanda, [Borges da Fonseca escreve *Arnau* e *Arnal*, mas Agostinho de Holanda, depondo em abril de 1594 perante o Visitador do Santo Oficio, diz ser filho de Arnal de Oland] «um dos homens nobres, que acompanharam a Duarte Coelho» e «dizem as Memorias, que dele se conservam, que era sobrinho do papa Adriano VI, que subiu á cadeira de S. Pedro em 9 de Janeiro de 1522». [21]

Eram, assim, marido e mulher, pessoas da melhor camada social, o que certamente dá a explicação da ascendencia exercida pela familia Galvão na terra que o casal elegeu para se fixar e residir.

A familia Lopes Galvão, ha cerca de três seculos no nordeste brasileiro, tem talvez, na epo-

---

(21)--Borges da Fonseca--«Nobiliarchia Pernambucana». Vol. I, pag. 307.

ca presente, o seu mais numeroso e denso nucleo na zona do Seridó [notadamente nos Municipios de Acary e Curraes Novos], mas se estendeu largamente pelos Estados de Pernambuco, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas, pela Capital Federal, por outras partes do Brasil.

Muitos são os vultos illustres que tem dado á Patria, a que teem servido com dedicação e brilho em varios ramos de atividade publica, nas letras, nas ciencias, na politica, na magistratura, no clero, na vida militar.

Citarei aqui, e de passagem, alguns descendentes dos Lopes Galvão que se assignalaram no serviço do Brasil, entre elles o generalissimo Deodoro da Fonseca e o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ex-Presidentes da Republica, o Barão de Alagoas, os ex-senadores Pedro Paulino e João Severiano da Fonseca, os generaes Clodoaldo da Fonseca, Percilio da Fonseca e Olympio de Carvalho Fonseca, o dr. Fonseca Hermes, netos e bisnetos de Manoel Mendes da Fonseca Galvão; o brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, (22) militar valoroso com grandes serviços de guerra, falecido, a 13 de junho de 1866 nas margens do Rio Negro; seus filhos: o Visconde de Maracajú e o Barão do Rio Apa e seu neto, Enéas Galvão, ministro do Supremo Tribunal Federal, descendentes de Cypriano Lopes da Fonseca Galvão e Manoel da Fonseca Jayme; os conselheiros Raphael Archanjo e Miguel Archanjo Galvão, o senador e

---

(22)—O brigadeiro Galvão é o mesmo tenente Galvão, por alcunha o «Pastorinha», chefe da sublevação militar que occorreu na capital da Parahyba, a 19 de setembro de 1823 como protesto contra a deposição do governador das Armas daquella Provincia, coronel Francisco de Albuquerque Mello.

general José Pedro de Oliveira Galvão, e o general José Luiz Pereira de Vasconcellos, descendentes do sargento-mór Francisco Lopes; os ex-deputados Olympio Euzébio de Arrochelas Galvão e José Bernardo de Arrochelas Galvão e o ministro do Supremo Tribunal Militar, Eneas de Arrochelas Galvão, e ainda o dr. Rodolpho Galvão, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e bateríologista de grande renome, o general Pedro Paulo Galvão e o Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão. que prezídiu a Paraíba, no periodo monarquico.

Fracassado o movimento, o tenente Galvão conseguiu retirar-se para o Rio Grande do Norte, «homiziando-se em casa de um dos muitos parentes da numerosa familia Galvão ali moradora, de nome Francisco Januario de Vasconcellos Galvão», conforme relato historico publicado na «União», da Paraíba de 19 de Outubro de 1902, atribuido ao historiador paraíbano Maximiano Lopes Machado.

Francisco Januario era genro do capitão-mór Galvão, fundador de Curraes Novos, como já ficou expresso acima.

A respeito do movimento chefiado pelo tenente Galvão, «Pastorinha», ha minuciosa descrição no livro de Irineu Pinto, «Historia da Parahyba», vol. II. pag. 43 e seguintes.

O DIA DO MUNICIPIO

O Governo Federal, por decreto-lei n. 311 de 2 de março de 1938, estabeleceu a nova divisão territorial do Brasil, a vigorar de 1 de Janeiro de 1939, e baixou as normas necessarias á execução dos trabalhos de descrição e fixação dos novos limites municipaes.

Em cumprimento das disposições imperativas desse diploma legislativo, o Governo do Estado designou para constituirem a comissão revisora do quadro territorial do Rio Grande do Norte, aos drs. Anfiloquio Carlos Soares da Camara, diretor geral do Departamento de Estatistica, Nestor dos Santos Lima, presidente do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte e Rubem da Cruz Ribeiro, engenheiro da Estrada de Ferro Central, os quaes, durante o referido ano, em sucessivas, pertinazes e estafantes pesquizas e investigações, conseguiram oferecer o trabalho completo a respeito das novas divisas territoriaes, adotadas integralmente no decreto-lei estadual n. 603 de 31 de outubro de 1938, para terem vigor durante cinco anos a contar de 1 de Janeiro de 1939 até 31 de Dezembro de 1943, amplamente divulgadas pelo orgão oficial «A Republica» e em publicação especial do Departamento de Estatistica e Publicidade do Estado.

Para solenizar o inicio do novo sistema lin-

deiro, o decreto-lei n. 311 de 2 de Março de 1938 instituiu tambem o «Dia do Municipio», fixado para 1 de Janeiro de 1939, e que deveria ser festivamente celebrado em todas as sédes dos municipios brasileiros.

De como ocorreu, entre nós, a valiosa efemeride e do brilho que tiveram as solenidades, programadas pelo venerando Instituto Historico Brasileiro, trasladamos, a seguir, as noticias do orgão oficial «A Republica», edição de 3 de Janeiro de 1939:

« Comemorada festivamente em todo o Brasil, as homenagens prestadas pelo Rio Grande do Norte a essa data, que foi da maior significação para a vida do país, tiveram o objetivo de solidarisá-lo com o sentimento nacional na exaltação do seu triplice sentido, que foi simultaneamente histórico, civico e juridico.

O alcance maior do decreto n. 311, de 2 de março do ano passado, que instituiu os novos quadros territoriais, não está sinão no fato de ter êle concorrido eficazmente para o estreitamento dos laços que mantem a unidade politica e administrativa da Patria. Não resta dúvida que, de agora em diante, eliminadas todas as possíbilidades de intrigas ou desavenças por questões de limites, sempre prejudiciais ao ritmo de trabalho e de paz da nacionalidade, esta se sentirá mais forte e mais coésa para a continuação de suas atividades progressistas, afim de tornar cada vez mais vitoriosa a ordem de coisas inaugurada com a vigência do Estado Novo.

Promovidas sob os auspicios da Interventoria e da Prefeitura, as comemorações desta capital obedeceram, como as demais realizadas em todas as sédes dêste e dos diversos Estados da Federação, ao «Ritual» elaborado pêlo Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Dêste modo,

além do cunho particular de expressividade que as caraterizou, foi possivel conferir-lhes, ao mesmo tempo, um cunho da mais alta significação nacional, não só pêla finalidade que as presidiu como pêlo fato de sua conformidade com as que foram efetuadas em todo o país.

NA PREFEITURA MUNICIPAL

A solenidade levada a efeito pêla Prefeitura e destinada a fixar a nova organização municipal, iniciou-se ás 15 horas, sob a presidencia do dr. Floriano Cavalcanti de Albuquerque, juiz de direito da 1.ª vara, dêsta capital, que se achava ladeado pêlos srs. Interventor Rafael Fernandes, dr. Aldo Fernandes, Secretário Geral, Desembargador Luiz Lira, representante do Tribunal de Apelação, prefeito Gentil Ferreira, cel. Tavares Guerreiro, comandante da Guarnição Federal e da 16.ª Circumscrição de Recrutamento Militar, mons. Alfredo Pegado, padre Luiz Vanderlei e seminarista Nivaldo Monte, representando o govêrno episcopal, capitão de corveta Roberto Castilho, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, cel. André Fernandes, comandante da Força Pública, dr. Dioclecio Duarte, Diretor da Agricultura, dr. Francisco Alegria, representante do Instituto do Mate, dr. Paulo de Viveiros, chefe de gabinete do govêrno, professores Antonio Fagundes, diretor da Educação, Luiz Soares, diretor da Associação de Escoteiros do Alecrim, e Clementino Camara, diretor da Escola Normal, drs. Nestor Lima, presidente do Instituto Historico, Anfiloquio Camara, diretor da Estatistica, dr. Luis da Camara Cascudo, dr. Eloi de Souza, diretor desta folha, dr. Alvim Schimelpfeng, engenheiro chefe das Obras do Porto, Irmão Flavio, representante do Colegio

Marista, prof. Severino Bezerra, diretor do Ginasio Rui Barbosa, capitães José Lôbo, da 16.ª C. R. e José Bezerra, ajudante de ordens do sr. Interventor, cel. Felinto Manso, representante da Associação Comercial.

Ao declarar aberta a sessão, o dr. Floriano Cavalcanti explicou, em ligeiras palavras, a sua finalidade, convidando os presentes a ouvír de pé o hino nacional, executado pêla banda de musica da Fôrça Pública. A seguir, pronunciou as palavras protocolares constantes do «Ritual», e destinadas a considerar inaugurada a divisão territorial estabelecida pêlo decreto n. 311, de 2 de março de 1938.

Na qualidade de orador oficial da cerimónia, falou então o dr. Luis da Camara Cascudo, brilhante inteletual conterraneo, que, num vibrante improviso, discorreu sôbre a importancia da data, salientando o acerto da sua instituição e imediata escolha para a instalação do novo quadro territorial do país. Reportando-se ao triplice sentido do acontecimento, s. s. disse haver ainda um quarto, qué era o moral, objetivado no respeito ás nossas tradições e ao nosso passado, cujos exemplos de nobreza, integridade e altivez patrioticas passariam a renovar-se no culto dos homens do presente, afim de poderem atingir os homens do futuro. Esse respeito, acentuou o orador, resulta do fato de, instituindo o «Dia do Municipio», ter o govêrno brasileiro demonstrado o valor que empresta ao papel desempenhado pêlas municipalidades, que são por assim dizer a celula mater das sociedades humanas. O dr. Camara Cascudo extendeu-se ainda em outras eruditas considerações, sendo ao terminar muito aplaudido.

Em continuação ás determinações do «Ritual», o presidente ordenou a leitura da ata dos

trabalhos, a qual foi feita pêlo sr. Mario Lira, secretário da Prefeitura, e que funcionou como secretário *ad-hoc*, durante a reunião. Após foi a ata assinada por todas as autoridades presentes, encerrando-se em seguida a solenidade, que decorreu num ambiente da mais acentuada expressão civica, assistida por numeroso e seleto auditorio, composto de altos representantes da sociedade, do comércio, das industrias, dos serviços públicos e da imprensa de nossa terra.

NO TEATRO CARLOS GOMES

No Teatro Carlos Gomes teve lugar, ás 16 horas, a sessão civica promovida pêlo Govêrno do Estado.

Presidiu os trabalhos o sr. Interventor Federal, dr. Rafael Fernandes, tomando parte nos mesmos os srs. dr. Aldo Fernandes, Secretário Geral, mons. Alfredo Pegado, representante do sr. Bispo Diocesano, cel. Tavares Guerreiro, comandante da Guarnição Federal e 16.ª Circunscrição de Recrutamento Militar, desembargador Luiz Lira, representando o Tribunal de Apelação, dr. Oscar Siqueira, chefe de policia, dr. Diocleio Duarte, diretor do Departamento da Agricultura, dr. Francisco Alegria, representante do Instituto do Mate, cel. André Fernandes, comandante da Fôrça Pública, capitão de corvêta Roberto Castilho, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, prof. Antonio Fagundes, diretor da Educação, cap. José Bezerra, chefe da Casa Militar da Interventoria, e dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Historico e orador oficial da solenidade.

A sessão iniciou-se com a execução do hino nacional, pêla banda de musica da F. P. M., terminado sob entusiastica salva de palmas. O sr.

Interventor Federal esclareceu, então, os fins da reunião, quais fossem os de traduzir o apôio do Rio Grande do Norte á criação do «Dia do Municipio» e á inauguração da nova divisão administrativa e judiciária da República, especialmente na parte relativa a êste Estado. A seguir, concedeu a palavra ao dr. Nestor Lima, cuja brilhante oração publicaremos, com o devido destaque, na proxima edição, o que deixamos de fazer hoje por absoluta carência de espaço.

Para maior brilho da festividade que, como era de esperar, constituiu acontecimento de grande e assinalada repercussão social, realizou-se depois a parte artistica, constante de números de musica, e obedecendo ao programa abaixo:

Rondo Capricioso—Mendelssohn—por Riva Axelband (Do Curso Valdemar de Almeida).

Rapsodia Hungara n. 11—Liszt—por Glorinha Sigaud (Do Curso Valdemar de Almeida)

Variações sôbre o Hino Nacional — Gottschalk — por Ligia Bezerra (Do Curso Valdemar de Almeida).

Antes de encerrar a sessão, o dr. Rafael Fernandes preferiu eloquente discurso, no qual manifestou a satisfação com que o Rio Grande do Norte acatava o decreto que reorganizou os quadros territoriais da Nação e que, pêlo seu sentido altamente nacionalista, demonstra o interêsse e o carinho com que estão sendo olhados pêlo atual regime as questões maiores e menores da vida brasileira. Já agora, disse sua excelência, é possivel confiar na vitória das nossas instituições, quando é certo que atravessamos uma fase de trabalho intenso e eficaz, visando tão somente a grandeza e a prosperidade da terra comum. Falando em nome do seu Estado, sentia-se autorizado a reafirmar, mais uma

vez, a sua solidariedade com todos os que desejam cooperar, direta ou indiretamente, ao lado do seu govêrno e do govêrno da República, em pròl do nosso desenvolvimento politico, social e económico.

As ultimas palavras de sua excelencia foram de agradecimento pela colaboração prestada pelas autoridades e o povo do Rio Grande do Norte na tarefa da fixação das novas organizações municipais a cargo da Comissão Revisôra do Quadro Territorial do Estado. Tambem agradeceu a presença de quantos alí se achavam, emprestando o seu concurso á solenidade, que a seguir encerrou».

« As lindes municipais através da historia »

Oração gratulatoria do dr. Nestor Lima no « Dia do Municipio », em Natal, no Teatro Carlos Gomes, a 1 de Janeiro de 1939

Preclaro sr. Interventor Federal:

Nobres Autoridades Civis, Militares e Eclesiasticas:

Presados Concidadãos:

Exmas. Senhoras:

Quando, na velha e sábia Roma dos Cezares, justamente considerada, como potencia colonizadora da antiguidade, a patria comum de Portugal, e assim, do Brasil, « *Roma comunis patria nostra est* », acontecia fundar-se uma nova colonia, um nucleo de vida e de civilização, era do costume, consagrado mais tarde pela

jurisprudencia justinianea, segundo a observação do douto João Mendes, (« O Municipio de São Paulo », pag. 29)

> « além da porção de terreno destinado aos colonos, (*ager romanus*), destinar-se á corporação, á colonia, ao Municipio, ao Estado, uma certa porção do *ager publicus*, para aqueles que quizessem fazer parte da nova cidade. O *ager publicus*, na origem, foi partilhado entre todos os cidadãos romanos».

Aproveito a grata recordação românica, para, nesta oração nimiamente gratulatória do «Dia do Municipio», em todo o territorio norterio-grandense, louvar a esplendida lição da opulenta «Roma da Loba amamentando os gemeos», e afirmar, com transportes de amor á terra que é o nosso berço, a preocupação, o desejo e a satisfação de dizel-a apta a ser adquirida por todos quantos quizerem fazer parte da gleba dadivosa, com que Deus nos presenteou.

Somos, aqui, como em Roma, cidadãos romanos, no justo sentido do termo, porque temos todos o direito e o dever de trabalhar e viver, de produzir e engrandecer-nos, visando o bem comum e a prosperidade da nossa coletividade.

Aqui, não distinguimos indigenas ou alienigenas; não se consideram *hostes* os filhos do outras plagas; não ha plebeus nem patricios, nacionais nem estrangeiros; somos um só povo, uma classe única, uma nação, que se présa e se orgulha das suas origens lusitanas, do seu passado heróico, do seu presente tranquilo e do seu mirifico porvir!

Vinde, aqui, todos os que desejais trabalhar e produzir; os que pretendeis contribuir para a

grandeza da nova Edilidade, hoje reinstalada; nós vos aceitaremos como consocios e amigos, porque esse é o anceio dos que desejamos a felicidade da nossa terra, o que nos faz lembrar aquela grandiosa saudação de Rio Branco, o moço, saudando os membros da 3.ª Conferéncia Pan-Americana, em 1906:

« O Brasil é uma vasta seára, e nela sóbra o mél».

II—Pela primeira vez, no curso da existencia do povo brasileiro, empresta-se ao Municipio, como célula da organização politica e territorial do país, uma importancia e um carinho inegualaveis.

Não é que, desde a fundação da Patria, não tivesse havido, vez por outra, uma certa preocupação pela vida e pelos interesses do Municipio; não!

Mas, a verdade é que, depois das transformações politicas resultantes da Revolução de 1930, um outro sentido se tem emprestado ás coisas atinentes á nacionalidade, para afastal-a dos riscos e perigos de um iracionamento latente e, talvez, inevitável.

A abolição das bandeiras e dos escudos estaduais, o culto fervoroso da bandeira e do hino brasileiros, a revisão dos quadros territoriais de todas as unidades municipais, hoje, reinstaladas, constituem a demonstração de que a nova ordem das coisas vai imprimíndo um ritmo inédito ao real sentimento civico da brasilidade.

Hoje, portanto, no «Dia do Municipio», entram em vigor os novos quadros territoriais em todo o Brasil, e, a esta hora, por todos os recantos da Patria extremecida soam as vozes concordantes que exaltam a significação da «festa nova» que os dirigentes do País instituiram para solidificar no espirito do povo os grandes an-

seios e as grandes realizações do Estado Novo, implantado, a 10 de novembro de 1937, em todo o solo brasileiro e tacitamente aceito pelas forças nacionais, sem vislumbre de resistencia.

Bem hajam, pois, aquêles que ideáram e, ora, realizam uma aspiração, mais que secular da existencia dos municipios, que se debatiam, desde a sua criação, nas imensas dificuldades da incaraterização das suas ráias lindeiras, á falta de leis e de atos expressos, que as definissem, descrevessem e preassegurassem.

Dificil, áspera, incómoda, senão profundamente torturante, foi a tarefa desempenhada pela comissão, de que fiz parte, como delegado do Conselho Regional de Geografia, e por amor ao Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, vivamente interessado na solução do assunto, que vinha sendo objeto de estudos especiais, desde alguns anos.

Mas, felizmente vencida a incumbencia, pode o Estado do Rio Grande do Norte integrar-se plenamente na comunidade nacional, pelo exáto cumprimento do decreto-lei federal n. 311 de 2 de março de 1938, o que agora estamos celebrando com toda a pompa e entusiasmo.

III—A questão, porém, dos limites municipais remonta a épocas afastadas da nossa existencia de povo organizado.

Toda gente sabe que, segundo o velho direito monarquico, a terra de um Estado pertencia, por direito de conquista ou de herança, á casa reinante.

O Brasil, descoberto pelo glorioso almirante Pedr'alvares Cabral e incorporado á Corôa Portuguesa, teve identica situação, pois, todo o seu território pertencia indiscutivelmente á Corôa de Portugal.

A colonização da terra brasileira foi pro-

jetada, segundo o regimen das capitanias hereditárias, e entregue aos respectivos capitães, não como propriedade particular deles, mas, na qualidade de méros usufrutuários da terra de sua concessão.

> « Competia aos donatários, em relação ao respectivo território, fazer concessões de sesmarias; fundar vilas, dando-lhes insignias e liberdades; organizar os serviços administrativos; exercer as funções judiciárias» (Visconde de Porto Seguro, «Historia do Brasil», 3.a edição, pag. 182).

Tais concessões ficavam dependentes da confirmação real, e, si lograda esta, tornavam-se dominio pleno, isto è, dominio alodial, «sem pensão, nem foro, nem tributo algum, a não ser o dizimo a Deus Nosso Senhor, dos frutos que houvesse e lavrasse», (J. O. Lima Pereira, «A propriedade no Brasil», pag. 6).

Assim, não somente sob o regimen das capitanias hereditárias, que nos não tocou, devido ao malôgro das expedições de João de Barros e Aires da Cunha, aquinhoados com as Terras que demandam da Baía da Traição ao atual Morro do Tibáu, como tambem no regimen dos «governos gerais» do Brasil, as concessões não impediam o direito do Rei de ordenar a fundação das vilas e povoações, quando as julgasse necessarias, mesmo dentro dos terrenos concedidos por «data e sesmaria».

O Rio Grande do Norte, particularmente, como concessão que fôra feita e caducára, á falta de efetiva ocupação, voltou ao «reguengo», isto é, ao poder da Corôa Portuguesa, que só, em 1597, tomou conhecimento das reclamações dos povos da Paraíba e Pernambuco relativa-

mente ao trafico dos franceses com o gentío, em busca do «pau brasil» e outras especiarías, e mandou conquistar a terra do Rio Grande e aí fundar um forte e uma povoação, afim de defender eficazmente essa parte da colonia da ambição dos piratas franceses.

E, de fato, Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, capitães-móres de Pernambuco e Paraíba, ajudados por valentes capitães, entre os quaes se destacava Jeronimo do Albuquerque, fundaram a 6 de janeiro de 1598, o «forte dos Reis Magos», á entrada da barra do Rio Potengi, e, mais tarde, a 25 de dezembro de 1599, o grande capitão-mór demarcava o sitio da nova «Cidade de Natal», cujo nome recorda o advento do Salvador da Humanidade.

Mas, a fundação da nova *urbs* não queria dizer que um novo municipio, á moda romana, estava fundado.

A Capitania era uma só, constituia um território único, sob a vigilancia de autoridades realengas, emanadas diretamente do Rei de Portugal.

Entretanto, os capitães-móres, obedientes ás normas que regulavam o exercicio de suas prerogativas, começaram de conceder terras por «datas e sesmarias», a quem as quizesse povoar e cultivar, no que, por sinal, cometeram êrros graves, que chegaram até ao conhecimento de El Rei.

Foi quando êste, por alvará régio de 28 de setembro de 1612, fez virem ao Rio Grande do Norte o capitão-mór de Pernambuco Alexandre de Moura e o ouvidor geral desembargador Manoel Pinto da Rocha, com a incumbencia especial de fazerem «nova repartição de terras do Rio Grande, assim das que se não tiverem repartido, como das que, pela dita maneira, já es-

tiverem, em que não houver beneficio, tendo passado o tempo que para isso foi limitado». («Revista» do Instituto Histórico, ano 1909, pag. 9-12).

E, aqui chegando, a missão real efetuou, a 21 de fevereiro de 1614, a «repartição das terras do Rio Grande», que constituía então um só municipio, e onde havia, já a esse tempo, 185 «datas de sesmarias», ora, no «sitio da cidade» de Natal, ora, nas ribeires dos vários rios, alhures descobertos e explorados.

Entre essas datas, acha-se registrada a de n. 76, que deu Jerónimo de Albuquerque, a 6 de janeiro de 1605, ao «Conselho desta Cidade», e constituia-se pelas terras, desde

> « O ryo desta cidade atee os morros altos e pelo ryo guaramine atee o mar, serve para pastos e algumas madeiras para casas».
> («Revista», citada, pag. 41).

Si bem datasse do governo de Lourenço Peixoto Cirne, em 1611, a organização politico-administrativa da Capitania, por provisão do Governador Geral do Brasil, d. Diogo de Menezes, o certo é que a colonização das terras do Rio Grande fez-se lentamente em tôrno das missões religiosas de Guajerú, (Extremoz), Mopebú, Paparí, Guaraíras, Gramació, Apodí e outras, ora, dos carmelitas, ora dos capuchinhos, ora de outras ordens permitidas, a quem os capitães-móres concederam grandes tratos territoriais, que o proprio Rei censurou, no alvará régio em que ordenou a nova «repartição das terras», em 1612.

Quando se deu a reação do governo do marquês de Pombal, com o alvará régio de 5 de março de 1755 e carta régia de 6 de julho de

1755, pelos quais foram expulsos dos territorios da Carôa Lusa as ordens religiosas e voltaram ao dominio da Real Corôa as terras por elas colonizadas e cultivadas, foram estas vendidas, em hasta pública, a quem melhor lance oferecesse.

Fundaram-se, então, várias «vilas» no nosso território; Extremoz (hoje, Ceará-Mirim), a 3 de maio de 1760, Arês, a 15 de junho de 1761, Port'alegre, a 9 de Dezembro de 1761, São José de Mipibú, a 22 de fevereiro de 1762 e Vila Flor, em dias de outubro de 1762.

A fundação das «villas», em substituição dos antigos aldeiamentos, por fôrça do alvará e carta régia, era uma providencia meramente administrativa. O governo municipal, instituido na forma do Codigo Filipino, compunha-se de um juiz ordinario, dois vereadores e um procurador do Conselho, assistidos do almotacél e do alcáide. (Lima Pereira, *obra citada*, pag. 15), equivalente este a «alvazil» ou juiz de primeira instancia» e aquele a «inspetor de pesos e medidas, que taxava o preço das mercadorias», (cf. Candido Figueiredo, «Novo Dicionário da Lingua portuguêsa», 1.º vol. pag. 92 e 99).

Eles compunham o tradicional «Senado da Camara», de que temos as mais curiosas noticias e informações nos «termos de vereação».

Outros municipios foram posteriormente criados, ainda na fase colonial: Vila Nova da Princeza, hoje Assú, pela ordem régia de 22 de julho de 1766 e instalado a 11 de agosto de 1788, e Principe, atual Caicó, pelo alvará régio de 31 de julho de 1788.

Encerra-se o periodo colonial e abre-se a éra da Independencia no Brasil, desde 7 de setembro de 1822.

Foram transformados os antigos Senados da

Camara nas Camaras Municipais, por lei do ano de 1828.

Daí, por deante, foram criados vinte novos municipios na Provincia, além da confirmação dos oito ja existentes.

Goianinha, pela resolução da Assembleia Geral Legislativa de 7 de agosto de 1832; Acari, Apodi, Touros e São Gonçalo, pela resolução do Conselho da Provincia, a 11 de abril de 1833; Angicos, pela lei provincial de 28 de março de 1835; Santana do Matos, pela resolução provincial de 13 de outubro de 1836; Martins, pela lei provincial de 10 de outubro de 1841; Macau, pela de 2 de outubro de 1847; Paparí, pela resolução provincial de 18 de fevereiro de 1852; São Bento (hoje Nova Cruz), pela lei de 15 de março de 1852; Mossoró, pela Resolução provincial dessa mesma data; Jardim de Seridó, pela lei de 1 de setembro de 1858; Pau dos Ferros, pela resolução provincial de 4 de setembro de 1858; Campo Grande (atual Augusto Severo) nessa mesma data; Caraúbas, pela lei de 5 de março de 1868; Serra Negra, pela lei de 3 de março de 1874; S. Miguel de Pau dos Ferros, pela lei de 11 de dezembro de 1876; Trairí, (presentemente, Santa Cruz), por lei dessa mesma data, e Macaíba, por lei de 7 de fevereiro de 1879.

Via de regra, êsses novos municipios tiveram os limites das antigas freguezias, ou dos «distritos de paz», ou das delegacias e sub-delegacias de policia, que os precederam, na ordem ascencional de seus predicamentos. A não ser um ou outro, como Caraùbas, que possuiu a mais clara e perfeita das linhas de fronteira, a maioria dêles desconhecia as suas lindes, porque elas resultavam de uma série de desmembramentos posteriores á sua definitiva creação,

tornando confusos, incertos, ou imprecisos esses mesmos limites.

Veiu a Republica, a 15 de novembro de 1889, começando, desde logo, por transferir para os Estados o «domínio dos terrenos devolutos», e alterando profundamente a situação dos territórios, que passaram a pertencer ao povo, quando até aquella época eram só da Corôa Imperial.

No regimen republicano, quatorze municipios, foram criados, procurando as respetivas leis, ou decretos, fixar, ainda que com dificuldades, as linhas de limites, quando não se reportavam aos das sub-delegacias e delegacias de policia, os «distritos de paz» ou as freguezias vindas do regimen anterior.

O ano de 1890 foi notavel e propício para a vida municipal: Taipú, a 10 de março; Coitezeiras (hoje, Pedro Velho) a 10 de maio, Luiz Gomes e Santo Antonio, a 5 de Julho; Patú, a 28 de setembro; Jardim de Angicos, (atual Lages), a 4 de outubro; Currais Novos, a 15 de outubro, e Flores, a 20 de outubro, saíram armados do cerebro dos governos provisorios tal como a lendária Minerva brotou do cérebro de Jupiter Capitolino.

A seguir, Areia Branca pelo decreto de 16 de fevereiro de 1892, e vinte e quatro anos depois, Parelhas, por lei estadual de 8 de novembro de 1926, Baixa Verde e São Thomé, pelas de 29 de outubro de 1928, sendo que, após a revolução de 1930, só João Pessôa, (presentemente Alexandria) por decreto de 7 de novembro desse ano, e São Miguel de Jucurutú, (agora, tão sómente Jucurutú), no decreto de 11 de outubro de 1935, obtiveram os fóros de municipios autónomos e as suas sédes os predicamentos de vilas e cidades.

Perguntasse-se-lhes, porém, quais eram, ao

certo, os seus limites? Poucos seriam os que pudéssem responder com precisão; o que quer dizer que, desde a implantação do regimen municipal no Brasil, o que ocorreu com a lei das Camaras Municipais em 1828, debatiam-se os municipios nas malhas do problema gravíssimo da insegurança e incerteza de suas lindes territoriais.

E' certo, todavia, que o alvará de 5 de outubro de 1795, entre outras medidas de alto alcance social e administrativo, ordenava que

> « na distancia de seis legoas compreendidas nos contórnos das cidades e vilas, a cada uma delas se lhes désse e concedesse uma *data de quatro legoas em quadro*, para as administrarem os oficiais das mesmas Camaras e do seu rendimento fazerem as despesas e obras do Conselho, a que são obrigados».

Era, porém, méra dadiva, ou outorga real, que não passou do papel e não teve nenhuma efetivação.

Confirmada pela lei de 28 de outubro de 1848, a outorga das *seis legoas em quadro* foi, mais tarde, por lei de 24 de novembro de 1888, ampliada para 360.000 hectares doados ás provincias, para ser aplicado o produto da venda respectiva «ao desenvolvimento e serviço da colonização».

Mas, ninguem sabia, ou antes, toda gente desconhecia tal *outorga* de territorios, e outros ainda havia a quem fóra cedida a «legua dos indios», que ignoravam completamente si tal coisa existia.

Afim de remediar e solucionar, pelo menos, por um quinquênio, tão grave e intrincado problema, que tóca de perto á propria existencia

da comunidade, é que foi expedido o decreto-lei do Governo Federal n. 311 de 2 de março de 1938, sob as inspirações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica, que tudo tem feito, de par com o venerando Instituto Historico e Geografico Brasileiro, para levá-lo a bom termo e á mais completa e perfeita realização.

E' um problema secular que se resolve dentro de 10 mezes! Pode o novo quadro municipal conter, e terá, de certo, alguns defeitos, mas representa uma afirmação da capacidade organizadora, um esforço de coordenação, que ainda bem demonstram as aptidões mentais creadoras ou assimiladoras da nossa gente.

IV—Trago, neste instante, em nome da Comissão Revisora do Quadro Territorial, de que fiz parte, do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, que tenho a honra de presidir, e do venerando e centenario Instituto Historico Brasileiro, de quem recebi especial delegação para esta solenidade, com as saudações por um feliz ano novo, as mais efusivas congratulações com o Governo e com o Povo deste Estado, pela nova éra de prosperidades, que todos desejamos no ano de 1930, que hoje se inicia, sob a égide de uma organização eficiente dos seus 42 municipios e dos 84 distritos administrativos e judiciários, que, nos termos do decreto estadual n. 603 de 31 de outubro ultimo, compõem o novo Quadro Territorial do Rio Grande do Norte, durante o quinquénio, que ora começa, sob os melhores auspicios.

Cumprindo com satisfação o dever, eu me associo individualmente ao regosijo civico, pela nova organização juridica dos nossos municipios, a que tenho dedicado, desde 1921, as mais solicitas pesquizas, no sentido de erguer-lhes sólido pedestal de informações minuciosas e veridicas,

quanto resultam dos documentos, tradições, lendas e informações, colhidas por toda parte e traduzidas nos derradeiros números da nossa «Revista».

E', finalmente, de cordial aprazimento esta solenidade promovida pelo Governo e pelos orgãos sociais mais destacados como que significando o seu grande apreço e os seus desvélos para com as células vivas da organização nacional.

Outrora, nos saudosos tempos de El-Rei, o cerimonial da instalação de uma nova Edilidade constituia principalmente no erguimento do «pelourinho», ao centro da praça urbana, junto ao qual, á hora aprazada nos edítos, o meirinho do Ouvidor Geral, incumbido do «vilamento», apregoava para todos os quadrantes:

— «Real! Real! Viva o nosso Soberano Senhor e Rei, D. F., de Portugal!»

E, na monotonia das vozes populares, repetiam os circunstantes, como num estribilho liturgico, o sinal do seu fiel reconhecimento pela mercê que recebiam na ereção da Nova Vila, a quem o Ministro dava o competente apelído.

(«Revista» do Instituto, Vol. XIX, pag. 83).

Como se transformaram, através do tempo, as usanças realengas ne antanho! Como são diferentes, hoje em dia, os cerimoniais civicos da vigente organização municipal!

Todos nós ouvimos, com satisfação profunda, ainda ha pouco, no Paço da nossa Edilidade, a tocante proclamação civica do povo de Natal, pela voz do seu interprete oficial, confirmando-lhe os predicamentos de Cidade, luzeiro e cabeça do nosso querido Rio Grande!

Que portentosa lição de civismo! Que belo ritual é aquêle do verdadeiro sentido nacional!

Pois bem, senhores, com aquella proclama-

ção, todos nós, por uma voz unísona e isócrona, queremos afirmar, muito alto e bom som, que somos, de fato, uma Unidade politica, e somos tambem um Estado, membro da Federação Brasileira; porém, queremos assegurar, como num juramento fervoroso, que somos mais do que um municipio e do que um Estado; é que somos, antes de tudo e sobretudo, o Brasil, a terra esplendida e dadivosa, que se reclina, estuante de seiva e de vitalidade, sob as cintilações do Cruzeiro do Sul, e á qual dedicamos sinceramente todos os tributos do nosso amor filial e da nossa mais cordial veneração!

O «Dia do Municipio»

Este ano começou com uma comemoração muito significativa para os destinos do Brasil—a oficialização dos novos limites municipais em todo o país.

◇

Assisti ás festas promovidas pela Prefeitura e pelo govêrno do Estado. Ouvi a palavra autorizada de dois membros do nosso Instituto Historico, ilustres entre os mais ilustres e mais sabios: Nestor Lima e Camara Cascudo.

Comprehendi melhor a expressão nacionalista do acontecimento inédito que veiu dar a cada municipio a estensão precisa de seu territorio, depois de haver corrigído a toponimia que dentro e fora dele causava confusão.

◇

A palavra de Nestor Lima, presidente do Instituto Historico, tantas vezes reeleito, e o me-

lhor colaborador dos estudos da revisão dos municipios do Estado, esclareceu os motivos determinantes do decreto federal, mostrando-nos, no seu sentido historico, o que é o municipio nos seus aspectos administrativo, politico e economico.

◇

O novo quadro municipal brasileiro se constitui, agora, de 764 comarcas, 1.271 termos, 1529 municipios e 4732 distritos. Aumentó de 34 municipios sobre o antigo quadro.

Todas essas circunscrições municipais acham-se, desde domingo, com a sua função primordial de organismo administrativo definitivamente delimitada. E' uma das realizações mais interessantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica.

◇

Na parte de musica que se seguiu ao orador oficial, a menina Riva Axelband tocou *Rondó Capricioso*, de Mendelssohn; a senhorinha Glorinha Sigaud deu á belissima página de Liszt, que é a sua 11.ª *Rapsodia Hungara*—o brilho e a sensilidade dos seus canticos; e a senhorita Lígia Bezerra executou, com muita expressão, a fantasia que Gottschalk escreveu em 1869 sobre o Hino Nacional, sentindo tambem, embora americano do norte, a emoção da vitoria brasileira sobre os paraguaios.

Pena que houvesse faltado Oriane de Almeida, incluido com a 12ª *Rapsodia Hungara*, de Liszt.

Danilo (A. de França).

Da «A Republica» de 3—1—1939.

ARQUIVO

« José Francisco Cabral de Mello, Secretario da Intendencia Municipal da Cidade de Canguaretama.

Certifico que revendo os livros em que se costumavam lançár os termos de aforamentos da antiga Camara Municipal em um d'elles deparei com o de aforamento perpetuo que assinou o Coronel André de Albuquerque Maranhão dos *sitios formosa, restinga e torre*, sendo este do theor seguinte — Termo de arrematação por fôro perpetuo do Sitio da Tôrre, ao Coronel André de Albuquerque Maranhão, em virtude de uma provisão Regia, passada pelo Conselho ultramarino em seis de Novembro de mil setecentos e oitenta e seis, pelo preço de seis mil reis cada anno. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e oitenta e sete annos aos desecete dias do mez de Julho do dito anno, neste Senado da Camara da Villa de Nossa Senhora do Desterro de Villa Flôr, Capitania do Rio Grande do Norte onde se acha o Juiz Ordinario o Capitão Ignacio Marinho Gomes e Veriadores Alexandre Ferreira Colasso, José Silvestre da Rocha, e o Sargento-Mór José Soares dos Santos, e o Procurador Gaspar Marques da Silva comigo escrivão abaixo assignado, sendo ahi appareceo o Coronel André de Albuquerque Maranhão com a provisão regia de fôro perpetuo do Partido da Torre que foi do Engenho Cunhaú de que é Sinhorio, requerendo que

---

NOTA DA EDAÇÃO—O presente documento foi encontrado no Arquivo da Prefeitura de Canguaretama e ofertado pelo seu digno secretario José Benedito Ferreiar, a 22 de abril de 1940.

se lhe rematasse pelo fôro de seis mil réis, o dito partido e todas as terras d'elle em que ainda os indios estão com um pedaço comprehendido na Demarcação que para esta Vila se fez e tomou do dito Engenho em *tempo do pai do dito Coronel, o Capitão Mór Gaspar de Albuquerque Maranhão* então Sinhorio, ainda que por este Senado fôra dado o partido em fôro perpetuo de seis mil réis n'aquelle tempo Sargento Mór Pedro Barbosa Cordeiro, genro do Senhorio e Cunhado d'elle Coronel que hoje o é e já é fallecido o dito Cunhado, bem intendido de não puder valer aquelle aforamento perpetuo sem provisão de Sua Magestade Fidelissima, como agora elle Coronel tem e se acha cumprida pelo Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General de Pernambuco e mais Capitanias anexas José Cezar de Menezes e pelo prestanticimo Desembargador, Ouvidor Geral e Carregador da Comarca o Doutor Antonio Felippe Soares de Andrade de Brederodes a quem o mesmo Excelentissimo Senhor remeteo o requerimento feito para com o dito partido se anexarem as terras d'elle apanhadas na demarcação excluindo-se os indios d'ellas e pondo-se a Porteira, chamada n'aquelle tempo do Carmo no mesmo lugar em que estivera por costume enveterado para com ella se evitarem os animais dos moradores destruirem as lavouras, e se espalharem os bois do Engenho Cunhaú como está defferido, e finalmente se acha cumprida a mesma Provisão por este nobre Senado, nestes termos lança elle Coronel seis mil réis por fôro perpetuo, cada ano, do dito partido e terras mencionadas com a clausula de sahirem os indios e de se fazer a porteira como antigamente por bem do dito Engenho, e de Sua Magestade nos Dizimos e no dito fôro para sempre que pagará qualquer que lhe

suceder no referido Engenho perpetuamente obrigado o mesmo e executando-se deste modo a referida Provisão. O que visto ouverão o Juiz Vereadores e Procuradores por arrematado o dito partido ao Coronel André de Albuquerque Maranhão de fôro perpetuo para si e seus sucessores e herdeiros a quem pertencer o dito Engenho, por cada anno seis mil réis na forma expressada, com as terras que a demarcação apanhou do partido, para delle e dellas, só o mesmo Coronel por si, ou de seu mandado se puderem plantár, beneficiar e ter criações, fazendo as bemfeitorias que lhe parecer, e a porteira na parte em que esteve a antiga chamada do Carmo, cuja arrematação com as solenidades custumadas, concluida mandaram que se conferisse para sempre, e fazer este auto em que com elles assignou o dito Coronel, Alcaide Agostinho Monteiro, e o porteiro Francisco Soares de Souza. Eu João Barbosa Marques Ferreira, Escrivão da Camara o escrevi o porteiro assignou de Cruz por não saber escrever Ignacio Marinho Gomes, Alexandre Ferreira, Colasso, José Silvestre da Rocha, José Soares dos Santos, Gaspar Marques da Silva, André de Albuquerque Maranhão, Agostinho Monteiro, Cruz de Francisco +— Soares de Souza. E mais si não continha em ditos termos que fiel copiei dos proprios originaes a que me reporto, nesta Villa de Canguaretama aos Doze de Agosto de mil oitocentos e secenta e sete. O Secretario da Camara, (a) *Cyriaco Gomes Marinho*».

O Centenario da Morte do Presidente Parrudo

Ocorreu a 11 de abril de 1938 o primeiro centenario do assassinato do Presidente da Provincia doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisbôa, cognominado «O Parrudo».

A comemoração do acontecimento foi feita pela imprensa local e do orgão «A Republica», edição de 10 de abril de 1938, transcrevemos, data venia, os dois trabalhos que seguem dos nossos confrades, drs. Camara Cascudo e Eloi de Souza:

O PRESIDENTE PARRUDO

Luis da Camara Cascudo
(Socio efetivo)

MANOEL RIBEIRO DA SILVA LISBÔA nasceu na cidade do Salvador, Baía, em maio de 1807, filho de Manoel Ribeiro da Silva. Bacharelou-se em Direito na Academia de Olinda, colando grau a 5 de outubro de 1833. Não se doutorou em Olinda nem encontro seu nome nos que receberam borla-e-capêlo em S. Paulo.

Presidente da provincia de Sergipe, por car-

ta imperial de 22 de outubro de 1834, assumiu a 13 de fevereiro e deixou a 10 de outubro de 1835 a administração. Felisberto Freire («Historia de Sergipe») elogia seu govêrno enérgico e masculo. Guerreou tenazmente o trafico de escravos (a lei reguladora é de 1850) e a falta de disciplina reinante.

Nomeado Presidente do Rio Grande do Norte a 10 de março de 1837, chegou a Natal no dia de São Bartolomeu, consíderado aziago, 24 de agosto, assumindo dois dias depois.

Temperamento vibratil, arrebatado, impulsivo, sensual, foi, entretanto, um espirito claro, vendo admiravelmente os problemas da provincia e sugerindo soluções ainda hoje logicas e oportunas. Na «Fala» que apresentou á Assembléa Legislativa Provincial (em 7 de setembro de 1837, doze dias depois empossado) propoz varias reformas. Criticava a ausencia dos parocos nas freguezias pobres, trazendo o abandono das almas, a falta de iluminação, uma Casa do Governo que reunisse as secretarias, a necessidade de estradas pelo interior, a inutilidade da Guarda Nacional que consistia na escolha dos comandantes sem nenhuma atenção ás finalidades da instituição; a desorganização municipal, onde rareáva o espirito indispensavel para o desenvolvimento desta célula da unidade nacional; a necessidade de um recolhimento de orfãos e um Hospital para ambos os sexos, destinado aos pobres; propunha a creação de cadeiras de Geometria e Mecanica aplicada ás artes e oficios e outra de Agricultura Pratica e Veterinaria, suprimindo-se algumas de Latim e Logica (?) do interior *cujos mestres percebem muitas vezes avultados ordenados para ensinarem a um unico discipulo*, etc. Concedeu quatro loterias, no valor de 10:000$ cada uma, em bene-

ficio das estradas públicas. Creou as companhias de Jornaleiros nos municipios (lei n. 12 de 24 de outubro de 1837) que seriam empregadas nas futuras rodovías. Creou em Natal um Juiz de Direito do Civel com jurisdição privativa nos feitos do Fisco Provincial. Destinou um credito para abertura de uma estrada indo do Assú a Caicó (de Princêsa a Princi.e). Obteve autorização para construir uma casa da Assembléa Provincial aproveitando os emolumentos das patentes da Guarda Nacional. Escreveu ás pessôas mais influentes em todos os municipios inquerindo pelos produtos peculiares a cada região, e as distancias para o centro da provincia, assim como o estado das estradas, etc. A resposta de Tomaz de Araujo Pereira, primeiro presidente da provincia, ainda se conserva no arquivo da Secretaria do Governo. Em 23 de outubro de 1837 reformou a Fôrça Policial, elevando-a para 70 homens, sob o comando de um capitão. Os soldados tinham 320 réis por dia. Havia um piquête de Cavalaria, um cabo e seis praças. O cabo recebia 360 réis por dia, e mais 400 réis, assim como os seis cavalerianos, para sustento da montada que devia ser comprada e arreiada á sua custa. A despesa da provincia foi orçada em 62:249$000... Era Juiz de Direito o dr. Joaquim Aires de Almeida Freitas, que acumulava as funções de Chefe de Policia.

Silva Lisbôa teve o apelido de «Presidente Parrudo».

Em 2 de março de 1838 mandou reintegrar em seu lugar de Juiz Municipal, Francisco Machado do Rêgo Barros, que havia sido demitido na administração anterior, ante denuncia da Camara de Natal, por não ter residencia no municipio. Parrudo argumentou que somente depois de sentença condênatoria perderia Francisco Ma-

chado o seu emprego e demais este havia provado exuberantemente sua residencia em Natal.

Suspendeu, e foi este o escandalo maximo, o Presidente da Camara de Natal, Luis Pereira do Lago, *por haver postergado a ordem deste Governo e os deveres de seu cargo.*. O vice-presidente, Manoel Gabriel de Carvalho, pediu respeitosamente escusas para não assumir. Silva Lisbôa, em março de 1838, mandou o vereador mais votado, José Felipe Santiago, assumir. E assim se fez.

Era homem fisicamente forte, grande atirador e esgrimista eximio. Sua morte é explicada como tendo sido uma desafronta do coronel Estevão José Barbosa de Moura que, delegado pela Maçonaria, permitiu-se aconselhar o Presidente sobre assuntos da administração. Houve, pode-se dizer, uma conspiração coletiva e toda a gente sabia que o Presidente estava condenado a morte. Ouvindo os tiros, o coronel Bonifacio Camara (então com 25 anos de idade) disse para Antonio José de Souza Caldas, na calçada de sua casa, na rua de Santo Antonio: —«*Que gente teimosa!... Lá mataram Parrudo!*»

Silva Lisbôa arrendára uma casinha no sitio «Passagem», no Barro Vermelho, sempre ocupada pelas suas conquistas, moças do povo, em maioria.

Procuraram-no aí numa quarta-feira de Trevas, três homens, com recados urgentes, O Presidente recebeu-os deitado. Dispararam-lhe dois tiros de bacamarte e crivaram-no com doze facadas, informa Mélo Morais na «Cronica Geral do Brasil» (II, p. 338). Um dos assassinos cortou-lhe o dêdo para levar um anel de brilhantes. O crime ficou inteiramente impune.

«Aos onze de abril de mil oitocentos e trinta e oito faleceu da vida presente assassinado,

sem sacramento algum o exm. sr. Presidente o doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisbôa, branco, casado com a D. Maria Francisca, foi sepultado nesta Matriz envolto em seu uniforme, encomendado solenemente por mim; e para constar mandei fazer este termo em que assino — CANDIDO JOSE' COELHO, vigario interino».

PALAVRAS CURTAS

Eloi de Souza
(Socio fundador)

Joaquim Lourival é uma das minhas saudades. Conversador inexgotavel, possuia o dom de animar os assuntos e tinha a habilidade de imitar a fala e os gestos das pessôas, referidas nas suas narrativas. Dava gosto ouvil-o pelo comentario imprevisto e pitoresco dos episodios antigos, que a memoria ia reproduzindo como si se tratasse de atos a que êle proprio tivesse assistido.

O que sei da vida de Dendé Arco Verde e do assassinato de Parrudo foi dêle que ouvi. Relativamente a este ultimo, a narração recente que me fez o cel. Joaquim Manoel Teixeira de Moura, neto do cel. Estevam, é por tal forma diferente que resolvi divulgal-a para uma melhor elucidação.

O que mais me encantava na versão do velho Lourival era aquele bilhete de d. Maria Rosa ao marido afrontado pelo presidente Parrudo e no qual, ela lhe dizia na linguagem de uma heroina romana: «O cel. Estevam, ao receber

este, deverá retirar-se imediatamente para o Ceará, de onde só voltará depois de vingado. Antes disto sua mulher não deseja vel-o.

Maria Rosa».

Estas palavras recitadas por Lourival, com uma emoção quasi dramatica, valia todo um retrato dessa pernambucana de bôa etirpe e dona do solar do «Ferreiro Torto», onde a mesa era farta e o agasalho fidalgo.

A verdade, porém, contada pelo proprio cel. Estevam ao seu neto, não suprime o bilhete, mas altera o destino que ele de motu proprio tomou.

E' todavia certo ter d. Maria Rosa lhe comunicado em termos que não reproduziu haver tomado todas as providencias, afim de no seu regresso não sofrer a humilhação da presença daquele monstro.

Parrudo, como se sabe, era um temperamento arrebatado, e um sátiro que não admitia obstaculos á satisfação dos seus caprichos. Tantas fez, no genero, agravadas por perseguições politicas inominaveis que a cidade indignou-se e seus homens representativos, na sua grande maioria maçons, (segundo a fidedigna narrativa do cel. Estevam), tratou do caso em Loja e deu ao mesmo a incumbencia de aconselhar o presidente a retroceder do mau caminho.

Ouvida a admoestação em palacio (seria mais acertado dizer na «Casa do Governo»), Parrudo, enfurecido, segurou o amigo e prestigioso correligionario pela gola do paletó e procurou arrastal-o até o movel mais proximo, em uma de cujas gavetas estava guardada uma pistóla. A senhora do presidente segurou o marido e facilitou o agredido a desvencilhar-se da

sua garra possante, gritando-lhe a seguir «corra coronel, que Ribeiro é doido».

Sem perda de tempo o cel. Estevam, apressadamente alcançou o cais do Rosario, onde estava sua canôa, tripulada por escravos de confiança, e mandou remar a toda força para o Ferreiro Torto».

Na altura do «Periquito», um dos escravos enxergou um bote que os perseguia; e o fugitivo, á sua maior proximidade, tendo verificado que a embarcação trazia arvorada a bandeira nacional, advinhou que o proprio Parrudo era o seu perseguidor, como realmente sucedeu.

Mandou, então remar para uma gambôa, na márgem esquerda do rio, onde desembarcou, e mais tarde, com o auxilio de amigos seguiu para a «Cacimba do Viana», onde ficava uma de suas muitas fazendas de gado.

D. Maria Rosa, sem perda de tempo, escreveu ao cel. João de Oliveira Mendes, residente na serra de São Bento. Foi portador da carta o administrador do «Ferreiro Torto», João Alves de tal, que chegou á casa do destinatario alta noite. Bateu na porta, um tanto atrevidamente, e, ao anunciar que trazia recado urgente de d. Maria Rosa, o coronel Oliveira Mendes chamou o sr. Joaquim Emerenciano, professor dos filhos, a quem incumbiu de atender ao portador.

Lida a carta, e inteirado do seu conteúdo, mandou chamar dois escravos de confiança e lhes determinou que acompanhassem a João Alves e, cumpridas suas ordens, se considerassem fôrros e tomassem o rumo que entendessem. Escreveu pelo mesmo ao coronel Bonifacio inteirando-o rapidamente do ocorrido e pedindo que os ocultasse até a execução de Parrudo, que se deveria dar, para escarmento, no logar mais público de Natal.

João Alves, aqui chegando, resolveu matalo na igreja, por ocasião da missa; mas o presidente faltou a essa devoção habitual. Ficou então assentado que o assassinato se consumaria quando ele se encontrasse numa casa situada nas proximidades do Baldo, onde costumava passar algumas horas em bôa companhia.

Ali chegou João Alves certa manhã. A porta estava aberta. Parrudo em mangas de camisa, sentado numa rede, conversava com uma joven. Ao avistal-o, levantou-se e lhe perguntou «o que desejava». «Entregar esta encomenda que lhe mandaram», respondeu calmamente o interlocutor, descarregando-lhe o bacamarte em pleno peito. Os escravos entraram e cravaram-lhe as facas tão violentamente que ficaram ambas plantadas nas feridas profundas.

Um delles com uma forte dentada decepoulhe o dedo de uma das mãos, onde havia um anel de brilhante.

Assim acabou a 11 de abril de 1838, o Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisbôa, sepultado no mesmo dia na Matriz da cidade.

Encomendou o corpo o padre Candido José Coelho.

Do crime não se fez processo e os assassinos nem siquer tiveram o incomodo de se ausentar da Provincia, com receio da Justiça.

Poucos dias depois, d. Maria Rosa, filha unica do coronel Joaquim José do Rêgo Barros, senhor de engenho, possuidor de 22 fazendas, cem escravos e outros haveres, recebia sem aparato, em «Ferreiro Torto, o coronel Estevam José Barbosa de Moura, seu marido.

Não se passou muito tempo, o casal fazia doação do engenho «Cajupiranga», ao coronel João de Oliveira Mendes, em recompensa de uma velha e leal amisade.

Atas das sessões do Instituto Historico

1938

Ata da sessão solene em comemoração do centenario do Instituto Historico Brasileiro, e da instalação na nova séde, definitiva, do Instituto Historico do Rio Grande do Norte

Aos vinte e um dias do mês de Outubro de 1938, nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, na nova séde do Instituto Historico e Geografico, á rua da Conceição n. 622, pelas 19 horas, presentes os consocios drs. Nestor dos Santos Lima, presidente Varela Santiago, Dioclecio Duarte, Vicente de Lemos Filho, Joaquim Manoel T. de Moura, fundador, dr. Tomaz Salustino Gomes de Mello, correspondente, familias e pessoas gradas, foi aberta a sessão. O presidente declarou que, nesta data, o Instituto inaugurava a sua nova séde e, ao mesmo tempo, comemorava a grande data centenaria do Instituto Historico Brasileiro; em seguida, extendeu-se em comentarios acêrca da existencia proveitosa daquella agremiação modelar, padrão dos seus congeneres dos Estados e honra da cultura brasileira. Continuando com a palavra, o dr. Nestor Lima, falou demoradamente sobre o interessante tema:

As cinco sèdes do Instituto, pondo em destaque todos os episodios da vida desta sociedade, desde a sua criação até esta data, referindo-se ás quatro primeiras sédes do Instituto, francamente inadequadas, nas salas estreitas, para as sessões, gabinete de leitura e acomodações das inumeras estantes, Museo e Arquivo. Disse que, hoje, estava tudo remediado, graças á doação deste edificio, onde funcionou o Tribunal Regional da Justiça Eleitoral, feita pelo sr. Interventor Rafael Fernandes, ficando o Instituto instalado em casa condigna, com amplas salas de sessões e conferencias, que dão aos visitantes a impressão da solenidade propria e do presiigio da associação que nela funciona. Ao terminar a sua tese, o dr. Nestor Lima foi muito aplaudido, recebendo prolongada salva de palmas. O dr. Luis da Camara Cascudo, que se achava inscrito para falar na presente sessão, sobre o tema «O Instituto Brasileiro e seus fundadores», deixou, porem, de fazel-o por motivo de molestia, em pessoa de sua familia, desculpando-se por carta ao Instituto. Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão, ás vinte e tres horas. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e secretarios.

(aa) *Nestor dos Santos Lima.*
Manoel Varela Santiago.
Silvino Bezerra Neto.

O Instituto Historico deixou de reunir-se, nos primeiros mesês de 1938, devido aos trabalhos da mudança da sua séde, do predio n. 577 para o n. 622 á Rua da Conceição, desta Capital.

1939

Ata da 401.ª sessão ordinaria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Aos doze dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e trinta e nove, nesta Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, ás quatorze horas, no edificio do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, presentes os consocios drs. Nestor dos Santos Lima, presidente, e Vicente de Lemos Filho, e desembargadores Benicio Filho, Antonio Soares e Silvino Bezerra, foi aberta a sessão. Serviram de Secretarios os srs. drs. Antonio Soares e Vicente de Lemos Filho. ATA: Foi lida e, sem emenda, aprovada a da sessão anterior. EXPEDIENTE: Constou da seguinte materia:—Oficios do sr. dr. Aldo Fernandes R. de Melo, secretario Geral no exercicio de Interventor, enviando ao Instituto uma copia do relatorio, levantamento topografico, e um numero 5 da «A Republica», e «Diario Oficial», de 12 e 26 do mês de Janeiro deste ano, nos quais foram publicados o decreto n. 628, de 11 de Janeiro de 1939, do Governo do Rio Grande do Norte, e n. 488, de 24 de Janeiro de 1939, do Governo do Ceará, que ratificaram o acôrdo celebrado entre os dois governos para definitivo cumprimento do acordam do Supremo Tribunal Federal, que decidiu a antiga questão de limites, entre os respectivos Estados. Agradeça-se e arquive-se. Do sr. Chefe do Gabinete do Interventor Federal, dr. Paulo de Viveiros, remetendo, por copia, a informação que, a respeito da ligação da pena dagua do Instituto, forneceu a

chefia da Comissão de Saneamento de Natal. Arquive. Do mesmo Sr. Cnefe do Gabinete da Interventoria Federal, solicitando o fornecimento, em letra e musica, dos hinos e canções civicas consagrados neste Estado e adotados nos estabelecimentos de instrução e policia militar e constantes do arquivo do Instituto. Satisfaça-se. Do diretor da Secretaria, no exercicio de secretario geral do Estado, dr. Lelio Augusto Soares da Camara, pedindo providencias, afim de atender á solicitação feita pelo Sr. Ministro da Justiça, no sentido de serem entregues ao serviço do Dominio da União, neste Estado, alguns moveis do extinto Tribunal de Justiça Federal, que se encontram neste Instituto:—Inteirado. Do sr. dr. Camara Cascudo desculpando-se por não poder comparecer ás solenidades do dia 21 de outubro de 1938, por molestia grave em pessoa de sua familia, em homenagem á efemeride do centenario do Instituto Historico Brasileiro e á instalação do Instituto Historico do Rio Grande do Norte em sua nova séde, definitivamente. Inteirado. Do Sindicato dos Comerciantes do Rio Grande do Norte, convidando o Instituto para assistir a sua instalação solene e cerimonia da entrega da carta sindical, que se efetuará ás 19 horas do dia 21 de Dezembro de 1938, á avenida Tavares de Lira n. 57, 1.° andar. Arquive. Do 1.° secretario do Instituto Historico do Ceará, dr. G. de Souza Pinto, enviando uma copia do ofício que aquelle instituto dirigiu ao sr. Interventor Federal neste Estado, manifestando a satisfação que causou naquele meio o ato do dr. Rafael Fernandes fazendo doação a êste Instituto, de um predio para a sua séde definitíva, Arquive. Do presidente do Instituto Historico e Geografico Brasileiro convidando o Instituto para as solenidades com que celebrará o centenario da

sua fundação. Inteirado e em tempo providenciado. Da Associação Comercial pe Natal comunicando a posse de sua nova diretoria, eleita para o corrente anno: Inteirado. Do bibliotecario da Universidade de S. Paulo solicitando os numeros da Revista do Instituto, tomos 20 a 26, 29 em diante: satisfaça. Idem do sr. Prof. Walter Spalding pedindo uma coleção completa da «Revista» e perguntando se o Instituto tem recebido os livros por êle enviados. Atenda. Idem do «Centro Artistico Operario Assuense» comunicando a posse de sua nova diretoria: Arquive. Idem do Inspetor da Alfandega convidando o Instituto para assistir a inauguração do retrato do Exm. Sr. Dr. Getulio Vargas, na Alfandega desta capital: Arquive. Idem do sr. Antonio Gomes da Rocha Fagundes comunicando que, no dia 25 de Abril de 1938, assumiu o exercicio do cargo de Diretor do Departamento de Educação: Responda e arquive. Idem do dr. J. Machado comunicando que, no dia cinco de Abril de mil novecentos e trinta e oito, assumiu as funções de Diretor do Hospital de Alienados: Arquive. Idem, do dr. Alberto Maranhão, acusando o recebimento da «Revista» do Instituto. Arquive. Idem, do Instituto Historico de São Paulo, sobre o mesmo assunto: Arquive. Idem do Instituto Historico da Bahia, sobre o mesmo assunto: Arquive. Idem, do Instituto Historico de Minas Geraes comunicando a eleição e posse de sua nova diretoria: respondido, arquive-se. Idem, da Academia Acreana de Letras, de Rio Branco, sobre o mesmo assunto: Agradeça e arquive. Idem da Associação Odontologica do Rio Grande do Norte, sobre o mesmo assunto: Arquive. Idem do Centro de Letras do Paraná, sobre o mesmo assunto: Arquive. Idem do Secretario Geral do Conselho Nacional de Geografia, solicitando trabalhos sobre o ter-

ritorio Brasileiro, de que o Instituto disponha: Arquive. Idem do sr. Manoel Procopio de Moura, comunicando que, a 22 de Janeiro de 1938, assumiu o exercio do cargo de tabelião publico e escrivão judicial do primeiro cartorio, desta Capital: Arquive. Idem do Prof. Luiz Soares de Araujo, remetendo o original dos primeiros Estatutos deste Instituto, encontrados no arquivo do seu saudoso pae, cel. Pedro Soares de Araujo. Recebido com agrado, arquive. Idem do sr. dr. Gentil Ferreira, prefeito de Natal, comunicando que, no dia dez de Novembro de mil novecentos e trinta e oito, em comemoração ao transcurso do 1.º aniversario do Estado Novo, inaugurou um novo edificio publico para o funcionamento do Mercado do bairro do Alecrim, desta Capital, cujas despesas com a construção do predio e aquisição do terreno orçaram em Rs. 250:000$000 (duzentos e cincoenta contos de reis): Arquive. Idem do mesmo, comunicando que, no dia primeiro de Novembro de mil novecentos e trinta e oito, na qualidade de prefeito desta Capital, fez convite á população, pela imprensa, para assistir a benção da nova capela que construiu no Cemiterio Publico, sob a denominação de «São José»; que no dia dois, do mesmo mês, procedeu a inauguração das obras ultimamente executadas no mesmo Cemiterio, constantes da construção de duzentos carneiros de alvenaria, do calçamento, a tijolos de alvenaria, das ruas recem abertas e bem assim das novas instalações feitas na área aumentada em cerca de 12.000 metros quadrados. Informa o dr. Gentil Ferreira que esses serviços custaram á Prefeitura, cerca de duzentos contos de reis: Arquive. Idem do mesmo convidando o Instituto para assistir a solenidade civica do dia 1.º de Janeiro—«Dia do Municipio», que a Prefeitura realizará no salão

nobre da Prefeitura Municipal, ás 15 horas, para inauguração festiva do Quadro Territorial dêste Municipio: Arquive. Cartões: De votos de Bôas Festas e Feliz Ano Novo, do Prefeito de Natal. Arquive. Da «Liga Artistico-Operaria Rio Grandense», sobre o mesmo assunto. Arquive. Do Instituto Historico do Amazonas, Saudação e Amizade, 1938-1939, Arquive. Do Gremio de Cultura «Mauá», Pelotas, agradecendo a remessa da «Revista». Do Ginasio Metropolitano, á rua Dias Cruz, 241 (Meyer), Rio de Janeiro, agradecendo a remessa da «Revista», Arquive. Do dr. Antonio de Souza, sobre o mesmo assunto, Arquive. Da comissão de festas em homenagem ao dr. Getulio Vargas, convidando o Instituto para o baile, no «Aero Club», no dia 10 de Novembro de 1938: Arquive. Do dr. Rafael Fernandes, Interventor Federal, agradecendo as felicitações que lhe foram enviadas, por motivo do seu anniversario natalicio. Arquive. Idem do mesmo convidando o Instituto para assistir as festas em homenagem ao aeronauta norte riograndense Augusto Severo, no 36.º aniversario de sua morte. Arquive. Da diretoria do Banco do Rio Grande do Norte convidando o Instituto para assistir, no dia 14 de Janeiro, ás 15 horas, a inauguração da nova séde dêsse estabelecimento, sito á avenida Tavares de Lira, desta Capital. Arquive. Cartas—Do Instituto Historico Brasileiro agradecendo ao Institutos as demonstrações de adesão, simpatia e amizade que lhe foram prodigalizadas, pela celebração do centenario da sua fundação. Arquive. Do Instituto Historico de Sergipe agradecendo a remessa da «Revista». Arquive. Telegramas—Dos srs. drs. Oscar Carrascosa, Rubem Ribeiro, Caio Guerra e Anfiloquio Camara felicitando o Instituto, pelo transcurso do centenario do Instituto Brasileiro. Agradeça e arquive.

Do presidente do Instituto Historico da Bahia, Dr. Epaminondas Torres, congratulando-se com o presidente dêste Instituto pela comemoração da data da instalação do novo edificio desta Instituição co-irmã: Respondido, arquive. Do ministro Augusto Lira comunicando que, juntamente com o dr. Tobias Monteiro, representou êste Instituto nas solenidades comemorativas do Centenario do Instituto Historico Brasileiro: Arquive. Ofertas—O Instituto registrou a do Dr. Tobias Monteiro, a do dr. Lindolfo Camara e a do dr. Perri Vidal, de livros para a bibliotéca do Instituto. *Ordem do dia*—O Presidente comunicou que recebeu o exemplar do jornal «A Fanfarra» edição de Outubro de 1938, que lhe enviou o sr. Otavio Amorim, de Assú, pelo qual, em o artigo sob a epigrafe «Reivindicação Sagrada», se verifica que estão em poder do dr. Carlos Barbosa Leite Junior, diretor do referido jornal, os celebres documentos e desenhos originais do balão «Pax», de invenção do ilustre e malogrado pioneiro da aviação, Augusto Severo, e que os guarda carinhosamente, por especial deferimento do sr. Joaquim de Barros, que os recebeu do capitalista Antonio Goulart, quando este mandou reparar o predio da rua Carolina Santos n. 48, Boca da Mata, no Rio de Janeiro, onde residíra a familia do engenheiro Dr. Pereira Reis, colaborador e amigo intimo de Severo. Em seguida, o sr. Presidente, depois de fazer a leitura do artigo da «Fanfarra», sugere ao Instituto a ideia de se oficiar ao dr. Carlos Barbosa Leite Junior, pedindo-lhe para que faça cessão desses documentos ao Instituto Historico do Rio Grande do Norte, que os guardará em o seu arquivo, com o maior carinho e satisfação. O Instituto resolveu aprovar, por unanimidade, a sugestão do sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar, foi encer-

rada a sessão ás 16 horas. Do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e secretarios.

(aa) *Nestor dos Santos Lima.*

Antonio Soares de Araujo.

Vicente de Lemos Filho.

Ata da 31.ª sessão magna de eleição e posse da Diretoria e Comissões Permanentes do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Presidencia do Exm. Sr. Desembargador Dionisio Filgueira, 1.º Vice-Presidente.—Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e trinta e nove, ás vinte horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, nesta cidade de Natal, presentes os consocios Desembargadores Dionisio Filgueira, Antonio Soares, Benicio Filho e Felipe Guerra e drs. Camara Cascudo e Varela Santiago e Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, foi aberta a sessão pelo Desembargador Dionisio Filgueira, 1.º Vice-presidente, que declarou assumir a presidencia, em viriude do impedimento do presidente efetivo, Dr. Nestor dos Santos Lima, que se acha enfermo, ha muitos dias, não podendo, por isso, comparecer a esta sessão. Continuando, o sr. 1.º vice-presidente, em exercicio, declarou que, segundo

convite publicado na «A Republica», orgão oficial do Estado, em 2.ª convocação, a sessão tem por fim proceder-se á eleição da Diretoria e Comissões Permanentes, para o bienio que começará hoje e terminará a 29 de Março de 1941. Antes, porém, o sr. Presidente mandou que se fizesse a leitura do expediente que se achava sobre a mêsa, tendo o Sr. 1.º Secretario, Desembargador Antonio Soares lido uma proposta, assignada pelos consocios Drs. Nestor Lima, Dionisio Filgueira, Benicio Filho, Antonio Soares, Felipe Guerra, Luis da Camara Cascudo e Varela Santiago, para que se elegessem socios benemeritos do Instituto os drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes R. de Mello, como tributo a S. S. Excias. pelos beneficios que fizeram, como responsaveis pela alta administração do Estado, á vida e ao patrimonio do Instituto Historico; um oficio do Sr. Interventor Federal no Estado, enviando uma carta do cel. Pedro Cordolino de Azevedo, presidente da Comissão do Monumento aos Herois de Laguna e Dourados; e um cartão do Sr. João Francisco de Borja ofertando uma cedula n. 0112253, da Caixa de Conversão, da quantia de Rs. 20$000, para figurar na secção competente do Instituto, e como lembrança do 37.º aniversario dêste, nesta data.

Havendo ainda materia de expediente sobre a Mêsa, o Sr. 2,º secretario, dr. Luis da Camara Cascudo, requereu que ficasse adiada a leitura para a proxima sessão ordinaria, visto que estava adiantada a hora e fam proceder-se as eleições, sendo atendido. Em seguida, procedidas as eleições, obtem-se os seguintes resultados: Para presidente, dr. Nestor dos Santos Lima, com sete votos; para 1.º secretario desembargador Antonio Soares com seis votos; dr. Camara Cascudo, um voto; para 2.º secretario dr. Camara Cascudo com

seis votos; padre Calazans Pinheiro com 1 voto; para orador, dr. Luis Antonio com 5 votos, Desembargador Benicio Filho 1 voto, dr. Dioclecio Duarte 1 voto; para tesoureiro, desembargador Aoracio Barreto, com 7 votos; para diretor da bibliotéca e arquivo, desembargador Felipe Guerra, 6 votos. dr. Varela Santiago 1 voto; para 1.· vice-presidente, desembargador João Dionisio Filgueira com 6 votos; dr. Varela Santiago 1 voto; para 2.· vice-presidente, desembargador Luiz Lira, 7 votos; para adjuntos do 2.· secretario, dr. Vicente de Lemos, com 7 votos; dr. João Vicente da Costa, com 7 votos; para o adjunto do orador desembargador Benicio Filho com 6 votos; desembargador Silvino Bezerra, com 1 voto; para adjunto de tesoureiro, desembargador Silvino Bezerra, com 6 votos, adjunto de diretor da bibliotéca, musêo e arquivo dr. Matias Maciel com sete votos; para Comissão de Fazenda e Orçamento : drs. Dioclecio Duarte, 7 votos; Varela Santiago 6 votos; Felipe Guerra 6 votos; João Vicente 1 voto;Cel. Joaquim Manoel 1 voto; para Comissão da «Revista», drs. Nestor Lima 7 votos; Camara Cascudo 6 votos, Antonio Soares 6 votos; Benicio Filho 1 voto; João Vicente 1 voto. O Presidente em exercicio, desembargador Dionisio Filgueira, proclama reeleitos, presidente, 1.· e 2.· secretarios, orador, tesoureiro, diretor da bibliotéca e arquivo, respectivamente, os consocios Nestor dos Santos Lima, Antonio Soares de Araujo, Luis da Camara Cascudo, Luis Antonio F. Souto dos Santos Lima, Horacio Barreto, Filipe Guerra, 1.· vice-presidente Dionisio Filgueira; 2.· vice-presidente Luis Lira; adjuntos de 2.· secretario, Vicente de Lemos Filho e João Vicente da Costa; adjunto de orador, Manoel Benicio Filho, adjuntu de tesoureiro Silvino Bezerra; adjunto do diretor da bibliotéca, Matias

Maciel; para a Comissão de Fazenda e Orçamento: Varela Santiago, Dioclecio Duarte e Filipe Guerra; e para a Comissão da «Revista» Nestor dos Santos Lima, Antonio Soares de Araujo, e Luis da Camara Cascudo, que são convidados em seguida a empossar-se dos cargos para os quais foram reeleitos, o que foi feito. Em seguida, foi aprovado o balancête da receita e despesa do Instituto, referente ao ano de 1938, apresentado pelo tesoureiro e com parecer favoravel á aprovação, da Comissão de Fazenda e Orçamento. Em discussão, a carta do presidente da Comissão do Monumento aos Herois da Laguna, enviada ao Instituto pela Interventoria Federal, ficou resolvido fazer-se pública a consulta contida na mesma, pelo orgão oficial do Estado. O dr. Camara Cascudo pediu a palavra e requereu que fosse dispensado intersticio, afim de ser votada na sessão de hoje a proposta subscrita pelos membros da diretoria, e que fôra lida no expediente da sessão, para que se elevasse a socio benemerito o exm. sr. dr.Rafael Fernandes Gurjão, socio efetivo do Instituto, e se elegesse a socio benemerito o exmo. sr. dr. Aldo Fernandes de Melo, secretario Geral do Estado, sendo atendido. Em seguida, o sr. Camara Cascudo, ainda com a palavra, justificou a homenagem que se ia prestar aos dois eminentes homens publicos, e pôz em destaque os esforços do dr. Aldo Fernandes, ao lado do exmo. dr. Rafael Fernandes, para que o Instituto possuisse séde propria e definitiva. O Instituto, por unanimidade, elegeu os drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes R. de Melo, socios beneméritos do seu quadro social. O sr. Presidente agradeceu ao sr. João Francisco Borja, que se achava presente, a oferta que fez ao Instituto, de uma cedula de vinte mil reis, emitida pela

antiga Caixa de Conversão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, ás 22 horas. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e secretarios.

(aa) *João Dionisio Filgueira.*

Antonio Soares de Araujo.

Luis da Camara Cascudo.

Ata da sessão solene para entrega dos diplomas de Socios Benemeritos aos drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes R. de Melo e para prestar, ao mesmo tempo, uma homenagem ao Visconde de Mauá.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e nove, ás 16 horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, nesta cidade de Natal, Capital do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, presentes os Exmos. Srs. Drs. Rafael Fernandes Gurjão e Aldo Fernandes R. de Mello, Interventor Federal e Secretario Geral do Estado, respectivamente, e os consocios drs. Nestor dos Santos Lima, presidente, Antonio Soares de Araujo, 1.º secretario, Luis da Camara Cascudo, 2.º secretario, que ocuparam os seus respectivos lugares na Mêsa, Felipe Guerra, Varela Santiago, Dioclecio Duarte, Joaquim Ignacio, Eloi de Souza e Benicio Filho e mais os senhores desembargador Manoel Montenegro, dr. Nilo Perei-

ra, secretario da Educação do Estado de Pernambuco, Joaquim Pinheiro, Tenente Pedro Heraclio Pinheiro, Dr. Gentil Ferreira, Prefeito Municipal de Natal, Mario Eugenio Lira, secretario da Prefeitura Municipal de Natal e grande numero de pessôas gradas, foi aberta a sessão. O sr. presidente convidou os Exmos. Srs. Drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes, para tomarem lugar na Mêsa. Em seguida, o Dr. Nestor Lima, presidente, pronunciou um eloquente discurso, no qual relembrou as datas mestras da vida do Instituto, detendo-se na apreciação do gesto dos drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes, relativamente á doação do predio no qual êste sodalicio encontrou séde definitiva e condigna. As ponderadas e vibrantes palavras do Presidente do Instituto, que concluiu fazendo a entrega dos diplomas de socios beneméritos aos dois ilustres homenageados, foram aplaudidas com uma demorada salva de palmas, dos presentes. Em seguida, falaram, agradecendo a homenagem que lhes era prestada, em palavras de afetuoso e nobre desvanecimento, os drs. Rafael Fernandes e Aldo Fernandes, que mereceram da assistencia, calorosos aplausos. Foi dada a palavra ao dr. Luis da Camara Cascudo, o qual iniciou a sua palestra sobre a vida do Visconde de Mauá, cujo perfil traçou com eloquencia e brilho. Embora não muito longo, o ilustre conferencista focalisou todos os lances da vida verdadeiramente dramatica desse homem de génio, a quem o Brasil deveu, em todos os aspectos de sua atividade, grandes e inolvidaveis serviços. O discurso do dr. Camara Cascudo foi uma sintese admiravel e comovente dessa grande vida. Ao terminar o discurso, o dr. Camara Cascudo, recebeu longa e estrepitosa salva de palmas da assistencia. Dada a palavra pelo Presidente a quem

quizesse uzar, e ninguem querendo falar, o Dr. Nestor Lima agradeceu a todos quantos deram a honra de sua presença á sessão que se celebrava e, em seguida, encerrou a sessão. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mêsa.

(aa) *Nestor dos Santos Lima.*

Antonio Soares de Araujo.

Luis da Camara Cascudo.

1940

Ata da sessão Magna de Aniversaaio do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Presidencia do Exmo. Sr. Dr. Rafael Fernandes, Interventor Federal.

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e quarenta, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, nesta cidade de Natal, Capital no Estado do Rio Grande do Norte, pelas dezeseis horas, presentes os srs. Doutores Rafael Fernandes Gurjão, Interventor Federal, Aldo Fernandes R. de Melo, Secretario Geral do Estado, Nestor dos Santos Lima, Presidente do Instituto Historico, Eloi de Souza, Presidente do Departamento Administrativo do Rio Grande do Norte, desembargadores Dionisio Filgueira, Silvino Bezerra, Felipe Guerra, Benicio Filho, Antonio Soares, Xavier Montenegro e Sinval Moreira Dias, Drs. João Soares,

Adalberto Amorim, capitão José Bezerra, ajudante de ordens do Sr. Interventor Federal, drs. Camara Cascudo, Matias Maciel e Belarmino Lemos, Professores Antonio Fagundes, diretor do Departamento de Educação, Luiz Soares, Lauro Escossia, Antonio Estevam, José Fabricio, Mario Cavalcante e João de Deus Bessa, e outras pessôas gradas, foi aberta a sessão pelo Doutor Nestor Lima, servindo de secretarios os snrs. Doutores Antonio Soares e Camara Cascudo, 1.· e 2.· secretarios, respectivamente. O Presidente expôs o fim da presente sessão solene, que era celebrar o 38.· aniversario do Instituto Historico e, em seguida, convidou para presidil-a o exmo. Sr. Interventor Federal, que ocupou a cadeira da presidencia, sob calorosa salva de palmas. Assumindo a presidencia, o Doutor Rafael Fernandes agradeceu, desde logo, a honra de presidir a reunião e declarou iniciados os trabalhos da sessão magna comemorativa; mandou que o 1.· secretario procedesse a leitura do expediente, que constou de pedidos de renuncias dos snrs. Desembargador Horacio Barreto, tesoureiro, Doutores Luiz Antonio, orador, Silvino Beserra, adjunto de tesoureiro e João Vicente da Costa, suplente de secretario; de um convite formal da Comissão Organisadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia, de Florianopolis, a realizar-se de 7 a 16 de setembro, pedindo para o Instituto apoiar dito certame e recomendal-o aos seus consocios; e de ofertas de livros dos snrs. Doutores Tobias Monteiro e João Lindolfo Camara, Instituto Nacional do Livro, do Cel. Demetrio Lemos e D. Jayme Camara, Bispo de Mossoró; de diversos oficios de Comunicação e dos balancetes —Contas do Instituto— referentes aos periodos de 1.· de Janeiro a 28 de março de 1938 e ao 2.·, 3.· e 4.· trimestres de 1939, que

foram enviados a Comissão de Fazenda e Orçamento, para o devido exame e parecer. Terminada a leitura da materia do expediente, passou-se a Ordem do dia: Posto em discussão e a votos o convite da Comissão Organisadora do IX Congresso de Geografia, foi por unanimidade aceito o convite e o Instituto aderiu ao dito certame, para o qual designará oportunamente o seu Delegado. Pedindo a palavra o Doutor Nestor Lima requereu que se consultasse a Casa se aceitava ou não as renuncias apresentadas, cujos oficios foram lidos no expediente. Postos em discussão pelo Presidente, foram as renuncias aceitas e deliberado pela Casa, conforme proposta do Presidente, que a eleição para preenchimento dos cargos vagos fosse feita por aclamação: discutida e votada, foi aprovada. O Doutor Nestor Lima pediu, então, que fossem aclamados os nomes dos Snrs. Dr. Camara Cascudo, para o cargo de orador; para o cargo de tesoureiro—Doutor Vicente de Lemos Filho; para o de 2.° secretario, vago com a eleição do Doutor Camara Cascudo, para orador, o nome do Dr. Matias Maciel, ficando adiadas as eleições para adjunto de tesoureiro e suplente de 2.° secretario. A aclamação desses nomes, feita pelo Sr. Interventor Federal, foi recebida com prolongada salva de palmas da assistencia, tendo o Sr. Interventor declarado eleitos os snrs. Camara Cascudo, orador; Vicente de Lemos tesoureiro; e Matias Maciel 2.° secretario, os quais foram desde logo empossados nos seus cargos. Em seguida, o Presidente deu a palavra ao Sr. Camara Cascudo que proferiu brilhante discurso, sobre a vida do Instituto Histórico, evocando o seu passado, cheio de trabalhos, de esforços, e focalisando a obra grandiosa realisada pelo mesmo, nos seus 38 anos de existencia. Falou de-

pois, o Dr. Nestor Lima que pronunciou judiciosa oração na qual salientou os nomes dos socios fundadores do Instituto, o trabalho precioso que prestaram ao Estado os que já desapareceram e o que ainda estão a prestar os que se encontram sobreviventes; e citou os dos srs. Olimpio Vital, Alberto Maranhão, Vicente de Lemos, Meira e Sá, Tavares de Lira, Luiz Fernandes, Antonio de Souza, Pedro Velho, Pedro Soares e Hemeterio Fernandes. Recordou os nomes dos que o presidiram com abnegação e amor e que estão sempre redivivos na saudade de todos os membros desta Casa: Doutores Vital, Vicente de Lemos, cel. Pedro Soares e desembargador Hemeterio Fernandes. Proseguindo, o dr. Nestor Lima declarou que era dever, segundo os Estatutos, relembrar o nome dos socios falecidos dentro do ano ora findo e, assim lembrava com saudade o nome do Doutor Flavio Marója, socio correspondente do Instituto, notavel facultativo, figura de grande projeção nos meios cientificos do País, o qual presidiu o Instituto Historico e o Congresso de Geographia, quando da sua reunião na Paraiba, de cujo Estado era filho o ilustre homenageado. O Dr. Nestor Lima concluiu o seu discurso requerendo que, em homenagem aos socios mortos do Instituto, os quais tanto fizeram pela sua prosperidade e grandeza, todos os presentes se conservassem de pé num minuto de silencio, o que foi unanimemente aprovado e prestada a homenagem. O dr. Rafael Fernandes, em seguida, encerrou a sessão, agradecendo antes, em nome do Instituto, a gentilesa de quantos á mesma se dignaram comparecer. Encerrada a sessão, dirigiram-se os presentes ao salão da Bibliotéca e aí foram declaradas inauguradas as novas estantes, especialmente confecionadas, que comportam toda a li-

vraria do Instituto. Após o que, retiraram-se todos tendo sido muito felicitado o Presidente do Instituto, pelo transcurso do 38.º aniversario da nobre Instituição, não só pessoalmente, como pelos telegrammas abaixo transcritos: «Presidente do Instituto Historico e Geografico. Natal. Cumprimentos passagem hoje 38.º aniversario tão util associação cultural. (a) Viuva Pedro Soares e filhas».—«Dr. Nestor Lima—Natal—Queira aceitar (vg) transmitir ilustres pares minhas congratulações aniversario Instituto frente seu esforço e patriotica abnegação (a) Oscar Vanderley».« Dr. Nestor Lima—Instituto Historico Geografico. Natal. Impossibilitado comparecer solenidade hoje (vg) transmito Instituto na pessoa seu ilustre presidente minhas calorosas felicitações passagem 38.º aniversario sua fundação (a) *Manoel Martins Junior.* «Do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e pelos secretarios. O Presidente recebeu mais o seguinte telegrama: «Exmo. Sr. Presidente Instituto Historico e Geografico Rio Grande Norte. Natal. Queira vossencia aceitar felicitações pela passagem 38.º aniversario fundação desse respeitavel sodalicio, extensivas aos seus distinguidos socios. Saudações atenciosas. (a) *Christovam Leite Castro,* secretario Geral Conselho Nacional Geografia».

(aa) *Nestor dos Santos Lima.*

Antonio Soares de Araujo.

Luis da Camara Cascudo.

Ata da 402.ª sessão ordinaria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, em 28 de Julho de 1940.

Aos vinte e oito dias do mês de Julho de mil novecentos e quarenta, nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, ás dez horas da manhã, no edificio do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, presentes os consocios drs. Nestor dos Santos Lima, presidente, e Camara Cascudo e desembargadores Dionisio Filgueira, Benicio Filho e Antonio Soares, foi aberta a sessão. Serviram de secretarios os srs. desembargadores Antonio Soares e Benicio Filho. Ata :—foi lida e sem emenda aprovada a ata da sessão anterior. Expediente:— Constou dos seguintes oficios: Do sr. Interventor Federal no Estado comunicando que o Estado aderiu ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia que se realizará neste ano, em Florianopolis, e pedindo ao Instituto que indique um, dentre os seus membros para ser investido pelo governo do Estado nas funções de delegado do Rio Grande do Norte áquela reunião, O sr. Interventor Federal fazendo essa solicitação declara que deseja salientar que a mesma encerra uma homenagem ao Instituto, cujos estudos e pesquisas dos nossos fatos historicos e geograficos tanto têm servido à terra comum. Do mesmo sr. Interventor oferecendo ao Instituto um livro que poderá ser utilisado para transcrição de atas, registro de socios ou qualquer outro fim, e que foi confecionado nas oficinas da Imprensa Oficial para figurar na ultima exposição do Estado, em Novembro passado; do presidente do Instituto His-

torico de São Paulo solicitando exemplares da «Revista» deste Instituto para completar a coleção da «Revista» na Biblioteca daquelle Instituto. Do prefeito Municipal de Mossoró solicitando exemplares da «Revista» do Instituto. E de diversos outros oficios de comunicações de posse de diretoria de sociedades scientificas, pedidos de informações, remessa de livros, etc. Pedindo a palavra, o dr. Camara Cascudo comunicou que o dr. Renato Almeida, Chefe do Serviço de Imprensa, no Itamaratí, comunicava haver enviado para o Instituto copia fotoestatica de um mapa da população do Rio Grande do Norte, referente ao ano de 1805 e existente em original na Mapotéca daquele Ministerio. — *Ordem do dia*—Terminada a leitura da Materia do expediente, passou-se á Ordem do dia—O Presidente declarou que a presente sessão havia sido convocada para o fim de resolver sobre o pagamento da quota de 500$000 decorrente da adesão do Instituto ao 9.° Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se em Setembro proximo, em Florianopolis, Santa Catarina, tomar conhecimento do oficio do sr. Interventor Federal pedindo a indicação de um nome para ser investido pelo governo do Estado nas funções de delegado do Rio Grande do Norte áquele Congresso, e preencher o boletim de adesão. Em seguida, sua excelencia pôs em discussão o assunto da escolha do nome a ser indicado ao sr. Interventor Federal, tendo o Instituto por escolha unanime dos seus membros presentes, indicado o nome do dr. Nestor dos Santos Lima, atual presidente, sendo essa indicação acompanhada de calorosa salva de palmas e havendo sido muito felicitado o doutor Nestor Lima, pela sua escolha para representar o Estado naquele certame. O Instituto deliberou ainda, por una-

nimidade, pagar a quota de adesão na importancia de 500$000 (quinhentos mil reis) e preencher o respectivo boletim. Ficou deliberado mais oficiar-se ao Sr. Interventor Federal, comunicando o resultado da sessão de hoje. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão. Do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai. assinada pelo Presidente e pelos secretarios.

(aa) *Nestor dos Santos Lima.*
Antonio Soares de Araujo.
M. Benicio Filho.

Ata da sessão solene comemorativa do 4.º Centenario da fundação da Companhia de Jesus.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta, ás vinte horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, presentes os srs. representantes do sr. Interventor Federal e Bispo Diocesano, Doutor Americo de Oliveira Costa e Conego José de Calazans Pinheiro, respectivamente, desembargadores Dionisio Filgueira, 1.º vice-presidente em exercicio, Antonio Soares de Araujo, 1.º secretario, Benicio Filho, Luis Lira e Silvino Bezerra e doutores Camara Cascudo, Matias Maciel, Felipe Guerra, Joaquim Inacio, Eloi de Souza, Paulo de Viveiros, Gentil Ferreira, familias e grande numero de pessoas gradas, foi aberta a sessão. O Presidente convidou os representantes do Sr. Bispo Diocesano e do Sr. Interventor Federal para tomarem lugar na mêsa. Em seguida, o Presiden-

te em exercicio Desembargador Dionisio Filgueira, explicou o motivo da presente sessão, que era comemorar o 4.º Centenario da fundação da Companhia de Jesus, e após, concedeu a palavra ao orador oficial da solenidade, Doutor Luis da Camara Cascudo, que produsiu uma brilhante oração, pela qual historiou toda a obra patriotica e christã dos discipulos de Inacio de Loiola. O orador demonstrou o heroismo de Anchiêta e continuando, disse que tivemos paginas maravilhosas nas epopeias da catequese dos indigenas e que os nomes gloriosos de Nobrega, José de Anchiêta, Aspicuelta Navarro e centenas de outros fazem parte integrante da propria civilisação brasileira, como os mais decididos fatores de progresso, ao lado das forças colonisadoras. Disse que o Rio Grande do Norte deve muito aos padres Jesuitas. De um Jesuita é a planta da fortaleza dos «Reis Magos», e as vilas de Estremoz e Arês, hoje cidades, foram aldeias entregues ao seu cuidadoso pastoreio espiritual. O Doutor Camara Cascudo, que falou por cerca de uma hora, foi constantemente interrompido por aplausos da numerosa assistencia e, ao terminar o seu magistral discurso, recebeu prolongada salva de palmas. Dada a palavra pelo Presidente a quem quizesse uzar da palavra e ninguem querendo falar, o Desembargador Dionisio Filgueira agradeceu a todos quantos deram a honra de sua presença à sessão que se celebrava e em seguida encerrou a sessão. Do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e pelos secretarios.

(aa) *J. Dionisio Filgueira.*
Antonio Soares de Araujo.
Benicio Filho.

Municipios do Rio Grande do Norte

NESTOR LIMA
(Socio efetivo e benemerito)

Á GUIZA DE DEFÊSA ...

Nas editoriaes da «A Republica», n. 2.036, de 28 de janeiro ultimo, no roda-pé da 3.ª pagina, lê-se o tópico seguinte:

> « Nestor Lima tem-se ocupado com a vida dos municipios, mas, aí mesmo ha MUITA COUSA que o proprio autor, á luz de novos documentos, terá, no futuro, de refundir ».

Embora contrariando a minha constante norma de não dar ouvidos a críticas malévolas, acho-me no dever de revidar o conceito depreciativo do meu trabalho sobre os municipios deste Estado, publicado nesta «Revista», tomos XXV—XXVI, XXVII—XXVIII e XXIX—XXXI, uma vez que êle me parece, antes de tudo, precipitado, inepto e parcialissimo.

Primeiro: o julgamento do meu esforço, em tôrno das crónicas e dos dados corograficos dos 42 municipios que compõem o Rio G. do Norte, não pode depender de quem não está bem informado no assunto, em que, é bem de vêr, não ha, entre nós, especialistas, e limita-se a aceitar a critica apressada de outrem.

A condição precípua de quem aprecía um trabalho é a capacidade tecnica, a retidão e a serenidade, que não demonstra o autor (aliás, não revelado) do topico depreciativo.

Mui diversamente desse conceito, já o meu trabalho obteve a sanção do poder público no Estado, em duas épocas diferentes: em 1929, quando fui rogado a aceitar a função de árbitro para as dúvidas de limites entre o nosso Estado e o da Paraíba, com aplauso do governo este, em documento original que guardo em meu arquivo, e, em 1938, quando fui eleito pelo Conselho Regional de Geografia e designado pelo Governo do Estado para membro da comissão organizadora da nova divisão territorial, cujas conclusões ficaram consubstanciadas no anexo n. 2 do decreto-lei estadual n. 603, de 31 de outubro daquele ano.

Quando á parte que me coube nos trabalhos dessa comissão, invóco o testemunho dos drs. Anfilóquio Camara, Cáio Guerra, Rúbem Ribeiro e Oscar Carrascosa, que comigo a compuzeram, ou a auxiliaram, no correr do ano de 1938 até começos de 1939, quando se dissolveu, após a revisão de todo o trabalho delimitatorio,

Segundo: Nos meus pacientes estudos sobre «Municipios do Rio Grande do Norte», tenho publicado, sem alarde nem encomios, 18 capitulos sobre as nossas comunas, por ordem alfabética, faltando ainda 24 deles, para completar a obra,

Si, nesses estudos, cometí enganos, equívocos, ou êrros, como pode ocorrer e, de fato, ocorre a todos quantos estudam e procuram fixar ou divulgar o que colhêram nas suas investigações, nem por isso, a obra deve desmerecer no seu todo, no seu conjunto, para ser fulminada em *roda-pé* de jornal oficial, com o fito preconcebido de exaltar alheio trabalho e depreciar o meu.

Não são criticas apressadas de pedacinhos, tópicos, datas, ou nomes, arranjadas com ou sem fundamento, meio idôneo para demolir o esforço de quem só deseja tornar permanente um patrimonio inteletual, que tendia a desperdiçar-se, caso não fôra coletado, organizado e publicado; não é por essa maneira que se deve apreciar e julgar tanto trabalho, só porque o autor não faz parte dos blócos do *elogio mutuo*...

Os proprios críticos cométem, muita vez, gráves ou grosseiros enganos e erros, que, si fossemos catar e divulgar, encheriam colunas ou paginas da «A Republica», e, não obstante, as suas obras e escritos são constantemente gabados e os criticos elevados ás culminancias do louvor e do incitamento para prosseguirem nos seus labôres mentais.

A mim, porém, não se me dá o direito, ou licença, de incidir num erro, ou engano, em milhares de afirmações incontestaveis, sob pena de ruir por terra todo o meu trabalho de investigação e divulgação.

Terceiro: Dos meus estudos têm sido extraídos trêchos e trêchos, páginas e páginas, que são reproduzidas como óbra propria, sem que eu tenha jamais reclamado contra o atentado ao direito autoral, ou acusado de plágio aos que assim me copíam.

Do que eu faço e é aceito sem contesta-

ção ninguem declára que foi bebido nos meus trabalhos e que está certo; mas, no que, porventura, não acertei, ou cometi equívoco, tudo está errado, a obra nada vale, «deve ser refundida: *muita coisa*», porque ha erro.

Quem haverá, neste mundo, que já fez obra isenta de êrro, ou engano, ou equívoco? Qual será o feliz cronista, ou narrador, que tenha o dom de infalibilidade?

Daí, o preconceito malévolo, daí, a conclusão apressada, que eu não aceito absolutamente.

Dizem que se conhece o *gigante* pelo dêdo...

Quem tiver especial competencia e integral serenidade, sem paixão, ou preconceito, quem se sentir livre de erro, engano, ou equívoco, poderá apreciar e julgar o meu esforço, e, condemnal-o, ou não; mas, a quem faltarem taes requisitos de idoneidade e de competencia, não cabe o direito de repudiar o meu trabalho, porque, além do mais, é de elementar e comesinha justiça.

Eis, por emquanto, a minha defêsa, e vou prosseguir nos meus estudos e publicar as minhas notas, certo de que estou prestando um serviço á minha terra e á minha gente, dentro dos critérios adotados, desde o inicio. (*Rev.* do Instituto, vols. XXV e XXVI, 1928-1929, pag. 3 e seguintes).

MACAÍBA

O MUNICIPIO

O territorio do municipio de Macaíba, anteriormente ao decreto 603 de 31 de outubro de 1938, que criou a nova divisão territorial do Rio Grande do Norte, era limitado pela seguinte fórma:

Ao Norte, o municipio de São Gonçalo, pelo Riacho do Canhão-Ary, (aliás, Cunhã-ari), Lagôa do Taparâ, estrada do Telegrafo Nacional até o povoado Saúna e daí, ácima, pelo Rio Potengi;

Ao Leste, com o municipio de Natal, pelo Rio de Guarápes e a estrada de Canabrava (Decreto do Governo Provisorio n. 64 de 24 de Outubro de 1890);

Ao Sul, o municipio de São José, pela mesma estrada de Canabrava, e o municipio de Santa Cruz pelo riacho do «Olho dagua» de Francisco Pedro, ficando a divisa oeste compreendida pelos municipios de Santa Cruz e São Gonçalo, em pontos não determinados.

A lei estadual n. 562 de 29 de Novembro de 1923 aprovou a resolução da Intendencia Municipal de Natal (n. 130 de 27 de outubro do mesmo ano) e a de Macaíba(n. 29 de 8 de Novembro de 1923), as quais modificavam os limites entre os dois municipios, e substituiu o limite da «estrada velha para Canabrava» pelo da estrada de São José de Mipibú, até encontrar os limites deste municipio (S. José), de modo a ficar pertencendo a Natal o lado leste da dita estrada e a Macaíba o lado oeste. A povoação de Canabrava que era de Natal passava para Macaíba.

Com a criação do municipio de São Tomé, (lei n. 698 de 29 de outubro de 1928) desmembrado em parte do de Macaíba, o territorio deste municipio reduziu-se nessa parte, porque ficou

incluido no do novo municipio a porção de terrenos que

> « a partir de Jurêma, em linha reta á fazenda Cachoeira, daí descendo pelo riacho Salgado até encontrar a fazenda de Melquiades Moura, onde faz fós o riacho do Meio, e daí, seguindo de riacho ácima até á ponta da Serra de Joanna Gomes, lado nascendo, «etc. (art. 5,°).

Entretanto, esses limites não satisfaziam, tanto assim que, posteriormente, houve novo convênio de limites entre os dois municipios, aprovado pela lei n. 68 de 9 de dezembro de 1936, segundo a qual os novos limites eram assim constituidos:

> « uma linha a partir do Rio Potengi, no logar denominado «Jurêma», seguindo-se na direção Norte-Sul, pela linha divisoria das propriedades atualmente pertencentes aos srs. Francisco Batista Cavalcanti e Avelino Batista Cavalcanti, até encontrar a estrada de rodagem de S. Tomé a Natal, seguindo então pela mesma estrada, em direção Oeste a Leste, até encontrar os limites das propriedades «Cachoeira» e «Cachoeirinha», pertencentes respetivamente á viuva de Artur Disnard Mangabeira e Sebastião Marinho de Carvalho; daí, seguindo pela referida linha divisoria das mencionadas propriedades, na direção Norte-Sul, até encontrar a estrada de automovel que vae da fazenda «Cachoeira» á povoação de

Caiáda, continuando, daí, por uma linha reta na mesma direção Norte-Sul, para a ponta léste da Serra de Joana Gomes, e daí, por uma linha reta, até encontrar o limite do município de Santa Cruz com o de S. Tomé».

Atualmente, e durante o quinquênio a expirar a 31 de dezembro de 1943, os limites entre municípios são os seguintes :(decreto-lei estadual n. 603 de 31 de outubro de 1938, XXI, a) 1, 2, 3, 4 e 5) :

Norte: «Com o município de São Gonçalo: A começar do meio da barra do Riacho da Onça, sobre o Rio Potengi, segue pelo curso do mesmo rio abaixo, até o povoado Saúna) onde este rio é cortado pela linha do Telegrafo Nacional; dái, pela dita linha telegrafica abaixo, desde o marco aí existente até o outro marco, na lagôa do Tapará, esta inclusive; daí, pelo curso do riacho Cunhã-ari até o meio da barra do mesmo riacho sobre o rio Jundiaí, na gambôa do Catolé, e daí, pelo curso do rio Potengi até confrontar com a ponte de Guarapes ».

Leste: «Com o município de Natal: A partir do meio da ponte de Guarapes, á margem direita do Rio Potengi, na estrada de automoveis Natal-Macaíba, segue a linha pelo leito da estrada carroçavel de Guarápes a São José de Mipibú até á ponte de cimento armado sobre o rio Cajupiranga, no corredor do engenho «Taborda».

Sul: « Com o município de São José de Mipibú: Desde a ponte de cimento armado sobre o rio Cajupiranga, no corredor do engenho «Taborda», ségue pelo curso do dito rio ácima, até ás suas nacentes, no lugar «Curral da Junta» ; daí, por uma linha reta, que passa seis ki-

lometros, ao norte, no povoado «Véra Cruz», e vai atingir, em rumo reto, a propriedade «Poço Cercado», inclusive, á margem esquerda do rio Trairí» ;

« Com o municipio de São Tomé : A começar do «Poço Cercado, rio Trairí, inclusive, pela antiga estrada geral até o povoado «Riacho», exclusive, na estrada de automoveis de Macaíba-Santa Cruz ; daí, á fazenda «Freitas», inclusive; daí, por uma linha reta, cortando o divisor das aguas dos rios Potengi e Jundiaí, atè a ponta léste da Serra de Joana Gomes» ;

Oeste: « Com o municipio de São Tomé: Da ponta léste da serra de Joana Gomes, ségue uma linha reta á fazenda «Cachoeira», exclusive, e daí, por outra linha reta, á barra do riacho da Onça, sobre o rio Potengi, de onde principiou».

A superficie territorial, que era de 2.160 kilometros quadrados, medindo de norte a sul 18 kilometros e de léste a oeste, 120 kilometros, é presentemente de 18 kilometros de norte a sul e de 40,5 kilometros de léste a oéste, sendo a superficie calculada de 729 kilometros quadrados. (*Sinopse Estatistica*, pg. 17).

O territorio do municipio de Macaíba constituía parte integrante do de São Gonçalo, a principio ; depois, a lei provincial n. 832 de 7 de fevereiro de 1879, suprimindo o municipio de São Gonçalo, encorporou-o ao de Macaíba, que fôra criado pela mesma lei ; finalmente, desmembrado o territorio de São Gonçalo, já na Republica e restaurado esse municipio, ficou o de Macaíba restrito á faixa de terras, que se prolongava de Guarapes á Serra Caiada.

Foi primitivamente a povoação de «Coité», distrito de paz criado pela lei provincial n. 605 de 11 de março de 1868, sob a presidencia do

dr. Gustavo Adolfo de Sá. A lei provincial n. 801, de 27 de outubro de 1877, deu ao povoado de Coité o predicamento de vila e mudou-lhe o nome para *Macaíba*, pela razão, que adeante se dirá, e formou o municipio, com o territorio de São Gonçalo, de onde foi mudada a Camara Municipal, presidida pelo major Vicente de Andrade Lima e sendo secretario Joaquim Antonio de Oliveira Cebôla. Eram então autoridades locais: Juizes de paz: José Varela de Souza Barra e Feliciano Pereira de Lira Tavares, delegado de policia Candido Marcolino Monteiro.

Após a proclamação da Republica, a Camara Municipal, presidida pelo major João Lourenço de Oliveira, encerrou os seus trabalhos, a 24 de janeiro de 1890.

Tomou posse, a 10 de fevereiro desse mesmo ano, a nova Intendencia Municipal nomeada pelo 1.º Governador Provisorio dr. Adolfo Gôrdo e composta do Dr. Francisco de Paula Sáles, presidente, Afonso Saraiva Maranhão e Aureliano Clementino de Medeiros. Substituido o presidente pelo major Manoel Joaquim Freire, a 21 de outubro de 1890, e depois de algumas outras substituições motivadas pelos interesses locais, foi eleita e empossada a 4 de outubro de 1892, a Intendencia composta do major Manoel Joaquim Freire, presidente, Afonso Saraiva Maranhão, vice, Aureliano Clementino de Medeiros, João Tinôco, Francisco Rodrigues Viana, Miguel Januario do Nascimento e Francisco Marinho de Oliveira.

A CIDADE

Fica situada á margem esquerda do rio Jundiaí a cidade de Macaíba, que, até o ano de 1855, era um sitio de plantar e criar gado, de

propriedade do capitão Francisco Pedro Bandeira, e onde este edificára, em logar central, uma casa assobradada, mal construída e dizem que de má arquitetura.

Denominava-se então *Coité*, nome de árvore que abundava no logar.

Mal visto esse logar pela Camara Municipal de São Gonçalo, em sessão de 20 de fevereiro de 1850, esta edilidade tomou conhecimento da representação do cel. Estevam José Barbosa de Moura ao Presidente da Provincia contra Francisco Pedro Bandeira, que estreitou a estrada que «desce para o porto do Coité» e, a 28 desse mês, a Camara, tendo em vista a informação do fiscal ordenou que Bandeira «recuasse a cerca do Coité».

Fabricio Gomes Pedrosa, paraibano de Areia e senhor do engenho «Jundiaí», proximo ao Coité, casára-se, em segundas nupcias, com uma filha do capitão Francisco Pedro Bandeira, e percebendo que o *sitio* do seu sôgro oferecía vantagens para comercio, por demorar á mardem esquerda do rio Jundiaí até onde chegavam as aguas das marés montantes, fez construir no Coité, á beira do dito rio, um armazem, não só para recolher o assucar que produzisse em seu engenho, como tambem para os produtos que adquirisse nos engenhos dos vales de São José, São Gonçalo e Ceará-mirim.

Mais tarde, fixando residencia no Coité, Fabricio alargou as suas compras, estabeleceu casa de molhados e fazendas, bem assim para compra de generos de exportação.

A 13 de janeiro de 1866, já a Camara Municipal de São Gonçalo pedía ao presidente da Provincia que nomeasse «engenheiro para dar cordeamento á povoação do Coité» que, por lei provincial n. 581 de 11 de novembro de 1865, ti-

véra uma cadeira primaria, de que foi regente o padre Francisco de Paula Soares da Camara.

A vila de Macaíba e o seu municipio foram criados pela lei provincial n. 801 de 27 de outubro de 1877; outra lei provincial elevou-a á condição de Cidade, (lei n. 1.010 de 5 de janeiro de 1889).

A razão do topónimo é a seguinte:

No quintal da casa de Fabricio Pedrosa, no Coité, havia uma frondosa arvore chamada Macaíba, unica no logar. Fabricio lembrou-se de mudar o nome do nascente povoado para Macaíba; então, convidou amigos de varios logares e da capital, uma vez que tinha extensas relações de amizade e de comercio, mandou enfeitar a grande arvore do seu quintal, preparou uma festa, obteve um sacerdote para lançar á benção ao novo povoado e assim solenisou, em 1855, a mudança do nome, sob os aplausos dos seus convivas que aprovavam o grato acontecimento.

A vantajosa posição comercial de Macaíba em comunicação com o centro do Estado, isto é, com os vales agricolas e o alto sertão, tendo um porto fluvial acessivel a pequenas embarcações, as dificuldades da comunicação com a cidade e o porto de Natal, devído aos môrros que ladeavam os rios Jundiaí e Potengi, despertou a cobiça geral e não pequena foi a imigração de negociantes vindos de diferentes logares, inclusive até de Recife, Goiana, e outros os quaes se estabeleceram na nova povoação; assim, Macaiba povoou-se, quasi por encanto, dentro de pouco tempo, apresentando-se com quatro ruas principais e outras perpendiculares, que se têm desdobrado muito até constituirem um avultado nucleo urbano.

Formada a *feira* semanal e designado o sa-

bado para sua realização, Macaiba tomou grande impulso e a sua feira tornou-se uma das maiores, senão, a maior da zona do agreste, atraindo freguezes e produtos de todos os pontos proximos e até de outros mais afastados.

A ação inteligente do governo local contribuiu sensivelmente para o desenvolvimento do comercio local: as ruas, onde se fazia feira, foram calçadas a pedras irregulares.

A cidade tem agradavel aspecto; tem clima fresco e humido, mas, aprazivel. A população é hospitaleira e amavel e dentre os seus filhos muitos teem honrado sobremodo a terra e o Rio Grande do Norte.

São proprios municipaes: a antiga Intendencia, hoje Cadeia, o Predio da Prefeitura, recentemente inaugurado, o Grupo Escolar «Auta de Souza», (inaugurado no dia 5 de novembro de 1911, na propria casa, onde nasceu a insigne poetisa do «Horto», que lhe dá o nome); o Mercado Publico, a «ponte» sobre o Rio Jundiaí, na estrada para Natal, (que fôra construida primitivamente, pelo Governo da Provincia, na administração do dr. Sátiro Dias e sob a direção dos srs. Tomáz de Melo, Vicente Andrade Lima e João Batista). Foi o ponto inicial da Estrada de Automoveis do Seridó, imaginada e construida pelo engenheiro José Francisco Brandão Cavalcanti, em 1914, sob o governo do desembargador Ferreira Chaves, e que foi o ponto de partida para o ulterior surto rodoviario que se realizou no Estado, sob os auspicios da I. F. O. C. Secas, entre 1920-1922.

Em 1909, tendo o governo do Estado, exercido pelo dr. Alberto Maranhão, ilustre filho do municipio, adquirido o engenho «Jundiaí», á D. Joana Evangelista dos Prazeres Dantas, e seus filhos, foi aí instalado o Campo de Demonstra-

ção, custeado pelo Governo Federal, sob a organização e direção do dr. Nunzio Gianatazio, o qual funcionou durante varios anos. Extinto á falta de verbas, foi o engenho restituido ao Estado, que, no governo do dr. Antonio de Souza (Decreto n. 104 de 8 de janeiro de 1920) estabeleceu aí uma Escola Elementar de Agricultura e Zootequinia, que não teve exito.

Como cidade culta, Macaíba contribuiu para a libertação dos escravos, na campanha de 1888, por meio do Club Abolicionista «Padre Dantas», sob a presidencia do comendador Umbelino Freire de Gouveia Melo, o qual conseguiu proclamar livre a vila, no dia 6 de janeiro de 1888. A denominação do valoroso club abolicionista macaíbense resultou do fato de ter o padre Estevam José Dantas alforriado todos os seus escravos e conseguido igual liberalidade de sua veneranda genitôra e seus irmãos, o que se verificára no dia 29 de junho de 1887.

A Republica, sonho que andava no espirito dos môços macaíbenses, entre os quaes Augusto Severo, filho do logar, despertou grandes demonstrações de regosijo popular. Houve passeata festiva, com discursos. Chegando á residencia do cel. Enéas Americo de Medeiros, abastado comerciante, houve as saudações do estilo, findas as quais, quando todos os manifestantes aguardavam a sua palavra de ordem, em momento tão decisivo, êle se limitou a dar «vivas ao vigario da Freguezia»... aos quais corresponderam os ardorosos manifestantes.

Como distrito, ou termo judiciario, Macaíba foi elevada, á categoria de comarca do Potengi, pela lei provincial n. 845 de 26 de junho de 1882, mas, só foi instalada, depois de proclamada a Republica, a 6 de março de 1890, pelo dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, na qualidade de juiz

municipal do termo. Foi classificada de 1.ª entrancia, por decreto de 9 de janeiro de 1890 (Rev. do Inst. Hist., vol. VIII, pag. 235). Na organização judiciaria do cel. Gurgel, em 1891, foi nomeado para ali o dr. Francisco Çarlos Pinheiro da Camara.

Posteriormente suprimida em 1898, na reorganização judiciaria, passou a termo da comarca do Ceará-mirim; restaurada, com o nome de comarca de Macaíba, por lei 248 de 26 de fevereiro de 1907, foi novamente suprimida em virtude da lei 381, de 5 de dezembro de 1914, e, afinal, restaurada, pelo decreto de 8 de abril de 1918, em vista da autorização da lei n. 430 de 6 de dezembro de 1917, deu-se a reinstalação a 18 de abril de 1918. E' atualmente comarca de 2.ª entrancia, por força do art. 4.º do decreto-lei n. 728 de 18 de outubro de 1934. (Decreto n. 755 de 1 de dezembro de 1934).

A FREGUEZIA

A freguezia de Macaíba foi criada pela lei n. 815 de 7 de dezembro de 1877, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Tratou-se logo de construir um templo. Em 1858, fôra lançada a pedra fundamental da Egreja pelo major Fabricio Pedrosa, tendo assistido a cerimonia o vigario de Natal, Padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, o de São Gonçalo padre José Paulo Monteiro de Lima, os padres Alexandre Ferreira Nobre, Francisco de Paula Soares da Camara e outras pessoas respeitaveis. (1).

A construção só teve prosseguimento em 1882, sob a direção do missionario Frei José Antonio de Maria Ibiapina, e após a criação da freguezia.

---

(1)—Ferreira Nobre, «Breve Noticia», pags. 171-172.

A Capela-mór da atual matriz foi concluída e benta no dia 8 de dezembro de 1869, como construção autónoma e sofreu, mais tarde, encorporação ao plano da Egreja, em 1883, já elevada à categoria de Matriz, para aí veiu transferida a séde da paroquia, que éra em São Gonçalo.

Ela é um vasto tempo de bôas dimensões e só ficou concluida na gestão paroquial do vigario Marcos Santiago. (1896-1904.)

O altar mór é de estílo gotico; ocupam-n'o as imagens da Padroeira, e as de N. S. do Rosario e S. Sebastião; noutros altares laterais, são venerados os vultos de N. S. das Dôres, Sagrado Coração, e N. S. da Conceição, «da porta». Esta era, a principio, o orágo; mas, como tivesse o cel. Afonso Saraiva Maranhão ofertado, por promessa, outro vulto de igual invocação, foi a antiga imagem retirada para a sacristía, onde continuou a ser procurada como a verdadeira padroeira do logar. Então, o dito vigario Marcos Santiago construiu um altar, á porta da Egreja, e aí colocou a velha imagem, que ficou conhecida como N. S. da Conceição «da porta».

O edificio méde 190 palmos de comprido por cem de largura e tem fachada para o Oeste, como é da liturgia. O seu patrimonio consta de 200 braças de terra com 50 braças de largura, doação do referido major Fabricio. Tem na sacristia o altar de São Vicente de Paulo; tem pia batismal, e vasto consistório para a residencia paroquial. O cemiterio está situado no terreno do patrimonio, méde 240 palmos de frente por 120 de fundo e tem capela dedicada a São Miguel.

Possùe tambem a cidade outra Egreja de São José, no largo do mesmo nome, com 86 palmos de comprido por 30 de largura e tem um

só altar, o do seu orago. Foi construida em 1874 e tem patrimonio doado pelo coronel Estevam Josè Barbosa de Moura, por escritura publica de 27 de fevereiro de 1874, o qual consiste em 700 palmos de terra com 200 de fundo, dentro do perimetro urbano.

VILAS E POVOAÇÕES

São Paulo do Potengi: Criada vila em virtude do decreto-lei n. 603 de 31 de outubro de 1938, é séde do distrito administrativo e judiciario do mesmo nome, tem limites fixados no dito decreto-lei e constitúe a faixa mais ocidental do municipio de que faz parte.

Foi instalado, como tal, a 1.º de janeiro de 1939.

Era o povoado São Paulo, que foi instituido como um combate ao de Juremal, no municipio de São Gonçalo e fronteiro a ele, sobre o alto Potengi.

Prosperou rapidamente; em 1914, era incipiente, tornou-se um populoso núcleo de vida e comercio, cuja *feira* aos domingos atraía muita gente de toda a redondeza. Hoje, é uma vila importante e centro de todo o comercio da ribeira alta do Potengi. Fica a 48 kilometros da cidade. A primeira escola rudimentar foi criada em 17/1/1922. O Grupo escolar «Mauricio Freire» foi criado pelo decreto n. 464 de 27 de janeiro de 1930, administração do dr. Juvenal Lamartine.

A Capela local é consagrada ao apóstolo São Paulo.

Serra Caiada: Tambem vila, em virtude do decreto lei 603 de 31/10/1938, instalada no dia 1.º de janeiro de 1939, constitúe Serra Caia-

da a séde do distrito administrativo e judiciario do mesmo nome.

Era a antiga povoação de «Serra Caiada», ou «Caiada de Cima», ao pé da serra assim denominada e fica a 55 kilometros de Macaíba. E' situada á margem da Estrada de Automoveis do Seridó. Tem capela dedicada a N. S. da Conceição.

As *povoações* do municipio são: *Bom Jesus*, antiga *Panélas*, mudou de nome em consequencia da lei estadual n. 31, de 10 de novembro de 1936, por iniciativa, na Assembléa Estadual, do deputado Ezequiel Xavier Bezerra, filho do logar. Fica distante 31 kilometros da cidade, é ponto de parada da estrada de automoveis do Seridó, tem *feira* aos domingos e regular movimento comercial e de transito de veículos para passageiros e cargas da capital e para éla.

A Capela é da invocação do Sagrado Coração de Jesus e foi construida em 1917. A escola isolada foi criada, como rudimentar, pelo decreto n. 214 de 20 de junho de 1923.

Caiada, ou Caiada de baixo, como lhe chamam vulgarmente, povoado antigo, á margem da E. A. do Seridó, fica a 42 kilometros de Macaíba. Tem capela dedicada a N. S. de Lourdes e construida em 1917. Tem escola isolada, agencia do Correio e feira semanal. A escola rudimentar «Dr. Vicente de Lemos» foi criada pelo decreto n. 217 de 11 de setembro de 1923, (Governo do dr. Antonio de Souza).

Mangabeira, á margem da estrada de Natal a Macaíba, tem grande extensão e divide-se em duas partes: Mangabeira de *baixo* e Mangabeira de *cima*. Ficam-lhe ao pé bons sitios, um engenho de cana de assucar e numerosa população. Tem escola isolada estadual e Capela

dedicada a Santa Izabel, rainha da Hungria, construida em 1935, por iniciativa de Fausto Lourenço de Araujo e com os óbulos dos moradores da povoação.

Canabrava: Fica a quatro legoas, a léste, na estrada para Véra Cruz. E' pequena e decadente. Possúe capela consagrada ao Coração de Maria. Outróra, pertencia ao municipio de Natal.

Tabatinga: Duas legoas ao sul da cidade, ha um antigo arruado com esse nome. Não tem desenvolvimento algum. Não tem capela.

Bôa Vista: A oéste da cidade, quatro leguas, fica este arruado de bom aspeto com capela de São Sebastião.

São Pedro: Povoado florescente, sito á margem da estrada para S. Tomé, é distante 36 kilometros da cidade de Macaíba. Tem capela dedicada ao Apostolo São Pedro, escola isolada estadual e bôa feira semanal, ás 2.as feiras.

Foi criado tambem para combater o povoado São Gonçalense de Pedra Branca, que o defronta, á margem esquerda do Rio Potengi. Conseguiu o seu objetivo e o povoado antigo é hoje apenas uma ruina, quasi uma sombra do que foi.

Guarapes: Foi antigamente o mais importante núcleo de vida do municipio, quando aí negociava o major Fabricio Gomes Pedrosa. Compunha-se de excelente vivenda, ao alto, e de armazens de comercio, em baixo, á beira do Rio Potengi, por onde se escoava grande parte da produção agrícola da Província. Hoje, é uma fazenda de plantar e criar, de propriedade de D. Amelia Duarte Machado.

Tem tradições dignas de menção e que se verão na parte competente.

Uruassú: Com a nova divisão territorial, em vigor de 1.o de janeiro de 1939 a 31 de de-

zembro de 1943, o povoado antigo de Uruassú fica compreendido nos limites de Macaíba, uma vez que a linha de limites vem até á «Cambôa do Catolé», sobre o rio Jundiaí.

E' um povoado decadente com cêrca de cem fógos. Tem capela nova construida em 1921. A antiga capela, que era sem rebôco, deteriorou-se completamente. E' padroeiro São Francisco das Chagas. Tem tradições veneraveis na celebre «matança de Uruassú» em 8 de outubro de 1645. Vêr na parte referente ás tradições.

ENGENHOS, FAZENDAS E SITIOS

Possúe o municipio muitas fazendas, sitios de criar e plantar e alguns engenhos, entre os quaes cumpre destacar pela sua importancia: «Riacho da Cruz», com grandes lavras de algodão, uzina de descaroçagem e outros beneficios, «Cachoeira», «Cacimba Nova», Angaturama», «Têlha», «Panélas», e outras.

Engenho de cana de assucar: «Mangabeira», de Elviro Xavier. Outrora, eram tambem engenhos correntes e moentes:« Ferreiro Tôrto» e «Jundiaí», que não teem mais as instalações necessarias.

Sitios: «Canavial», «Ferreiro Tôrto», «Guarapes», «Oitizeiro», «Dendezeiro», etc. etc,

DISTANCIAS

De Macaíba a Natal, 21 kilometros; a Guarapes, 10 kilometros; a São Paulo, 48 kilometros; a «Bom Jesus», 31 kilometros; a S. Pedro, 36 kilometros; a Caiada, 42 kilometros; a Serra Caiada, 55 kilometros; a Riacho, extrema com Santa Cruz, 73 kilometros; a S. Gonçalo, 9 kilometros; e a Ceará-mirim, 32 kilometros.

RIOS

«Jundiaí» nasce no logar «Cachoeira», dentro da fazenda «Olho Dagoa de Santo Antonio», (data de Henrique Teles, propriedade do Cel. Francisco Alcides Ribeiro, municipio de Santa Cruz), corre de sul a norte, em terreno mais ou menos plano, banha as fazendas, sitios e logares, «Olho dagoa», «Freitas», Macacos, Serra Caiada, Riacho Fundo, Caiada de baixo, Bom Jesus, Pedra Redonda, Mata Verde, Socavão,. Riacho do sangue, Carrapato, Perí-perí, Jundiaí, (Campo Experimental e Colonia Penal agricola «Dr. João Chaves»), Araçá, a cidade de Macaiba, onde faz porto para pequenas embarcações, e daí, desce até o logar «Treis Bocas», onde recebe o rio Potengi, junto com o qual passa em Guarapes, e fórma o porto de Natal, com fós sobre o Atlantico, e ao pé da Fortaleza dos Reis Magos.

«Potengi» nasce na serra da «Apertada Hora», e na fazenda «São Boaventura» junta-se com o rio «São Boaventura» e, no pé da «Serra Preta» com o rio do «Igá», adeante, unindo-se ao «Quixadá», que nasce na «Serra do Tigre», o riacho da «Carnaúba» e o rio «Pica-pau», mais o rio «Olho dagua de Francisco Pedro», vem descendo em direção Sudoeste a Nordeste, banhando os sítios e logares «Condêssa», «Jurêma», «São Paulo», (vila) «Bôa Vista», «Cabaça» e «Outeiro», donde se lhe aparta o «Riacho Saigado» que se vem juntar novamente em «Pedra Branca», e daí, segue banhando «Pedra Branca», «Cabritos», «Sombra», «Têlha», «Poço Limpo», «Bôa Vista», «Saúna», «Lagôa de Bêstas», «Volta do Camelo», «Tapitanga», «Utinga», «Piritúba», «Ribeiro», «Magalhães», «Arvorêdo», «Guanduba», «Jacobina», «Pequeçaba», «Uruassú» e, no logar «Barreiros», faz barra no rio Jundiaí, confun-

dindo as aguas doces com as da maré, que sóbe do porto de Natal.

Riachos: tributarios do Potengi: «Riacho das Grutas», que nasce nas Grutas e úne suas aguas ás do Potengi, na fazenda «Sombra:

«Riacho do Serrote» nasce no logar «Serrote» e vem fazer barra na fazenda «Têlha».

«Riacho do Catolé», que se fórma na «Lagoa do Catolé» e desemboca no «Potengi, na fazenda «Têlha»;

«Riacho do Gado Bravo» que faz barra em Poço Limpo;

«Riacho da Bôa Vista» que nesse logar faz barra;

«Riacho do Barracão» fazendo barra em Saúna;

«Riacho do Umbuzeiro» que desemboca na «Volta do Camelo», em Egreja Nova,

«Riacho do Olho dagua», que faz barra abaixo da Egreja Nova;

«Riacho da Tapitanga» com fós no logar Estreito.

LAGÔAS

«Tapará», belo lago perene, com 350 metros de comprimento por 260 de largura, é a nascença do riacho "Cunhã-ari", que sepára os municipios de Macaíba e São Gonçalo; Uruassú, de 200 mts. por 220 mts.; das Pedras, de 100 por 80; do Umari, de 280 por 220; do Potengi, junto á vila de São Paulo; Comprida, do Berto, das Porteiras, Sêca e Jurema, na Bôa Vista; do Canto, no logar Meia Légua; do Quixadá, Redonda, das Espadas e do Jucá, abaixo de Pedra Branca; das Cajazeiras, no Serrote; das «Treis Marias» e das Cajazeiras, no caminho de Bom Jesus; do Catolé, dos Curraes, Redonda, dos Espi-

nhos e dos Cavalos, perto da fazenda Tabócas; do Mato, do Lima e do Tapará, junto á casa do velho Gonçalo; das Piábas, a 1/2 legoa da cidade, e de "Santo Antonio", junto á cidade.

SERRAS

«Serra Caiada», ao pé da vila de egual nome, da Caiada de baixo, do Coringa, do Mél, do Riacho do Meio, das Peróbas, do Freitas, do Cacimba Nova, e outras.

Serrotes: Não ha.

Açudes: de Caiada de Cima, de Cacimba Nova, do Freitas, do Bêbedo, (Jundiaí) Araçá, Outeiros, Riacho Fundo, etc.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Pelo rio Jundiaí-Potengi com a capital e os pontos intermediarios Guarapes, Carnaúbinha, Santo Antonio, etc. Era outrora o meio unico de viajar, em embarcações a véla e a remo, não só para pessoas como para transporte de mercadorias. A navegação a vapor, de que era encarregado Antonio José Damasceno, conhecido por "mestre Antonio da Lancha", era feita pelas lanchas "Julita" e "Julita 2.ª", exploradas pelo referido maritimo, a quem as gerações de cerca de cincoenta anos atràs deveram grandes atenções e obsequios. Com a estrada de automoveis, aberta em 1921, cessou o tráfico da lancha, que se deteriorou á margem do Potengi, junto ao Passo da Patria, em Natal,

Estrada de Automoveis do Seridó: sonho, a principio, e realização do engenheiro José Francisco Brandão Cavalcanti, aprovada e estimulada pelo governo do dr. Ferreira Chaves, [Decreto n. 4 de 20 de janeiro de 1914], teve ini-

ciada a construção a 2 de junho de 1914. Tendo-se tornado o seu maior acionista e credor, o Estado encampou-a, depois, nomeando-lhe superintendente ao Cel. Manoel Mauricio Freire. Em seguida, foi encorporada á Estrada de Automoveis do Seridó, segundo o plano da I. F. O. C. Sêcas. Partía, de inicio, da cidade de Macaíba, com estações, em Panélas, (hoje Bom Jesus), inaugurada a 21 de maio de 1916, com 36 kilometros; Caiada de baixo e Caiada de cima, Riacho, a 72.909 mets. e chegava a Santa Cruz, a 27 de setembro de 1916, com um percurso de 99 kilms.

A sistematização das estradas de rodagem fês com que a de Macaíba-Santa Cruz ficasse entroncada na de Natal-Macaíba, construida pelo engenheiro Eduardo Parisot, em 1921, como chefe do 2.o distrito da I. F. C. Secas, e de Santa Cruz a Curraes Novos, Acarí, Jardim e Caicó, construidas em 1921-1922, e que hoje presta os maiores serviços á economia norte-riograndense.

Outras estradas carroçaveis existem entre Macaíba e suas vilas e povoados, como seja a que se esgalha do kilometro 45 para S. Pedro e São Paulo; a que liga ao Campo do Jundiaí, a que vae para São Gonçalo e Ceará-mirim; a que demanda o Potengi, por Tapará e Saúna, até Riachuêlo (S. Gonçalo) e a de Cana-brava.

RIQUEZA MINERAL

Tem terrenos salíferos, á margem do Rio Potengi-Jundiaí, já tendo havido aí salinas que fabricaram e exportaram sal.

Ha noticias da existencia de manganês.

RIQUEZA VEGETAL

Produz algodão, cana de assucar, cereaes,

etc. Tem engenho de assucar, rapadura e mel; seis bolandeiras, 150 fabricas de farinha de mandióca; 10 descaroçadores. Na sáfra de 1920-1921, produziu 3.432 fardos de 70 kilos pesando 958.057 kilos. Na de 1921-22, 5.628 fardos e 1.515.240 kilos de algodão.

RIQUEZA ANIMAL

Cêrca de 90 fazendas de criar, com 10.000 cabeças de gado vacum, 2.500 equinos, 500 muares, 2.000 ovinos e caprinos.

FIGURAS SALIENTES

AUGUSTO SEVERO, malogrado aeronáuta brasileiro, nasceu em 1864 e faleceu em Paris, na catastrofe do seu dirigivel «Pax», a 12 de maio de 1902. Deputado federal, Abolicionista e Republicano.

AUTA DE SOUZA, a notavel poetiza do *Horto*, nasceu em 1876 e f. em 1901.

DR. JOAO BATISTA DE VASCONCELOS CHAVES, emerito professor de direito e penitenciarista exímio, nascido, em "Ferreiro Tôrto" a 4 de outubro 1875 e falecído em Natal a 28 de abril de 1924. Parlamentar e publicista, honrou sempre todas as funções que exerceu.

FRANCISCO FREIRE DA CRUZ, (1881-1910), esperançosa inteligencia muito cêdo roubada ás letras e à sociedade.

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO

Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, como juiz municipal, inaugurou a comarca, a 6 de

março de 1890, e interinamente, se manteve no exercício até á posse do juiz nomeado, que ségue: (Comarca de Potengi).

Dr. José Augusto de Souza Amaranto (22 maio 1890).

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, (organização Cel. Gurgel, 1891).

Dr. José Teotonio Freire, 1892-1898.

Suprimida em 1898 a comarca do Potengi, foi restaurada em 1908, como de Macaíba e nomeado para ela:

Dr. Heliodoro Fernandes Barros, 1908-09.

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, 1909-1914.

Suprimida novamente, em 1914, foi restaurada em 1918, e nomeado

Dr. Virgilio Otávio Pacheco Dantas, (1918-930)

JUIZ MUNICIPAL

Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho (1890-1892).

JUIZ DISTRITAL

Dr. Virgilio Otavio Pacheco Dantas, (1.o—1914-1918)

PROMOTORES PUBLICOS

Dr. Diogenes Celso da Nobrega, (1890).

Dr. José Amintas da Costa Barros, (1890-91)

Dr. Fiácrio de Oliveira Souza, (1891)

Dr. Pedro Eudócio de Miranda, (1891)

Dr. Luiz Francisco do Amaral, (1891)

Academico Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1892)

Dr. João Leopoldo da Silva Loureiro, (1892-1894)

Dr. Francisco de Albuquerque Melo (1897-1898)

Dr. Virgilio Otávio Pacheco Dantas (1908-1914)

Dr. Arnaldo Gomes Neto (1924-1926)

Dr. Francisco Canindé de Carvalho, (1927-1930).

VIGARIOS

O 1.o livro de batismos da Freguezia foi, em 1843, rubricado pelo vigario geral forâneo, padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, em S. Gonçalo. Regeram-n'a :

Pe. José Paulo Monteiro de Lima, até 1871.

Pe. Ladislau Adolfo de Sales e Silva (encarregado da freguezia) 1871.

Padre Manoel Fernandes de Lustosa Lima (agosto 1871, março 1874 e outubro 1878).

Pe. João Alipio da Cunha [janeiro 1875).

Mudada a freguezia para Macaíba :

Pe. José Esteves Viana (19-março-1886).

Pe. José Paulino de Andrada, vigario colado, de 12 fevereiro 1888 a 1895.

Pe. Marcos Aprigio de Souza Santiago, interino, a 18 setembro 1895, e encarregado da freguezia, de 1.o março 1896 a 25 janeiro 1904.

Pe. João Maria C. de Brito, encarregado da freguezia, como vigário de Natal, (1904).

Pe. Jeronimo Cezar (1904).

Pe. Luiz Borges de Sales (1904-1906)

Conego Estevam José Dantas (1906-1910).

Pe. Luiz Adolfo de Paula (1910-1911).

Pe. José Neves de Sá (1912).

Pe. Ulisses Maranhão (1912-1918).

Pe. Manoel Barreto (1918-1919).

Pe. José Maria Cabral (1922).

Pe. Severino Ramalho (1922-1930).

PROFESSORADO

Padre Francisco de Paula Soares da Camamara, (1856).

Elias Antonio Ferreira Souto, (1870).

João Onofre Pinheiro de Andrade (1871)

D. Joana de Nazaré Barbosa, 1874).

Francisco Lustosa Cabral, (1874)
Pe. Bernardino de Sena Lustosa, (1874)
João André de Bakker, (1877).
Rafael Arcanjo Garcia da Trindade, (1878).
D. Marcionila Viana de Andrade Lima, (1874-1896).
João Wenceslau Emerenciano, (1895).
Francisco Sebastião Coelho, (1885-1893).
D. Joana Carolina de Carvalho e Oliveira, (1885).
Zozimo Platão de Oliveira Fernandes, (1886-1894).
D. Antonia Marques do Vale Carneiro, (1885-1890).
João Joaquim de Sales e Silva, (1893-1908).
D. Umbelina Solsona Ferreira Pinto, (1896-1897).
D. Maria Leopolda de Brito Guerra, (1897-1901).
D. Ana Angelica da Rocha Bezerra, (1901).

No grupo escolar «Auta de Souza», criado por decreto n. 255 de 19 de outubro de 1911 e inaugurado a 5 de novembro de 1911, tiveram exercicio:

Dr. Virgilio Otavio Pacheco Dantas, (1911-1914).
Professora Arcelina Fernandes, (1911-1922);
Professora Maria Julita de Oliveira, (1911-1915),
Professor Joaquim Manoel de Meróes Grilo (1914-1916).
Professora Celina Torres Navarro (1915-921).
Bartolomeu Fagundes, (1916-1921).
Professora Iracema Rocha, (1920-1921).
Professor Manoel Varela de Albuquerque, (1922).
Professora Laura Tavares Trigueiro, (1922).
Professor Paulo Vieira Nobre [1923-1930].

Professora Clotilde de Moura Lima, [1926-27].
Professora Letice Pegado Cortez, [1927-30].

ADMINISTRADORES

Na Monarquia:

Vicente de Andrade Lima, (1882-1883).
Feliciano Pereira de Lira Tavares, [1884].
Inácio Silva, [1885-1889).

Na Republica:

Dr. Francisco de Paula Sales, 1890.
Major Manoel Joaquim Freire, 1890-1891.
Luiz de Albuquerque Maranhão, 1891.
Antonio da Costa Alecrim, 1891.
Manoel Mauricio Freire, 1895, 1896-1898, 1908-1910, 1911-1913, 1920-1922, 1923 e 1925.
Aureliano Clementino de Medeiros, 1899-1901, 1902-1904 e 1905-1907.
Prudente Gabriel da Costa Alecrim, 1914-1916.
João Soares da Fonseca Lima, 1917-1919.
Dr. Cicero Aranha, 1926-1928.
Almir Freire Marinho, 1929-1930.

TRADIÇÕES E LENDAS

A matança de Uruassú é uma das paginas mais tenebrosas da historia colonial na terra macaibense.

Relata o Dr. Tavares de Lira, na sua criteriosa obra «Historia do Rio Grande do Norte», pag. 170 e segs. que, a 3 de outubro de 1645, foram levados para Uruassú, pelo rio Potengi, acima, os presos João Lostau Navarro e Antonio Vilela Cid, além do vigario Ambrosio Fran-

cisco Ferro, Antonio Vilela Junior, Francisco de Bastos, José do Porto, Diogo Pereira e outros, que se haviam refugiado no Forte «Van Keulen», (Reis Magos), após os morticinios de Cunhaú e Ferreiro Tôrto, praticados pelos tapuios a mando dos holandêses invasores.

Nesse dia e de ordem de João Bulestraten, membro do Supremo Conselho Holandês, em Pernambuco, esses infelizes moradores foram massacrados, despidos e de joelhos, demonstrando porém, a intransigencia de sua fé catolica. Torna-se horroroso repetir as atrocidades postas em pratica, a uns, como Matias Moreira tirando-se-lhe o coração pelas costas, a outros, como a Antonio Baracho, amarrado a uma arvore, cortando-se-lhe a lingua e, com ferros em braza, queimando-o, para tambem arrancarem-lhe o coração pelas costas, ao vigario Ferro praticando «taes anatomias», que os narradores» «teem pejo em descreve-las»,ainda a outros, como á mulher de Manoel Rodrigues Moura, cortando-lhe os pés e as mãos, deixando-a no chão viva».

A matança foi presenciada por dois homens que se haviam escondido no mato e pudéram vêr essas horrendas ações, que não ha palavras que justifiquem, acarretando o eterno opróbio sobre os seus autores inteletuaes, a serviço da ingrata causa da conquista do Brasil, a ferro e e a fogo.

Guarápes, sitio, moradia e centro comercial formado pelo major Fabricio Gomes Pedrosa, tem uma tradição das mais curiosas, na cronica local.

A fama de Guarapes encheu a imaginação das gentes litoraneas e ainda hoje se contam, por dezenas, as façanhas e os fatos dessa época.

A casa comercial do major Fabricio era a mais abastada na zona do litoral e exportava, em grande escala, para os portos europeus, os produtos dos vales húmidos do agreste, pelos navios que iam ancorar rio acima, em frente ao estabelecimento. A residencia ficava no alto; em baixo, os armazens do comercio de exportação. Existem as ruinas dos armazens; no alto, a velha casa senhorial ainda apresenta as linhas da sua passada grandeza.

O major Fabricio era a alma de toda a redondeza. Negociante habil e perspicás, seduzia e encantava a freguezia, onde se encontravam os mais abastados fazendeiros e senhores de engenho dos vales circunvisinhos.

Contam que o assucar que exportava era misturado com a areia de um dos môrros proximos, que chegou a rebaixar-se de tanto se lhe tirar materia, para juntar e confundir com o assucar a ser exportado.

Certa feita, trocou com um chefe de cigânos um animal, cuja cauda fôra depilada por molestia, mas, astuciosamente recomposta com cabêlos grudados. No outro dia, o cigâno veiu restituir-lhe o cavalo trocado e oferecer-lhe o bastão de comando do «bando», em vista de tel-o enganado, de modo tão completo, o respeitado negociante. São relatos populares que se não podem recusar, nem confirmar.

Todavia, o major Fabricio foi tronco de uma numerosa e ilustre descendencia que muito tem honrado o Rio Grande do Norte.

Ele era filho de Francisco Gomes de Lima e sua mulher, D. Silvana Pereira da Costa Vasconcelos e procedia, como se disse, de Areia, na então provincia da Paraíba; casou treis vezes. Das primeiras nupcias, com D. Maria da Silva, de ilustre familia pernambucana, teve os

seguintes filhos: Feliciana, que casou com Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, tronco, por sua vez, de uma grande e distinta familia; 2.o Maria da Silva, que casou com Francisco Tavares; 3.o Dr. Francisco Gomes Pedrosa, casado com sua prima, filha de João Evangelista; 4.o Candida, que se consorciou com Miguel Tavares, tambem com grande descendencia; 5.o Inês, que se casou com João Juvenal Barbosa Tinoco e tem, no Estado, muitos descendentes; e 6.o Josefa, que morreu solteira. Do segundo consorcio, com D. Damiana, filha de Francisco Pedro Bandeira, da «Pelada», hoje municipio de Taipú, teve os filhos, a saber: 7.o Fabricio, o moço, casado que foi com Isabel Maranhão, filha de Amaro Barreto e de Feliciana; 8.o Joaquina, [Quininha] casada com com José da Costa Pereira; 9.o Maria da Cruz e 10.o Maria Terceira, ambas fallecidas em estado de solteiras. Do terceiro casamento, com D. Isabel, filha de Pedro Velho do Rego Barreto e irmã do seu genro, Amaro Barreto, nasceram-lhe os filhos, a seguir: 11.o Petronila, que se casou com o Dr. Pedro Velho, o grande filho e organizador do Estado, sob a Republica; 12.o Hermelinda, casada em 1894, no Recife, com Verissimo de Tolêdo, tendo deixado um filho só, Edgar; 13.o Marcos; 14.o Dr. Rodolfo, que foi medico e funcionario da Saúde Publica, no Rio; 15.o Benjamin; 16.o Ana; 17.o Dondon; e 18.o Amelia, todas solteiras. [Notas genealógicas fornecidas pelo confrade e patricio ilustre Dr.Matias Maciel Filho].

MACAU

O MUNICIPIO

Constitue o municipio de Macau o rico territorio que se acha situado á margem esquerda do Rio Assú, abrangendo exatamente o litoral e sua imponente fós sobre o Oceano Atlantico.

Gabriel Soares no seu famoso «Tratado Descritivo do Brasil», em 1587, p. 15, já dava noticia do Rio Grande—Assú—em altura de 4 graus e das «duas pontas saídas para o mar» bem como de que «entre uma e outra ha uma *ilhota*, que lhe faz duas barras, pelas quais entram navios da costa».

Este territorio pertenceu primitivamente ao municipio de Assú, desde 1783; depois, a Santana do Matos; em seguida, a Angicos, e finalmente, tornou-se autonomo, a contar de 1847.

Quando se transferiu para a povoação, ou ilha de Macau, a séde do municipio de Angicos, que fôra criado pela resolução provincial de 13 de outubro de 1836, e cujo territorio ficára anexado, por força da resolução provincial de 2 de outubro de 1847, operou-se a inversão das posições e Angicos passou a ser parte componente do novo municipio.

Os seus limites ou confrontações eram, em geral, os seguintes:.

Ao Norte, o Oceano Atlantico; a Leste, o municipio de Touros, e hoje Baixa Verde; ao Sul,

os municipios de Angicos e Assú, e a Oeste, o de Assú.

A especificação desses limites era fixada, nestes termos:

« Ao Norte, o Oceano Atlantico; ao Nascente, seguirá uma linha divisoria em direção ao sul da Barra do Camoropim, comprehendendo todas as praias e logares que pertenceram a Santana dos Matos, quando abrangia todo este territorio, passando á catinga, em direção ao nascente, a linha divisoria compreenderá as fazendas e logares Santo Antonio, Santa Maria, Canafistula, Serra do Lombo, descendo pelo riacho da Milhã, até á sua embocadura no Rio Ceará-mirim; ao poente, servirá de limite, até o Oceano, o Rio Assú, compreendendo todas as linhas que ficarem áquem do seu braço mais ocidental».

Foi a resolução provincial n. 294 de 19 de agosto de 1854, restaurando o municipio e vila de Angicos, e desmembrando-os de Macau, sem lhe alterar a situação anterior, que deu os novos limites ao municipio da embocadura do Rio Assú.

Fôra mui extensa a área territorial de Macau, calculada por uns em 4.000 kilometros, por outros em 6.469, em face das medidas tomadas do Pontal de Guamaré até Upanema, com 66 kilometros, e das praias até os confins com Campo Grande, 60 kilometros, (Almanaque de Macau, 1909, pag. 17), aliás, confins de Assú.

Atualmente, é de 2151 kilometros quadrados a área de Macau. Sinopse Estatistica, ano 1938, pag. 15, ou de 1.423 kilm. 2., segundo o Dp. das Muni.des.

Segundo um antigo documento, cuja autenticidade, data e firma não foi possivel encontrar, sendo, porém, atribuido, com visos de verdade, ao antigo proprietario, na varzea do Assú,

por sua influencia manifesta ao tempo da Colonia, o coronel Jeronimo Cabral Pereira de Macedo, conhecido por "Jeronimo do Môrro", que parece tem sido, outróra, um dos regentes da Ribeira do Assù, o territorio de Macau era assim caraterizado:

> « RELAÇÀO das treze légoas do distrito do meu Comando, pertencentes ao Coronel Bento José da Costa, m.or na Praça de Pernambuco, sendo administrador do mesmo João Moz. Ferreira, compreendendo nestas a Ilha do Manoel Glz., com hum coarto de legoa de Leste ao-este,—150 braças, de norte a sul: está avitada com 30 fógos—a ilha dominada Baptiras, (?), com hum coarto de legoa de Leste ao-este 200 braças de Norte ao Sul não tem avitantes e nem serve p.a criar p.r não ter agoa.—a Ilha dominada Janduim de Igual comprimento não tem moradores e nem serve p.a criar p.r não ter agoa. —A Ilha dominada LAGAMAR com uma legoa de Leste ao-Este e 25 braças de Norte ao Sul, tem 12 fógos tem agoa e não serve p.a criar.—A ilha dominada Boca do Rio com 3 legoas de Norte ao Sul e huma de leste ao-Este tem 4 fógos, não serve de criar p.r não ter agoa e nem se planta,—A ilha dominada MACA'O com huma legoa de Leste ao-Este meia de Norte ao Sul, *não he avitada* e nem serve p.a criar, p.r não ter agoa.—A ilha dominada COATRO-BOCAS com huma legoa em coadro he unavitavel p.r não ter agoa.—A ilha dominada RIO DOS CAVALOS

com meia legoa de Comprida cem braças de largura; estas Ilhas todas contestão pelo Norte com óSiano e p.r Leste e o-Este com terras do mesmo coronel Costa e pelo sul com terras do capm. mór Pedro Pereira da Costa, m.or no "Morro" e com os erdeiros do falido Cristovão da Roxa Pitta moradores no districto da capitania da Bahia de todos os Santos. Estas Ilhas são repartidas p.r 5 barras navegaves—a do Arrombado—Manoel Glz—Amargoso, Rio dos Cavallos, e Conxas, todas na distancia de 3 legoas de leste ao-Este,—na primeira ilha já dita de Manoel Glz. possúe o d.º coronel Bento José da Costa 10 escravos e 4 canôas entregues ao Administrador e ocupaos em tirar sal e fazer currais de peixe e os Avitantes dellas são pescadores e *tiradores de sal* e tem alguns negociantes de peixe e Fazendas, Sêcos e molhados.—Da barra de Conxas the a Barra do Mossoró contão-se 10 legoas de leste ao-Este e 6 de Norte a Sul com as datas de sobras e nestas estão situadas duas Fazendas de gado—*Cacimbas* e *Entrada*, a primeira com 1500 cabessas de vacum e 60 cavallar, 100 cabrum e 120 ovelhum, tem hum escravo de fábrica.—A segunda com 1.000 cabessas de vacum, 30 cavallar, 50 cabrum, hum escravo de fábrica, estas terras são proprias de criar gados. Comtestão pelo Norte com oSiano pelo Sul, com terras dos Pittas da fazenda Olho dagua da Fazenda do Arraial velho com os erdeiros do falecido coro-

nel Jeronimo Cabral de Oliveira e com os religiosos do Carmo e p.r leste com as ilhas já ditas e pelo-Este com o rio de Mossoró; nesta distancia abitão alguns pescadores no tempo das pesqueiras, &.» Os grifos são do autor. (N. L.)

O curioso documento delata a situação do territorio, em fase bem afastada da sua colonização, a julgar pelos elementos de posse e de cultura, entre os quais já figurava o sal.

O decreto-lei estadual, n. 603 de 31 de outubro de 1938, anexo n. 2, XXII, letra A, ns. 1, 2, 3 e 4, dá ao municipio de Macáu as seguintes divisas:

«1—Com o Oceano Atlantico: Pelo litoral, a começar do meio da barra do Rio das Conchas, até o meio da barra do Guamaré.

2—Com o municipio de Baixa Verde: A começar do meio da barra do Guamaré, segue pelo curso do rio Camoropim, acima, até encontrar a estrada de rodagem para Serra-Verde, e, pelo leito da mesma estrada, em direção ao «Poço Fagundes», na Estação Experimental, sobre a dita Serra Verde.

3—Com o municipio de Angicos: Por uma linha reta, que, partindo do «Poço Fagundes», na Estação Experimental, na Serra Verde, vá, em direção leste-oeste, á fazenda Cana-fistula, exclusive; daí, ao logar Taboleiro Alto, inclusive, e daí, por uma linha reta, á margem direita do rio Assú.

4—Com o municipio de Assú: Pelo curso do Rio Assú, desde o ponto

de encontro, á margem direita, da linha que vem da Cana-fistula, exclusive, e Taboleiro Alto, inclusive, segue por este rio abaixo, até o ponto onde se destaca o rio das Conchas, e, pelo curso deste abaixo, até a sua fós no Atlantico, de onde principiou».

Está, porém, suscitada uma controversia, por parte do municipio de Assú, quanto ao limite ocidental, pelo curso completo do braço do rio chamado *das Conchas* até á barra deste, no Oceano Atlantico, porque, ao que parece, dos fatos e dos registros fiscais, o limite segue uma linha ideal, por *gambôas* e *furados*, independente do curso do rio das Conchas, embora para terminar na embocadura deste e bem ao meio, sobre o mar. Tal contraversia não poude ser derimida, após o termo, em 1939, do praso de retificações, e somente, na nova revisão em 1943, poderá ser examinada e, certo, atendida, visto que foi principio assentado na comissão organizadora não alterar divisas senão quando assim o impuzessem as necessidades técnicas, ou o interesse publico, cabalmente demonstrado e comprovado.

O municipio de Macáu constitúe um dos 42 que compõem o Estado, foi mantido na organização republicana e jamais modificado, desde então.

E' hoje termo, séde da comarca de Macáu, criada desde a lei provincial n. 644 de 14 de dezembro de 1871, conservada na organização judiciaria do Estado, e reconhecida por varias leis, sendo classificada como de 2.ª. entrancia pelo decreto do Interventor Federal n. 755 de 1 de novembro de 1934.

A CIDADE

O local, onde hoje assenta a cidade de Macáu, fazia parte da propriedade do coronel Bento José da Costa.

Desabitada, a principio, quando outros pontos como Alagamar e a Ilha de Manoel Gonçalves eram povoados, Macáu teve como primeiros habitantes e povoadores os portuguezes capitão João Martins Ferreira, e seus quatro genros Antonio Joaquim de Souza, José Joaquim Fernandes, Manoel Josè Fernandes e Manoel Antonio Fernandes, além de Manoel Rodrigues Ferreira, João Garcia Valadão, Francisco José da Costa Coentro, Elisiario Cordeiro e o brasileiro Jacinto João da Hóra, que habitavam a ilha de Manoel Gonçalves e de lá se mudaram para a incipiente povoação de Macáu.

E' tradição aceita que, invadida pelas aguas do mar, a mencionada Ilha de Manoel Gonçalves, que era habitada e ainda hoje existe sob o nivel, do mar, apenas, visivel ainda, a quem passa de avião sobre essas aguas, ficava «a nordeste da cidade, entre a barra da Ilha do mesmo nome e á pouca distancia da praia», e despovoou-se, porque os seus moradores se transferiram para a margem direita do rio de Macáu, ou Assú, e aí se estabeleceram definitivamente.

Segundo refere Ferreira Nobre «Breve Noticias», pag. 96, a ilha de Manoel Gonçalves, «foi uma ilha da costa, ao sul da cidade e a nordeste da pequena praia do "Tubarão" e recebeu o nome do seu povoador e donatario».

Mas, afirma o mesmo cronista que a inundação, acima referida, e que determinou a mudança da população, "ocorreu no ano de 1715".

Forçoso, porém, é considerar que houve

equivoco da parte do cronista: o documento acima transcrito demonstra que, a seu tempo, a Ilha de Manoel Gonçalves, era habitada e a de Macáu, não. O testemunho dos descendentes dirétos dos primeiros povoadores de Macáu assevéra que a inundação se deu em 1832, mas, a ilha, só desapareceu de todo em 1844, consoante afirma F. Ferreira de Araujo, ["A Republica", de 12-11-36],

Os documentos legislativos provam em contrario: A resolução n. 100 de 27 de novembro de 1843 criou o distrito de pás de Macáu, compreendendo o territorio da sua subdelegacia de policia, o da *Ilha de Manoel Gonçalves* e o de Guamaré. A lei n. 28 de 5 de novembro de 1836 criou a Mesa de arrecadação de rendas na Ilha de Manoel Gonçalves, ou Macáu art. 4.. (1)

Contam que, ao norte da Ilha de Manoel Gonçalves, caiu em 1836, um meteorito, ou bolido, que deixou no logar grande quantidade de pedras, ainda hoje existentes no logar "Barreiras". Logo depois, a dizer, no mesmo ano, acrescenta a tradição, déu-se a inundação que determinou a mudança dos habitantes. Elisée Reclus, em «E. U. du Brésil» dá noticia de uma «chuva de pedra», algumas de 40 kilos, a qual se extendeu por muitas leguas».

Com o decorrer do tempo, vieram estabelecer-se novos habitantes, com casas de comercio e fábricas de sal. Para a nova povoação foi transferida, por lei de 9 de novembro de 1835, a cadeira de instrução primaria do povoado de «Oficinas», pertencente ao municipio de Assú.

---

(1)—Vêr a respeito o interessante e documentado estudo de Eugenio de Castro, «A Ilha de Manoel Gonçalves», na *Revista* do Instituto, vol. XXXII a XXXIV, 1935-1937, pags. 155 a 176.

Pelo porto de Macáu passavam as mercadorias com destino ao centro do sertão: a lei n. 28 de 5 de novembro de 1836, na presidencia de João Josè Ferreira de Aguiar, criou a meza de arrecadação de rendas provinciaes, com um administrador, que servisse de tesoureiro, um escrivão e os fiscaes que fossem necessarios.

Sete annos depois, já era um distrito de pás, (resol. 100 de 27 de outubro de 1843).

Até que, em 1847, a resolução provincial n. 258, de 2 de outubro, elevou a povoação de Macáu á categoria de vila e criou o municipio do mesmo nome, compreendendo, além do territorio de Angicos, que perdêra a condição autónoma, o territorio da subdelegacia de policia da mesma povoação, o da Ilha de Manoel Gonçalves e da povoação de Guamaré, como fôra o distrito de pás. Teve fôro civil de jurados por portaría de 17 de dezembro de 1860, do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior.

Afinal, Macáu teve predicamento de Cidade por lei n. 761 de 9 de setembro de 1875, e, no goso desse predicado continúa.

Cadeiras de primeiras letras tivéra-as por leis de 9 de março e 11 de abril de 1835 e, em 1883, a lei 882 de 5 de abril criou aí outra cadeira masculina.

E' uma bôa cidade, muito comercial e industrial e tem bons predios de residencia particular. Tem os «fóros de elegancia e nobreza, que sempre procurou mantér com galhardía. Hospitaleira e progressista, era a cidade, além da capital, que mantinha contato direto com o Rio e outras capitaes do sul, devido ao intenso comercio de sal das suas imensas e belas salinas». «A Republica», de 12 de novembro de 1936, pag. 1, da 2.ª seção.

Possúe predios publicos: a Prefeitura, a

Mesa de Rendas Estaduaes, o Grupo Escolar «Duque de Caxias», (criado por decreto n. 198 de 26 de fevereiro de 1923, e inaugurado oficialmente a 2 de maio seguinte, com os professores Joaquim Mavignier de Noronha, Ernestina Moura e Maria da Conceição Fagundes), cadeia, cemiterio, Escolas Reunidas do Pôrto do Roçado, o Grupo Escolar «Pereira Carneiro», e outros.

A cidade compõe-se de uma rua principal, que se desenvolve de norte a sul, em frente á barra, acompanhando a margem direita do rio. Era a «Rua da Frente», de outróra, e depois, passou a ter diversos nomes, entre os quaes Conselheiro Dantas, José Mariano, Pe. Manoel Jeronimo e 13 de maio. Ha treis praças: a da Conceição, do Mercado e do Cruzeiro, e outras ruas menores: 28 de setembro antiga do «Cordão Azul», São José, Bôa Vista, da Aurora, etc.

Na praça da Conceição, foi erguida, em 1922, sob a direção municipal do cidadão José Gonçalves de Melo, uma coluna comemorativa do 1.o Centenario da Independencia Nacional, inaugurada a 7 de setembro daquele ano.

No recenseamento de 1920, a população do municipio era de 11.912 habitantes, sendo na cidade 4.754 e nos suburbios 7158 e 1.193 predios. A população provavel é de 19.754 habitantes,

Já possuiu Teatro «Guarani», Clube de danças "Terpsicore", clubes de regatas, Colegio "Marcolino de Abreu", jornaes "O Néofito", "A Industria", "A Noticia" e "Macáu-Jornal". O "Almanaque de Macáu» foi publicado em 1909, sob a direção do dr. Adalberto Amorim e propriedade de F. Ferreira de Araujo, contendo excelente materia sobre a localidade.

Na guerra contra o Paraguai, Macáu forneceu varios voluntarios, entre os quaes vale citar: Vitor Xavier de Medeiros, tenente do 34.o

corpo de voluntarios, natural do Martins, residente em Macáu, onde se batisou, nasceu em 1849 e assentou praça em 1865, Manoel Florencio do Nascimento, natural do Ceará-mirim, João Crisostomo Correia, marinheiro de 3.a classe, recrutario, nasceu em 1835, em Macáu, José Gondim da Silva, natural de Macau, e Manoel Vicente Ferreira, segundo sargento, nascido na cidade. Alguns deles obtiveram pensão do Governo Federal.

Na campanha da Abolição dos Escravos, destacou-se, em Macáu, figura singular que ficou para sempre relembrada: o marinheiro Joaquim Honorio da Silveira que, em 1888, viajou de Natal a Fortaleza, conduzindo uma petição de *habeas-corpus* em favor de escravos que se achavam presos na Fortaleza dos Reis Magos, a qual deferida pela Relação do Ceará, motivou grande popularidade para o seu intrepido condutor, recebido festivamente em Natal, a bordo de sua jangada. O «Club do Cupim», de Recife, celebrada instituição anti-escravagista, conferiu-lhe medalha de prata, após a grande vitoria legal de 13 de maio de 1888. O Instituto Historico possúe hoje a famosa medalha, por oferta dos descendentes de Joaquim Honorio.

Em 1890, Macáu teve um "Club Republicano", sob a presidencia do capitão Joaquim Rodrigues Ferreira.

Atualmente, a cidade está melhorando consideravelmente, porque a industria do sal tem progredido muito e para aí são carreados muitos capitaes, que se encorporam á riqueza local sob a forma de salarios, materiaes, edificios e outros melhoramentos urbanos e instalações industriaes. Possúe 140 estabelecimentos comerciaes.

A FREGUEZIA

A população da ilha de Macau tinha ermida, a principio, sujeita á freguezia de Angicos, tornando-se depois séde da paroquia e, afinal, mantida com aquela, definitivamente.

Achava-se, porém, em mau estado, quando da mudança da freguezia para a ilha. Em 1849, relatava o Pte. Benvenuto Taques que não se realizára ainda a transferencia da paroquia, «devido á situação da ermida e á oposição do Prelado Diocesano, que, aliás, não fôra ouvido a respeito da mudança». (Fala 3 de maio de 1849).

Trabalhava-se na reconstrução da Capela para transforma-la na Egreja, cujos trabalhos tinham sido iniciados em 1846.

Elevada á categoria de Matriz, por lei n. 294 de 19 de agosto de 1854, foi seu primeiro vigario o Padre João Inacio de Loiola Barros, vitima do *cólera morbus*, em 1856, depois de haver prestado relevantissimos serviços á população.

Tem por padroeira N. S. da Conceição, cuja festa, sempre pomposa, a 8 de dezembro, constitúe objeto de entusiasmo para os seus devótos e atráe muita gente do interior do municipio e dos visinhos.

Possúe Irmandades do SS. Sacramento, N. S. da Conceição, e confrarias de São Vicente de Paulo, Filhas de Maria, S. Coração de Jesus, (Apostolado da Oração), Bom Jesus dos Navegantes, Associação dos Santos Anjos, Transito de São José, N. S. do Rosario, do Perpetuo Socorro, das Almas, de N. S. do Carmo da Doutrina Cristã, («A Republica» de 12/11/36, pag. 18).

Tem capelas filiaes em Independencia, Guamaré, Barreiras e Soledade (antigo Presidio).

A Matriz de N. S. da Conceição é atual-

mente um belo e vasto templo, com cinco altares e as imagens; Altar Mór: N. S. da Conceição [padroeira], S. Sebastião e S. Inês; Lateral-direito: S. José, Santa Luzia e Sant'Ana; Lateral-esquerdo: N. S. do Rosario, N. S. do Carmo e São Miguel Arcanjo; Corredor-direito: N. S. dos Navegantes, S. Roque e Bom Jesus; Corredor-esquerdo: S. Vicente de Paulo, N. S. do Perpetuo Socorro e S. Benedito.

Possúe côro, seis arcadas na nave, duas na capela-mór; méde de comprido 17,42 metros da porta principal ao arco-mór e de largura 14,70 metros, de fóra a fóra; a nave tem 7 metros. E' assoalhada a nave central. Uma só torre e treis sinos.

O altar-mór foi construido, ha poucos anos, pelo vigario, mons. Joaquim Honorio da Silveira, natural do municipio, os dois lateraes pelo padre Fortunato de Areia Leão, e os dois dos corredores, pelo padre Julio Alves Bezerra.

Ha, na cidade, dois Cruzeiros: um, em frente á Matriz, e outro, na Praça do Cruzeiro, e que foi levantado a 16 de julho de 1905, pelo padre Benvenuto.

Acha-se guardado na Matriz o antigo Cruzeiro, que existia na Ilha de Manoel Gonçalves, dizem ter sido erguido, em 1811, por Frei Vidal, e retirado da ilha, em 1825, embora com impugnação. Foi trasladado, a 2 de novembro de 1931, do Cemiterio, onde estava, desde que viéra da ilha, por iniciativa do vigario, pe. Paulo Heroncio de Melo, para ser conservado na Matriz.

VILA E POVOAÇÕES

INDEPENDENCIA, antiga « Pendencia », é vila em virtude da lei n. 603, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu o novo quadro territo-

rial do Estado para o quinquenio de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.

A mudança do nome foi determinada por necessidades do serviço postal, ao tempo da administração do dr. Alcebiades Silva, [1921-1922].

A vila é séde do distrito do mesmo nome e compreende os logares Tabatinga e Taboleiro Alto, á margem direita do rio Assú.

E' bastante populosa e movimentada, especialmente na safra de algodão, porque centraliza o movimento do baixo Assú. Fica a 26 kilometros de Macáu. Possúe mais de 300 casas, estabelecimentos commerciaes e fazendas agricolas em derredor.

Tem capela dedicada a S. João Batista, construida em 1896, pelo vigario pe. Francisco de Assis Albuquerque, e melhorada constantemente.

Teve escola rudimentar por decreto n. 242 de 11 de julho de 1924 e, atualmente, tem escolas reunidas, em predio proprio, inaugurado a 12 de agosto de 1934.

ESTREITO, arraial povoado, á margem direita do Rio Assú, 18 kils. acima de Independencia, não tem arruado. Escolas Reunidas, instaladas em 1935, tem poucos fogos. E' centro de movimento comercial do algodão do baixo Assú.

ALAGAMAR, compreendendo Barreiras e as demais populações do litoral, fica na embocadura do Rio sobre o mar, tem cerca de 100 casas, é porto de pescaría e séde da Praticagem da Barra. Tera um faról de 2.a classe, montado pelo capitão de fragata Kiappe Rubim.

RIO SALGADO, a partir de Canafistula, compreende as habitações desse rio até o rio Amargoso.

VARZEA, a partir do povoado de Embura-

nas, abaixo, compreendendo Barro-Preto, Ilha de Sant'Anna, Ilha de S. Francisco, Porto do Carão, Morro, Pedrinhas, Canto do Curralinho, Riacho, Espinheiro, Garças, Moreira e Bôa Vista, [Relatorio do Governo do Estado, 1905].

GUAMARE', ou Aguamaré, fundada, talvês em 1750, por José de Brito Macêdo, acha-se situada á direita, ou nascente, do rio de Macáu, na distancia de 8 legoas. Possúe mais de 200 fógos, uma capela consagrada a N. S. da Conceição, construida em 1783, (data que se encontra nas parêdes), pelo português João Francisco dos Santos, proprietario e comerciante na data de Caiçára e com patrimonio doado por Francisco Xavier Torres. Aí, celebrou a primeira missa Frei Luiz Pequeno, franciscano do Convento da Paraíba, sendo capelão o reverendo José Beraldo de Carvalho. Como figuras mais importantes de Guamaré convém citar José de Brito Macêdo, João Francisco dos Santos, Francisco Xavier Torres, Miguel Ferreira de Brito, Joaquim Alves da Costa, Francisco José Soares, Vicente Ferreira Barbosa e André de Souza Miranda.

Teve escola rudimentar criada por decreto n. 270 de 25 de maio de 1925. (Administração do dr. José Augusto, 1924-1927).

BARREIRAS fica, ao poente da cidade, quatro leguas, tem capela de S. Sebastião, edificada, na gestão do padre Fortunato Leão, em 1917, por Manoel Pedro da Silva. Tem cerca de 100 fógos e um «olho dagua», que chamam de «Mãe dagua». Estabeleceu-se aí escola rudimentar por decreto n. 248 de 27 de agosto de 1924.

TABATINGA, que foi distrito de pás, por decreto n. 85 de 9 de janeiro de 1891, adminis-

tração do dr. Nascimento Castro, conta diversas casas e fica á margem direita do Rio Assú. Faz parte do distrito de Independencia.

CARÃO, aliás, *Porto do Carão*, á margem do Rio Assú, tem cerca de 20 casas. Tinha dantes movimento incessante de embarcações entre Macáu e a varzea, ao tempo de Antonio Barbosa Carão.

SOLEDADE, antigo Presidio, a quatro leguas ao sul, de Macáu, tem capela do S. Coração de Jesus, inaugurada a 17 novembro 1896 pelo vigario padre Francisco de Assis e construida por Manoel Aprigio Rodrigues de Souza e Manoel Pedro Moraes.

Outros logares povoados: Emburanas, Canto do Papagaio, Canto Comprido, Varzea do Rio Grande, Amargôso, Canto das Pedras, Espinheiro, Bôa-Vista, Canto do Curralinho, Bamburral, Saco, Alto do Rodrigues, Alto Alegre, Ponciano, Taboleiro Alto, Canto do Major, Jandoim, Quixába, Várzea Cercada, Curral Velho, S. José, Aguas Novaç, Jerusalém, Mulungú, Canafistula, S. Francisco, Regeitada, Gangôrra, Pedrinhas, Môrro, Ilha de S. Francisco e Ilha de Santana.

PRAIAS: para o norte: Canto do Mangue, Fazenda Velha, Cacimbas, Rosado, Pedra Grande, Melo, (Mel), Melo de Baixo, Môrrinhos, Redonda, Entrada, Upanema e Upaneminha; para o sul: Barra do Amargôso, Vila Nova, Alagamar, Camapum, Barra da Ilha, Costa do Velho José, Paraizo, Barreiras das aguas, Tubarão, Diogo Lopes, Arrombado, Barra Velha, Môrro Vermelho, Barreira de Francisco Martins, Barra do Chipe, (por causa de um barco inglês, *Ship*, aí naufragado, ha anos), Tapióca, Capim-Assú, Minhôto, Ponta de Pedra, Jardim, Óco da Cobra, Amaro, Barra do Fernando, ou Corôa do mar, e

Guamaré, onde divide com o m. de Baixa Verde.

FAZENDAS ou SITIOS: Jardim, Ponta de Pedra, Xico Martins, Mangue Sêco, Ponta dagua, Alegria (entre Barreiras e Amargôso), Emburanas, Pau-Feito, Varjota, Cajarana, Lagôa de baixo, S. Luiz, Ponta da Salina, Miassába, Lagôa Sêca, de fóra, Lagôa Sêca, de dentro, Canto do Melado, S. Pedro, Umbuzeiro e Camoropim.

ILHAS: dos *Patos*, com meia legoa de comprido e cem braças de largura, contestando, ao norte, com o mar e, ao sul, com Diogo Lopes; era propriedade do primitivo enfiteuta, cel. Bento José da Costa

Dos *Tubarões*, tendo uma legoa de comprimento, a começar dos Tócos, até á barra dos Tubarões, contesta com o mar, pelo norte, ao leste, com Mangue Sêco e, ao sul, com Diogo Lopes.

Pontal até *Bicúdas*, com treis legoas e 3/4 de largura, contésta, a leste, com terras de Bicudas, ao sul, com o rio do Cabêlo e, ao norte, com o mar.

Fernando tem um quarto de legoa e 16 braças de largura, confrontando, ao sul, com Guamaré, a leste, com a barra do Cabêlo, ao norte, com Mangue Sêco e, de frente, com o mar.

Pratagí, com oito braças de comprido e trinta de largura, confronta com o rio do Cabêlo, por um lado e, na costa, com o Riacho fundo.

Pontal do rio dos cavalos é uma ponta de terras, de seis legoas, na fazenda «Cacimbas do Viana», fica entre os dois braços do Rio Assú, chamados das Conchas e dos Cavalos e faz fundo na Gambôa do Furado.

RIOS

Rio Assú, que nasce em Conceição do Piancó, Estado da Paraíba, entra no municipio de Caicó, sob o nome de Piranhas, atravessa o Seridó, banha a cidade de Assú e vem desembocar no Atlantico, no municipio de Macau, por treis bocas, denominadas das Conchas, dos Cavalos ou Emburanas e Rio de Macau. E' navegavel até cinco leguas acima de sua embocadura, formando o importante porto de Macau e o do Carão. E' nos terrenos marginaes do Rio Assú que estão situadas as grandes salinas e as opulentas varzeas agricolas, que formam uma das maiores riquezas do Estado.

Rio Salgado, ou Amargôso, que vem de Angicos, onde nasce nos massapês de Santa Rosa, entra neste municipio no logar Aguas Novas, e, com o nome de *Amargoso*, porque passa na fazenda desse nome, vem desembocar no Rio de Macau, pela margem esquerda, na salina «Espinheiro», cêrca de sete (7) kilometros acima da cidade.

Rio Aratoá nasce na barra do Guamaré, tem uma légoa de curso e faz barra no logar Ponta dagoa; divide-se em gambôas: Furadinho, Amaro, Cachimbinho, Emburanas, Dois-braços, da Salina e Euzébia.

Rio Miassába nasce na mesma barra do Guamaré, tem meia legoa de curso, fás as camboas do Xaréu e Segrêdo e termina no logar Ponta da Salina.

Rio Camoropim sáe da barra do Guamaré, tem mais de uma légua de curso, chega á fazenda São Pedro, recebe o riacho do Camoropim e forma as cambôas: Do meio, Maribondinho, Lagoa Grande, Bôca do Malho e da Praia. E' divisa com o municipio de Baixa Verde, desde o meio da barra de Guamaré, até onde en-

contra a estrada de rodagem para a estação experimental de Serra Verde.

Rio dos Galos já é do territorio de Baixa Verde, nasce a leste da barra do Guamaré, daí se originam os rios Pratagi, Furado, Cabelinho e Guamaré Grande, e vae terminar a duas legoas aproximadamente, tendo servido de limites outróra com o municipio de Touros. O Furado não tem cambôas. Pratagi forma as camboas da Baía, de detrás e Emburanas. Cabelinho forma as camboas: de Areia, Bicudas, Duas Irmãs, Taínha, Folhas, Teodózio, Rancho, Gonçalo, Pedrinhas, Funda, Anzolzinho e Baiacú. Guamaré-Grande fás as camboas: Guamarézinho, Tomaz, Tomazinho, U'rcas, Passarinho, Tartaruguinha, do Tinguí, Camorimzinho, Arrombadinho, do Mélo, Porta, Baía, Irmã do Mélo e Corredeira.

RIACHOS: *Camoropim*, que nasce na Serra do Cura, m. de Angicos e desemboca no Rio Camoropim e este, por sua vez, na barra do Guamaré

Emburanas, provindo dos taboleiros do Mangue Sêco, neste municipio, desemboca na Volta da Madeira.

Bobagem nasce nas matas da Gangorra, passa em Bobagem e fás barra no Rio Assú, logar Sáco.

LAGOAS: Do *Saco*, com treis kilometros de extensão, *Estreito*, *Saco de dentro*, todas piscosas e a cujas margens fazem-se boas vasantes; *De baixo*, *Canto da Areia e Salgada*, entre os logares Cajarana e Lagoa de dentro; nos anos invernosos, recebem aguas das chuvas e produzem sal.

SERRAS

Do mangue Seco, que não é cultivada e não tem maniçobáes (Rel. Gov. 1905).

Serrotes: não tem.

RIQUEZA MINERAL

E' conhecido como um dos maiores empórios do sal no Brasil e, talvês no mundo. Desde Gabriel Soares («Tratado, 1587, pag. 16), que achou» «sal feito entre Rio Grande e o Cabo S. Roque», até a carta regia de 7 de setembro de 1808, era já considerado o sal das salinas, que hoje pertencem a Macau. O comercio desse produto atraía ao porto de Macau muitas embarcações nacionaes e extrangeiras, que Francisco Ferreira de Araujo recórda («A Republica», de 12/11/36, pag. 3 da 1.ª seção), entre outras «Comêta», «Larmonia», «Madona» e «Mercêdes», estas licenciadas pelo Ministerio da Fazenda, em 1859.

A «Concessão Roma», de que tanto se fala, nos processos de terrenos de marinha, era um vasto monopolio autorizado pelo decreto imperial n. 10.413 de 26/10/1889 e contrato de 29 do mesmo mez, sobre todos os terrenos salíferos ainda não aforados, nas margens dos rios Mossoró, desde a cidade, até Areia Branca, Assú, desde a cidade até Macau, e Touros até Guamaré, concedido a Antonio Coelho Ribeiro Roma e outro, da praça do Recife, Pernambuco, pelo Ministro da Agricultura, Lourenço de Albuquerque, e, mais tarde, transferido á Companhia de Salínas Mossoró-Assú, que se converteu, ulteriormente, em Pereira Carneiro & C.ª Lda. e Companhia Comercio e Navegação.

Tal concessão, que foi explorada e defendida durante muitos anos, caducou, porem, á falta de cumprimento, por parte dos seus titulares, das obrigações impostas no contrato de 29 de outubro de 1889, de modo que o Governo Federal, por intermedio das Delegacias Fiscaes, dantes, e pelo Serviço Regional do Dominio da

União, agora, já tem reconhecido a posse e a ocupação de terceiros nas terras da «concessão Roma», embora que se não conforme com isso a atual detentora do privilegio.

O dispositivo constitucional, que proibiu o comercio de cabotagem aos barcos extrangeiros (Const. Federal, de 24/2/1891, art. 13, § unico) trouxe como consequencia voltarem-se os capitalistas nacionaes para a produção e comercio do sal. Durante os primeiros anos da Republica, até 1914, o Estado mantinha um contrato para a arrecadação dos impostos de exportação com varias entidades, e, finalmente, com o Sindicato de Salineiros do Rio Grande do Norte, mediante a prestação mensal de 50:000$000, ainda renovado a 10 de agosto de 1912.

O Governador Ferreira Chaves (1914-1919) extingiu o contrato do sal, por decreto n. 5, de 23 de janeiro de 1914, o que foi aprovado pela lei estadual n. 365, de 28 de novembro de 1914, reduzindo, por sua vez, a taxa de 30 réis por kilogramo de sal para a de 10 réis, ou fosse um terço da taxa orçamentaria então vigente.

Sem embárgo das inumeras dificuldades, tal medida reanimou os salineiros, extranhos ao Sindicato, e eles retornaram ás suas atividades na importante industria.

Em 1909, a Companhia Comercio e Navegação produzia 1.500.000 alqueires de 32 litros.

Em 1925, havia 15 salinas, com 612 cristalizadores e uma área total de 1.269,468 metros quadrados. Eram elas: «Julião», «Emburanas», «Valentim», «Trapiche-Furado», «Tertuliano», «Rio Novo», «Taínha», «Sevéro», «Cariélo», «Ferrás», «Damasceno», «São Francisco», «Tetéo», «Espinheiro» e «Mundo Novo», (15). («A Republica», de 9-5-1925).

Em 1936, existiam 22 salinas com uma área

de 2.033.323 metros quadrados, a saber: «Conde», antiga «Julião», Rio Amargôso, «São Pedro», Rio dos Cavalos, «Beatriz», Rio Assú, «Araguassú», Rio das Conchas, «Trapiche», Rio Assú, «Rio Novo», Rio Assù, «Furado», Rio Assú, «Dois Irmãos», antiga Sevéro, Rio Assú, «Santa Inez», hoje «Santa Terezinha», Rio dos Cavalos, «Casqueira», Rio dos Cavalos, «Taínha», Rio Amargôso, «Raminho», Rio Assú, «Cariélo», Rio Amargôso, «Xareu», Rio Conceição, «Tetéo», hoje «Piratiní», Rio Assú, «Rio Branco», Rio dos Cavalos, «Gaúcha», Rio das Conchas, «Assuí», Rio dos Cavalos, «Ferrás», Rio Assú, «Mundo Novo», Rio Amargoso, «Hermeto», Rio dos Cavalos, e «Conchita», Rio das Conchas.

Sob o regimen da livre concurrencia, a produção do sal quase triplicou em 10 anos, pois, em 1925, exportou 48977 toneladas e, em 1933, o fez de 144.279 tons. (Dr. F. de A. G. Menescal, «A Republica», de 12-11-36, pag. 3.ª secção].

Só o Governo Federal arrecadou, de 1.o de janeiro de 1901 a 30 de junho de 1936, a importancia de Rs. 40.851:468$100 de imposto sobre 2.045.465.104 kilos de sal exportados, (Ibidem).

Quem não conhece as ricas salinas de Macau não pode nunca avaliar-lhe a colossal potencialidade economica.

O Porto de Macau é muito frequentado por embarcações de varias procedencias. Em 1935, ali estiveram 562, sendo vapores 103, hiates 51, barcaças 100, cúteres 11, lanchas 44, rebocadores 3 e botes 250. («A Republica». de 12-11-36).

Em 1937, o movimento foi de 492 nacionaes e 1 extrangeiro, («Sinopse Estatistica», n. 3, pag. 13).

RIQUEZA VEGETAL

E' relativamente pequena à vista da riqueza mineral. Cultivam-se, no municipio, algodão,

cereaes, mandioca, etc. Os carnaubaes da margem direita do rio Assú são explorados. Tem uma extensão de 54 kilometros de terras proprias para agricultura de todas as especies, o que poderia tornar o municipio um emporio de produção agricola. Tinha seis descaroçadores de algodão em 1920-21 e exportou 3.105 fardos de algodão com 870.000 kilos, e, em 1921-22, 6.183 fardos com 1.731.404 kilos. Não cultiva a cana de assucar. Possúe matas de carrasco, estendidas paralelamente ao litoral por 42 kilometros, onde ha aroeira, pau darco, pereiro, pau branco, comarú, etc.

RIQUEZA ANIMAL

Ha no municipio cerca de 40 fazendas de criar gados, com mais de 2.000 bovinos, 800 cavalares, 3.000 caprinos e 100 suinos. Tem-se desenvolvido bastante a criação, nestes ultimos annos, havendo já boas propriedades, com especimens de gado raciado, e dando excelentes resultados.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

O Comercio de Macau é feito por aguas, via Atlantico, para o norte e sul do país e do Estado, em barcos de pequena e grande arquiação.

Pelas treis «bocas», ou barras do Rio Assú, e pelo rio Salgado, ou Amargoso, acima, comunica-se com o interior do seu territorio e com o vale do Assú, principalmente pelo porto do Carão, até onde chegam as barcaças na montante das marés.

Na época das *cheias* do inverno, no rio Assú, as embarcações sobem pelo rio e chegam á

cidade de Assú, em cujo «Corrego», fundeiam, junto á cidade, facilitando grandemente o transito de passageiros e cargas. Rio acima, a viagem é de 2 e 3 dias; rio abaixo, é, porém, de 6 horas, no maximo, até Macau, devido á declividade do leito do rio e á correnteza das aguas.

No verão, as comunicações são feitas pela estrada do «Aterro», importante beneficio, iniciado em 1870 (lei n. 617 de 3 de junho) terminado na seca de 1877 pela Comissão de Socorros. Foi reconstruido em 1911, no governo do dr. Alberto Maranhão (1908-1913) sob a administração municipal de Antonio da Silva Antunes Filho (1911-1913).

Outróra, era o carro de boi o único veículo de transporte pezado; os cavalos e outros animaes faziam o tráfego de passageiros até o porto do Carão, e daí, para Macau, pela maré. Hoje em dia, os automoveis e os caminhões cruzam em intenso tráfego comercial por todos os pontos do Estado, inclusive a Capital.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, com o ramal Lages-Macau, ficou prejudicada, desde o governo Epitacio Pessoa, porque os trabalhos de construção paráram e já estão quasi perdidos completamente. Ficou, apenas, o ramal até o povoado Gaspar Lopes, atualmente Epitacio Pessoa, em honra ao Presidente da Republica (1919-1922), que autorizára a conclusão da linha e a inauguração da Estação, de onde nunca mais passou adeante.

Ha uma estrada de automoveis entre Epitacio e Macau, com 52 kilometros, outra entre Baixa Verde e Macau, pela Serra Verde, com 110 kilometros; outra para Lages, com 80 kilometros, e outra para Assú, 79 kils., via Independencia, á varzea. A Estrada de Automoveis Assú-

Logradouro seria a solução do problema de transporte entre os dois municipios.

Distancia de Natal a Macau 173 kilometros; posição: ONO; altitude 5 m. do nivel do mar. Coordenada geografica: Latitude S. 5.o, 05, 40 e longitude W. Gr., 36.o, 39.o, 20». (*Sinopse Estatistica*, n, 3, relativa ao ano de 1928, pag. 8).

FIGURAS SALIENTES

ADMINISTRADORES:

Na Monarquia, não foi possivel obter dados.

Na Republica:

Dr. Antonio da Silva Antunes, (1890).
Eufrasio Alves de Oliveira, (1890).
Dr. Artur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, (1890).
Feliciano Ferreira Telêo.
Francisco Antonio da Silva Coelho, (1896-1898),
Emidio Bezerra da Costa Avelino (1899-1901 e 1902-1904).
Joaquim José Valentim de Almeida, (1905-1907).
Pedro Vicente da Costa, (1908-1910 e 1914-1916).
Antonio da Silva Antunes Filho, (1911-1913).
João Valentim de Almeida, (1917-1919).
Antonio Alves da Silva, (1920-1921).
Josè Gonçalves de Melo, (1921-1922).
Dr. Armando China, (1923-1928, como Presidente da Intendencia, e de 1929-1930, como 1.o Prefeito Municipal).

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO:

Dr. Matias Antonio da Fonseca Morato, 1.o juiz instalador da comarca, (1872-1878).

Dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital, (1878-1886).

Dr. Manoel Barata de Oliveira, (1887-1891).

Dr. Felipe Néri de Brito Guerra, (Organização Cel. Gurgel, 1891, e depois, na organização do dr. Pedro Velho, 1892-1895).

Dr. João Ferreira Domingues Carneiro, (1895-1898).

Dr. Alfredo Vás de Oliveira, (1898-1901).

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, (1904-1908).

Dr. Manoel Xavier da Cunha Montenegro, (1908-1926).

Dr. Fabio Máximo Pacheco Dantas, (1926-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. Antonio da Silva Antunes, (1872-1879).

Dr. Fabio Cabral de Oliveira, (1880-1884).

Dr. Nestor Meira, 1886-1887.

Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque,(1890).

PROMOTORES

Dr. Basilísso da Silva Caldas, (1873).

Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos, (26-4-1875 a 6-1-1878).

Dr. Manoel de Carvalho e Souza, (1878).

Dr. José de Lima.

Dr. Fabio Cabral de Oliveira, (1878-1881).
Dr. Antonio Cezário Ribeiro, (1881).
Dr. José Herculano de Luna Freire.
Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Filho.
Dr. Aprigio Augusto Ferreira Chaves.
Dr. Manoel Xavier da Cunha Montenegro, (1892-1898).
Dr. Artur Heráclio Gomes da Silva, (1898),
Dr. Joaquim Freire Barbosa da Silva, (1903).
Dr. Alcebíades Cabral de Oliveira.
Dr. Adalberto Soares de Araujo Amorim, (1908-1909).
Dr. José Bonifácio Pinheiro da Camara.
Dr. Francisco Menezes de Melo, (1915).
Dr. Joaquim Manoel de Meróes Grilo, (1918).
Dr. Abner de Brito [1920-1921].
Dr. José Francisco Vieira, [1924].
Dr. João Dantas de Azevedo [1925].
Dr. Afonso Saraiva Junior, 1930.

VIGARIOS

1.o Padre João Inácio de Loióla Barros, (1-2-1854 a 30-3-1856).

2.o Felix Alves de Souza [vigario de 26-6-1856 a 8-7-1856, encarregado, de 25-3 a 16-8-1889].

3.o Padre Manoel Jerónimo Cabral [coadjutor de 15-5 a 7-12-1856, vigario de 20-7-1856, vigario de 20-7-1856 a 2 de abril de 1867, coadjutor de 15-5-1867 a 1-11-1868 e de 25-8-a19-11-1874, encarregado de 25-7 a 3-10-1869 e de 25-8-1887 a 25-3-1889.)

4.o Padre Manoel Joaquim de Oliveira Costa, [2-4 a 8-9-1867 e de 13-9-1869 a 22-6-1876.

5.o Padre José Joaquim Fernandes, coadjutor de 13-8-1876 a 17-9-1877.

6.o Padre Elias Barbalho Bezerra, coadjutor de 13-6-1875 a 3-10-1875.

7.o Pe. José Domingues Alvarez [16-5 a 12-7-1887).

8.o Pe. Estevam José Dontas (vigario de 13-10-1885 a 14-5-1887, encarregado de 24-6 a 13-10-1891 e de 26-11-1896 a 25-3-1897).

9.o Padre Francisco de Assis Albuquerque (17-6-1892 a 19-2-1896).

10.o Pe. Vicente Gifone, (12-10-1897 a 20-6-1902).

11.o Padre Irinêu Otávio de Sales e Silva, (6-7- a 17-9-1902).

12.o Joaquim Honorio da Silveira, (15-3-1903 a 26-10-1913).

13.o Pe. Fortunato de Areia Leão, (26-10 1913 a 11-11-1917).

14.o Pe. João Clemente de Moraes Barreto, 11-11-1917 a 18-1-1920).

15.o Pe. Julio Alves Bezerra, 18-1-1920 a 31-12-1921.

16.o Pe. Paulo Heroncio de Melo, 192.-1930.

PROFESSORADO

Francisco José de Melo Guerra, 1843.

Mateus da Rocha Bezerra, 1852.

D. Umbelina Maria Cabral de Macêdo, 1858.

D. Ana Emilia Rosa, 1867.

João Damasceno de Albuquerque 1876.

D. Maria Jovelina Teixeira de Carvalho, 1878.

Antonio Candido Xavier de Brito, 1883-1903.

D. Joana Clementina de Moraes Gomes, 1881-1897 e 1908.

Joaquim Manoel da Silva, 1885.

Manoel Maria da Apresentação, 1892.

D. Maria Irinéa da Costa Pinheiro, 1893.

D. Maria Leopolda de Brito Guerra, 1897.
Manoel José Coimbra, 1905-1906.
D. Patricia Amélia Ferreira Souto, 1908.
D. Ana Bezerra Avelino.
D. Josina E. Emerenciano.

No Grupo Escolar «Duque de Caxias», criado por decreto n. 198, de 26 de fevereiro de 1923 e instalado a 2 de maio do mesmo ano, teem exercido o magisterio:

Professor Joaquim Mavignier de Noronha, instalador, 1923.
Professor Honorio da Costa Farias, 1924-1925.
Professora Ernestina Moura, 1923-1929.
Professora Maria da Conceição Fagundes, 1923-1930.
Professor Abel Furtado de Mendonça e Menezes, 1926-1928.
Professora Celita Guimarães Furtado, 1926-1928.
Professor Acrisio de Menezes Freire, 1928-1930.
Professora Ana Iracema Freire, 1928-1930.

Em Guamaré, foram professores:

João Luiz Peixão.
Nicolau Pereira de Melo, 1843.
Liberato José das Mercês Paraíba, 1858.
José de Borja Caminha Raposo da Camara.
Raimundo Candido Ribeiro.
Luiz da Fonseca e Silva Sobrinho.
Manoel José Pereira Fagundes, 1873.
José Venceslau Emerenciano.
Vicente Vieira de Melo, 1873.
Vicente Ferreira de Brito.

João Batista de Souza Miranda.

Em Alagamar:

D. Maria Madalena da Rocha Soares, 1898.

Em Independencia:

D. Antonia Hermelinda, 1908.
Manoel Lopes das Neves, 1908.

MARTINS

O MUNICIPIO

Demóra o municipio deste nome sobre a serra, outróra chamada de «Campo Grande», no Ocidente do Estado.

Suas primitivas caracteristicas lindeiras eram assim: Ao Norte, o m. de Apodi; a leste, o de Patù, R. G. Norte e Catolé do Rocha, Paraíba; ao sul, o de Souza, Paraíba, e a Oeste, o de Portalegre, R. G. Norte, divisas que, segundo as leis e resoluções provinciaes que as estabeleceram ou alteráram, constavam de uma linha que, limitando os dois municípios de Martins e Catolé do Rocha, coincidia com as divisas dos Estados, tendo estas ficado, após a criação de Patú, parte neste municipio, e, mais tarde, com a criação do de Alexandria, João Pessoa, como fronteiras do Estado vísinho.

Portalegre divide-se, com Martins, ao poente, pela linha que compreendia os logares Cacimba de Cima, Alexandria, antiga Barriguda, Cumbe, Fidalgo, Cascavel, Poço da Pedra, Almas, Melancías, Saco, Bica e Bom Jesus, e o riacho da Forquilha, e por este abaixo, até Viçosa, exclusive, mas, abrangendo os «Picos». Com Apodi, ao norte, a linha divisoria apanhava as fazendas Campos, Cajazeiras, Olho dagua do Borges, Varzea comprida e Flores, continuando pela estrada para a Serra do Lima e atraves-

sando dita Serra, até atingir a linha de limites com Catolé do Rocha.

Eram os limites da freguezia da Serra do Martins constantes da resolução provincial n. 52 de 8 de novembro de 1840. Verdade é que a lei n. 71 de 10 de novembro de 1841, que elevou a povoação á vila de Maioridade, determinou outros limites, alterando os primitivos da freguezia, mas, outra lei n. 119, de 9 de novembro de 1844, mandou restabelecer os limites do municipio pelos da freguezia, segundo aquela resolucão n. 52, no art. 3.o. Outras modificações se verificaram, ulteriormente, com a criação do municipio de Patú, decreto do Governador Pedro Velho, n. 53, de 25 de setembro de 1890, e do municipio de João Pessoa, depois, Alexandria, pelo decreto revolucionario, n. 10, de 7 de novembro de 1930, Governo interino do dr. Irinêo Jofili.

Aquele, o de Patú, fôra desmembrado totalmente de Martins, pelos limites do antigo distrito de pás do Patú, conforme a resolução provincial n. 250, de 3 de março de 1852, respeitadas as divisas da freguezia de N. S. das Dores, Resolução provincial 260 de 3 de abril de 1852. Este ultimo, que é o de Alexandria, hoje, só em parte desmembrado do de Martins, teve novos limites, art. 2.o do decreto n. 10, de 1930, por meio de uma linha que passava a treis kilometros, aproximadamente, das propriedades Rosario, Lagoa, Serrinha do Major, Baixa, Pórcos, Vólta, Xique-Xique, Pilões, Almas e Pocinhos, o que representava a porção do territorio martinense que limitava com o Estado da Paraíba.

Mais tarde, os limites de Patú foram alterados em mais de uma resolução provincial (ns. 219 de 8 de agosto de 1855 e 374 de 4 de agosto de 1858), ficando, então, fixados pela linha que começava no logar «Passagem da Onça», cor-

rendo pelo rio Umari, acima, até á Serrota Alagôa, exclusive; e daí, seguindo pelo caminho do sitio «Retiro» ao povoado Conceição, até entestar com a linha paraíbana.

Tambem os limites com Alexandria sofreram modificações.

Mas, os atuaes limites estão compendiados e estabelecidos para o quinquenio vigente, no anexo n. 2, XXIII, letra a], 1, 2, 3, 4 e 5 do decreto-lei n. 603 de 31/10/38, pela forma seguinte:

Com o municipio de Apodi: Por uma linha reta, a partir da fazenda «Consulta» [antiga Boca da Picada), exclusive, seguindo em direção á fazenda «Carneiro», inclusive.

Com o municipio de Patú: Pelo curso do rio Assú, desde o ponto de encontro, á margem direita da propriedade «Boqueirão», na barra do rio «Cacimba da Vaca», sobre o rio Umari, e, deste ponto, subindo pelo meio do rio Cacimba da Vaca, até á Cachoeira da Pedra, do riacho do Latão, e, daí, ao logar «Gruta», no limite com a Paraíba.

Com o municipio de Alexandria: a começar do logar «Gruta», onde confina com a Paraíba, segue a linha para a Serrinha do Major, inclusive, daí em linha reta, para a fazenda «Xique-Xique», inclusive, e daí, ainda em linha reta, para a fazenda «Pocinhos», á margem direita do rio «Cascavel», inclusive.

Com o municipio de Pau dos Ferros: a partir de Pocinhos, inclusive, segue, em linha reta, para a «Fazenda Velha de Melancia», inclusive; «Ponte da Serra», inclusive, até a fazenda «Impertinencia», inclusive.

Com o municipio de Portalegre: a começar da fazenda «Impertinencia», inclusive, segue o limite para as fazendas «Sapo» e «Bom Jesus»; daí, pelo riacho da Forquilha, abaixo, até o lo-

gar Viçosa, exclusive; daí, a «Picos», inclusive, e daí, em linha reta, até alcançar a fazenda «Consulta» (antiga Bôca da Picada), de onde principiou.

A exploração e aproveitamento do territorio do Martins remonta aos começos do seculo XVIII.

Tem-se como primeiro explorador das terras serranas o capitão Francisco Martins Roriz, de que guarda o nome e que viéra dos sertões do Jaguaribe [Ceará].

Mas, do livro de tombo da Prefeitura do Martins, consta que, a 20 de julho de 1735, Aleixo Ferreira, dizendo-se capitão da Aldeia de São João do Apodi, em petição dirigida ao capitão-mór e governador, alegava que «descobrira um logar conveniente para poder plantar lavouras, na Serra do «Campo Grande», em um riacho, que vem desagoar no rio desta ribeira do Apodi, junto da fazenda «São José», em as nascenças do qual, dentro da dita Serra, ha dois olhos dagua; um em cima, outro mais em baixo, onde tem umas palmeiras e genipapeiros, na dita parte, e queria para si e mais tapuios da mesma aldeia, duas leguas de terra, pegando do olho dagua de cima da Serra, & &. Concedida a terra, foi passada a carta de 21 de julho de 1736, sendo capitão-mór João de Teive Barreto de Menezes e secretario João de Barros Coutinho, datada da aldeia do Apodi.

A 18 de janeiro de 1757, mais de vinte anos depois, no logar «Olho dagua das Palmeiras», estando presente o juiz da vintena, João Correia de Araujo, a requerimento do capitão-mór do Apodi, presentes tambem os tapuios e o seu superior, o reverendo padre mestre frei Fidelis de Partana, empossou-os o dito juiz na data de terra, lavrando-se auto. No dia seguinte, foi o

Juiz dar posse ás ditas pessoas, mas, os oficiaes da diligencia certificaram que não foi possivel fazel-o, em consequencia da oposição dos moradores, que diziam achar-se ausente o capitão Francisco Martins Roriz.

No ano de 1761, o dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco foi fazer a demarcação da «data dos tapuios», e convidou como o mais antigo do logar o sargento-mór Antonio Ribeiro, indicando este como ponto referido na data o logar «Picos», de acordo com o capitão Francisco Martins Roriz, ali presente.

A data concedida a Aleixo Ferreira, da qual não tomou posse, mas, sim os seus sucessores, é hoje o patrimonio municipal, em virtude da lei n. 107, de 20 de setembro de 1844 e conserva o nome de "Picos".

Em uma das quebradas da Serra, duas legoas ao norte, ainda se encontram algumas das palmeiras mencionadas na data requerida em 1735, como consta de uma informação prestada em julho de 1906, pelo dr. Hemeterio Fernandes, juiz de direito do Martins, e registrada na Prefeitura.

Informa o erudito magistrado, dr. João Vicente da Costa, ["A Republica" de 1-7-37, pag. 6-7] que "Francisco Martins Roriz obteve do capitão-mór Francisco Xavier de Miranda Henriques, a 1 de março de 1742, a data de "Telha", na serra, onde faz ponta o dito sitio e vae buscando o 'saco do Passarinho, por uma banda ficando o Rio Umari e pela outra o rio Apodi, compreendendo a lagôa dos Ingás [junto á Capela de N. S. da C.] e o Olho dagua das Tabocas, e limitada ao nascente e norte da Serra do Regente pela lagôa de S. João".

"A data da "Telha" é, pois, a data do Martins, compreendida tambem na Serra de Porta-

legre, ou do Regente, e com porção nesta, se designa Dormentes a data de que foram concessionarios o sargento-mór, Regente da Ribeira, Clemente Gomes de Amorim e seu irmão, Carlos Vidal Borromeu, ambos portuguezes, casado este ultimo com D. Margarida de Freitas" (Traslado dos autos da demarcação mandada proceder pela Relação da Baía, em 18-3-1783).

Ferreira Nobre, (*Breve Noticia*, pag. 62) informa que foi em 1446 a primeira exploração da serra; mas, vê-se no mesmo autor, fls. 63, quando se refere á elevação á vila, que houve erro tipografico naquela primeira data.

As terras pertenciam a Apodi, e depois, a Portalegre.

Fundada aí uma povoação, progrediu rapidamente e, em menos de um seculo, atingiu á condição de cidade.

A lei provincial n. 71, de 10 de novembro de 1841, elevou esse povoado á situação de Vila e municipio de *Maioridade*, em homenagem á lei n. 23 de julho de 1840, que declarára maior e capaz para imperar no Brasil a Pedro II, que então contava apenas 14 anos, 7 mezes e 14 dias, visto que nascêra a 2 de dezembro de 1825.

A Vila e o municipio foram instalados a 27 de fevereiro de 1842, em sessão memoravel, sob a presidencia de Vicente Borges Gurjão, presidente da Camara Municipal de Portalegre, sendo empossados os novos vereadores: Coronel Agostinho Fernandes de Queiroz, presidente, Vicente Praxedes Benevides Pimenta, Manoel Luiz Barreto, Manoel Peixoto Dantas, Manoel Ferreira da Silva Comarú, Zacarias Ferreira da Silva e Clemente Gomes de Amorim.

A mesma lei provincial criára a comarca de Maioridade, com séde na vila e composta dos termos de Maioridade, Apodi e Portalegre. Ins-

talada a 9 de dezembro de 1842, foi seu primeiro juiz o dr. João Valentino Dantas Pinagé, removido de Natal.

Era evidente o desenvolvimento da Serra: seis anos depois, a resolução provincial n. 168, de 30 de outubro de 1847, lida em sessão da Camara Municipal, a 22 de dezembro do mesmo ano, e remetida pelo vice-presidente da Provincia, João Carlos Wanderlei, promoveu a vila de Maioridade á Cidade da Imperatriz, em honra da chegada ao Brasil, da princeza D. Tereza Cristina de Bourbon, oriunda do Reino das Duas Sicilias, que casára, a 4 de novembro de 1843, com D. Pedro II e se tornára Imperatriz do Brasil.

Em vista disso, estabeleceu-se a triplicata dos nomes referentes á Serra: a freguezia da Serra do Martins, resolução 52 de 2 de novembro de 1840, a comarca de Maioridade, lei 71 de 10 de novembro de 1841, e a cidade de Imperatriz, resolução 168 de 30 de outubro de 1847, e que designavam um só e o mesmo logar.

Não obstante a triplice denominação, que perdurou pelo resto do tempo da Monarquia, toda a gente só conhecia a "Serra do Martins", até que, sob a Republica, os decretos n. 12, de 1 de fevereiro de 1890, do governador Adolfo Gordo, e 35, de 7 de julho do mesmo ano, do governador Joaquim Xavier da Silveira Junior, mudaram os nomes divergentes, ficando unificados o municipio, a cidade e a comarca, sob o nome de Martins.

A Serra do Martins méde de leste a Oeste 18 kilometros e de norte a sul 12 kilometros; a extenção territorial do municipio éra de 5.180 kilometros, porque medía, antes dos desmembramentos, 108 kilometros de norte a sul e 48 de leste a oeste. Atualmente, é de 707 kilome-

tros quadrados. (*Sinopse Estatística*, n. 3, pag. 16). O Departamento das Municipalidades calcula em 796 kilom2.

A população era de 12.466 almas, em 1920; em 1937, de 16.452 habitantes. (Idem *Sinopse*, pag. 317. Atualmente é de 18.113, calculadamente, conforme o Departamento das Municipalidades («A Republica», 9-5-41).

Foi festivamente recebida no Martins a proclamação da Republica, 1889, logo a ela aderindo a Camara Municipal, em sessão solene, sob a presidencia do juiz de direito, dr. João Antunes de Alencar, e na qual discursaram o mesmo juiz, dr. Manoel Moreira Dias, Vicente Ferreira da Mota, Pedro Antunes de Alencar, Hermogenes Januario e Demetrio do Rego Lemos, estes, mais tarde, oficiaes do Exercito.

Nomeada pelo governador Adolfo Gordo, foi empossada a 10 de fevereiro de 1890, a primeira Intendencia Municipal, e, mais tarde, a 4 de outubro de 1892, a primeira eleita e composta do coronel Genuino Fernandes de Queiroz, presidente, Antonio Manoel de Oliveira Martins, Vicente Lopes da Costa Junior, Joaquim Francelino de Queiroz, Candido de Albuquerque Barreto, Manoel dos Santos Rosa e Pedro Alves de Lima.

A CIDADE

Da situação primitiva de Francisco Martins Roriz resultou a povoação de 1737, elevada á vila em 1841 e á cidade em 1847, mais depressa que as suas visinhas de Apodi e Portalegre, tal a fama do seu clima salubre e ameno, a beleza da sua topografia e a feracidade das suas terras, inegualaveis nos frutos alimenticios.

Ostenta-se a portentosa cidade serrana a

650 metros acima do nivel do mar, (Roderic Crandall, *Geologia* e *Geografia*, etc. pag. 10) ou 670 metros, para o dr. Souza Brandão, in «Jornal do Comercio», maio de 1931.

Daí se divisam os mais belos panoramas sobre as serras e sertões adjacentes e sobre os vales dos rios que formam a bacía do Rio Apodi.

E' uma cidade de agradavel aspecto, fica assentada em terreno plano, á margem oriental da lagôa do Rosario, «numa superficie quadrada de 55 bilometros». Dr. Souza Brandão, loc. cit.

Havia no perimetro urbano, 13 ruas, 2 praças, 2 travessas e 217 casas, 1922.

Os seus principaes edificios são: a Prefeitura Municipal, cuja construção foi iniciada na administração municipal do Cel. Genuino Fernandes de Queiroz, chefe local e presidente da Intendencia de 1892 a 1908, a Cadeia, o Mercado, o Grupo Escolar «Almino Afonso, construido em 1922, mas, inaugurado em outro predio, a 24 de abril de 1909, pelo diretor geral interino. dr. José Augusto.

Das residencias particulares cumpre destacar o sobrado do dr. Almino Afonso, as casas do Cel. Cristalino Costa, dr. Manoel de Paiva, Major Abel Soares, major Vicente Lopes e D. Ana Martins.

Tem Mêsa de Rendas criada pelo decreto n. 85 de 9 de julho de 1917. A população urbana, em 1920, era de 1.572 habitantes.

A cidade possúe Correios e Telegrafos, estação pluviometrica e outros serviços. Foi séde da delegacia regional da 4.a zona policial do Estado.

Na historia local destacam-se fatos notaveis e dignos de menção.

A revolução de 1817 encontrou aí fervoro-

sos adéptos, o tenente coronel Agostinho Pinto de Queiroz, que tomára parte saliente nos acontecimentos de então, foi prêso e conduzido para a Baía, em cujos cárceres esteve até 1821, quando foi anistiado pelas Côrtes de Lisbôa. Na Confederação do Equador, em 1824, houve combate em territorio do Martins, logar «Toirões», morrendo cerca de 30 pessoas, de parte a parte.

Depois, em 1832, na sublevação do Coronel Joaquim Pinto Madeira, partiu de Martins um batalhão, sob o comando do dito Agostinho, em defeza da ordem constitucional. Porque fugiram dois soldados, Patricio e Felizardo, alistados de ordem do capitão Leandro Francisco Cavalcanti Sucupira, (dr. J. Vicente, *loc. cit.)*, o comandante mandou prendêl-os e sumariamente fuzilal-os, por deserção. Foi, por isso, processado e condenado, mas, a condenação prescreveu, porque nunca foi executada e ele sempre residiu na Serra. Devido a isso, mudou sou velaxo *Pinto* para Fernandes, com o qual ficou mais conhecido nas cronicas locáes.

Martins foi quartel general de lutas politicas ao tempo da Monarquia, quando o dr. Amaro Bezerra, que fôra ali promotor, chefiava o partido liberal: eram os martinenses elementos ponderavis nos fatos politicos de antanho, como fóram, depois, sob a primeira Republica.

A campanha da abolição se fez ali através de uma sociedade presidida pelo dr. Manoel André da Rocha. Compunha-se a comissão da «Libertadora» dos cidadãos Teofilo Orozimbo, Francisco da Costa Oliveira, Giraldo de Souza Lemos, Antonio Augusto de Soúza e Genuino Fernandes de Queiroz, (Boletim n. 2, de 23-1-1888.) A matricula de escravos era de 139, reduzidos a 84, no municipio, e e tantos foram os que se

beneficiaram com a lei aurea de 13 de maio de 1888.

Entre 1890 e 1895, houve em Martins uma sociedade literaria dirigida pelo dr. Manoel Moreira Dias, a qual contribuiu eficazmente para encarreiramento de uma geração de moços martinenses nas letras, no comercio e nas industrias.

O coronel Antonio Gomes de Arruda Barreto, em 1905, transferiu para alí o seu Colegio «7 de Setembro», que fundára em Mossoró em 1900.

O clima de Martins é justamente celebrado pela sua amenidade e salubridade. Alí, teem feito estações de completa cura figuras destacadas de outros Estados. Ele é seco e fresco, suave e diluido, como o da Serra do Doutor. A claridade da luz solar sobre a serra é notavel, dado o tom esmaecido de azul, que ela contém e difunde. Agua é potavel e abundante. E' um verdadeiro oasis na secura do oeste.

A FREGUEZIA

Consta do livro de tombo da Matriz que em 1747, Francisco Martins Roriz, dizendo-se senhor e possuidor de um sitio na Ribeira do Apodi e querendo edificar aí uma capela, sob a invocação de N. S. da Conceição, doou cincoenta braças de terra para o patrimonio, passando-se escritura publica.

No ano seguinte, Martins dirigiu-se ao visitador Manoel Machado Freire, então no Piancó, declarando ser morador na serra da Conceição, freguezia do Assú, e possuindo nela treis leguas de terras, das quaes doára 50 braças em quadra para patrimonio de uma capela que pretendia erigir, solicitava licença para a ereção da dita capela. A licença foi concedida pelo Bispo de

Olinda, D. Frei Luiz da Santa Tereza, por provisão de 24 de abril de 1748. Mas, o patrimonio só foi julgado, quatro anno depois, a 26 de abril de 1752, pelo visitador Frei José de Jesus Maria, e aí já se fala na capela dirigida pelo capitão Martins Roriz, na Serra do Apodi. Por provisão do mesmo visitador, de 27 de abril de 1752, na aldeia do Apodi, foi dada a licença para a benção da Capela, o que se realizou no dia 28 do mesmo mez, oficiando o padre José de Aranda, vigario da vára e cura do Assú, o qual certificou ter feito a benção da Capela de N. S. da Conceição da «Serra do Martins».

O patrimonio foi depois aumentado com as novas doações do proprio Roriz e sua mulher, a 7 de agosto de 1777, do general Francisco de Souza Falcão e sua mulher a 26 de agosto de 1879 e de João de Souza Falcão e sua mulher, a 26 de setembro de 1825, sendo, esta, porém, já para a edificação da Nova Egreja.

A capela primitiva era pertencente á freguezia de Pau dos Ferros.

Em 1815, o capitão José Antonio de Lemos, em petição ao Bispo de Olinda, declarava, na qualidade de administrador do patrimonio, que havia uma pequena capela em principio de ruina e sem cómodo para o grande numero de moradores, pelo que pedia licença para a benção da primeira pedra de uma nova Egreja, que pretendia erigir, a qual lhe foi concedida por provisão de 22 de outubro de 1815, assinada por D. Frei Antonio de São José Bento. Esta é atual Egreja, que tem categoria de Matriz, desde a resolução provincial n. 52, de 3 de novembro de 1842, sob a invocação de N. S. da Serra do Martins.

Mais tarde, houve mudança do orágo para Santana da cidade de Imperatriz.

A Egreja Matriz tem as seguintes dimensões: 37,50 metros de comprimento por 28,50 de largura, externamente; e 20,50 metros de extensão por 7,90 de largura, na nave. Tem duas torres elegantes e em frente um cruzeiro.

Ha confrarias do Coração de Jesus (1900) de São Vicente de Paulo (1901).

Suas capelas filiaes são as de Divinopolis, Bôa Esperança e Lucrecia, as duas primeiras inauguradas pelo vigario Abdon Melibeu, em 1902 e 1903, segundo informação do dr. João Vicente (loc. cit.)

VILAS E POVOAÇÕES

Divinópolis, antigo *Gavião*, proximo ao riacho do Gavião, e a quatro leguas da cidade, no sertão, é um nucleo importante de habitantes e fica na estrada geral que desce da Paraiba para Mossoró. A área do distrito é de 254 kilm2.

E' vila e séde do distrito administrativo e judiciario de Divinópolis, em vista do decreto-lei n. 603 de 31/10/38, instalado a 1.o de janeiro de 1939.

A mudança do primitivo nome foi sugerida pelo monsenhor Joaquim Honorio da Silveira, quando da visita pastoral de D. José Pereira Alves, 1925, tendo sido objeto da resolução municipal de 6 de setembro de 1925.

Em 1922, tinha 364 habitantes e 96 casas, hoje, está muito mais desenvolvida. Tem Escolas Reunidas, desde 1935, e possuia escolas rudimentares, muito bem frequentadas, desde o decreto 163 de 17 de janeiro de 1922.

A Capela do Sagrado Coração de Jesus foi construida em 1902, sob o paroquiato do padre Abdon Odilon Melibeu Lima.

Bôa Esparança, vila e séde do distrito ad-

ministrativo e judiciario do mesmo nome, por força do decreto-lei 603 de 31/10/38, e instalada a 1.º de janeiro seguinte, no dia do Municipio, é tambem um núcleo avultado de população, situado ao pé da Serra do Martins. Tem escolas isoladas. Sua área territorial é de 363 kilometros quadrados.

A Capela local é da invocação de Santo Antonio.

Constava em 1920 de 81 casas com 387 habitantes. Fica a treis leguas da cidade.

Lucrecia, novo e importante povoado ao pé do Açude *Lucrecia,* construido pelo Governo Federal, durante a sêca de 1932. Possúe 70 casas, uma Capela e um galpão destinada ás feiras somanaes. E' logar de muito futuro.

Vasto Horisonte, o mais novo aflorado social do Martins.

Logares, engenhos, fazendas e sítios: "Jurema", "Gruta", "Umarizeiro", "Salva-vida", "Pé de Serra", "Pintada", "Timbaubinha", "Campos", "Gruta", (Diversas), "Lagoa Nova", "Olho dagua", "Rosario", com engenhos que produzem mais de 10.000 rapaduras, por ano. "Pau darco", "Pico Branco", "Urú", "Pinhão", "Melancía", "Venéza", "XIQUE-XIQUE", "Cascavel", "Balisa", "Currães Velhos", "Outeiro", "Olho dagua", "Lagôa do Mato" e "Milona". Os sitios de fruteiras ficam na chapada da Serra e foram fundados pelos antigos moradores, que ali introduziram e desenvolveram muitas especies frutiferas.

RIACHOS

O municipio de Martins não tem rios propriamente ditos.

Os principaes riachos são:

Gavião, que nasce na serra do mesmo nome, é afluente do rio Umari, banha a vila de Divinopolis, dá boas vasantes.

Mineiro, que vem da Sérrinha da Alagôa, passa a treis leguas da cidade e faz barra no rio Umari.

Boqueirão, com o nome de Umari, nos municipios de Apodi e Caraúbas, nasce na Agua branca, Serra de João Dias, passa a treis leguas da cidade e entra naqueles municipios.

Pico dos Carros nasce na Serra dos Picos e desemboca no rio Umari.

Forquilha, que serve de limites entre Martins e Portalegre, dá boas vasantes e é tributario do rio Umari.

Bica, *Morcêgo*, *Comissario*, *Xique-Xique*,

Viçósa, que tem suas nacenças na Serra deste nome (Portalegre), passa a treis legoas do Martins e é tributario de

Corredôr, onde se acha construido o açude deste nome, construido pelo Governo Federal, em 1914, com capacidade para 4.092.800 metros cubicos.

Carnaubinha banha a vila de Boa Esperança e faz barra no Apodi.

Pintada, vindo da Serra Pintada e da Lagôa. Todos são da bacia do' Apodi.

LAGOAS

Existem as seguintes lagôas, no municipio:

Do Rosario com 200 braças de comprimento por 200 de largura. Fica ao norte da cidade e dentro do perimetro urbano. Não é piscosa, mas, serve para vasantes. E' permanente, pois, não séca no verão.

Nova, ao poente, sobre a Serra, a uma legoa da cidade, tem 100 metros por 50 de perimetro; não é piscosa, nem séca.

Picos, no sertão do municipio, a 3 legoas ao sul, tem 100 metros por 40; não tem peixes, nas, séca no estio.

Pinhão, a 5 legoas ao sul, no sertão, sem peixe e séca, no verão.

Urú, no sertão, a 4 legoas, ao sul, tem 100 metros por 50: é só do inverno.

Carneiro, 6 legoas, a leste, no sertão, tem 250 por 200 metros. Séca.

Lagoa, na serra deste nome, ao sul, tem 100 metros: séca tambem.

Lagoa grande, 6 legoas ao sul, 400 metros por 300, é perene.

SERRAS e SERROTES

A *do Martins*, com 4 legoas de extensão por 3 de largura, e 464 de altura (S. Corrêa), ou 650 (R. Crandall), acima do nivel do mar. Temperatura no verão de 16 a 25 graus centigrados. Clima salubre e admiravel. Aí fica a cidade do Martins, séde do municipio. Terrenos agricolas e sitios de fruteiras em grande numero. O seu acesso se faz pelas ladeiras a saber; Das *Vertentes*, com estrada de automovel, construida pelo Governo Federal, em 1921, rampa de 8%, ao sul, ligando-se, via Pau dos Ferros, aos sertões do Rio do Peixe, (Paraíba) ao norte, a das *Trincheiras*, de comercio para Mossoró; *Pimenta*, hoje Rodovia "13 de maio" que segue para Patú; a da *Serra Nova*, que vae para Apodi e Portalegre e a do *Saco*, que se dirige a Pau dos Ferros. Na ladeira do "Pimenta", o benemerito martinense, coronel Demetrio do Rego Lemos, oficial do Exercito, em 1932, fez construir, á sua custa exclusiva, a Rodovia "13 de maio", que tem todos os requisitos tecnicos para o acesso á Serra e á Cidade do Martins,

Lagoa, com treis légoas de extensão por treis de largura e 250 metros de altura.

Jurema, com treis legoas de extensão, uma de largura e 100 de altura.

Os *Serrotes* mais importantes são:

«*Pintado*», com uma legoa de extensão, meia legoa de largura e 150 metros de altura.

«*Torto*», com treis légoas de extensão, duas de largura e 200 metros de altura.

«*Macapá*», tendo uma legoa de extensão, meia de largura e 200 mets. de altura.

Serróta, com duas légoas de comprido, meia de largura e 150 mts. de altura.

Taboleiro da Areia, *Morcêgo*, *Böa Esperança*, *Picos*, *Maniçóba* e outros menores completam o relêvo do sólo martinense.

São todas as serras e serrótes cultivaveis e férteis para cereáes, café, cana de assucar, algodão, etc.

AÇUDES

Existem os seguintes: Açudes Publicos;

Lucrecia, construido na sêca de 1932-1933, pela I. F. O. C. S., sob a direção do Sr. Mario Coriolano. Tem capacidade para 30.000.000 metros cubicos dagua. A bacía hidraulica é formada pelo rio Mineiro e riacho Pé de Serra do Geraldo. Fica-lhe ao pè o povoado do mesmo nome, oriundo das barrácas e instalações para o pessoal da construção, onde se empregaram cerca de 2.500 homens.

Umarizeiro, que fica numa das depressões da Serra, a 800 metros da cidade, foi construido em 1808, mais ou menos, com 200 metros de extensão por 150 de largura. É a fonte dagua potavel para a cidade. Resiste ás sêcas.

Çorredôr, construido pelo Governo Federal, em 1888, fica no sertão, ao sul da cidade. Dirigiu-lhe a construção a comissão de Socórros Públicos, na Sêca daquele ano. Nos anos de 1913 a 1915, a I. F. O. C. S. aumentou para 5.000,000 metros a sua bacía

São particulares:

Jurêma, com 800 metros de extensão por 300 de largura, dura treis anos sem secar.

Salvavída de 200 metros por 100, para um ano de duração.

Gavião, junto á vila de Divinopolis, antiga Gavião.

Campos, com 250 metros por 150 e dura de um ano.

Catolé, *Milóna*, com 300 metros por 250, dura dois anos. *Mundo Novo*, *Lagoa do Mato*, *Castelo*, *Lages*, *Timbaubinha*, para treis anos, com 700 metros por 200; *Pintado*, de 250 metros por 200, para um ano; *Pinhão*, com 200 por 150 metros: *Veneza*, de 200 por 150 metros de dimensões para um ano de sêca. *Comissario*, com 200 por 150 de perimetro e um ano de estiagem; *Corocô*, de 150 metros por 100, é só de um ano de verão: *Boa Esperança*, com 150 por 100 metros e para um ano de sêca; *Agua branca*, de 150 por 100 metros, dura só um ano; *Pé de Serra*, de 150 por 100, para um ano; *Varzinha*, com 200 por 150 metros e para um ano; etc.

RIQUEZA MINERAL

Não são conhecidas nem exploradas quaesquer jazídas mineraes da Serra.

RIQUEZA VEGETAL

E' bem acentuada a produção agricola da Serra do Martins: cereaes, algodão, frutas, borracha e maniçoba, cana de assucar, aguardente, rapaduras, para consumo e exportação. Calculava-se, em 1922, de 500.000$000 o valor da exportação anual, Possuía 13 descaroçadores, em 1922; na safra de 1929-21, exportou 1.648 fardos de algodão de 70 kilos, com 393.00 kilos; e na de

1921-22, 8.059 fardos com 1.955.750 kilos. Grande tambem é a produção de rapaduras, aguardente e outros derivados da cana de assucar, de que, em 1922, havia, cerca de 100 engenhos, de força motriz a vapor e de animaes. Fm 1895, ensaiou-se a cultura do café na Serra do Martins, nos sitios de Cel. Cristalino Costa, Cristalino Fernandes, Melquizedech Martins e outros.

Ha na serra madeiras de construção, como sejam: cédro, pau darco, aroeira, angico, freijó, carnaúba, comarú, e outros, Plantas *medicinaes*, como: Balsamo. Outras especies: jurema, catíngueira, mororó marmeleiro e emburana, e as *frutíferas*: cajueiro, mangueira, catolezeiros, goiabeira, larangeira, pinheira, jaqueira, etc. Entre as especies vegetaes, merece especial referencia, a *arvore da chuva*, da qual cáem constantemente, ao sól do estío, pequenas bagas dagua, que são produzidas por um inseto especifico instalado na sua opulenta folhagem.

RIQUEZA ANIMAL

O municipio tem muita criação de gado bovino, com cerca de 16.000 bovinos, caprinos, ovinos, suinos e cavalares, mas, não ha dados positivos sobre a estimativa de destas outras especies. Nas sêcas, é muito grande o prejuizo, que, em media, atinge a 50% dos rebanhos. Na de 1915, foi de 90% o prejuizo verificado. Exporta-se péles, couros e artefatos de couro.

A fauna silvestre é composta de tamanduás, rapôsas, tatús, gatos, veados, onça vermelha, tejuassús, mocós, caitetús, e preás; *aves*: ema, siriema, pato, marreca, socó, gavião, garça, papagaio e periquito; *canoras*: graúna, canario, pintasilgo, galo de campina e outros.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

As estradas de carros, que, pelas ladeiras das "Vertentes" e "Pimenta", hoje Rodovia "13 de maio", demandam a cidade no alto da Serra, servem ao comercio local e aos viajantes e turistas. Outras estradas, pelas ladeiras não trabalhadas, são de dificil acesso, especialmente na da *Forquilha*, que liga a Portalegre.

A Estrada de Ferro de Mossoró córta o territorio deste municipio e tem estações em Mombaça e Bôa Esperança, esta a 21 kilms. de Mariins. Daí, a Souza, na Paraíba, serão 83.004 metros. Ela vem de Almino Afonso e segue para Alexandria.

CURIOSIDADE NATURAL

A famosa "Gruta da Trincheira" é o maior interesse turistico do sólo martinense.

Consta a "casa de pedra" de volumosa móle de granito aflorada ao pé da ladeira das Trincheiras, tendo no seu bôjo uma espaçosa sala, onde se podem alojar 500 pessôas e se encontra a fonte cristalina que jorra perene formando estalactites e estalagmites. Ali, reunem-se muitas pessoas, em festas e convescótes, vindas de varias procedencias.

Henrique Castriciano já celebrizou a fonte da Gruta, em versos límpidos e sonóros, que toda a gente sabe de cór e se acham gravados na pedra da Gruta.

FIGURAS SALIENTES

Tem este municipio notaveis filhos que merecem especial referencia.

Entre os revolucionarios martires de 1817, o coronel Agostinho Pinto de Queiroz, depois,

Agostinho Fernandes de Queiroz 1789-1866 varão de nobres virtudes privadas e cívicas, tronco de numerosa e ilustre familia, sofreu prisão nos cárceres da Baía, como implicado no movimento de 1817.

Alferes José de Sá Cavalcanti,

Capitão-mór Antonio Ferreira Cavalcanti,

Pe. Gonçalo Borges de Andrade, capelão, e Davi Leopoldo Targini Garôcho, que foram tambem processados e presos em razão desse malogrado movimento.

Dr. Miguel Tinôco, (1866-1906).

Conego Pedro José de Queiroz e Sá.

Conego João Crisóstomo de Oliveira Torres.

Conego Joaquim Manoel de Oliveira Martins.

Padre Antonio Dias da Cunha.

Padre Clementino José Fernandes.

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO

Na Monarquia:

Dr. João Valentino Dantas Pinangé, (1842-1848).

Dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, (1852-1858).

Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, (1859-1861).

Dr. Antonio Manoel de Aragão e Melo, (1861-1862).

Dr. Jesuino de Souza Martins, (1862-1875).

Dr. José Alexandre de Amorim Garcia, (1875-1876).

Dr. João Diniz Ribeiro da Cunha, (1876).

Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho.

Dr. João Antunes de Alencar, (1883-1890).

Na Republica:

Dr. Joaquim Felicio Pinto de Almeida Castro, (Org. Gurgel, 1891).
Dr. Manoel Moreira Dias, (1892-1897).
Dr. Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, (1898-1907).
Dr. Antonio Soares de Araujo, (1907-1909).
Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1909-1918).
Dr. Antonio de Oliveira, (1918-1919).
Dr. Silverio Soares de Souza (1918-1928)
Dr. Pelópidas Fernandes de Oliveira (1928-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. João Nepomuceno Xavier de Mendonça. (1845).
Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. (1850).
Dr. Manoel Antonio de Oliveira. (1852).
Dr. Francisco Luiz Correia de Andrade. (1861).
Dr. Feliciano Henrique Hardman. (1867. 1870).
Dr. Jeronimo Americo Raposo da Camara (1871).
Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque (1873-1882).
Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1886-1892).

PROMOTORES PUBLICOS:

Dr. Braz Carrilho do Rego Barros, (1849].
Dr. Lodolfo Herculano Marinho Falcão (1854).

Dr. Manoel Hemeterio Raposo de Melo (1861-1865).

Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque, (1867).

Dr. Reinaldo Gomes de Oliveira, (1868).

Dr. Manoel de Paiva Cavalcanti, (1869).

Dr. Manoel Rodrigues da Cunha Viana (1869-1870].

Dr. Ulisses de Barros Vanderlei de Mendonça, (1871-1878).

Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, (1874-1878).

Dr. José Antonio Moreira Dias, (1881-1882).

Dr. Alcebiades Drácon de Albuquerque Lima, (1882-1883).

Dr. Manoel André da Rocha, (1883).

Dr. Sergio Lins Meira de Vasconcelos, (1885).

Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1885-1886).

Dr. Manoel Moreira Dias, (1888-1890).

Dr. Joaquim Bernardo Falcão Filho, (1892).

Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, (1894-1916).

Dr. Francisco Fernandes Sobral, (1916-1919).

Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, (1924).

Dr. João Sergio Maia.

ADMINISTRADORES

Agostinho Pinto de Queiroz (1842-1845).

Domingos Velho Barreto Junior (1846-1849).

Mateus Xavier da Fonseca, (1849-1852).

Manoel Luiz Barreto, (1853-1857).

Manoel da Costa Melo, (1857-1861).

Joaquim Xavier da Fonseca, (1861-1865).

Francisco Emiliano Pereira, (1865-1869, 1869-1873).

Dr. Miléno de Torres Bandeira, (1873). Foi dissolvida a Camara Municipal.

Francisco Alves de Oliveira Maia, (1873-1877).
Cosme Damião Barbosa Tinôco, (1877-1881).
Antonio Manoel Ferreira Maia. (1881-1883).
Joaquim Ferreira Santiago (1883-1887).
Antonio Augusto de Sousa. (1887-1889).

SOB A REPUBLICA;

Manoel de Souza Pereira, (1890).
Giraldo de Souza Lemos, (1890-1891, 1911-1913).
Joaquim Ignacio de Carvalho, 1891, 1908-1910).
Noé Jeronimo Soares, (1898).
Coronel Genuino Fernandes de Queiroz, (1896-1898, 1902-1904, 1905-1908).
Pedro Regalado de Medeiros Lins, (1914-1919).
Adelino Fernandes dos Santos, (1920-1922).
Emidio Fernandes de Carvalho, (1923-1928).
José Elinas dos Santos (1928-1930) (Prefeito).

VIGARIOS

Pe. Gonçalo Borges de Andrade (capelão).
Conego Pedro José de Queiroz e Sá, (1841).
Pe. Antonio de Souza Martins, (1º vigario colado, 1840-1877).
Pe. Anisio de Torres Bandeira.
Pe. Isidro Alvares da Silva (capelão de Barriguda, hoje Alexandria).
Pe. Estolano Xavier Bezerra (Coadjutor, (1850).
Pe. José Modesto Pereira de Brito.
Pe. Vicente Gifoni, (1888-1890).
Pe. Nazario de Souza Rolim.
Pe. Tertuliano Fernandes de Queiroz.

Pe. Abdon Odilon Melibeu Lima.
Pe. Leoncio Fernandes da Costa.
Pe. Luiz Adolfo de Paula, (1914-1915)
Pe. Lucio Gambarra.
Pe. Mizael de Carvalho e Silva (1915-1917).
Pe. José Neves de Sá.
Pe. Elesbão Gurgel de Oliveira.
Pe. José Soares de Albuquerque.
Pe. Aarão de Andrade.
Pe. Carlos Theisen, (R. S. F).

PROFESSORADO

Secundario :

Francisco Emiliano Pereira (1843).
Cosme Damião Barbosa Tinôco (1876).

Primario :

Francisco de Paula Furtado, 1· professor publico, abriu a aula a 4 de maio de 1835.
Joaquim Xavier da Cunha, (1843-1867),
D. Maria José da Conceição (1850).
Francisco Alves de Oliveira Maia, (1856-1865).
D. Inacia Maria do Sacramento, (1858).
D. Alexandrina Xavier da Silveira, (1865).
João Onofre Pinheiro de Andrade, (1869-1893).
Elias Antonio Ferreira Souto, (1870-1873),
Teófilo Orozimbo da Cunha Souto Maior, (1873-1893).
D. Josefa Bezerra Cavalcanti Lôbo, (1873-1896).
D. Ester de Brito Pinto, (1896-1908).
Adrião Ferreira de Melo, (1886-1908).
D. Izabel Alexandrina Soares, (1867-1891).
Leonidas Monteiro de Araujo.

No Grupo Escolar "Almino Afonso", criado pelo decreto estadual do Governador Alberto Maranhão, n'. 196 de 21 de abril de 1909 e inaugurado a 24 do mesmo mez e ano, teem regido as respetivas cadeiras :

Dr. Joaquim Inacio de Carvalho Filho, (1909).

D. Izabel Alexandrina Soares, (1909-1914).

D. Ester de Brito Pinto, (1909-1913).

Professor Luiz Correia Soares de Araujo, (1911).

Professora Alice Graziela de Paula, (1915-1916).

Professor Abel Furtado de Mendonça e Menezes, (1917-1919).

Professora Celia Guimarães Furtado, (1917-1919).

Professora Amalia Camara de França, (1919-1923).

Manoel Jacome de Lima, (1919-1930).

Professora Guiomar Fernandes de Oliveira, (1923-1928).

Professora Abigail Fernandes de Oliveira, (1923-1930).

Professor Antonio Estevam da Silva, (1928-1930).

Professora Edilzeta de Ataíde Melo, (1928-1929).

Professora Clotilde Guedes de Macêdo, (1929-1930).

MOSSORO

O Municipio

O mais importante centro comercial e industrial do Estado, no interior, está limitado ao norte, com o municipio de Areia Branca, a leste, com os municipios de Assú e Augusto Severo, ao sul, com os de Caraúbas e Apodí, e a oeste, com os de Limoeiro e União (Ceará).

A superficie territorial era de 1.720 kilometros quadrados, calculados sobre 40 kilms. de comprimento, norte-sul, e 43 de largura, leste-oeste, e contados desde a Gambôa da Serra Vermelha á chapada do Apodí e desde o Boi-morto ao Poço Verde, no Chafariz.

Segundo a "Sinopse Estatística", 1938, (pag. 31) a área territorial do municipio é de 4.279 kilms. 2; e pela publicação do Departamento das Municipalidades, ("A Republica", de 19/5/41), é de 3.627 kilms.2. O que quer dizer que ainda não está fixada, ao certo, a superficie territorial de Mossoró.

Informava Bento Praxedes, um curioso investigador dos fatos geograficos, que "o municipio de Mossoró media 15 legoas de comprido por 12 de largura, contadas aquelas desde a Gambôa da Salina erra Vermelha, que fica á margem direita do rio Mossoró e do paredão de barro

que fica á margem esquerda e divide a Salina "Remanso", dos herdeiros de A. Souza Nogueira, para Mossoró, e a salina "Grossos", ou "Caénga", de Miguel Faustino do Monte, para Areia Branca, limites dos dois municipios; e daí, até o logar "Bonito", légoa e meia acíma de São Sebastião, extrema com Apodí. As 12 legoas de largura seriam medidas do Poço Verde, no Xafariz, para Augusto Severo, ex-Campo Grande, e Sitio do Meio, limites de Mossoró, com A. Severo e Assú, até á Serra Mossoró, extremas de Aracatí e União, (Ceará)"—1915.

Na data da sua criação, este municipio ficára assim circunscrito:

"O Oceano, ao Norte, começando da costa, isto é, do Môrro do Tibau, segue, em linha reta até á fazenda Pau de Tapuio, inclusive, sobre a cordilheira do Apodí; ao sul, uma linha que tocando o rio Apodí, no logar *Poço Feio*, inclusive, seguirá por ele acima, partindo ao meio o seu leito até á Barra da Arára, onde o deixará, e seguirá atravessando a *catinga* e compreendendo os sitios de Gonçalo Soares e Manoel de Freitas a passar o rio Upanema (m. do Assú), entre as fazendas Chafariz e o sitio Poço Verde, e seguindo pela estrada nova até encontrar a data do Palheiro; pelo nascente, a linha divisoria começa do ultimo ponto da *catinga*, abaixo, passa entre os sitios Asilo e Trapiá, até o logar Boqueirão, inclusive, na costa do mar. "(Resolução Provincial n. 246, de 15 de março de 1852)".

Mas, a criação do municipio de Areia Branca, (Decreto n. 10, de 16 de fevereiro de 1892, da Junta Governativa, desmembrado exclusivamente de Mossoró e com os limites do antigo distrito de pás, (lei 656 de 5/12/1872, restaurado pelo decreto n. 79, de 22 de novembro de 1890)

determinou que os limites da nova vila, pelo nascente, ficassem desde Upanema, Redonda e Mel, até os confins do Assú: pelo poente, Grossos até Matos Altos, seguindo pela cordilheira do Apodí até o Môrro do Tibau, e os logares Córrego, Areias Alvas até á praia do Tibau.

Presentemente, o decreto-lei estadual n. 603, de 31/10/38 fixou os limites deste municipio, pela forma que segue: (Anexo n. 2, n. 28, letra a, ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6):

1—"Com o município de Areia Branca: A partir dos Matos Altos (na projeção da linha que vem da Chapada do Apodí á Serra Danta de Dentro e, daí, ao Môrro do Tibau) segue, a linha divisoria por dentro da mata que separa Carro-Quebrado e Grossos, para Areia Branca, de Boi Morto e suas salinas, para Mosoró; daí á ponta do Maranhão, e, desta, em rumo reto, ao paredão que divide "Caenga", para Areia Branca, de "Remanso", para Mossoró; daí, á Gambôa do Canto, pelo lado de baixo, e até á margem esquerda do Rio Mossoró; daí, pelo curso do rio Mossoró, desde a Gambôa do Canto, seguindo pela margem direita do mesmo rio, até á Gambôa da Salina "Serra Vermelha" e, continuando pela mesma Gambôa, passa no Poço Baixa da Gruta, e daí, por uma linha reta, á Serra do Carmo, no ponto de encontro dos limites com o municipio de Assú;

2—Com o municipio de Assú: Por uma linha reta a principiar na Serra do Carmo, no ponto onde confina com o municipio de Areia Branca, seguindo em rumo sul, pela catinga, até á data do Palheiro, exclusive, e, daí em direção ao sitio Trapiá, exclusive;

3—Com o municipio de Augusto Severo: Desde o sitio Trapiá, exclusive, segue a linha em direção leste-oeste, passa entre as fazendas

"Chafariz", inclusive, e "Poço Verde", exclusive, atravessa o rio Upanema, entra na catinga, passa entre as fazendas Sorocába e Sombras Grandes, até ás divisas do sitio Baixa Grande;

4—Com o municipio de Caraúbas: A começar da data de Baixa Grande, exclusive, e do marco respectivo, segue a linha, em rumo leste-oeste, á Estrada de Ferro de Mossoró, no quilometro 12, a contar da vila de São Sebastião; daí, á barra do Riacho do Meio, ou Sitio, sobre o rio do Livramento;

5—Com o municipio de Apodí: A partir da barra do Riacho do Meio, ou Sitio, sobre o rio do Livramento, segue a linha, em direção ao Poço Feio, no rio Apodí; daí, pelas extremas do sitio "Pau do Tapuio", de cima, exclusive, corta a linha telegrafica de Mossoró a Apodí, e, daí, segue rumo oeste, até á Chapada do Apodí, no divisor das aguas com o Estado do Ceará;

6—Com os municipios de Limoeiro e União (Estado do Ceará): A começar do ponto em que na Chapada do Apodí, chega a linha divisoria de Mossoró com Apodí, segue pelo divisor das aguas da dita Chapada, até á Serra Danta de Dentro, e, daí, por uma linha reta, até o logar Matos Altos, de onde principiou".

Em relação ás primeiras explorações e á colonização das terras, que hoje formam o municipio de Mossoró, registram as cronicas e os documentos algumas referencias, assás interessantes.

Ferreira Nobre afirma que, em 1633, verificaram-se as primeiras explorações, mas, em 1634, alguns tapuios, de volta de Outeiro da Cruz (Maranhão), onde tinham estado em combate, entraram nas salinas de Mossoró e degolaram os trabalhadores, que ali se achavam". (*Breve Noticia*, pag. 75).

Por sua vez, informa o Dr. Felisbelo Freire (*Rev. do Instituto*, vol. 4°, p. 31) que "ao tempo do dominio holandez (1641) ao salinas de Upanema (Iwypanim) foram visitadas e examinadas, pela costa ulterior do Ceará, pelo holandez Gedeon Morritz, que, em relatorio ao Supremo Conselho, dizia das suas capacidades e vantagens".

Logo depois da pacificação, na luta holandeza, ha noticia de colonização na Ribeira de Mossoró.

Mais tarde, por ocasião do levante geral dos indios da Capitania, consta que eles se foram aprovisionar de sal nas salinas de Mossoró. (1686).

Porém, as concessões de datas e sesmarias denominadas *Estrada, Freire e Amaro*, pela costa acima, só foram feitas no seculo 18°.

Assim, a 26 de setembro de 1701, o capitão-general de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, concedia ao Convento do Carmo as terras que "nunca foram povoadas", no rio *Upaneminha*, com treis legoas de extensão.

Sebastião Nunes Colares, capitão-mór do Rio Grande, concedeu, a 5 de junho de 1708, ao coronel Gonçalo da Costa Faleiro, uma data de sesmaria, com treis legoas de comprido por uma de largura, a "começar no môrro do Tibáu, pela costa do mar, para o lado do sul".

Por seu lado, Estevam Velho de Moura obteve do capitão-general de Pernambuco, em 1710, uma data de terras de treis legoas de comprido por meia para cada lado do rio *Monxoró*, a começar do morro visinho ao dito rio, á vista da lagôa *Graxarí*.

A data da *Passagem do Pedro*, (São Sebastião) á margem direita do rio Mossoró, foi concedida a um tal Pinto, da Paraíba do Norte.

As terras do Estreito e Umarí, segundo a tradição, pertenceram, a principio, a Crispim Ferreira. As da Ilha de Dentro, Ilha de Baixo e parte do Sitio "Góes" foram dos Souza Rocha. (1)

O sitio do Góes, ou "Alagôa do Góes", pertenceu a Baltazar Gonçalves dos Reis, morador em *Cajuaes*, Ribeira do Jaguaribe, Ceará, que o houve, por herança de seu tio Jeronimo da Silva e este, por compra, a Baltazar da Rocha Bezerra, que, por sua vez, o adquiríra de seu sogro Teodosio da Rocha, ou de seu tio Antonio Vaz Gondim, 1° capitão-mor após a restauração (1656-1660). Obteve a sesmaria do "Sitio do Góes" pelo capitão-mór Joaquim Felix de Lima, 20/6/1763. (Livro 5° das Sesmarias do Instituto Historico, pag. 455).

Terras, que confinavam com a "Data do Carmo", foram dadas ao coronel Joaquim José

---

(1) Alexandre de Souza Rocha e sua mulher D. Leocadia Barbosa de Vasconcelos eram naturaes de Goiana, Pernambuco, de onde vieram para o Seridó, e aí lhes nasceu o filho Alexandre de Souza Daí, mudou-se o casal para Ilha de Dentro, onde houveram outros filhos. Ela faleceu a 6/10/1778, e foi sepultada em a Capela de S. Luzia; ele em edade avançada.

O 2. Alexandre de Souza, filho deste casal, depois, Alexandre de Souza Rocha, casou com Josefa Maria Calado, filha de alferes Manoel Nogueira de Lucena, e sua mulher, D. Firmiana Rosa dos Prazeres, a 7 de novembro de 1774, no sitio "Ilha de Dentro", Ribeira do Mossoró. O alferes era natural de Muribéca e a esposa de Pussas. Além da "Ilha de Dentro", que fôra do pae, este possuiu Ilha de Baixo e o sitio "Góes". Ele faleceu em 1824, ela em 1817. Foram seus filhos: Joaquim de Souza Rocha, Manoel de Souza Nogueira, Alexandre de Souza Rocha Filho, o alferes, (3°) Jeronimo de Souza Rocha, João Batista de Souza, Antonio de Souza Nogueira, João Nogueira de Souza, Francisca de Souza, Maria José de Souza e Germana de Souza. (Notas do ilustre mossoróense e consocio, Desembargador J. Dionisio Filgueira).

do Rego Barros, e passaram ao seu genro, Estevam José Barbosa de Moura.

O consenso geral, porém, atribúe ao sargento-mór Antonio de Souza Machado, antigo morador de Russas e de Barra do Mossoró, a quem competia a maior porção de terras da ribeira do Apodi, o titulo de verdadeiro colonizador da região.

Pertenciam-lhe treis datas: *Santa Luzia*, compreendendo a Serra Mossoró, *Pau do Tapuio* e Sitio Bom Sucesso, ficando neste treis olhos dagua, uma légoa no Canto do Junco, terras no sitio «Góes» e treis legoas da Gambôa do *Samba-Quixaba* ao Môrro do Tibáu.

Com a pacificação dos indigenas da Ribeira, o que ocorreu nos começos do seculo 18°., e a retirada deles para o Maranhão, foram fundadas as fazendas de criar Barrócas, de Domingos Francisco, do Carmo, do Pinto, Santa Luzia e Barra do Mossoró, de Souza Machado, assim como "Ilha de Dentro" e Góes, da familia "Gambôa" (Nogueira e Souza Rocha); Ilha de Fóra, de João Joaquim Guilherme de Melo; "Camoropim", dos Guilhermes; Sitios "Ausentes", "Picada" e "Serrotes", da familia Medeiros, conhecida por *Ausentes*, "São Sebastião", de Sebastião Machado de Aguiar, e "Taboleiro Grande", do tenente coronel Rego Barros, e, porque taes proprietarios residíam, em geral, nas cidades de Recife, Aracatí e Natal, tornou-se reduzida a população, que orçava por uns cincoenta moradores.

Quando para a Ribeira, mudou-se com a familia, o sargento-mór Souza Machado, em éras de 1750, já havia aí um capitão-mór, José de Oliveira Leite, nomeado pelo capitão-mór de Natal Pedro de Albuquerque Melo (*Rev. Inst.*, vol. 4.° pag. 35).

Ha noticia tambem de terem tido fazenda em "Santa Luzia", anteriormente a Souza Machado, o referido capitão-mór José de Oliveira Leite, comandante da Ribeira do Apodi, em 1754, e seu irmão João Marques Moreira. (livro 1°, n. 304, do Instituto Hist.)

A fazenda "Santa Luzia" ficava á margem direita do rio Mossoró, havendo de permeio uma lagôa dagua potavel, onde se fazia parada, e foi aterrada em 1878.

Daí, irradiou todo o desenvolvimento da Ribeira, onde, vinha, a principio, passar o inverno e depois estabeleceu-se definitivamente o dito sargento-mór.

Em 1772, fundou ele a Capela de Santa Luzia; construiu casas e aumentou o logar, o que seus herdeiros continuáram.

Diz a tradição, que, antes disso, fôra erigida uma Capela, ou "casa de oração", no logar, que hoje se conhece por Egreja Velha, entre Paredões e Barrócas, atribuida aos padres da Serra do Carmo, a qual era de pedra e cal, mas, coberta de palha, e se utilizava como cemiterio para a população: ainda ha vestigios dela.

Santa Luzia, porém, prosperou e aumentou. Em 31 julho 1774, (2) casou D. Antonia de Souza, filha do sargento-mór, com o tenente-coronel re-

---

(2) Assento do casamento do Te. Cel. Francisco Ferreira Souto e D. Antonia de Souza:

"Aos 31 dias do mez de julho de 1774, pelas dez horas do dia, no sitio *Grossos*, na Barra do Mossoró, termo desta freguezia de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista das Varzeas do Apody, donde são os nubentes freguezes, e corridos os banhos na forma do Sagrado Concilio Tridentino, justificando o nubente ter vindo menor da freguezia de São Salvador, Arcebispado de Braga, seu natural, e solteiro da freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, onde morou; e a nubente ter vindo menor d Russas, seu natural, e dado fiança aos banhos da sobred

gente Francisco Ferreira Souto, portuguez de Braga, ambos fizeram residencia em Santa Luzia e fundaram a fazenda "Picada". Ali, residiram muitos anos, tiveram dois filhos: Antonio e Francisco. Com a morte de Souza Machado (1797) e de Ferreira Souto, as familias se mudáram e novos elementos vieram aí estabelecer-se, convindo assinalar as familias Guilhermes, Gambôas, (Rochas e Nogueiras) Medeiros (Ausentes) e outras. Em Barra de Mossoró, fixou-se Felix Antonio de Souza, filho do sargento-mór, e aí deixou numerosa descendencia.

Notava-se relativa parada no desenvolvimento do logar, por motivos que adeante serão examinados.

A resolução provincial n. 246, de 15 março 1852, desmembrando da Ribeira do Apodi, o territorio, que ia do môrro do Tibau ao Sitio das Aguilhadas, daí, ao Xafariz, e deste, até a Ponta do Mel, erigiu-o em municipio autónomo e em vila a séde, tendo o territorio os limites da

---

ta freguezia, em que morou, o que me constou do mandado do casamento do reverendo vigario da Vara, que em meu poder fica; em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, o sargento-mór Domingos Francisco, solteiro, e o alferes Francisco Pereira, casado, moradores ambos na freguezia de Russas, pessôas de mim reconhecidas; se casaram solenemente, por palavras, o tenente coronel Francisco Ferreira Souto, natural da freguezia de São Salvador, do Arcebispado de Braga, e morador nesta das Varzeas do Apodi, filho legitimo de Philipe Gonçalves e Paschoa Gonçalves, naturaes da sobredita freguezia de São Salvador, e Antonia de Souza, natural da freguezia de Russas, moradora nesta das Varzeas do Apody, filha legitima do sargento-mór Antonio de Souza Machado, natural de Braga, e Rosa Fernandes, natural da freguezia de Russas, e logo se lhes deräo as bençãos, conforme o rito da Egreja, e para clareza de tudo, eu, o padre João da Cunha Paiva, cura nesta freguezia, fiz este termo e assinei com as testemunhas. *João de Paiva*, cura das varzeas do Apodi. *Domingos Francisco. Francisco Pereira.*"

freguezia instaurada, desde anos antes, embóra, com algumas alterações já vistas, linhas atrás.

Eleita, a seguir, em renhido pleito municipal, a primeira Camara, que se compôs de amigos do primeiro vigario Antonio Joaquim Rodrigues, coligado ao capitão João Batista de Souza, do partido conservador ou nortista, foi vencido o liberal, ou sulista, chefiado por Manoel Nogueira de Souza, Irineu Soter Cáio Wanderlei e outros; foi compromissado no Assú, a 7 de janeiro de 1853, perante a respectiva Camara Municipal, o padre Antonio Freire de Carvalho, vereador mais votado, que, por sua vez, empossou os demais vereadores, a 24 de janeiro do mesmo ano; eram eles o tenente-coronel Miguel Arcanjo Guilherme de Melo, capitão Florencio de Medeiros Cortês, capitão João Batista de Souza, Francisco das Virgens, Sebastião de Freitas Costa e Luiz Carlos da Costa.

Foi eleito presidente o padre Antonio Freire de Carvalho, que declarou instalado o municipio e a vila de Mossoró. A administração municipal se compunha de João Francisco de Freitas Costa, fiscal, Antonio Filgueira Secundes, procurador, e Antonio de Moraes Sarmento, porteiro.

Nove anos depois, foi elevado o termo á comarca, pela lei n. 499, de 23 de maio de 1861, com os mesmos limites da freguezia, para ela sendo removido de Penêdo, (Alagôas), o dr. João Quirino Rodrigues da Silva, que, nesse mesmo ano, a instalou, tendo sido ela declarada de 1a. entrancia em 1872. Atualmente, é de 2a. entrancia, pelo decreto n. 755 de 1° dezembro de 1934.

Dantes, Mossoró fôra distrito de pás da vila Nova da Princêsa (Assú), em seguida, do termo de Apodi, até 1842, e daí, por deante, de Assú, (resolução 87, de 27 outubro 1842.)

Progredindo sempre, Mossoró conseguiu as-

sinalada posição em frente aos demais municipios da Provincia e do Estado, apresentando, hoje em dia, notavel desenvolvimento material e civil, que o tornam leader das comunas do interior.

As distancias de Mossoró são: a Natal, 70 legoas; Assú, 14 legoas; Apodi, 14 legoas; Caraúbas, 14 legoas; Augusto Severo, 18 legoas; Areia Branca, 7 legoas; União (Ceará) 12 legoas, Aracati, 28 legoas e Fortaleza, 43 legoas.

A população do municipio em 1920 era de 23.000 almas; em 1936, calculava-se em 35.000 habs.; em 1938, 30.576, (*Sinopse*, 1938, 13), em 1940, 31.723. (Departamento das Municipalidades, *A Republica*, 16/5/41.)

A CIDADE

Mossoró, (3) a mais comercial e empreendedôra das cidades centraes do Estado, fica situada á margem direita do rio Apodi, ou Mossoró, em terreno sêco, plano, elevado e argiloso e demóra a 42 kilometros da costa do Atlantico.

A exploração da Ribeira, como ficou dito, parece datar dos meados do seculo 17.°, ou,

---

(3) *Mosssoró*, *Mnoxoró*, *Monxoró* vem de *Xoró*, nome de um corrego, ou vale, entre as duas ribeiras do Apodi e Jaguaribe, o qual nome foi transferido á barra do Apodi e substituido pelo de *Mata Fresca* (*Rev. Inst.*, *1.° 46.*) Todavia, não ha uniformidade de opiniões a respeito.

Milliet de St. Adolfe pensa que o nome *Mossoró* tenha-se originado de certos indios aldeiados nas proximidades do Apodi. O dr. Mateus Brandão entende que Mossoró vem de *Mbo-çoróg*, arrombado. O visitador Saldanha Marinho, citado por Coelho Rodrigues, acha que o nome vem de *Mororó*, arvore flexivel, existente e vulgar no Nordeste. (*Rev. Inst.*, pag. 74, vol. 1.°)

A primeira versão parece mais fundada e tem por si documentos.

mais seguramente, dos começos do seculo 18.

Fundou a localidade atual o sargento-mór Antonio de Souza Machado, (4) portuguez, casado em São Bernardo das Russas (Ceará) com D. Rosa Fernandes, filha do outro portuguez Domingos Fernandes e de sua mulher, D. Jeronima da Silva, norte-riograndense. (5).

Esse abastado fazendeiro obteve a data de "Grossos", fixou residencia, por cerca de 1750, na sua fazenda de criar gados "Santa Luzia" e, juntamente com seu concunhado capitão José Alves de Oliveira, estabeleceu "oficinas de carne sêca", para exportação.

Não somente em Grossos, mas, em varios outros pontos da Ribeira do Apodi, o sargento-mór Souza Machado possuía fazendas: "Canto do Junco", "Góis", "Grossos", "Tibau" e "Panela do Amaro". Embora residisse em Mata Fresca, costumava ele invernar na fazenda "Santa Luzia"; findas as aguas do inverno, ele reunia o gado e o mandava deixar nas "oficinas de carneação", na fós de Mossoró.

Ha noticia de certo processo em que foi paciente a india Rosa, surrada por Estevam, es-

---

(4) Natural da freguezia de Flôres do Arcebispado de Braga, Portugal, era filho de João Vieira de Souza Menezes e D. Violante Maria Machado. Seus filhos comandante Felix Antonio de Souza, Antonia de Souza, casada com o Te. Cel. Francisco Ferreira Souto, Manoel de Souza, Domingos de Souza Machado e outros, deixaram grande descendencia nos municipios de Mossoró, Areia Branca, Assú e Aracati.

(5) Grande numero das notas ora aqui inseridas são apanhadas dos apontamentos particulares do coronel Francisco Fausto de Souza, saudoso conterraneo, consocio no Instituto Historico e paciente investigador do passado, na Ribeira de Mossoró.

cravo de Francisco Dias Baracho, e Francisco, do gentio da Angola, escravo de Caetano Pereira Martins, moradores no Martins. Foi juiz do feito o ordinario do Assú, Pedro Alves Correia, (aliás, Alvares) (6). Isso ocorreu em 1772, sendo os delinquentes pronunciados pelo dito juiz. (Dr. A. de Souza, *Questão de limites*).

Entretanto, só a 12 de janeiro de 1788, o sargento-mór e os seus filhos pediam e obtinham a sesmaria de terras que possuiam na Ribeira e faziam menção da sua fazenda "Santa Luzia".

De 1772 a 1844, a povoação de Mossoró constava de um quadro fronteiro á Capela de taipa e de algumas casas de palha, cujos lados então se chamavam: Rua do Cotovelo (hoje, o Colegio Diocesano), Rua do Desterro, aos lados da Capéla, Rua Domingos da Costa, (hoje, dr. Almino Afonso) e a Rua Padre Longino, em frente, (atual, 30 de Setembro).

Além dos primeiros moradores Souza Machado, Ferreira Souto e parentes, aí tambem edificaram casas as familias Guilherme, Gambôas e Ausentes, Domingos da Costa e Oliveira e Manoel Rodrigues, conhecido por "Fatóque".

De 1842 a 1852, construiram casas em Mossoró os negociantes Joaquim Nogueira da Costa,

---

(6) Capitão Pedro Alvares Correia, paraibano, casou com D. Maria Barbalho Bezerra, filha unica do coronel Baltazar da Rocha Bezerra, fundador de "Pedra Branca", em Angicos. E' tronco da numerosa familia desse nome, que povoou grande parte do territorio do vale do Assú, e da qual é descendente o A. São filhos do casal Pedro Alvares-Maria Barbalho: Miguel Barbalho Bezerra, Antonio Alvares Bezerra, Francisco José Bezerra, Manoel Alves Barbalho, Maria Barbalho, casada com Antonio Barbosa da Silva, Baltazar da Rocha Bezerra (2°.), que venderam ao capitão José Pedro Tinôco, a 21 de maio de 1777, uma parte do sitio "Pedra Branca", havido de seu pae. (Tombo do Patrimonio do Bomfim, Assú, fls. 13 v.)

(e a primeira padaria, 1845, José Baltazar Augerio de Souza, Irineu Soter Caio Wanderlei e outros, e de 1852 a 1870, novas construções foram levantadas por Joaquim Nogueira, Antonio Filgueira, Luiz Manoel Filgueira, Alexandre de Souza Nogueira, Davino Alves de Oliveira, Virginio Fidelis Ramos, José Alexandre Freire de Carvalho e João Ulrich Graf, que se estabeleceu com a famosa Casa GRAF, iniciadora do grande comercio de importação e exportação e que tanto influxo deu ao logar, sendo devida aos esforços do 1° vigario.

Povoação, a principio, ou Arraial, em 1817, distrito de pás, depois, elevada a vila, séde do municipio, em 15 de março de 1852, Lei n. 264, Cidade, pela lei provincial n. 620, de 9 de novembro de 1870, e comarca desmembrada de Assú, a 23 de maio de 1861, Mossoró continuou a aumentar em edificações e em movimento comercial, nas industrias e no ensino, tornando-se, nos ultimos trinta anos, uma importante cidade onde se gosa relativo confôrto, mau grado a asperêsa do seu clima.

A Cidade constava, em 1922, de 30 ruas, 12 praças, 5 travessas e 1 avenida, com 1.872 casas, sendo de tijolo e telha 840 e de taipa e telha 1.032. Atualmente, incluem-se treis bairros: Alto da Conceição, (antigo *Macacos*), Paredões e Doze Anos, com cinco avenidas, 17 praças e largos, 56 ruas e duas travessas. ("A Republica" de 30 de setembro de 1936, pag. 4).

O patrimonio municipal eleva-se a mais de 400.000$000. A administração do pe. Luiz Mota tem sido grandemente proveitosa á cidade e ao municipio.

Os seus principaes edificios são: A Egreja Matriz, hoje Catedral, de Santa Luzia, a Prefeitura Municipal, o Ginasio Santa Luzia, (construi-

do em 1904), o Grupo Escolar "30 de Setembro", (adatado em outubro de 1921 para a Escola Normal Primaria, ali estabelecida pelo Decreto n'. 166 de 7 de janeiro de 1922 e inaugurada a 2 de março do mesmo ano), o Mercado Publico, a Mesa de Rendas Estadoaes em 1929, a Estação da Estrada de Ferro Mossoró (1916), o Matadouro (1914), o Hospital de Caridade (1939) e outros.

Dos predios particulares salientavam-se o de Miguel Faustino do Monte, que se acha hoje transformado no Seminario Episcopal de "Santa Terezinha", os de Antonio Soares do Couto, Rodolfo Fernandes, Delfino Freire e outros.

Tem luz eletrica e telefones, instalados desde 1916.

Havia um Mercado, construido em 1875, pelo coronel Francisco Gurgel, o qual ficou sem prestimo. O atual Mercado foi construido em 1878 pelos concessionarios Antonio Filgueira e José Alexandre Freire de Carvalho; em 1914, na administração municipal de Cunha da Mota, foi completamente reedificado.

Entre as tradições de Mossoró vale acentuar a de Alexandre Baraúna Mossoró, soldado do Exercito que se bateu valentemente e morreu em Paisandú, na Campanha do Uruguai ou Provincia Cisplatina, 1851-1852. Sua memoria é de todos conhecida. Está assentado que ele nasceu em Mossoró. Ao morrer, numa golfada de sangue, exclamava : "Minha mãe, viva Mossoró".

Outros muitos filhos mandou Mossoró para a Guerra contra o Paraguai ; embarcaram cerca de 30 voluntarios. Havia um hino especial dos voluntarios, que ainda hoje se recorda.

Mas, a tradição mais curiosa, a que aludiu Ferreira Nobre ("Breve Noticia", pag. 87) refere-se ás lutas fratricidas aí verificadas.

E' dever do cronista registrar os fatos.

As origens mais remotas dessas lutas prendem-se ao êxodo dos criminosos do Jaguaribe para Mossoró e vice-versa. O capitão-mór Montauri, do Ceará, reclamou ao governador geral José Cezar de Menezes. Um desses imigrados era José de Souza Oliveira Barca, conhecido por "Manoel Ferreira", que, depois, foi proprietario e deixou descendentes famosos, nesse particular.

Ordenára-se e para aí viéra cantar missa e curar almas o padre Francisco Longino Guilherme de Melo (27 de fevereiro de 1827), filho de Simão Guilherme de Melo e natural da Ribeira do Apodi. Padre "Lunguinho", como lhe chamavam, é o fator da convulsão. Dizem que, por causa de umas moedas dadas por Pedro Alves Ferreira a João Ferreira, vulgo *Butrago*, a 17 de janeiro de 1833, após o jantar, em casa de Jeronimo de Souza Rocha e por ocasião do casamento de duas filhas deste, Joaquina Carlota e Matilde Justina, com Manoel Machado de Menezes Gloria e Raimundo de Souza Machado, estes netos do sargento-mór e aquelas do Comte. José de Góes Nogueira, o padre "Lunguinho" travou-se de razões com Antonio Basilio de Souza, natural do Assú e genro do comandante Felix Antonio de Souza, e, ambos armados de faca, tiveram luta, de que saiu Basilio com seis facadas. Processado o sacerdote, pronunciado, prêso, mas, afiançado, nunca foi julgado e o dr. Gonzaga, juiz de Assú, em correição, 26 anos depois, deu baixa ao processo, por prescrição.

Mas, ficou a rixa terrivel entre Basilio e o padre, que escapou varias vezes de ser exterminado.

Por outro lado, o padre inimizára-se de vida e morte com os *Butragos*, especialmente

João Ferreira, filho de José Barca, vulgo Manoel Ferreira. Parece que a razão dessa intriga teria sido o casamento, feito ás ocultas, pelo padre, de um filho daquele, Maximino com Maria do Monte. Isso ocorria em *Macacos*, hoje Alto da Conceição. Formaram-se então dois grupos adversarios: o do padre Lunguinho, constituido de parentes, amigos e capangas assalariados; e o dos *Butragos*, formado pelos filhos João, Acurcio, Maximino e Lourenço, além de outros parentes e amigos.

Os *Butragos* retiraram-se, porém, para a Barra de Mossoró, Upanema e Redonda, onde morava Basilio. Toda a vez que um deles vinha a Mossoró, feriam-se ásperos recontros: era uma luta de exterminio, um ódio de morte. O episodio mais sangrento foi o da noite de 14 para 15 de julho de 1841, em que foram vitimados Felipe de Mendonça Vasconcelos e Ezequiel da Costa. Fôra assassinado, em Apodi, um dos *Butragos,* Antonio, que, aliás, era ordeiro e evitava imiscuir-se na luta. Dizem que foi mandante D. Francisca Gomes de Oliveira e o assassino João Evangelista, *Serpentão,* veiu homisiar-se em casa do padre Lunguinho. Os *Butragos* vieram então desalojal-o da casa do padre e, alta noite, travou-se o tiroteio, de que resultaram duas mortes e ferimentos varios. Houve processo e os *Butragos* foram pronunciados pelo alferes Alexandre de Souza Rocha (3º.) juiz de paz, em 1841, a 2 de agosto; nunca, porém, foram julgados. Em represália dizem que o padre mandou matar José Vicente, o que tambem ficou impúne. Com a chegada a Mossoró do primeiro vigario e a intervenção benefica da politica local, houve relativa trégua: o padre Lunguinho retirou-se, em janeiro de 1845, para Ceará, Piauí e Maranhão, de onde, 28 anos de-

pois, regressou alquebrado, cégo e doente, mas, bem recebido pelos seus patricios, tendo aí falecido em 1878. Constava que o padre trabalhára na catequése dos indios daquelas regiões. Por outro lado, os *Butragos*, que haviam voltado a Mossoró, na ausencia do seu inimigo, acabaram muito mal: o velho, com 100 anos, em completa miseria; outro vitimado por um ráio celeste e outro, talvez, fusilado em caminho para Natal.

Em compensação, a jornada abolicionista em Mossoró, de que resultou a libertação integral do Municipio a 30 de setembro de 1883, redimiu a localidade desse passado tenebroso. No movimento libertario, destacaram-se próceres como Almino Alvares Afonso, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, Romualdo Lopes Galvão, Miguel Faustino do Monte, Alexandre de Souza Nogueira, Francisco Romão Filgueira e outros, que constituiram, a 6 de janeiro de 1883, a "Libertadora Mossoroense". (7). E' uma pagina de heroismo civico a campanha emancipadora, de que se guardam as mais fortes recordações para exaltação do valor dos que a fizeram e viram triunfante.

No aspeto da instrução publica, Mossoró tem tambem uma atuação muito importante: a lei 953 de 15 de abril de 1885 criou ali uma cadeira de latim e outra de francez, regidas por um só professor: instalou-a nesse ano o professor Manoel Augusto Bezerra de Araujo, mas, foi suprimida a 5 de abril de 1887, (lei nº. 998).

---

(7) Para maiores esclarecimentos vêr "Tradições e Gloria de Mossoró", «Rev.» do Instituto, anos 1935—1937, pags. 5-36, e a «A Republica», de 30/9/36, pags. 10 e 11, da 2a. seção.

Sob a Republica, foram fundados: a 7 de setembro de 1900, o colegio "7 de Setembro", pelo coronel Antonio Gomes de Arruda Barreto e que aí funcionou até 1905; a 2 de março de 1901, o Colegio Diocesano "Santa Luzia", pelo Conego Estevam José Dantas; a 2 de agosto de 1912, o Colegio "Sagrado Coração de Maria", pelo padre Pedro Paulino Duarte, sob a direção de Irmãs Franciscanas, da Baía e cujo predio fôra iniciado em 1904; a Escola Normal, hoje equiparada á de Natal, com curso ginasial, nos moldes do «Colegio Pedro II», sob fiscalização federal; Escolas Reunidas no Alto da Conceição, Barrócas e Doze Anos e escolas isoladas em Santa Inês, Bôa Vista e Lagoa do Mato. («A Republica», de 30/9/36.)

Quanto ao ensino primario, desde 1860, havia cadeiras provinciaes diúrnas e uma notúrna, todas mui bem frequentadas. O municipio, por sua vez, creava e subvencionava escolas primarias. Em 1920, havia 28 escolas subvencionadas. (Relatorio Rosado.)

O Grupo Escolar «30 de Setembro», criado por decreto do governador Alberto Maranhão, sob n. 180, de 15 de novembro de 1908 e inaugurado a 25 de março de 1909, é hoje a escola pratica dos normalistas, desde a criação do curso normal, em 1922.

A iniciativa particular tambem ha contribuido eficazmente para o desenvolvimento educacional de Mossoró: a União Caixeiral, fundada a 27 de agosto de 1911 por Francisco Izódio de Souza, criou cursos primario e secundario-comercial, noturnos, que funcionaram regularmente. Já a 3 de maio de 1874, fôra instalada ali uma Bibliotéca, que, em 1875, possuia 223 volumes, mas, foi extinta sem razão plausivel.

«O Recreio Dramatico» (1873), o «Club Dra-

matico Familiar», (1891), as sociedades literarias «2 de Julho», (1899), «Filhos da Fé», (1900), «Gremio Augusto Severo», (1903), Gremio Normalista (1924), Gremio Literario «Santa Luzia», e outros teem encaminhado a mocidade para o cultivo das letras e ciencias. Hoje em dia, o «Ipiranga Clube», as sociedades operarias e as esportivas dão grande realce ao ambiente.

Os jornaes e periodicos tambem demonstram o nivel mental do povo mossoróense: «O Mossoróense», 1872, fundado por Jeremias da Rocha Nogueira, liberal; «O E'co», em 1901, por João da Escossia; «O Mossoróense» em 1904, por Antonio Gomes e Alfredo Melo; a «Ideia», 1902, de Soares Junior, R. Rubira e Alves Tavares; «O Mensageiro», da Mocidade Catolica, em 1904; «O Comercio de Mossoró», de Bento Praxedes, em 1904, e «O Nordeste», 1917, de José Martins de Vasconcelos.

A Loja maçonica «24 de Junho», fundada em 1873, manteve bibliotéca e escolas primarias, que as pregações de Frei Venancio, em 1885, conseguiram despovoar.

Mossoró tem fóros de cidade adeantada e guarda com ternura as suas tradições de liberalismo e cultura.

A FREGUEZIA

No aspeto religioso, Mossoró tem tradições que remontam aos primordios do colonização da Ribeira.

Assim o Convento do Carmo do Recife, tendo obtido uma data no Paneminha, a 26 de setembro de 1901, fundou aí uma fazenda, ou simples habitação, de que adveiu á Serra o nome de Carmo. Dizem que houve aí Egreja e convento: ha ruinas de antigas construções e

recordação de alguns religiosos, como Frei Antonio, ainda conservada num logar desse nome, á margem do Rio Upanema, e de Frei Francisco de Santa Tereza, que teria edificado uma «casa de oração», de pedra e cal, mas, coberta de palha, no logar, que hoje chamam de Egreja Velha, nos arredores da Cidade, talvez, em 1750.

Outras fontes informam que o sargento-mór Souza Machado construiu, em Mata Frêsca, um capela, quando ainda residia em Russas. Ainda outros afirmam que Baltazar Gonçalves dos Reis, morador em *Cajuáes*, (Jaguaribe, Ceará) obteve a data de sesmaria, em 1763, e doou uma legoa de terra, no Córrego da Mata Fresca, á N. S. da Soledade, padroeira da Capela, onde eram curados os habitantes da Ribeira do baixo Apodi, e que desabou, sendo a Santa Senhora da Abadía trasladada para o logar Caiçára, achando-se presentemente, na Catedral. Reedificada, anos depois, a capela de Mata Frêsca ainda existe, servindo, porém, para guardar as cinzas dos antepassados da Ribeira.

A certeza documental resulta de que, em Santa Luzia, foi construida a capela, porque, em petição de Souza Machado, despachada a 4 de agosto de 1774, pelo visitador dos sertões do norte, padre Inacio de Araujo Gondim, o donatario requeria fosse-lhe dada certidão da sentença do patrimonio que Domingos Fernandes e sua mulher, Jeronima da Silva, em escritura de 9 de agosto de 1762, tinham doado á Capela de Santa Luzia da Ribeira do Mossoró, da freguezia de São João Batista das Varzeas do Apodi.

Passada a provisão desde 1772 pelo Cabido de Olinda, foi designado administrador, tesoureiro e procurador o requerente Antonio de Souza Machado, que, como tal, serviu até a morte, em 1797, prestando as devidas contas.

O visitador Manoel Vieira de Lemos Sampaio, a 7 de março de 1787, não poude visitar a capela, devido á sêca; mas, fel-o o padre João de Paiva, em seu logar; o visitador Dionisio de Souza Bandeira, que a visitou, achou-a decentemente ornada, embora tivesse ordenado que se construisse «um pulpito, desmanchasse o nicho, que se achava na parede de frente e se forrasse a capela».

A 19 de maio de 1795, o visitador José de Jesus Maria tambem a encontrou assim, bem como, a 30 de janeiro de 1801, o visitador João Feijó de Brito Tavares, e a 16 de novembro de 1806, já sob a administração do comandante Feliz Antonio, o visitador Antonio José Alvares de Carvalho. Os primeiros atos aí praticados são: o batisado de Maria, filha de Manoel Soares de Lucena, a 23 de janeiro de 1773, pelos padres José dos Santos Costa e frei Antonio da Conceição, carmelita, de ordem do cura do Apodí, sendo padrinho Alexandre de Souza Rocha, (nota 1, retro) e o casamento de Gregorio da Rocha Marques com Francisca Nunes de Jesus, a 6 de outubro de 1778, sendo padrinho o tenente-coronel regente Francisco Ferreira Souto. (nota 2, retro).

Consistia o patrimonio instituido em uma legoa de terra em quadro no "Canto do Junco", além de gados tambem doados, de que foi vaqueiro José Barbosa Braga, portuguez, e havendo noticia de que esses curraes ficavam no logar, que é hoje a rua do Gurgel.

Ainda a 13 de julho de 1801, D. Rosa Fernandes e seus filhos, meeira e herdeiros do sargento-mór, fizeram nova doação de terras, no mesmo logar do patrimonio, mas, essa parte foi alienada em beneficio da Egreja pelo primeiro vigario. Tendo, acidentalmente, chegado

aí, numa barcaça desarvorada, em 1841, padre José Antonio Lopes da Silveira, que se abrigára na «Ilha de Dentro», celebrou missa em Santa Luzia e aí demorou-se na cura das almas, uma vez que se encontrava no auge a luta entre o padre Longino e os Butragos.

A Capela de Santa Luzia, num periodo de varios anos, não sofreu alteração de vulto, a não ser reparos em 1829-1830, por Domingos da Costa e Oliveira.

Elevada, porém, á séde paroquial a capela de Santa Luzia, pela Resolução provincial, de 27 de outubro de 1842, e investido na sua direção o padre Antonio Joaquim Rodrigues, como vigario colado, empossou-se este, em 1844, em ato assistido pelos ditos padres Silveira e Longino, Leonardo de Freitas Costa e Florencio Gomes de Oliveira, tendo o ultimo conseguido acalmar certo tumúlto provocado para impossibilitar a posse do vigario e atribuido á insuflação do segundo deles.

Demolida em parte a Capela antiga, foi iniciada, em 1858, a construção da atual Egreja, que se levou anos para concluir, tendo havido obras de melhoria e ampliação nos anos de 1878, 1879 e 1880, que a tornaram suficiente para o culto.

Com a criação do Bispado de Mossoró, pela Bula pontificia do Santo Padre Pio XI, «Pro Eclesiarum Omnium», de 28 de julho de 1934, foi a Egreja elevada á condição de Catedral, como tal, liturgicamente instalada a 18 de novembro desse ano. Experimentou, então, notaveis modificações, que a tornáram um dos melhores templos do Rio Grande do Norte. Aí, empossou-se solenemente de suas funções episcopaes, D.

Jaime de Barros Camara (8), primeiro bispo, no dia 26 de Abril de 1936. O patrimonio da Diocese é de 225.000$000, em apolices estaduaes, doadas pelo Estado (lei n. 723, de 21 de outubro de 1929) e pelos srs. Miguel Faustino do Monte e Antonio Soares do Couto.

A Egreja Catedral de Luzia fica situada na praça Vigario Antonio Joaquim, visando o sul da cidade; esta praça fronteira é ajardinada, desde 1936. E' um vasto edificio com 18,30 metros de frente, por 42,09 de fundo, medindo a capela-mór 13,97 por 18,30 metros. Possúe um altar mór e cinco lateraes, respetivamente, da Padroeira S. Luzia, Coração de Jesus e de Maria, dos Passos, do Menino Deus e S. Vicente de Paulo. Tem dois corredores amplos, duas torres de 25 metros e o ádro, que mede 22,21 metros por 18,30. Teve o patrimonio aumentado com a doação de mais 43 braças de terra, no perimetro da cidade, por doação de Jeronimo de Souza Rocha e sua mulher D. Quiteria de Jesus Nogueira. Ha diversas irmandades e confrarias: N. S. Rosario, em 1786, a de S. Luzia, fundada a 2 de fevereiro de 1855 e com o compromisso aprovado pela Resolução provincial n. 333, de 6 de setembro de 1855, a do SS. Sacramento, S. Vicente de Paulo (1894) e Apostolado da Oração (1899).

Ha, dentro da cidade, a freguezia de Sagrado Coração de Jesus, com séde na Egreja dessa invocação, criada pelo ato do 2· Bispo de

---

(8) D. Jaime de Barros Camara é catarinense, nascido em S. José do Calçado, a 3 de julho de 1894, é filho de José Joaquim de Oliveira Camara e d. Ana de Barros Camara, e neto paterno de Francisco Xavier de Oliveira Camara, norte-riograndense, de S. Gonçalo, nasceu no ano de 1800. Em setembro de 1941, foi removido para o Arcebispado de Belém, do Pará. N. L.

Natal, D. José Pereira Alves, a 23 de julho de 1926, tendo sido a Egreja construida em virtude de um voto, em 1904, do cel. Miguel Faustino do Monte, sendo inaugurada a 1° de outubro de 1907 e a paroquia a 1° de agosto de 1926, pelo 1° vigario Anibal Coelho e seu coadjutor padre Raimundo Subirana, M. S. C; as capelas filiaes de S. Vicente de Paulo, em 1920, e a de N. S. da Conceição, em 1897, (7 de novembro).

Mossoró pertencia ao Bispado de Natal, de que foi desmembrado pela Bula Pontificia de 28 de julho de 1934, e compreende o territorio além do Rio Assú, salvo o Seridó, que faz parte do Bispado de Caicó, recem-instalado, a 26 de julho de 1941, com a posse do 1° Bispo D. José de Medeiros Delgado.

Foi vigararia forânea instituida por D. Joaquim de Almeida, 1° Bispo de Natal.

Os missionarios que aí passaram Frei João, 1846, Frei Serafim de Catania, 1859, Frei Agostinho, 1863, Frei Fidelis, 1873 e Frei Venancio, deixaram alguns traços de sua passagem, como seja o Cemiterio Publico, iniciativa de Frei Fidelis, 1863, escolhendo o local a um kilometro da cidade, marcando-o e chegando algum material, Frei Antonio, 1869, preferindo o ponto atual, mais alto e enxuto, e construindo-o de madeira, e Frei Agostinho, 1873, conseguindo transformar a velha construção de madeira em pedra e cal, inclusive a Capela de S. Sebastião, existente dentro do mesmo. O vigario Antonio obteve a necessaria licença da Camara Municipal, em portaria de 18 de agosto de 1883.

VILA E POVOAÇÕES

São Sebastião, antiga Passagem do Pedro, é hoje vila e séde do distrito administrativo do

mesmo nome, criado pelo decreto n. 603, de 31/10/1938, comprehendendo a parte sul do municipio, e instalado a 1' de janeiro seguinte.

Era a antiga fazenda de criar fundada por Sebastião Machado de Aguiar e sua mulher, D. Catarina Gomes de Amorim, que fizeram, em 1792, doação de uma sórte de terra, na povoação do mesmo nome, a São Sebastião, para erigirem, como fizeram, uma sólida e ampla capela decentemente ornada, que ali existe ainda.

Foi Machado administrador da Capela até 1806, quando faleceu e foi nela sepultado. Em frente á Capela, está o belo e monumental Cruzeiro de Pedra, uma maravilha de arte em cantaría, que já foi assinalado em «Monumentos do Rio Grande do Norte», 1932.

O antigo povoado, hoje vila, fica distante 42 kilometros de Mossoró, rumo do sudoeste, 35 metros acima do nivel do mar e á margem direita do rio Mossoró. Possúe muitas casas particulares e estabelecimentos comerciaes. Cultiva-se muita cebôla e alho, assás conhecidos dentro e fóra do municipio. E' logar de futuro.

Foi distrito de paz, (Resol. prov. 260 de 23 de março de 1852) teve cadeiras de primeiras letras (resol. prov. 291, de 11 de agosto de 1854). Escolas municipaes aí existiram e a rudimentar foi criada pelo decreto 182 de 19 de junho de 1922, ainda hoje existente.

Tem uma área territorial de 1.206 kilms2.

E' servida pela Estrada de Ferro de Mossoró, com bôa estação inaugurada a 1' de novembro de 1926 e hoje tem a grande industria do gêsso, das suas imensas jazidas.

O logar deveu muito ao coronel Francisco Gurgel de Oliveira, influente politico, aí residente nos ultimos anos de sua vida.

Porto da Ilha, a uma legoa ao norte da

Cidade, na *Ilha de Dentro*, á margem direita do rio Mossoró, onde era a morada do Alferes Alexandre de Souza Rocha, aí foi edificada, em 1865, por João Francisco das Chagas Costa, uma casa destinada a armazens de Joaquim de Góes Nogueira e Clementino de Góes Nogueira; formou-se a povoação, que conta cerca de cem casas e era o ponto de transito rio abaixo para Areia Branca. Teve capela em 1898, a qual desabou e não foi mais reconstruida.

Santo Antonio, ou porto de Santo Antonio, á margem esquerda do rio Mossoró e para oeste, em frente ao *Porto da Ilha*, é a povoação que se originou da fazenda de gados «S. Antonio», do tenente-coronel João Joaquim Guilherme de Melo. Tem cerca de 40 casas, escola isolada municipal e a capela dedicada ao Santo de Padua.

Logares: Hipolito, Pau do Tapuio, Retirinho, Bom Sucesso, Vertentes, (onde ha Capela de Santo Expedito), Sereno, Malhada dos Angicos, Riacho do Nogueira, Panela do Amaro, Cupim, Riacho-grande, Riachinho, Barrinha, Volta da Mofina, Lagôa do Genipapo, Serra do Mossoró, Rancho da Casca, Olho dagua do Carrinho, Olho dagua da Escada, Olho dagua do Virginio, Lagêdo, Baixa, Jicuri, Lagoinha, Ortigão e Alagôas.

RIOS

Mossoró, ou Apodi, forma-se nas fraldas da Serra das Queimadas, m. de Luiz Gomes, atravessa os mm. de Pau dos Ferros, Portalegre, Martins, Apodi e entra neste, no logar «Passagem do Bonito» e sitio das «Aguilhadas» e, com o nome de *Mossoró*, passa ao pé da cidade, entra no de Areia Branca, desde a salina «Serra

Vermelha» e vae desaguar no Atlantico, dois kilometros á esquerda desta ultima cidade, e á direita do povoado «Barra do Mossoró».

Tem um percurso de cerca de 300 kilometros, todo ele dentro do Estado, e 90 kilometros no m. de Mossoró. E' porém, rio torrencial, á exceção do trecho entre a fós e o *Porto da Ilha*, onde é navegavel pela montante das marés ou nas enchentes do inverno. Tem sete barragens submersas que conservam agua durante quase um ano e são: *Pedrinhas*, com 7 kilm. de reprêsa e 600.000 metros cúbicos; *Barrócas*, 4 kilms. de represa 400.000 mts3; a da *Cidade*, com 150.000 mts.3; *Saco*, com 100.000 mts.3; *Ausentes*, com 100.000 mts.3; e *Pausinhos*, com 150.000 mts.3. (Rel. P. Rosado, 1920, pag. 13).

Tem margens férteis, peixes e vastos carnaubáes, de que se extráe a cêra, que é valioso produto de exportação.

Desde o *Porto da Ilha*, até á extrema com Areia Branca, o rio Mossoró banha Rio Novo, Alagamar, Poço do Umari, Poço do José Duarte, Poço Redondo, Poço do Barril, Jurema Sêca, Volta da Cruz, Mangue Alto, Camboinhas, Agulhão, Volta do Sul, Volta da Jurema, Volta do Tijôlo, Armazem Velho, Volta do José de Holanda, Jurêma, Pontal, Péla-pau, Portinhos de cima, Portinhos de baixo, Cambôa do boi, Rancho da Amelia, Roncadeira, Cunhan, Volta da Jangada, Volta do Espadarte, Feijão com côco, Rancho da telha, Furadinho, Furado Velho, Remanso, Ramadinha, Bôca do Rio Carmo, Caenga, Rancho do Mariano, Ostra e Gambôa da Serra Vermelha.

Pela margem direita desde o Apodi: Aguilhadas, Bonito, Gangorrinha, São Sebastião, Cigano, Santana, Aroeira, Umarí, Picada de Francisco José, Camorim, Pitombeira, Canudos, Pes-

cocinho, Camoropim, Passagem da Oiticica, Ingá, Bom Jesus, Canto Grande, Canto do Castro, Colcôte, Fazenda do Pinto, Bôca da Picada, do Carmo, Alto do Mossoró, Canto da Forquilha, Canto da Casinha, Rio Môrto, Canto do Gado Bravo, Barreiras Altas, Rincão, Gambôa, Passagem das Pedras, Estreito, Umarí, Canto da Maria Negra, Jurema Sêca e Pontal. Margem direita: Pôço Feio, Barra Quixabá, São Bento, Saboeiro, Saquinho, Ipoeira, Serrote, Passagem do Rio, Ausentes, Macambíra, Picada, Varzea da Pasta, Estreito, Saco, Macacos (Alto da Conceição) Santa Luzia, Cidade, Canto, Paredões, Egreja Velha, Barrócas, Bôca do Riacho do Canto do Junco, Cajazeiras, Pau darco, Santo Antonio, (antiga Ilha de Fóra), Ilha de Dentro, Porto da Ilha, Ilha de Baixo, Cambôa dos Cavalos, Cambôa do Jeronimo, Carnaúba Sêca, Ilha do Carcará, Ema, Carnaubal Verde, Taboleiro Alto, Izidóro, Jurêma, Góes, Ilha do Vieira, Pau Infincado, Córrego das Emburanas, Riacho da Pedra e Baixa Grande.

Rio do Carmo, ou Upanema, que vem da Serra do Lima, no m. de Patú, com o nome de «Gado Bravo», atravessa o m. de Augusto Severo; passa no Pôço Verde, atravessa, desde aí, este municipio, de sul a norte, para desembocar no Rio Mossoró, á margem direita, salina Ramadinha, cerca de treis leguas acíma da sua fós no Oceano, á meia legoa da barra do rio «Môrro Branco». Desde que faz a divisa com Augusto Severo, ele passa em Chafariz, Varzinha, Canto da Farinha, Estreito do Jacú, São Joaquim, Barbosa, Barbadinho, Santana, Pôço do Cachorro, Angicos, Taboleiro Grande, Oiticiquinha, Barrinha, Melancías, Pedras Brabas, Fazenda do Carmo, Canto da Jurêma, Favela, Gerimú, Sitio do Meio, Poço do Xique-xique, Pôço

dos Bois, Pôço da Carnaúba, Poço das Pedras, Poço da Quixaba, Poço da Oiticica, Pescaria, Poço do Bacamarte, Passagem do Mofumbo, Ponta dagua, Alagamar do Amaro, Rodeador, Alto da Pedra, Passagem do Mulungú, Frei Antonio, Tocáia da Ema, Amaro Velho, Ilha do Amaro, Canto das Parídas, Canto da Cidade, Canto da Serra Vermelha e Camboinhas, desaguando no rio Mossoró. Dá peixes e tem varzeas com carnaúbaes e outras arvores. O seu leito é estreito até Pontagua, daí, se espraia no Alagamar do Amaro, para reentrar em Camboinhas no leito primitivo e desembocar.

Riachos: Bom Sucesso, que nasce ao pé da Serra Danta de Dentro, atravessa a mata em rumo leste, passa no Olho dagua Velha, e vem despejar no logar Sáco, com oito leguas de curso;

Nogueira, formado no Campestre Grande, entre Vertentes e Serra do Mossoró, passa na Panela do Amaro e desembóca no Sáco, com 4 legoas de curso;

Grande, antigo do Joaseiro, que vem do Campestre das Vertentes, no centro da mata, que divide as ribeiras de Jaguaribe e Mossoró, passa nos logares Riacho Grande, Barrinha e José Rodrigues, para caír á esquerda do rio Mossoró, uma legua acima da Cidade, tendo 4 legoas de curso;

Riachinho, que se origina do pé da Serra de Mossoró e desagua do Riacho Grande, já descrito;

Canto do Junco, que tambem nasce ao pé da Serra de Mossoró, atravessa a mata rumo do nascente e derrama-se pelas varzeas das Cajazeiras e Córrego da Ilha de Fóra, caindo no Rio Mossoró, pela Camboa dos cavalos;

Da Pedra, que nasce na catinga e desagua na salina Baixa Grande;

Zabelada, vindo da Serra de Mossoró, desemboca em Santo Antonio;

Do *Tapuio*, do *Inferno*, e outros.

Corregos: da Barra, das Cunhãs, dos Mocós, do Barbosa, do Cajueiro, de Santo Antonio. do Poço Fundo, do Canoé e da Carnaúba Secá,

LAGOAS: De sul a norte: Gangorrinha, Cigana, João Marques, Canela de Ferro, Santana, Aroeira, Pedras, Carnaubál, Sáco, João Lopes, Maria Gorda, Bargado, Umariseiro, Rasa, Canto do Jacinto, Canúdos, Camoropim, Canto grande, João Francisco, Pinto, Pelónha, Pelóninha, José Batista, Pedra, Pitomba, Sororóca, Rio Môrto, Rincão, Barrocão, Gonçálo, Crispim, Estreito, Padre e Umari.

LAGOS: Cantinho, Buracos, Barro, Duas Bôcas, Piano, Martinha, Agua fria, Bôca do Mocó, Pinheiro, Espraiado de São Bento, Tapúio, Serrote, Genú, João Martins, Macambira, Pasta, Estreito, Macacos, Pae José, Bolaxinha, Comprida, Canudos, Gado, Mulungú, Porto, Mariana, Leandro, Picos, Taboleiro Alto, Canto do Domingo, Izidóro, Jurêma, Maria Rodrigues, Manoel Pereira, Ambição, Amorósa, Piranha, João Lourenço e Manoel Jeronimo.

Olhos dagua: Quatro na Serra do Mossoró, o do Jeronimo, Carrinho, Olho daguinha e da Serra Chapada, que é o principal. Vertentes, Riacho Grande, Panela do Amaro e Bom Sucesso são outros olhos dagua. Em S. Sebastião, ha o Poço das Pedras e outros, que alimentam a torrente. No Rio Upanema, o do Chafariz.

Açúdes: Sáco, construido em 1898, a seis kilometros ao sul da Cidade. Reconstruido pelo engenheiro Amorim. E' aguada das criações.

Canto da Lagôa: é uma aspiração dos mos-

soróenses, será formado pelo Rio Upanema, abaixo da povoação desse nome e destinar-se-á ao abastecimento da cidade. Os estudos feitos em 1917-1919 demonstram a sua grande utilidade.

Açúdes particulares: *Pinto*, *Alto das Pedras*, dois em S. Antonio, Canto do Junco, Ema, Riacho Grande, Alagamarzinho, Taboleiro, Upanema, etc.

Poços artesianos: Foram abertos e estão funcionando no municipio 18 poços publicos, de colaboração entre o Governo Federal e o Estadual, nos logares, datas, com a vasão horaria e qualidade dagua seguintes: Lopes Trovão, cidade, 15/3/1932, 4.000, calcarea; Alto do Waldemar, 30/6/31, Alagoinha, 3.000, calcarea; Campo agricola, Alagoinha, 31/12/1935, 1.500, calcarea; Boa Sorte, Estrada Mossoró-Limoeiro, 26/9/1933, 1.500, calcarea; Rancho do Pereiro, Idem, 26/7/1933, 2.000, calcarea; Coqüeiros, no povoado deste nome, 9/12/1933, 2.200, calcarea; Vertentes, nesse logar, 8/8/1934, 2.100, calcarea; Baraúna, no logar deste nome, 15|10|1934, 2.400, calcarea; Cachoeira, no logar do mesmo nome, 28|2|1935, 1.800, calcarea; Baixa do Arrôs, idem, 4|11|1936, 1.800, salôbra; Riacho do Pote, Estrada Mossoró-Apodi, 26|12|1936, 2.300, calcarea; Baixa Grande, no logar deste nome, 30|9|1936, 1.770, calcarea; Pitombas, nesse logar, 10|5|1932, 1.500, calcarea; Baixa Branca, no logar deste nome, 31|8|1937, 2.320, calcarea; Taboleiro do Umari, neste logar, 25|8|1937, 2.000, calcarea; Alecrim, idem, 31|12|1937, 1.500, calcarea; Batalha, no logar do mesmo nome, 20|4|1938, 1.500, calcarea; e Arisco, no logar deste nome, 3.000, calcarea. Todos são munidos de catavento e bomba. Ha outros não instalados ainda, mas, já perfurados, e outros particulares já funcionando ou em vias disso. (Relação da I. F. O. C. S., 2º distrito).

SERRAS E SERROTES

A Serra, ou chapada, do Apodi, que por este municipio se alonga, de norte a sul, extende-se ao oeste do municipio, desde o Sitio «Pau de Tapuio» em frente a São Sebastião, e vae fenecer na costa, no Morro do Tibau, formando o limite com o Ceará. Contém bons terrenos agricolas, tem caças e abelhas, produz algodão e cereáes, no inverno. O problema principal é a agua, que os poços da I. F. O. C. S. vão conseguindo extrair do sub-sólo.

A Serra de Mossoró, a 4 legoas ao norte da Cidade, parece mais um contraforte da Chapada do Apodi. E' tambem agricola e pastoril.

A Serra, ou Chapada do Carmo, a leste da cidade cinco legoas, corre de sul a norte e vae fenecer na Ponta do Mél. E' mais um chapadão que serra propriamente dita. Vem-lhe o nome da Ordem do Carmo, que aí teve sesmaria antiga, 1701. Tem abundante caça e mel. Presta-se ao cultivo do algodão e cereáes, mas, carece dagua.

O terreno do municipio, já no litoral, compõe-se de varzeas e matos sem elevações, nem mesmo no logar «Serrote», á margem do Rio, a caminho de S. Sebastião.

RIQUEZA MINERAL

E' grande e importante a potencialidade mineral do municipio, porque possúe salinas valiosas que têm capacidade para produzir 1.000.000 de alqueires de sal. São elas: á margem direita do Rio Mossoró: *Camboinhas, Ramadinha, Volta da Jangada, Rio do Carmo e Serra Vermelha.* A' margem esquerda: *Mangue Alto, Jurêma, Roncadeira e Remanso.* (1922).

Fundadas respetivamente por Francisco Tertuliano e Raimundo Nonato Fernandes, as da margem direita, e por Antonio Soares do Couto, Miguel Faustino do Monte, Francisco Lopes Ferrás e Alexandre de Souza Nogueira, as da esquerda.

A exportação de sal, em 1919, foi de 434.834 alqueires de 32 litros.

Em 1925, havía mais as salinas *Pitulíco, Guanabára, Monte-primo e Maranhão*, todas elas com 391 cristalisadores e 1.141.012 metros quadrados como área de cristalisação. Eram 15 Salinas, inclusive a «São Raimundo», de Rodolfo Fernandes, em construção, para 100 cristalizadores e 225.000 metros quadrados.

Ha terrenos mineralogicos, no riacho *Pau de Tapuio*, onde foram encontradas, num terreno avermelhado, particulas metalicas e pedras brancas poliveis ao córte. Em São Sebastião, ha uma certa pedra calcárea, de cor branco-arroxeada, que pode ser serrada e presta-se á pavimentação, como mosaico, tendo sido empregada na Egreja de Caraúbas, no altarmór da Egreja de S. Luzia e em algumas casas da Cidade.

O gêsso foi estudado e empregado, em 1877, pelo capitão Miguel Viana e explorado, desde 1917, pelo farmaceutico Jeronimo Rosado. E' hoje uma grande industria com produção anual de 15.000 toneladas para exportação e um grande rendimento na fabricação do cimento. Tambem é exploradora dessa industria a Companhia «Gesso Nacional Tapuio Limitada», com séde no Rio de Janeiro.

Do maganês e de alabastro ha igualmente noticias e foram exibidas amostras, no Palacio do Governo, em 1922.

RIQUEZA VEGETAL

E' relativamente menor a importancia da industria vegetal, mas produz algodão, mandióca, cereáes, no inverno, ou nas varzeas dos rios e açudes.

A fazenda de sementes «Rafael Fernandes», fundada em 1939, em Alagoinhas, tem despertado grande impulso agricola. Possúe carnaubaes, no Rio Upanêma e Apodi, frutas silvestres, plantas forrageiras, madeiras de construção. Não tem engenhos para cana de assucar.

RIQUEZA ANIMAL

A criação de gados pode-se calcular em 15.000 bovinos, 2.000 cavalares, 1.000 muares, 10.000 caprinos, 8.000 lanigeros e 4.000 suinos, nos anos normaes. Em 1904, reduziu-se de 90 % e, em 1915, de 80 %. A fáuna é abundante, em caças, aves canóras, abelhas, etc.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Além do movimento fluvial, via porto de Santo Antonio a Areia Branca, por onde se fazia outróra comercio avultado, ha a Estrada de Ferro de Mossoró, a partir de Porto Franco, á margem esquerda do Rio, em A. Branca, até Alexandria, já em parte construida (175 kilms.) e em trafego, e parte ainda em construção, (47 kilms).

Foi ela construida pela firma Saboia, Albuquerque & Cia., cessionaria do privilegio concedido a J. Bastos & Cia., mediante contrato de 25 de agosto de 1910, aprovado pela lei es-

tadual n. 297, de 2 de dezembro do mesmo ano. Dirige-a, ha muitos anos, Vicente Carlos de Saboia Filho, a cuja operosa gestão a E. F. Mossoró deve assinalados serviços.

O primeiro trecho, iniciado a 31 de agosto de 1912, com 38 kilometros, de Porto Franco a Mossoró, foi inaugurado a 19 de março de 1915; o segundo, com 42 kilms., a 1· de novembro de 1926, para São Sebastião; o terceiro, com 43 kilms., para Caraúbas, a 30 de setembro de 1929; o quarto, com 37 kilms., para Patú, a 30 de setembro de 1936 e o quinto, com 18 kilms., para Almino Afonso, a 30 de setembro de 1937.

Ela era uma aspiração antiga: João Ulrich Graf projetou-a e obteve a concessão do Presidente da Provincia, José Bernardo Galvão Alcoforado, por contrato de 28 de agosto de 1875, mediante a autorização legislativa de 26 de agosto (lei 742) e decreto de 4 de março de 1876. Não a realizou, porém, e só, na administração do dr. Alberto Maranhão (1908-1913), ela teve inicios de concretização. O Senador Meira e Sá defendeu-a em «Estudos Economicos», e na tribuna do Senado Federal, propugnando para que ela fosse encampada pelo Governo Federal. O Dr. Felipe Guerra tambem trabalhou tenazmente pela sua objetivação. Fêl-o o Governo Epitacio, para não consentir no seu proseguimento. (1919-1922).

O municipio é ligado a Apodi, Pau dos Ferros, Augusto Severo, São Miguel e Luiz Gomes, por estradas carroçaveis, e a Assú, Angicos e Seridó, pela estrada tronco federal, que tambem o põe em comunicação com Russas e Fortaleza (Ceará).

FIGURAS SALIENTES

JUIZES DE DIREITO

NA MONARQUIA:

Dr. João Quintino Rodrigues da Silva, instalador, 1762.
Dr. José Pereira da Silva Moraes.
Dr. José Antonio Rodrigues, 1873.
Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho.
Dr. José Jorge de Carvalhal, 1881.
Dr. Alcebiades Dracon de Albuquerque Lima, (1883-1891).

NA REPUBLICA:

Dr. Joaquim Felicio Pinto de Almeida Castro, (1891, Org. Gurgel).
Dr. Joaquim Manoél Vieira de Melo, (1891-1897).
Dr. João Dionisio Filguèira (1897-1907).
Dr. Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, (1907).
Dr. Heliodóro Fernandes Barros, (1908).
Dr. Felipe Neri de Brito Guerra, (1908-1918).
Dr. Silvino Bezerra Neto, (1918-1919).
Dr. Antonio de Oliveira, (1919-1926).
Dr. Eufrasio Mario de Oliveira, (1926-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, (1862).
Dr. Alcebiades Dracon de Albuquerque Lima.

Dr. João Tomaz Arnaud, (1878).
Dr. Manoel Hemeterio Raposo de Melo, (1879-1880).
Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, (1880-1884).
Dr. Miguel Carlos da Costa Rocha, (1890-1891).

PROMOTORES PUBLICOS

Dr. Manoel José Fernandes, 1862-1867.
Dr. Francisco José Alves de Albuquerque Filho, 1867.
Dr. Jeronimo Americo Raposo da Camara, 1869.
Dr. Antonio da Silva Antunes, 1870.
Dr. Francisco Odilon Tavares de Lima, 1870.
Dr. Manoel Francisco Honorato Junior, 1873.
Dr. José Anastacio de Souza Guimarães, 1873.
Dr. Adelino da Silva Pinto, 1875.
Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque, 1877.
Dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva.
Dr. Uriél Gomes de Sá, 1877-1878.
Dr. Hersilio Lupercio de Souza.
Dr. Luiz Francisco da Silva, 1878.
Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles, 1886.
Dr. Felix Jaime Fernandes Barros.
Dr. José Teotonio Freire, 1886.
Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos, 1886, de 8-1 a 8-4.
Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, 1892-1902.
Dr. Sebastião Fernandes de Oliveira, 1903-1907.

Dr. Euclides Ferreira Pinto.
Dr. Orlando de Faria Caldas, 1911-1912.
Dr. Silverio Soares de Souza, 1913-1919.
Dr. José de Moraes Guedes Alcoforado, 1919-1920.
Dr. Odilon Coelho de Albuquerque, 1923-1926.
Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, 1926-1927.
Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, 1928-1930.

ADMINISTRADORES

NA MONARQUIA:

Pe. Antonio Freire de Carvalho, 1853-1856.
Capitão Simão Balbino Guilherme de Melo, 1867-1870.
Tenente-coronel Miguel Arcanjo Guilherme de Melo, 1861-1864, 1865-1868, 1873-1876.
Tenente-coronel Luiz Manoel Filgueira, 1869-1872.
Tenente-coronel Francisco Gurgel de Oliveira, 1877-1880.
Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque, 1881-1882.
Manoel Benicio Guilherme de Melo, 1881-1882.
Dissolvida a Camara Municipal, (lei de 9 de janeiro de 1881).
Romualdo Lopes Galvão, 1882-1886.
Manoel Cirilo dos Santos, 1887-1890.

NA REPUBLICA:

Cel. Manoel Benicio de Melo, 1890-1892.
Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, 1893-1895.
Silvio Policiano de Miranda, 1896-1898.
João Damasceno de Oliveira, 1899-1901.
Antonio Filgueira Filho, 1902-1904, 1905-1907.

Tenente-coronel Antonio Soares do Couto, 1908-1910.

Francisco Izodio de Souza, 1911-1913.

Francisco Vicente Cunha da Mota, 1914-1916.

Farmaceutico Jeronimo Rosado, 1917-1919.

Camilo Porto da Silva Figueiredo, 1920-1922.

Francisco Xavier Filho, 1923-1925.

Coronel Rodolfo Fernandes de Oliveira Martins, 1926-1927.

Dr. Rafael Fernandes Gurjão, 1° Prefeito, 1929, mas, em exercicio o Presidente da Camara Municipal, Vicente Carlos de Saboia Filho, 1929-1930.

VIGARIOS

Pe. Francisco Longino Guilherme de Melo, 1827-1841.

Pe. José Antonio Lopes da Silveira, cura, 1838-1843.

Pe. Antonio Joaquim Rodrigues, 1° vigario colado, 1842-1885.

Pe. Leonardo da Costa Freitas, interino, 1845.

Pe. Antonio Freire de Carvalho, coadjutor, 1850.

Pe. João Urbano de Oliveira, coadjutor, 1885, vigario, 1894-1904.

Pe. Moisés Ferreira do Nascimento, 1904-1906.

Pe. Francisco H. de Lucena Sampaio, 1906-1907.

Pe. Pedro Paulino Duarte da Silva, (2 vezes), 1907-1914.

Pe. Manoel de Almeida Barrêto, 1914-1918 e 1924-1926.

Pe. Ulisses Maranhão, 1918-1920.
Pe. Manoel da Costa, 1920-21.
Pe. Manoel Gadelha, 1921-1924.
Pe. Paulo Heroncio de Melo, 1925-1926 e
Pe. Luiz Ferreira Cunha da Mota, 1926-1930.

Na paroquia do S. Coração de Jesus:

Pe. Anibal Coelho, 1926.
Pe. Luiz F. C. Mota, 1926-1929.
Pe. José Ribeiro Dias do Vale, 1929.
Pe. Manoel Lucena, 1930.

PROFESSORADO

Primario: Francisco de Paula Rodrigues de Paiva, 1843.

José Alexandre Freire de Carvalho, 1853-1869.

D. Inacia Jovina de Oliveira Baraúna, 1873-1876.

D. Ana Emilia Rosa, 1856-1873.

Juvencio Tassino Xavier de Menezes, 1872-1873.

Elias Antonio Ferreira Souto, 1875-1876.

Luiz Carlos da Costa Rocha, 1858-1873.

Joaquim Taurino de Moraes Navarro, 1880-1894.

D. Inacia Joaquina do Sacramento, 1881-1884.

Antonio Laurenio Dantas, 1894.

José Wenceslau Emerenciano, 1868-1894-1908.

D. Luiza de França Barros Leal, 1882-1908.

D. Maria Montezuma, 1900.

D. Maria Amelia do Couto, 1901-1905.

No Grupo Escolar "30 de Setembro", criado pelo decreto 180 de 15 novembro de 1908 e inaugurado a 25 março 1909, teem funcionado:

Dr. Francisco Gurgel do Amaral,

D. Maria Leão, e
D. Perpetua de Souza Noronha, instaladores, 1909.
Professor Lourenço Gurgel de Oliveira, 1909-1910.
Francisco Izodio de Souza, 1910.
Prof. José Rodrigues Filho, 1911-1913.
Professora Olda Marinho Rodrigues, 1911-1913.
Professor Elisêu de Oliveira Viana, 1914-1921.
Professora Celina Guimarães Viana, 1914-1921.
Professora Julièta Guimarães, 1914-1927.
Professor Paulo Vieira Nobre, 1922.
Professora Eliza Guimarães, 1923-1930.
Professora Maria Helena Furtado Vila, 1923.
Professora Rita Sampaio, 1923.
Professor Tobias dos Santos, 1926-
Professora Maria Guimarães, 1928-1930.
Professor Francisco Leite de Carvalho, 1928.
Professor Raimundo Reginaldo da Rocha, 1925. Noturna.
Professor Dario Jordão de Andrade, 1929.
Professora Beatriz Leite de Carvalho, 1927.
Professor Lauro da Escossia, 1928-1930. Noturna.

A' Escola Normal, instalada a 2 de março de 1922, em virtude do decreto do governador Antonio de Souza (1920-1923), sob n. 165 de 19 janeiro do mesmo ano, serviram:

Professor Eliseu de Oliveira Viana (1.· diretor fundador, 1922-1925).
Professora Celina Guimarães Viana, 1922-1927.
Dr. Antonio Soares Junior, 1922-1930.

Irineu Wanderlei dos Santos, 1922-1930.
Farmaceutico Tercio Rosado Maia, 1922.
Dr. José Fernandes Gurjão, 1922-1925.
Professor Aprigio Soares da Camara, 1925. 2.º diretor.
Dr. Eufrasio Mario de Oliveira, 1926. 3.º diretor.
Antonio Quintela Junior, 1926. 4.º diretor.
Professor Antonio Gomes da Rocha Fagundes, 1927-1930. 5.º diretor.
D. Maria Gurgel, 1929-1930.
Farmaceutico Vicente de Almeida, 1929-1930.
Professor Alfredo Simoneti, 1930. 6.º diretor.

Escolas Reunidas e Rudimentares:

Prof. Maria Carmélia de Almeida, 1927, Paredões.
Prof. Ozelita Bezerra Cascudo, 1928, Alto da Conceição.
Prof. Maria Silvia de Vasconcelos, 1928, Alto da Conceição.
Prof. Izabel Dina de Souza, 1930, Bairro 12 anos.
Prof. Raimunda Wanderlei dos Santos, 1928, Alto da Conceição.

Nota final: Já estavam impressas as notas sobre Martins e Mossoró, quando foi publicado o decreto-lei estadual n. 115 de 24 setembro 1941, que elevou a comarca Martins á 2a. entrancia e a de Mossoró, á 3a., satisfazendo assim as aspirações do seu povo.

NECROLOGIA

No trienio de 1938-1940, a que se refere o presente numero da "Revista", perdeu o Instituto Historico e Geografico avultado ról de associados ilustres, que passamos a registrar, com a saudade e a gratidão imorredoiras:

Farmaceutico Domingos de Souza Barros

(Socio correspondente)

A 17 de fevereiro de 1938, falecia, á rua Machado de Assis, 39, na Capital Federal, o farmaceutico quimico, Domingos de Souza Barros, nascido em Recife, de Pernambuco, a 4 de março de 1865 e filho legitimo de Domingos de Souza Barros, alagoano, e D. Francisca Rosa dos Santos Barros, cearense.

Domingos Barros, como era conhecido, foi um alto, nobre e culto espirito, amante das bôas letras e dedicado ao crédo positivista, tendo sido intimo do Chefe, R. Teixeira Mendes.

Formando-se farmaceutico quimico, na Capital Federal, ali se estabeleceu, como fabricante de produtos quimicos, durante cinco anos, juntamente com o seu ilustre colega, depois, Dr. F. Gomes Vale Miranda; em seguida, a convite do saudoso industrial Coronel Joaquim José Va-

lentim de Almeida, veiu com aquele seu colega, para Macau deste Estado, onde chegou a 8 de maio de 1899, para estabelecer a Uzina de Purificação de Sal, por processos de sua invenção. Transferindo-se, mais tarde, para Canguaretama, a serviço de sua profissão, colocou-se na Uzina de Assucar "Ilha do Maranhão", tendo aí contraído, em 1900, nupcias com D. Maria Leonor, filha do uzineiro Coronel Fabricio Maranhão,e havendo do seu consorcio quatro filhos, dos quaes só é sobrevivente D. Maria Leonor, esposa do dr. Armando Araujo, engenheiro, em Barbacena, Estado de Minas Geraes, e já com descendencia.

Foi ele, com o seu já citado colega, Dr. Vale Miranda, quem contratou e estabeleceu a luz acetilene, nesta cidade, e, no 2.º governo do dr. Alberto Maranhão, (1908-1913) transformou a sua industria em Empreza Melhoramentos de Natal, da firma Vale-Miranda & Domingos-Barros, para a instalação de luz, fôrça, bondes e telefones eletricos, inaugurados a 2 de outubro de 1910, mais tarde, transferidos á "Empreza Força e Luz de Natal", organizada em São Paulo pelo dr. Alberto San Juan e outros capitalistas.

Com o fim de adquirir o material da nova Empreza, Domingos Barros viajou á Europa adquirindo, na Alemanha, o material das nossas primeiras instalações.

Enviuvando, neste Estado, seguiu para o Rio, aí convolou novo casamento com D. Sinhá de Barros, que lhe sobrevive, e deixou dois filhos deste casal. Voltou ás suas atividades industriaes, embora sem exito. Era o presidente da Associação Brasileira de Farmaceuticos, no momento de seu trespasse. Em 1908, foi incumbido de representar o nosso Estado na Exposição Nacional, no Rio, e conseguiu grande resultado, tendo elaborado e publicado um

belo trabalho "Aspetos Norte-Riograndenses", que lhe valeu muitos elogios e lhe serviu de titulo na admissão de Socio Efetivo do Instituto, a 4 de abril de 1909, passando depois a côrrespondente, por força da mudança. Morreu paupérrimo.

Dr. Alcides Bezerra

(Socio Correspondente)

Na Capital Federal, onde residia, faleceu na madrugada de 29 de maio de 1938, o dr. João Alcides Bezerra Cavalcanti, socio correspondente desde 20 de agosto de 1922.

O ilustre consocio desaparecido nascêra na cidade de Paraíba, capital do Estado do mesmo nome, a 24 outubro 1891, e era titulado em direito pela Faculdade do Recife, na turma de bachareis de 1911.

Foi, em seu Estado natal, advogado, promotor público, procurador geral do Estado e redator da "A União" e, na Capital Federal, diretor do Arquivo Nacional, desde o governo do dr. Epitacio Pessôa e até a sua morte, node revelou as suas altas qualidades de inteletual e historiador conscienciôso.

Pertencia á Academia Carióca de Letras, cadeira 18 — Visconde Taunay, Comissão Brasileira de Cooperação Inteletual, Sociedade Amigos de Alberto Torres, Instituto Historico Paraibano e outras sociedades culturaes.

Fundador, professor e diretor da Faculdade Livre de Direito, do Rio, deixou varios trabalhos valiósos, entre os quaes "Ensáio de Critica e Filosofía", "Maria da Gloria", (novéla) "A Paraí-

ba na Confederação do Equador", "Os historiadores do Brasil no Seculo XIX", "Revelação cientifica do Direito", Conferencias, etc.

Era um belo talento, sequiôso de saber e uma grande alma cheia de virtudes precláras.

Foi membro efetivo do 8.º Congresso de Geográffa, em Vitoria, em 1926, onde teve destacada atuação.

Faleceu aos 47 anos, no Sanatorio Botafogo, onde se achava recolhido em razão de grave enfermidade. (N. L.)

Engenheiro Julio de Melo Rezende

(Socio efetivo)

O brusco desaparecimento do dr. Julio Cezar de Melo Rezende, socio efetivo do Instituto Historico, nesta capital, a 15 de junho de 1938, foi um acontecimento que muito amargurou o coração dos seus velhos amigos e companheiros de lutas, que tanto lhe prezavam as grandes virtudes moraes e elevados dotes mentaes.

Nascido a 4 de abril de 1881, em Terezina, Estado do Piauí, era filho legitimo do dr. Simplicio Coelho de Rezende, notavel advogado, e de D. Candida Nínfa de Melo Rezende, sendo seus irmãos, os drs. Simplício e Carlos Alberto, já falecidos, Análio de Melo Rezende, advogado em Manaus, e as exmas. sras. D. Rosa Lina de Rezende Falcão, viuva do des. Pio Falcão, D. Eliza de Rezende do Rego Monteiro, viuva do des. Cezar do Rego Monteiro, ex-governador do Amazonas, D. Laura Rosa de Rezende Rubim, viuva do des. Benjamim de Souza Rubim, D. Maria Aggusta de Rezende Rubim, viuva do dr. Antonio de Souza Rubim e D. Pergentina de

Rezende Rócha, esposa do dr. Aristides Rócha, ex-senador federal pelo Amazonas e atual diretor da Faculdade de Direito de Manaus.

Casou o dr. Julio Rezende, a 1a. vez, com D. Etelvina da Costa Rezende, filha do sr. Artur Costa, alto funcionario federal, de cujo consorcio houve dois filhos, Artur, que lhe sobrevive, e Clarisse, já falecida. Contraiu novas nupcias com a nossa conterranea, D. Beatriz Dantas de Rezende, filha do saudosíssimo confrade fundador, dr. Manoel Dantas, e de sua Esposa, que lhe sobrevive, D. Francisca Bezerra Dantas, deixando deste consorcio cinco filhos: D. Eunice de Rezende Nese, esposa do sr. Humberto Nese, Petrônio, Lúcia, Fernando e Sílvia Dantas de Rezende, todos residentes nesta cidade.

Foi aluno da Escola Militar do Brasil e tomou parte na Revolução chefiada pelo dr. Lauro Sodré, a 14 de novembro de 1904, tendo por fim a deposição do Presidente Rodrigues Alves, a proposito da lei da «vacina obrigatoria». Desligado da Escola e deportado para o Rio G. do Sul, não quiz, após a anistia, voltar ao Exercito.

Completou o curso de engenheiro-geografo, e como tal, demarcou terras no Alto Amazonas, fez parte da comissão de abertura do vale do Ceará-mirim, em 1911, foi engenheiro e chefe do 2° distrito da I. F. O. C. Secas, neste Estado, de 1915 a 1919; e, diplomando-se, em 1920, na Escola Politéquinica da Baía, Engenheiro civil, voltou ao quadro da Inspetoria, no qual prestou ao nosso Estado relevantissimos serviços, chefiando novamente essa repartição federal, desde junho de 1927 a 3 de maio de 1931, quando entrou em disponibilidade. Durante a sua gestão, construiu 49 pontes, 23 pontilhões, 13 boeiras, um muro de arrimo e um trecho de estrada em

Parelhas, na Estrada de Rodagem de Natal ao Seridó, valendo destacar a ponte do Inharé, de 46 metros de vão total, e a ponte do Acari, sobre o rio Acauã, com 96 metros e 40 cents. de vão total; construiu um trecho da estrada de rodagem entre Caicó e Catolé do Rocha, com ramal para Serra Negra, realizou estudos de muitos açúdes publicos e particulares, pontes e outros serviços complementares.

Tinha a paixão do trabalho e da honestidade mais rigorósa; entretanto, foi vitima da maldade de seus desafétos que o incompatibilizaram com a nova ordem de coisas, após a Revolução de 1930.

Aposentado contra a sua vontade, retirou-se para o sul do paiz, onde se dedicou, por força da saúde precária, ao magisterio, ensinando matemáticas e ciencías físicas no Liceu Sul-Fluminense, em Paraíba do Sul, Estado do Rio, e, voltando áqui, no Colegio Rui Barbosa, desta capital, onde o surpreendeu a morte, em meio de uma das suas aulas, na triste tarde do seu trespasse.

Nesta cidade, teve o dr. Julio Rezende intensa vida social, como presidente da Loja Maçonica «Evolução 2.ª», no ano de 1915-1916, do «Natal-Club» e de outras corporações. Ingressou no Instituto Historico, a 7 de novembro de 1920, exerceu cargos da Diretoria, em varios bienios, e prestou relevantes serviços.

Escreveu importantes trabalhos que a «Revista» publicou em edições anteriores e que serão reproduzidos em livro da «Bibliotéca de Historia Norte-Rio-Grandense».

Morreu pobre, legando á sua desolada fa-

milia um nobre exemplo de virtudes cívicas e privádas que o fazem merecedor de todas as homenagens. N. L.

Conde de Afonso Celso

(Socio honorario)

Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, ou melhor Conde de Afonso Celso, o benemerito e venerando presidente perpétuo do Instítuto Historico e Geografico Brasileiro, nasceu na cidade de Ouro Preto, então capital da Provincia de Minas Geraes, a 31 de março de 1860 e faleceu, no Rio, a 10 de julho de 1938, contando 78 anos de longa, utilissima e nobre existencia.

Fôra aclamado socio honorario do Instituto Historico, em assembléa de 10 de junho de1930, fazia parte de quase todos os institutos brasileiros, era fundador da Academia de Letras e membro da Academia de Sciencias de Lisbôa, da Legião de Honra da França e fôra agraciado, pelo Papa Pio X, com o titulo de Conde Romano, pelos seus serviços á Egreja e por sua conduta de exemplar catolico.

Era filho do Visconde de Ouro Prêto e de D. Francisca de Paula de Assis Figueiredo, formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, em 1880, e doutourou-se em 1881, com a tese «Direito de Revolução».

Durante a Monarquia, foi republicano, contrariando as convicções politicas de seu emérito genitor; proclamada a Republica, tornou-se monarquista, em culto de admiração ao monarca destronado.

Fundou, ainda estudante, a Revista «Direito e Letras»; colaborou em muitos orgãos de publicidade; «A Republica», do Club Academico, «Tribuna Liberal», «Gazeta de Sorocába, «Consciencia», «São Paulo Historico», «Brasil», «Revista Brasileira», «Liberdade», Correio da Manhã», «Gazeta de Noticias» e «Santa Cruz».

Deixou notaveis obras de letras, civismo, direito e historia, a saber: Preludios, Devaneios, Camões, Vultos e Fatos, Imperador no Exilio, Minha Filha, Lupe, Rimas de Outróra, Contraditas monarquicas, Imitação de Cristo (em versos), Porque me ufano do meu Paiz, Tróvas de Hespanha, O assassinato do coronel Gentil de Castro, Couto de Magalhães, Visconde de Ouro Préto, Tese historica: O poder pessoal do Imperador, A Equitativa e seus detratores, Bi-Centenario de Ouro Preto, Direito de Goiaz no litigio com Mato Grosso, Os Jesuitas e Conferencias populares.

Tal foi em vida o brasileiro exemplar que a patria perdeu e as letras nacionaes deploram. N. L.

BARÃO DE STUDART

(Socio correspondente)

A gloriosa terra cearense perdeu, na madrugada de domingo, 25 de setembro de 1938, a figura egrégia do dr. Guilherme de Castro Studart, conhecido em toda a parte como o Barão de Studart, o mais autorizado e completo pesquizador da historia e geografia norte do Brasil, em mais de meio seculo de fecundos labores.

Filho do Vice-Consul Inglez John William

Studart e de D. Leonisia de Castro Studart, nasceu em Fortaleza, a 5 de janeiro de 1856, estudou humanidades no Ginasio Baiano, doutorou-se em medicina na Faculdade dali, a 15 de novembro de 1877, casou-se a 3 de fevereiro de 1889, com D. Luiza da Cunha Studart, houve do seu casal os filhos: Renato, Leonizia, Guilherme, Maria e Luiz Gonzaga, enviuvou a 16 de setembro de 1898, foi vitimado pela arterio-esclerose, e inhumado no Cemiterio de S. João Batista, de Fortaleza, ás 16 horas do mesmo dia 25 de setembro.

«Alexandre Herculano do Norte do Brasil», chamou-lhe o consagrado Vieira Fazenda, distinguia-se pelo seu acendrado amor ao estudo e pela sua operosidade inegualavel, assim em pról dos problemas sanitarios, como nas questões historicas, tanto nas lides abolicionistas, quanto nas pugnas da Caridade e da Religião, de que foi emérito obreiro como vicentino inimitavel.

Deixou um grande cabedal de obras cientificas e historicas, literarias e humanisticas: «Notas para a Historia do Ceará», Datas e fatos para a Historia do Ceará, Achegas á Geografia do Ceará, Usos e superstições cearenses, Extrangeiros e o Ceará, Os Jesuitas e seus crimes, Diocese do Ceará, Martires da Confederação do Equador, Dicionario Bio-bibliografico Cearense, e outras inumeras.

Pertencia a muitas associações nacionaes e extrangeiras: Presidente Perpétuo do Instituto do Ceará, Socio da Academia Cearense de Letras, do Instituto Brasileiro, do Instituto Historico do Rio G. do Norte, desde 20 de outubro de 1912, das Sociedades de Geografia de Paris e do Havre, etc.

Dizem que «ele sabia o Ceará de cór e

salteado» e a sua vida foi apreciada pelas penas amestradas de Rocha Pombo, Capistrano de Abreu, Escragnóle Doria, Farias Brito, e outros. Antonio Sales disse, no «Povo», de Fortaleza, 1/10/38, que «ele nasceu para servir e para honrar a terra que lhe foi berço e preencheu magnificamente a sua missão». N. L.

Dr. Aurelio Waldemiro Pinheiro

(Socio correspondente)

Nascido na cidade de São José de Mipibú, a 28 de janeiro de 1882, Aurelio Waldemiro Pinheiro, filho do major Manoel Onofre Pinheiro e D. Maria Barbosa Pinheiro, iniciou estudos secundarios no Ateneu Norte-Rio-Grandense, entrou para o funcionalismo publico, como escriturario do Tesouro do Estado, deixou-o, porém, em 1902 para estudar medicina, doutorando-se na Baía, em dezembro de 1907 e clinicando em Macau, neste Estado, e no Amazonas, onde exerceu com eficiencia comissões várias, transportou-se para Niterói, em 1929, onde faleceu a 19 de novembro de. 1938, deixando sua familia e as letras patrias em grande desolação.

Iniciára-se no jornalismo, quando estudante de preparatorios, n' «Oasis», orgão do Gremio Literario «Le Mondo Marche», com Benvenuto de Oliveira, Alfredo Carvalho, Pedro Melo, Joaquim Pinheiro, Galdino Lima, José Alcino, e outros, uns sobrevivos, outros já desaparecidos, colaborou no «O Mossoróense» e na «A Republica», alargou-se na imprensa amazonense e, depois, na do Rio, compôs obras de merecido

valor, como «Desterro de Humberto Saraiva», premio da Academia de Letras, «Gléba Tumultuária», «Macáu», «A' Márgem do Amazonas», «Em busca do Ouro», e mais trabalhos fragmentarios, que lhe grangearam a consideração e o apreço mais subído entre os que cultivam as bôas letras.

«Modesto, timido, retraído, fugindo ás egrejinhas, onde o louvor é facil, disse o «Jornal do Brasil», do Rio, de 20/11/38, ele viveu todo para o seu trabalho burocratico, para a sua familia e para a sua fáina de homem de letras».

«Sempre recordando a sua terra e cultivando afetuosamente as suas relações, que lembravam o Rio Grande do Norte, comentou a «A Republica», de 20/11/38, o escritor desaparecido deixa um longo traço de saudade e um logar de dificil substituição pela honestidade de seus processos culturaes e elevado criterio artistico». Era casado, desde 30 de setembro de 1911, em Parintins, Amazonas, com D. Alice G. Menezes Pinheiro, de quem houve filhos e que lhe sobrevivem.

Fôra eleito soćio correspondente, no Rio, em sessão de 12 de junho de 1930, por seus grandes merecimentos como escritor e como conterraneo dos mais ilustres. N. L.

DR. FLAVIO MAROJA

(Socio correspondente)

Na capital da Paraíba, faleceu a 15 de fevereiro de 1939, o consagrado clínico e historiografo, dr. Flavio Maroja, presidente perpétuo

do Instituto Historico Paraíbano e sócio correspondente do nosso Instituto, desde 20 de agosto de 1922.

Vida intensa e laboriosa, dedicada toda ao serviço da sua terra e da comunhão brasileira, o dr. Maroja era a «cronica viva da Paraíba e mesmo do Paiz», como disse um de seus biografos.

Ele era natural do Pilar, em cuja Fazenda «Chaves», viu a luz do dia, a 1º de setembro de 1864, e se havia doutorado em medicina na Faculdade do Rio, a 26 de dezembro de 1888. Serviu no Exercito, como capitão medico, foi inspetor da Saúde do Porto da Paraíba, chefiou o serviço contra a variola, dirigiu, durante 40 anos, o Hospital «Santa Izabel» e o Hospital «Oswaldo Cruz», foi deputado estadual á 1.ª Constituinte Paraibana e reeleito em varias legislaturas, 1º vice-presidente do Estado, no quadrienio 1920-1924, fundou o Instituto Historico, de que foi presidente efetivo; era da Sociedade de Medicina e Cirurgia, membro do Conselho de Instrução e do Instituto de Proteção á Infancia, até que, em 1933, tendo perdido a visão, recolheu-se ao lar, ainda que se não desinteressando de todos os assuntos e instituições, a que sempre se consagrára.

Casado com D. Licóta Maroja, deixou filhos: Dr. Flavio Maroja Filho, Arnóbio, Maria Carmelita, casada com dr. F. Xavier Pedrosa, Maria do Carmo e Irmã Maria Flaviana, da Ordem Beneditina, em Olinda.

Os despojos funebres do pranteado cidadão foram transportados da casa de sua residencia, onde se deu o obito, á rua das Trincheiras, para o Cemiterio da Bôa Sentença, ás 9

horas da manhã de 16 de setembro, em meio da consternação de toda a familia e dos seus conterraneos. N. L.

Sobre a lousa que guarda as cinzas dos benemeritos consócios desaparecidos, a «Revista» depõe as grinaldas de seu eterno reconhecimento.

ERRATA

Escaparam á revisão alguns erros, que passamos a corrigir :

A' pag. 105, onde se lê, linha 26: "como partidario dos Mascates, na", leia-se "na guerra dos Mascates, famosa luta", etc.

Na relação dos Juizes de Direito do Martins, leia-se: Dr. João Valentino Dantas Pinagé. E na dos professores do mesmo municipio, leia-se Professora Celita Guimarães Furtado, e não como lá está.

Ha outros erros menores, que o leitor emendará com atenção e bôa vontade. Nota da Redação.

INDICE

DOS

Vols. XXXV a XXXVII

— DA —

Revista do Instituto Historico e Geografico

Assuntos	Pags.
Diretoria	3
Redação: O Instituto Historico e a sua séde propria e definitiva	5
Nestor Lima: As cinco sédes do Instituto (discurso)	18
Nestor Lima: Recepção a Socios Benemeritos (discurso)	30
José Augusto: A Cadeira de Gramatica Latina da Vila do Principe	37
Luis da Camara Cascudo: Fanáticos da Serra de João do Vale	45
Philipe Guerra: Manoel Antonio de Oliveira Coriolano	65
Luis da Camara Cascudo: O Brasão Holandês do Rio Grande do Norte	81
José Augusto: Familias Seridóenses	99
Redação: O Dia do Municipio	125
Nestor Lima: "As lindes Municipaes Através da Historia" (discurso)	131
A. de França (Danilo): O Dia do Municipio	144
Redação: Arquivo	146
Redação: O Centenario da Morte do Presidente Parrudo	149
Luis da Camara Cascudo: O Presidente Parrudo	149
Eloi de Souza: Palavras Curtas	153
Atas das sessões do Instituto, 1938-1940	158
Nestor Lima: Municipios do Rio Grande do Norte — A' guiza de defêsa	181
Macaíba	185
Macau	213
Martins	243
Mossoró	269
Redação: Necrologia	312
Farmco. Domingos de Souza Barros	312
Dr. Alcides Bezerra	314
Engo. Julio de Melo Rezende	315
Conde de Afonso Celso	318
Barão de Studart	319
Dr. Aurelio Waldemiro Pinheiro	321
Dr. Flavio Maroja	322
Redação: Errata	325
" : Indice	326

Coleção
João Nicodemos
de Lima

COLEÇÃO JOÃO NICODEMOS DE LIMA

1. ÉCRAN NATALENSE
   Anchieta Fernandes (esgotado)

2. POETAS DO RIO GRANDE DO NORTE
   Ezequiel Wanderley (esgotado)

3. JORNALZINHO DO SEBO VERMELHO
   Coleção I (esgotado)

4. "A CACIMBA DO PADRE" EM FERNANDO DE NORONHA
   Luis da C. Cascudo (esgotado)

5. NATAL DAQUI A CINQÜENTA ANOS
   Manoel Dantas (esgotado)

6. A HISTÓRIA DE ESTREMOZ
   Ir. A. Maria Dionice da Silva (esgotado)

7. A IMPRENSA PERIÓDICA NO RIO GRANDE DO NORTE
   Luiz Fernandes

8. GUIA DOS SÉBOS DE NATAL & TEXTOS AFINS
   Abimael Silva

9. EVOCAÇÃO DE NATAL
   Djalma Maranhão (esgotado)

10. CASCUDO, MESTRE DO FOLCLORE BRASILEIRO
    Djalma Maranhão

11. CAICÓ
    Pe. Eymard L'E. Monteiro

12. JORNALZINHO DO SEBO VERMELHO
    Coleção II (esgotado)

13. CIDADE DO NATAL
    Luis da Câmara Cascudo

14. ACORDES DA ALVORADA
    Salete Fernandes Tavares

15. ALMANAK DE MACAU/1909
    Adalberto Amorim

16. CACHORRO MAGRO
    Carlos de Souza

17. COSTUMES LOCAIS
    Eloy de Souza

18. OS AMERICANOS EM NATAL
    Lenine Pinto

19. MEMORIAL DO MEU VELHO ASSU
    Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro

20. CARTAS DE DRUMMOND A ZILA MAMEDE
    Org. Graça Aquino

21. ANOTAÇÕES DO MEU CADERNO
    Ticiano Duarte

22. IGREJA E POLÍTICA NO RN
    Org. Ilza Araújo Leão de Andrade

23. JASMINS DO SOBRADINHO
    Org. Roberto da Silva

24. MEMÓRIAS QUASE LÍRICAS DE UM EX-VENDEDOR DE CAVACO CHINÊS
    Inácio Magalhães de Sena

25. O MITO DA FUNDAÇÃO DE NATAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE MODERNA SEGUNDO MANOEL DANTAS
    Pedro de Lima

26. VIVA A VERVE! - Histórias de humor e devaneios
    Armando Negreiros

27. ITACIRICA, A PEDRA QUE PENSAVA
    Waldson Pinheiro

28. A ÚLTIMA CEIA - Por uma Dief(éfca) Polifônica
    Vera Lúcia Pinto

29. DA FIDELIDADE E DO RISCO
    "Um estudo de caso:"
    Djalma Maranhão
    Moacir de Góes

30. COM AS MÃOS DO CORAÇÃO
    Padre Fábio

31. LITERATURA FEMININA DO RIO GRANDE DO NORTE
    Diva Maria Cunha P. de Macedo
    Constância Lima Duarte

32. NATAL ATRAVÉS DO TEMPO
    Carlos Lyra

33. O FOGO DA PEDREIRA
    Orlando Rodrigues

34. A MAÇONARIA NO RIO GRANDE DO NORTE
    Emídio Fagundes
    João Estevam
    Josué Silva

35. OS TERCETOS - E UM CANTO AS VOZES DO MAR
    Gilberto Avelino

36. ...E LÁ FORA SE FALAVA EM LIBERDADE
    Ubirajara Macedo

37. CANCER- Reflexões de um sobrevivente
    Paulo Tarcisio Cavalcanti

38. HOMENS DE OUTR'ORA
    Manoel Dantas

39. OS ELEMENTOS DO CAOS
    Miguel Cirilo

40. FRUTOS DO TEMPO .
    Valério Mesquita

41. CONFIDÊNCIAS
    Francisco Fernandes Marinho

42. YINTIMIDADES
    Vera Lúcia Pinto
    Raquel Almeida

43. A TRAMA DA ARANHA
    Anchella Monte

44. REFORMA POLÍTICA DO BRASIL E OUTROS ENSAIOS
    Homero de Oliveira Costa

45. A CANÇÃO E O ABSURDO REVISITADOS
    João Batista de M. Neto

46. NATAL ATRAVÉS DO TEMPO II
    Carlos Lyra

47. CAMINHADA SE FAZ AO CAMINHAR COM LIBERDADE
    Hélio Xavier de Vasconcelos

48. DESCOORDENADAS CARTESIANAS
    Em Três Ensaios de Quase Filosofia
    Pablo Capistrano

49. TIGRESCRISTURA
    Alessandre de Lia

50. PAPO JERIMUM - Dicionário rimado de termos populares
    Cleudo Freire

51. PASSOS DA MINHA VIDA (Memórias)
    Leopoldina Marinho da Costa

52. MINHAS OITENTAS PRIMAVERAS
    Maria Segunda Marinho

53. A COLEÇÃO JOSÉ GONÇALVES
    Org. Lenine Pinto

54. DONTOLOGIA: OFICIO E LITERATURA
    Lenilson Carvalho

55. EU CONHECI SESYOM
Francisco Amorim

56. RETRETA POÉTICA
Manuel de Azevedo

57. SESSENTA POEMAS DE AMOR E UMA ESTÓRIA
Carlos Newton Pinto

58. DORMÊNCIA
Lisbeth Lima de Oliveira

59. NAVIO ENTRE ESPADAS
Horácio Paiva

60. SALVADOS - LIVROS E AUTORES NORTE-RIO-GRANDENSES
Manoel Onofre Jr

61. TESTEMUNHOS
Carlos Roberto de Miranda Gomes

62. A FALSA SIMETRIA
Vicente Vitoriano

63. FAMÍLIAS SERIDOENSES
José Augusto

64. ESTUDOS PERNAMBUCANOS
Alfredo de Carvalho

65. A FIGURA DE DON JUAN NA TRADIÇÃO POPULAR
Otto Rank Trad. Aurélio Pinheiro

66. SUPERSTICÕES DE SÃO JOÃO
Verissimo de Mêlo

67. PEIDO, O TRAQUE... PUM (O VALOR QUE O PEIDO TEM)
Celso da Silveira
José de Souza

68. O ATAQUE DE LAMPIÃO A MOSSORÓ (QUADRINHOS)
Emanoel Amaral
Alcides Sales

69. 69 POEMAS DE CHICO DOIDO DE CAICÓ
Moacy Cirne
Nei Leandro de Castro

70. ESTADOS DO VERSO
Cid Augusto

71. UMA CÂMARA VÊ CASCUDO
Carlos Lyra

72. OS DANTAS CORREIA E OS RIBEIRO DANTAS
Paulo M. Assis Brazil

73. NOMES DA TERRA
Luis da Câmara Cascudo

74. LUIS, TOUJOURS LUI - Cartas de Câmara Cascudo e Bernard Aléguédé
Roberto da Silva

75. EX-LIBRIS DE FALVES
Falves Silva

76. O LIVRO DAS VELHAS FIGURAS - Volume VII
Luis da Câmara Cascudo

77. BANDO - N° 9/10 -1959 - Edição Especial
Euclides da Cunha
Raimundo Nonato
Hélio Galvão
Manoel Rodrigues de Melo
Verissimo de Melo
Luis Patnota
João Alves de Melo

78. FULÓ DO MATO
Renato Caldas

79. PADRE JOÃO MARIA
Januário Cicco

80. CARTAS PARA FAUSTA- Renato Caldas
Org.: Ivan Pinheiro e Gilvan Lopes

81. FULÔ DO MATO - INÉDITO -1937
Renato Caldas

82. O POETA DAS MELODIAS SELVAGENS
Renato Caldas

83. BODAS DE OURO DA ORDENAÇÃO SACERDOTAL DO MONSENHOR JOAQUIM HONÓRIO DA SILVEIRA

84. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Marlene da Silva Mariz
Luiz Eduardo Brandão Suassuna

85. POR UM HUMANISMO INTEGRAL
Cláudio Emerenciano

86. GÊNESE NATALENSE
Olavo de Medeiros Filho

87. DE CADA PORO UM POEMA
Antoniel Campos

88. DOTÔ, CASA COMIGO?
Ruben G. Nunes

89. SER PARDAL
Gilmar Amorim

90. HUMOR COM GOSTO DE SAL
Getúlio Teixeira

91. FALO
Paulo Augusto

92. DEPOIMENTO DO ACADÊMICO MURILO MELO FILHO
Murilo Melo Filho

93. NUNCA MATEI NINGUÉM - Chico Jararaca
Org. Carlos Lyra

94. NATAL QUE EU VI
Lauro Pinto

95. MEMÓRIA VIVA - LAURO PINTO
Carlos Lyra

96. APOSTASIA
Mário César Rasec

97. DISCURSO DE ELOGIO AO PATRONO DA CADEIRA N° 34 - Dr. EZEQUIEL EPAMINONDAS DA FONSECA FILHO PELO ACADÊMICO FERNANDO EZEQUIEL FONSECA

98. O MEL DE BENQUERÊ
Francois Silvestre

99. DAS TERRAS DE UMARIZAL
Maria de Lourdes Costa do Nascimento

100. CONTISTAS POTIGUARES
Org. Manoel Onofre Jr.

101. EU E NATAL
Abimael Silva

102. A CIDADE E O TRAMPOLIM
João Wilson Mendes Melo

103. PEQUENA ANTOLOGIA DO HUMOR NATALENSE
Verissimo de Melo

104. DICIONÁRIO JURÍDICO EM RIMAS LIVRES
Ana Heloisa Rodrigues Maux

105. PERSONAGENS SERRANEGRENSES
Pery Lamartine

106. POTENGI - FLUXOS DO RIO SALGADO NO SÉCULO XIX
Wagner do Nascimento Rodrigues

107. UM GENTLEMAN DO SERTÃO
Manoel Onofre Jr.

108. O SERTÃO DE NUNCA MAIS
Oswaldo Lamartine de Faria
Vicente Serejo

109. A VIA LACTEA-1914 - PALMIRA WANDERLEY CAROLINA WANDERLEY
Org.: Diva Cunha e Constância L. Duarte

110. PROF. AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA
Vitória dos Santos Costa

111. CINEMA, CINEMA - OS FILMES DOS MEUS SONHOS
Moacy Cirne

112. CANTIGAS DE UM BARDO SERRANO
Manoel Azevedo

113. QUEM BRINCA EM SERVIÇO - TEXTOS DE HUMOR
José de Castro

114. PEDAÇOS DA VIDA
Uraquitan Lopes de Souza

115. POEMAS
Antônio José Marinho

116. MEDITAÇÕES POÉTICAS - TEXTOS DIVERSOS
Jorge Oliveira

117. JEANS AVARIADO
Antônio Ronaldo

118. CINZAS AO AMANHECER - POEMAS
Bené Chaves

119. VERSOS SACÂNICOS
José Pedrosa

120. ELES E EU
Josué Maranhão

121. LIVRO DE ADVINHAÇÕES
Pé. Eymard L'E. Monteiro

122. JORNALZINHO DO SEBO VERMELHO
Coleção 01-54

123. CARNAVAIS E OUTROS POEMAS
Janduhi Medeiros

124. ANTÔNIO MARTINS, TERRA DA BOA ESPERANÇA
Chagas Cristóvão

125. COMO SE HYGIENIZARIA NATAL
Dr. Januário Cicco

126. O CANGULEIRO - Coleção 01-06
Org.: Abimael Silva
João Gotardo D. Emerenciano

127. OMBUDSMAN MOSSOROENSE
David Leite

128. LUZES, SOMBRAS E MAGIAS
Moacy Cirne

129. ROMANCE DA CIDADE DO NATAL
Nei Leandro de Castro

130. AUGUSTO SEVERO - UM PIONEIRO NA CONQUISTA DO ESPAÇO
Fernando Hippólyto da Costa

131. SEM PAISAGEM - MEMÓRIAS DA PRISÃO
Moacyr de Góes

132. A FILHA DO TEMPO
Moacyr de Góes

133. UMARIZAL-SÍNTESE HISTÓRICA E BIOGRÁFICA
Manoel Onofre Jr.

134. CINE LEMBRANÇAS - Berilo Wanderley
Org.: Maria Emília Wanderley

135. CÂMARA CASCUDO EM PORTUGAL E "I CONGRESSO LUSO - BRASILEIRO DE FOLCLORE"
Francisco Fernandes Marinho

136. ALGUMAS ABELHAS DOS SERTÕES DO SERIDÓ
Oswaldo Lamartine de Faria
Hypérides Lamartine

137. PRELIMINARES À DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Garibaldi Tinôco

138. BAIXA-VERDE- FATOS, CAUSOS E COISAS
Aldo Torquato

139. A INVENÇÃO DE CAICÓ
Moacy Cirne

140. CAICÓ CEM ANOS ATRÁS
Otavo de Medeiros Filho

141. DIÁRIO NÁUTICO
Gilberto Avelino

142. RESSONÂNCIA
Sônia Maria Fernandes Ferreira

143. O SEGREDO DE HERVAL E OUTROS CONTOS
Carlos Lins Onofre

144. COISAS DE MIM...
Graziela Costa Fonseca

145. JUAZEIRO E O PADRE CÍCERO - DEPOIMENTO PARA A HISTÓRIA
Dr. Floro Bartolomeu

146. ALUÍZIO ALVES: Populismo e modernização no Rio Grande do Norte
Sérgio Luiz Bezerra Trindade

147. ESQUINA DA TAVARES DE LIRA COM A DR. BARATA
Djalma Maranhão

148. FELICE
Lisbeth Lima de Oliveira

149. FLÔRES DO SERIDÓ - RETRATO POÉTICO DE CILIM
Austregecilio Cruz

150. GLOSA GLOSARUM
Celso da Silveira

151. ASAS E VOO - POEMAS
Francisco de Assis Câmara

152. MEMÓRIAS PROVINCIANAS
Valério Mesquita

153. MANOEL ONOFRE JÚNIOR - 40 anos de Vida Literária-1964/2004
Francisco Fernandes Marinho

154. FLAMA SERENA - Cartas de Luís da Câmara Cascudo a João Lyra Filho
Org. Roberto da Silva

155. SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTORIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Sérgio Luiz Bezerra Trindade
José Geraldo de Albuquerque

156. OS FRANCESES NO RIO GRANDE DO NORTE
Org. Roberto da Siva
Bernard Aléguede

157. BIBLIOTECAS VIVAS DO RIO GRANDE DO NORTE
Livio Oliveira

158. NA OUTRA MARGEM, O AMANHECER
Cláudio Emerecíano

159. HISTÓRIAS FATOS E FOTOS
José de Anchieta Ferreira

160. TELHA CRUA
Lívio Oliveira

161. MARTINS A CIDADE E A SERRA
Manoel Onofre Jr.

162. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Edição revisada
Marlene da Silva Mariz
Luis Eduardo B. Suassuna

163. MOTO MENTAL
Oto Maia

164. A PENÚLTIMA VERSÃO DO SERIDÓ
Uma história do regionalismo sertaneja
Muirakitan K. de Macedo

165. A ESCRITA DOS QUADRINHOS
Moacy Cirne

166. OS REVOLTOSOS EM SÃO MIGUEL (1926)
Raimundo Nonato

167. A VIDA EM CLAVE DE DÓ - 2ª edição revista e ampliada
Zenaide Almeida Costa

168. OS AMERICANOS EM NATAL
Lenine Pinto

169. DA INCRIMINAÇÃO DO ABORTO E O SEU JULGAMENTO PELO JUIZ SINGULAR
Francisco de Assis Brasil

170. DE VOLTA AO CASTELO DO GRAAL
Osório Almeida de Oliveira

171. CORONÉIS DO SERIDÓ
Pery Lamartine

172. PAPO JERIMUM - Dicionário rimado de termos populares - 2ª edição
Cleudo Freire

173. ALMANAQUE DO BALAIO
Moacy Cirne

174. TEMAS ROUBADOS
Anchella Monte

175. O CAÇADOR DE JANDAÍRAS
Manoel Onofre Jr.

176. POETAS AZUIS, PAIXÕES VERMELHAS E AMORES AMARELOS
Jóis Alberto

177. DE CASCUDO PARA OSWALDO
Oswaldo Lamartine de Faria

178. GERAÇÃO DOS MAUS
José Humberto Dutra

179. A HISTÓRIA DE UM CRIME HEDIONDO
José Helmut Cândido

180. SAUDADES DO MEU MÉDICO
Joana Darc Wanderley

181. POEMAS DEVASSOS E UMA CANÇÃO DE AMOR
Nathália de Souza

182. O EXÍLIO DAS PALAVRAS
Ivan Maciel de Andrade

183. CONFIDÊNCIAS
Francisco Fernandes Marinho

184. SILÊNCIO, MAR - A POESIA DE ZILA MAMEDE NOS ANOS 50
Alexandre Alves

185. NOTURNO DE TOUROS
Nilson Patriota

186. O CARTEIRO DE CASCUDINHO
José Helmut Cândido

187. TEMPORADA DE INGÊNIOS E OUTROS
João Batista de Morais Neto

188. NATAL DE ONTEM
P. de A. Pessoa de Melo

189. GARRAFAS DE AREIA DE TIBAU
Veríssimo de Melo

190. LAMPIÃO NA FAZENDA VENEZA
Raul Fernandes

191. ULTIMATOS DE LAMPIÃO E RESPOSTAS DE RODOLFO FERNANDES
Raul Fernandes

192. MEMÓRIAS DE UM EX-PRESIDENTE
Humberto Pignataro

193. CÂMARA CASCUDO EM QUADRINHOS
José Luiz Silva
Alcides Saies

194. OS BRUTOS
José Bezerra Gomes

195. SIMPLESMENTE HUMANO
Manoel Onofre Jr.

196. A REVOLUCÃO DE 30 EM SERRA NEGRA
Raimundo Nonato

197. O ATAQUE DE LAMPIÃO A MOSSORÓ
Através do romance popular
Veríssimo de Melo

198. LOURIVAL AÇUCENA
Nilo Lourival Ferreira

199. TROVAS, GLOSAS E OUTROS VERSOS
Nilo Lourival Ferreira

200. AS 14 MAIS DA POESIA POTIGUAR
Org. Abimal Silva

201. É TUDO FOGO DE PALHA
Carlos de Souza

202. CARTA DA SECA
Oswaldo Lamartine de Faria

203. APONTAMENTOS SOBRE A FACA DE PONTA
Oswaldo Lamartine de Faria

204. VELHOS COSTUMES DO MEU SERTÃO
Juvenal Lamartine de Faria

205. GARIMPANDO A LUZ
Jansen Leiros

206. VIDA POTIGUAR
Polycarpc Feitosa

207. O GIGANTE LUIZ TAVARES
Veríssimo de Melo

208. ÉCRAN NATALENSE - 2ª Edição
Anchieta Fernandes

209. POEMAS INAUGURAIS
Moacy Cirne

210. NATAL HÁ 100 ANOS PASSADOS
Veríssimo de Melo

211. ITAJUBÁ ESQUECIDO
Nilson Patriota

212. REVENDO FERREIRA ITAJUBÁ
João Batista de Morais Neto

213. PENA MÍNIMA
Livio Oliveira

214. JANELA TEMPORÃ
Vital Nogueira

215. NOSSA CIDADE NATAL - Crônicas
Org. Nei Leandro de Castro

216. UM INTÉRPRETE DOS TAPUIOS
Alfredo de Carvalho

217. CAETANO DANTAS CORREIA E O SÍTIO INGÁ
Desembargador SILVINO BEZERRA

218. SÁTIRAS E EPIGRAMAS DE ZÉ AREIA
Veríssimo de Melo

219. QUINZE MINUTOS DE PROSA E CINCO DE POESIA
Énco Arronim das Virgens

220. VIVER
Carlos de Farias Barreto

221. UM REPÓRTER A MODA ANTIGA
Josué Maranhão

222. O CORPO DE CRISTO & os Apócnfos da Serpente
Mário C. Resec

223. NATAL CLUB E SUA PRIMEIRA DÉCADA
Moysés Soares

224. PORTÃO DE EMBARQUE - BRASIL
Manoel Onofre jr.

225. ATITUDE PARDAL
Gilmar Amorim

226. HOMENS E FATOS DO SERIDÓ ANTIGO
Dom José Adelino Dantes

227. A CINEMÁTICA IMAGINÁRIA
AS OBRAS-PRIMAS DE TODAS AS PAIXÕES
Moacy Cirne

228. THÁLASSA
Francisco Ivan

229. BANDO - Nº 7 - 1955
Raimundo Nonato
Hélio Galvão
Manoel Rodrigues de Melo
Veríssimo de Melo
Luis Patnota
João Alves de Melo

230. O MUNICÍPIO DE ASSÚ
Dr. P. Amorim

231. DENOMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
Manoel Dantas

232. SAINT EXUPÉRY - Na America do Sul
Pery Lamartine

233. O SEMEADOR DE ALEGRIA
Diógenes da Cunha Lima

234. AS ALÇAS DE AGAVE
François Silvestre de Alencar

235. PROJETO ZERO
Bosco Lopes

236 INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Sérgio Luiz Bezerra Trindade

237. CLAMBOM
Ubirajara Macedo
Pedro William Cavalcanti

238. MOISÉS SESYOM PELAS LENTES DO LUAL
Lula Lual Coruja

239. O EMPALHADOR DE PALAVRAS
Bianor Paulino da Costa

240. O RIO GRANDE DO NORTE NA GUERRA DO PARAGUAI
Adauto Miranda Raposo da Câmara

241. UM ESPELHO EM CONSTRUÇÃO
Diego Souza de Paiva

242. TRADIÇÕES E GLÓRIA DE MOSSORÔ
Nestor Lima

243. ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL (1549-1760)
Serafim Leite S. I.

244. TRÊS BICICLETAS PELA BEIRA-MAR
Edwards Montenegro de Freitas
Daniel Guará de Freitas
Flávio Ferreira de Souza Freitas

245. TRAÇOS E PERFIS DA OAB/RN
Carlos Roberto de Miranda Gomes

246. HISTÓRIAS QUE VIVI - Memórias e Crônicas
Ary Guerra Cunha Lima

247. ANTIELEGIA PARA EMMANUEL BEZERRA UM NOME POR FAZER
Jarbas Martins

248. PRESENÇA DE OSWALDO CRUZ NO RIO GRANDE DO NORTE
Frank Tavares Correia

249. GUIA DA CIDADE DO NATAL
Manoel Onofre Jr.

250. BRASIL TRICAMPEÃO
Waldson Pinheiro

251. O BUFÃO DE NATAL
Paulo Augusto

252. ROMÃ
Lisbeth Lima

253. O LIVRO DAS VELHAS FIGURAS - X
Luis da Câmara Cascudo

254. LEITURAS POTIGUARES
Antônio Fagundes

255. ALCANORTE, da farsa às cinzas
Cláudio Guerra

256. TELHADO DO SONHO
Benio Wanderley

257. PERDIDO NO PRESENTE
João Maria Lopes

258. O MUNICÍPIO DE LAJES
Nestor Lima

259. POVOADOS DO R. G. DO NORTE, EM 1943 E POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS
Anfilóquio Carlos Soares da Câmara

260. A MEMÓRIA DE AUTA DE SOUZA
Instituto Literário 2 de Julho

261. AMARO CAVALCANTI
Carlos Adel Teixeira de Souza

262. BALÕES DE ENSAIO
Esequiel Wanderley

263. FACIT INDIGNATIO VERSON
A Indignação Faz Brotar o Verso
João da Cruz

264. FERRO DE RIBEIRAS DO RN
Oswaldo Lamartine de Faria

265. PANORAMA DO BLOOMSDAY EM NATAL (1987-2008)
Apresentação: Francisco Ivan
Organização: Francisco Magno de Araújo

266. SIMPLESMENTE JOSEFA
Maria José Pinheiro

267. ESCUTEI NA FEIRA
Jorge Darvim

268. CAMINHOS QUE PERCORRI
José de Anmateia Emílio de Souza

269. OS CÍRCULOS DO INVERNO
Tatiana Morais

270. PORTÃO DE EMBARQUE 2 - PORTUGAL
Manoel Onofre Jr.

271. AUGUSTO DOS ANJOS DOS DEUS E DOS DIABOS
Francisco ivan

272. XICO SANTEIRO
Verissimo de Melo e Zila Mamede

273. BANDO Nº 1 - 1951
Raimundo Nonato
Hélio Galvão
Mário Negócio
Verissimo de Melo
M. Rodrigues de Melo
Eloy de Souza
J.M. Brandão Castelo Branco

274. NO RASTRO DOS CANGACEIROS
Iapen Araújo

275. LAMPIÃO - Documentário
Ranufo Prata

276. BAR DE FERREIRINHA
Org. Roberto Fontes e
Clóvis Pereira Jr. (Pituleira)

277. INTIMIDADES (POEMAS)
Nivaldo Ferreira

278. VESTÍGIOS
Ilane Ferreira Cavalcante

279. TRÊS RIOS DENTRO DE UM HOMEM
Nilo Pereira em Imagens do Ceará-Mirim
Helicarla Morais

280. MINHAS TAMATARAMAS: LINHAS AMARELAS
Floriano Bezerra de Araújo

281. NEGOCIANTES E MERCADORES
Mossoró e suas velhas firmas
Raimundo Nonato

282. OÁSIS
Revista Mensal do Grêmio Literário
"Lê Monde Marche" - Volume 1

283 OÁSIS
Revista Mensal do Grêmio Literário
"Lê Monde Marche" - Volume 2

284 OÁSIS
Revista Mensal do Grêmio Literário
"Lê Monde Marche" - Volume 3

285. O CORONEL DE MILÍCIAS CAETANO DANTAS CORREIA
Dom José Adelino Dantas

286. VASTO
Lisbeth Lima de Oliveira

287. JESUINO BRILHANTE (O Cangaceiro Romântico)
Raimundo Nonato

288. ANGELINA RÍGLLE e os Amuletos Mágicos
Isabela Maia Costa

289. QUASE NADA PARA ESCREVER
Walter Won Berbe

290. OS HOLANDESES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE
Olavo de Medeiros Filho

291. CANÇÃO DA TERRA DOS CARNAUBAIS
Rômulo Wanderley

292. EVOCAÇÃO DO CEARÁ-MIRIM
Nilo Pereira

293. CUMPLI - CIDADE
Poemas para o meu lugar
João Quintino de Medeiros Filho

294. TROVADORES POTIGUARES
Gumercino Saraiva

295. POESIA RABISCADA
Almaury Júnior

296. A IMPORTÂNCIA DOS SEBOS PARA A EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER: HISTÓRICO SOBRE OS SEBOS DE NATAL-RN
Fernando Wanderley

297. CIDADES SERIDOENSES - CAICÓ
João Maria Alves

298. CAICÓ ATRAVÉS DO TEMPO
Francisco Souza

299. ABC DA POESIA
Lindoaldo Campos

300. DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO: UMA EDIÇÃO DESFIGURADA
Moacy Cirne

301. GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE E OS NORTE-RIO-GRANDENSES MORTOS E DESAPARECIDOS: 1969-1973
Luciano Fábio Dantas Capistrano

302. ANÊMONAS
Ciro José Tavares

303. POEMAS (4ª Edição)
Antônio José Marinho

304. A DERROTA DE LAMPIÃO
Gilbamar de Oliveira Bezerra

305. ANTÔNIO SILVINO - O Rei do Cangaço
Leandro Gomes de Barros

306. DO OUTRO LADO DO RIO, ENTRE OS MORROS
Newton Navarro

307. PERFÍS
F. Avelino

308. ECOS DO SILÊNCIO
Walner Barros Spencer

309. RUA DA ESTRELA (Crônicas)
Nei Leandro de Castro

310. A BIBLIOTECA DE CAICÓ
Moacy Cirne

311. ESTADO DE POESIA
(sonetos, redondilhas e desafios)
Lucimar Luciano de Oliveira

312. POEMAS INÉDITOS
(e Outros Escolhidos)
Iracema Macedo

313. PIPA ATRAVÉS DO TEMPO
Marco Polo Veras

314. HISTÓRIA DE ESTREMOZ
Ir. A. Maria Dionice da Silva

315. O VENENO DO SILÊNCIO
João Batista de Morais Neto

316. TEMPO QUANTO TEMPO
Paulo Luciano Maia Marques

317. BEIRA RIO
Newton Navarro

318. A MULHER DO SARGENTO OLIVEIRA
e Outras Histórias
Ogaru Ferreira de Souza

319. ILUSÃO NO MUNDO REAL
João Maria Lopes

320. ÍNDIOS DO AÇU E SERIDÓ
Otavio de Medeiros Filho

321. HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO NO ASSU
Libertadora Assuense

322. ABC DO CANTADOR (CLARIMUNDO)
Newton Navarro

323. ANFION Melodrama (AMPHION / Mélodrame)
Paul Valéry
Tradução de Francisco Ivan

324. VELHAS OITICICAS
Pery Lamartine

325. A TRIBUNA
Revista Mensal do Congresso Literario

326. NOS BONS TEMPOS DA SCBEU
VIAGEM NAS MEMÓRIAS DOS ANOS DOURADOS DE NATAL
Juarez Chagas

327. VIDA E APOSTOLADO DE DOM JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA
Antônio Fagundes

328. PESOS E PENAS
Anchella Monte

329. AUTÔNICAS
Maria José Gomes

330. DESCRIÇÃO DE UMA VIAGEM A CANUDOS
Alvim Martins Horcades

331. LEMBRANDO JOSÉ HELMUT CÂNDIDO
Org. Abmael Silva

332. HUMOR E CURIOSIDADES DA ODONTOLOGIA
Lenilson Carvalho

333. SAUDADE SEM MEDO
Gilmar Amorim

334. NA TAL FUTURISTA
Jota Medeiros

335. LER QUADRINHOS, RELER QUADRINHOS RN
Anchieta Fernandes

336. BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Manoel Ferreira Nobre

337. CANGACEIROS DO NORDESTE
Pedro Baptista

338. REVISTA COMEMORATIVA DO BI - CENTENÁRIO DA PARÓQUIA E CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS
Diretor: Cônego Manoel Caminha Freire

339. LAMPIÃO EM MOSSORÓ
Raimundo Nonato da Silva

340. MEMÓRIA VIVA
Zila Mamede

341. CÂMARAS E MIRANDA - HENRIQUES
Adauto Miranda Raposo da Câmara

342. CONFERÊNCIAS NO COLÉGIO ESTADUAL
Rivaldo Pinheiro
Antônio Pinto de Medeiros
João Wilson Mendes Melo
Luiz Maranhão Filho

343. AÇUDE GARGALHEIRA (Município de Acari)
Claudionor de Andrade

344. OS AÇUDES DOS SERTÕES DO SERIDÓ
Oswaldo Lamartine de Faria

345. MODERNISMO
Peregrino Júnior

346. DE LÍRICOS E DE LOUCOS
Augusto Severo Neto

347. O LIVRO DE CONTOS DE ALICE N
Celina Muniz

348. VERMELHO MEL
Vânia Aurélio

349. PEIDO, O TRAQUE... PUM (O VALOR QUE O PEIDO TEM)
José de Souza
Celso da Silveira

350. A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL
Henrique Castriciano

351. SELETA - POESIA E PROSA DE HENRIQUE CASTRICIANO
José Geraldo

352. NEI LEANDRO DE CASTRO: 50 ANOS DE ATIVIDADES LITERÁRIAS - 1961-2011
Chumbo Pinheiro
Fátima Lima Lopes
Thiago Gonzaga

353. O VELHO IMIGRANTE (Il vecchio immigranti)
Carlos Roberto de Miranda Gomes

354. CAICÓ
Pe. Eymard L'E. Monteiro

355. NINHO DAS LETRAS
Padre Pedro Paulino

356. COLÉGIO DIOCESANO SERIDOENSE (imagens do tempo e do espaço escolares)
Muyrakytan Kennedy de Macêdo
Tânia Cristina Meire Garcia (Orgs.)

357. O VENDEDOR DE POESIA E OUTROS CONTOS
Iveraldo Guimarães

358. MOREIRA BRANDÃO
José Moreira Brandão Castelo Branco

359. AUTA DE SOUZA
Jackson de Figueiredo

360. OPINIÃO - Segunda Edição
Armando Costa
Oduvaldo Viana Filho
Paulo Pontes

361. A CONFISSÃO DOS DESALMADOS
Aroldo Ferreira Leão

362. DE LONGE E DE PERTO
Ivan Lira de Carvalho

363. LUIZ GONZAGA E OUTRAS POESIAS
Zépraxedi

364. CHRYSANTHEMOS
Ivo Filho

365. VELHAS HERANÇAS
Hélio Galvão

366. POESIAS COMPLETAS
Ferreira Itajubá

367. A POESIA COMO INCENTIVO A ESCRITA E A FORMAÇÃO DO LEITOR POETA
Irsmarqueks Alves Pereira, IWA

368. CANGAÇO - TATUADO NO TRAÇO
Reinaldo Azevêdo

369. MARACA MARACANÃ QUE TE QUERO FLUMINENSE
Moacy Cirne

370. RIO GRANDE DO NORTE - ENSAIO COREOGRÁFICO
Manoel Dantas

371. LIMITES ENTRE A PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE
Nestor Lima

372. RENDAS E LABIRINTOS DO NORDESTE
Prof. Oswaldo de Souza

373. MEMÓRIA VIVA
Vulpiano Cavalcanti

374. ASPECTOS NORTE-RIO-GRANDENSES
Dados e Informações
Domingos de Barros

375. LAMPEÃO - Sua História
Ênco de Almeda

376. O CABELEIRA
Franklin Távora

377. QUEM É QUEM NO CANGAÇO
Paulo Medeiros Gastão

378. OS CRIMES DO PADRE HEUSZ
Emanoel Barreto

379. POEMAS DA MINHA TERRA
Francisco de Assis da Silva

380. ANGOLA (Profissão Aventura
Francisco Otaviano (Chicão)

381. IMPUGNAÇÃO DOS EMBARGOS DO CEARÁ PELO RIO GRANDE DO NORTE
Ruy Barbosa

382. ANGICO, 1938
Iapery Araújo

383. NA TAL CIDADE DO HUMOR
Cellina Muniz

384. PAU E PEDRA
O Senidó esculpido/Luzia Dantas e Dimas Ferreira
Armando Prazeres

385. CÁPSULAS DA MEMÓRIA
Cellina Muniz
Dácio Galvão
Roberto Siqueira
Yuno Silva

386. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vols. XXXV a XXXVII 1938 - 1940
Dr. Nestor Lima
Desembargador Antônio Soares
Dr. Luis da Câmara Cascudo

Nas comemorações dos 112 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Sebo Vermelho reedita alguns números da sua conceituada revista, iniciando com os volumes XXXV, XXXVI e XXXVII, para o ano de 1940.

Entre alguns dos textos, destaque-se primeiramente o registro em que o governador Rafael Fernandes doa a sede própria para o Instituto, onde ainda funciona, em junho de 1938.

E mais: José Augusto Bezerra de Medeiros escreve sobre a escola de latim na Vila Nova do Príncipe, atual Caicó, em junho de 1832.

Tem também a história dos "fanáticos" da Serra João do Valle, liderados pelo beato Joaquim Ramalho, que começou a fazer tratamentos espirituais em Triunfo, reunindo centenas de seguidores e chamando a atenção das autoridades, dois anos após o massacre de Canudos, na Bahia. Em agosto de 1899, o governador Joaquim Ferreira Chaves manda o tenente Francisco Justino de Oliveira Cascudo, pai de Câmara Cascudo, juntamente com outros militares, subirem a serra e prenderem o beato e outras lideranças. Vinte e cinco anos depois de absolvido, Joaquim Ramalho morre de picada de cobra ao voltar para casa.

Há ainda as anotações de Manoel Antonio de Oliveira Coriolano, registrando todas as chuvas caídas no Apodi de 1854 a 1908. Coriolano principiou seu diário aos 19 anos, concluindo aos 74, cinquenta e cinco anos depois.

Outras preciosidades são o longo ensaio "O Brasão Holandês do Rio Grande do Norte", de Câmara Cascudo, sobre Maurício de Nassau, Jacó Rabi e os Janduís, bem como o registro do centenário de morte do Presidente Parrudo, segundo Câmara Cascudo e Eloy de Souza.

Encerrando, Nestor Lima escreve sobre a história dos municípios de Macaíba, Macau, Martins e Mossoró.

Boa leitura e até breve, com outras e outras reedições da mais importante revista de cultura do RN.

Abimael Silva
Sebista e editor

Redatores:

Luís da Câmara Cascudo
Antônio Soares de Araújo
Nestor Lima

SEBO VERMELHO
edições
Natal - RN - Brasil
www.sebovermelhoedicoes.blogspot.com